



MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC

Instituto Brasileiro de Museus - Ibram

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília, 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 127/2012 e nº 129/2012, da Portaria TCU nº 175/2012.

Unidade responsável pela elaboração: Instituto Brasileiro de Museus

Brasília, 2013

SUMÁRIO

LISTAS.....	4
IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES.....	12
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada.....	12
1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade.....	15
1.3. Organograma funcional.....	17
1.4. Macroprocessos finalísticos.....	18
1.5. Macroprocessos de apoio.....	20
1.6. Principais parceiros.....	22
INTRODUÇÃO.....	30
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO.....	32
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	32
2.1. Planejamento da unidade.....	32
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	40
2.3. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão.....	55
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	72
3.1. Estrutura orgânica de controle.....	72
3.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	74
3.3. Sistema de correição.....	75
3.4. Cumprimento da Portaria nº 1.043/2007 da CGU pela instância de correição.....	76
3.5. Indicadores de governança e controles internos.....	76
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	77
4.1. Execução das despesas.....	77
4.2. Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	86
4.3. Transferências de recursos.....	87
4.4. Suprimentos de Fundos.....	91
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	94
5.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	94
5.2. Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.....	102
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	114
6.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	114
6.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade da UJ.....	116
6.3. Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	122
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	124
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	124
7.2. Análise Crítica.....	126
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	127
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	127
8.2. Política de separação de resíduos recicláveis descartados.....	128
8.3. Consumo de papel, energia elétrica e água.....	129
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	137
9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	137
9.2. Tratamento de recomendações do OCI.....	138
9.3. Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna.....	145
9.4. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	147
9.5. Inserção de informações no SIASG e no SICONV.....	147

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	148
10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao Ibram	148
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	152
11.1. Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	152
11.2. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	153
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	154
INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS	155
13. Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	155
13.1. Consultores contratados na modalidade “produto”	155
13.2. Análise Crítica.....	190
14. Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas a Termos de Parcerias	191
14.1. Avaliação do termo de parceria celebrado pela unidade.....	191
14.2. Valores repassados em razão de termos de parceria firmados	191
14.3. Estrutura de acompanhamento dos resultados dos termos de parceria firmados	191
14.4. Avaliação dos resultados obtidos com a parceria	192
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	195
ANEXOS	197

LISTAS

♦ Lista de Quadros

Quadro 1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
Quadro 2. PRINCIPAIS PARCEIROS DO IBRAM – PROJETOS FINALÍSTICOS	22
Quadro 3. CORRESPONDÊNCIA ENTRE METAS PPA DO IBRAM E METAS PNC	32
Quadro 4. CORRESPONDÊNCIA ENTRE COMPETÊNCIAS LEGAIS E MAPA ESTRATÉGICO DO IBRAM.....	36
Quadro 5. OBJETIVOS, INDICADORES E INICIATIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO DO IBRAM.....	37
Quadro 6. OBJETIVO 0783 DO PPA 2012-2015.....	40
Quadro 7. OBJETIVO 0787 DO PPA 2012-2015.....	41
Quadro 8. OBJETIVO 0788 DO PPA 2012-2015.....	41
Quadro 9. AÇÃO 0181 – OFSS 2013	46
Quadro 10. AÇÃO 20TP – OFSS 2013.....	46
Quadro 11. AÇÃO 09HB – OFSS 2013.....	46
Quadro 12. AÇÃO 2004 – OFSS 2013	47
Quadro 13. AÇÃO 2010 – OFSS 2013	47
Quadro 14. AÇÃO 2011 – OFSS 2013	47
Quadro 15. AÇÃO 2012 – OFSS 2013	48
Quadro 16. AÇÃO 2000 – OFSS 2013	49
Quadro 17. AÇÃO 4641 – OFSS 2013	49
Quadro 18. IMPACTOS DA DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	50
Quadro 19. AÇÃO 211F – OFSS 2013.....	50
Quadro 20. AÇÃO 2651 – RESTOS A PAGAR OFSS.....	51
Quadro 21. AÇÃO 20ZF – OFSS 2013.....	52
Quadro 22. AÇÃO 20KJ – RESTOS A PAGAR OFSS	52
Quadro 23. AÇÃO 2838 – RESTOS A PAGAR OFSS.....	52
Quadro 24. AÇÃO 6529 – RESTOS A PAGAR OFSS.....	53
Quadro 25. AÇÃO 14U2 – OFSS 2013	53
Quadro 26. AÇÃO 20KI – RESTOS A PAGAR OFSS.....	53
Quadro 27. AÇÃO 20ZM – OFSS 2013	54
Quadro 28. AÇÃO 20ZG – OFSS 2013.....	54
Quadro 29. OBRAS EMERGENCIAIS NOS MUSEUS IBRAM.....	56
Quadro 30. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	74
Quadro 31. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	77
Quadro 32. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	79
Quadro 33. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	79
Quadro 34. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL.....	80
Quadro 35. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	80
Quadro 36. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL.....	81
Quadro 37. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	82

Quadro 38. RESUMO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO IBRAM EM 2013	83
Quadro 39. RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	86
Quadro 40. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	87
Quadro 41. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	89
Quadro 42. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	89
Quadro 43. VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	90
Quadro 44. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	91
Quadro 45. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (em R\$)	92
Quadro 46. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CPGF).....	92
Quadro 47. FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	94
Quadro 48. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	94
Quadro 49. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	95
Quadro 50. QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12.....	95
Quadro 51. QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO EM 31/12.....	95
Quadro 52. QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (em R\$).....	96
Quadro 53. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO EM 31/12.....	97
Quadro 54. INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO EM 31/12.....	97
Quadro 55. ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	97
Quadro 56. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	97
Quadro 57. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	98
Quadro 58. LEGENDA PARA OS QUADROS 58 A 75	102
Quadro 59. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – IBRAM SEDE	102
Quadro 60. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – REPRESENTAÇÃO DO IBRAM EM MINAS GERAIS.....	102
Quadro 61. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS IBRAM EM MINAS GERAIS	103
Quadro 62. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS IBRAM NO RIO DE JANEIRO.....	103
Quadro 63. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU IMPERIAL.....	103
Quadro 64. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	104
Quadro 65. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DA REPÚBLICA.....	104

Quadro 66. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – PALÁCIO RIO NEGRO.....	104
Quadro 67. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	105
Quadro 68. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU LASAR SEGALL	105
Quadro 69. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA.....	105
Quadro 70. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO.....	106
Quadro 71. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DA ABOLIÇÃO	106
Quadro 72. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU VICTOR MEIRELLES.....	106
Quadro 73. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DAS MISSÕES.....	107
Quadro 74. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS DE GOIÁS.....	107
Quadro 75. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA.....	107
Quadro 76. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU SOLAR MONJARDIM	108
Quadro 77. LEGENDA PARA OS QUADROS 77 A 94	108
Quadro 78. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – IBRAM SEDE.....	108
Quadro 79. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS IBRAM EM MINAS GERAIS.....	109
Quadro 80. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS IBRAM NO RIO DE JANEIRO	109
Quadro 81. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU IMPERIAL	109
Quadro 82. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	110
Quadro 83. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DA REPÚBLICA E PALÁCIO RIO NEGRO.....	110
Quadro 84. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	110
Quadro 85. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU LASAR SEGALL.....	111
Quadro 86. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA	111
Quadro 87. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DE BIOLOGIA PROFESSOR MELLO LEITÃO	111
Quadro 88. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DA ABOLIÇÃO.....	112
Quadro 89. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU VICTOR MEIRELLES	112
Quadro 90. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DAS MISSÕES	112
Quadro 91. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS DE GOIÁS	112

Quadro 92. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA	113
Quadro 93. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU SOLAR MONJARDIM.....	113
Quadro 94. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU CASA DA HERA.....	113
Quadro 95. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	113
Quadro 96. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	116
Quadro 97. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IBRAM.....	117
Quadro 98. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IBRAM CADASTRADOS EM OUTRA UG/GESTÃO	118
Quadro 99. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS COM REGISTRO EM REGULARIZAÇÃO – SEM INFORMAÇÃO NO SPIUNET	119
Quadro 100. DISCRIMINAÇÃO DOS IMÓVEIS GERENCIADOS PELO IBRAM.....	119
Quadro 101. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	122
Quadro 102. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	124
Quadro 103. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	127
Quadro 104. DEMONSTRATIVO DA ECONOMIA DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE OS MESES DE AGOSTO E OUTUBRO DE 2013 NO EDIFÍCIO DO IBRAM SEDE (BRASÍLIA).....	128
Quadro 105. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – IBRAM SEDE.....	130
Quadro 106. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – REPRESENTAÇÃO IBRAM EM MINAS GERAIS.....	130
Quadro 107. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU IMPERIAL	131
Quadro 108. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	131
Quadro 109. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DA REPÚBLICA	131
Quadro 110. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	131
Quadro 111. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU LASAR SEGALL.....	131
Quadro 112. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU VILLA-LOBOS.....	132
Quadro 113. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEUS CASTRO MAYA.....	132
Quadro 114. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO.....	132
Quadro 115. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA BENJAMNIN CONSTANT.....	132
Quadro 116. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DA ABOLIÇÃO.....	132
Quadro 117. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DO DIAMANTE.....	133
Quadro 118. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DO OURO	133
Quadro 119. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	133
Quadro 120. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU VICTOR MEIRELLES	133
Quadro 121. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY	133
Quadro 122. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – FORTE DEFENSOR PERPÉTUO DE PARATY.....	134
Quadro 123. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DAS MISSÕES	134

Quadro 124. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DAS BANDEIRAS	134
Quadro 125. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA DA PRINCESA	134
Quadro 126. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE.....	134
Quadro 127. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL DE CABO FRIO.....	135
Quadro 128. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA	135
Quadro 129. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU.....	135
Quadro 130. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA DOS OTTONI.....	135
Quadro 131. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU REGIONAL DE CAETÉ.....	135
Quadro 132. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU SOLAR MONJARDIM.....	136
Quadro 133. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA DA HERA.....	136
Quadro 134. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	137
Quadro 135. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI – RA 201112041 – DPGI.....	138
Quadro 136. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI – RA 201112041 – DDFEM.....	139
Quadro 137. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI – RA 201305626 – DPGI.....	140
Quadro 138. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201112041 – DPGI.....	141
Quadro 139. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201112041 – DDFEM	142
Quadro 140. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201305626 – DDFEM	143
Quadro 141. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201305626 – DPGI.....	144
Quadro 142. RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS E JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO IBRAM.....	145
Quadro 143. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	147
Quadro 144. DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	153
Quadro 145. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	155
Quadro 146. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	156
Quadro 147. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	157
Quadro 148. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	158

Quadro 149. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	159
Quadro 150. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	160
Quadro 151. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	161
Quadro 152. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	162
Quadro 153. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	163
Quadro 154. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	164
Quadro 155. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	165
Quadro 156. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	166
Quadro 157. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	166
Quadro 158. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	167
Quadro 159. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	168
Quadro 160. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	169
Quadro 161. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	170
Quadro 162. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	171
Quadro 163. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	172
Quadro 164. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	173
Quadro 165. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	174

Quadro 166. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	175
Quadro 167. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	176
Quadro 168. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	177
Quadro 169. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	178
Quadro 170. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	179
Quadro 171. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	180
Quadro 172. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	181
Quadro 173. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	182
Quadro 174. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	183
Quadro 175. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	184
Quadro 176. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	185
Quadro 177. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	186
Quadro 178. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	187
Quadro 179. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	188
Quadro 180. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	189
Quadro 181. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	190
Quadro 182. IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	191
Quadro 183. DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	191
Quadro 184. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99)	191

Quadro 185. DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO.....	192
Quadro 186. DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA	192

♦ Lista de Figuras

Figura 1. Mapa Estratégico do Ibram	34
Figura 2. Faróis de desempenho de indicador do Mapa Estratégico	64
Figura 3. Faróis de desempenho de iniciativa do Mapa Estratégico	65
Figura 4. Análise OE 12 – Aperfeiçoar o marco regulatório.....	66
Figura 5. Análise OE 13 – Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização	66
Figura 6. Análise OE 14 – Adequar a estrutura organizacional à estratégia	67
Figura 7. Análise OE 15 – Aperfeiçoar os mecanismos de gestão estratégica, de processos, de projetos e orçamentária.....	68
Figura 8. Análise OE 16 – Implementar sistema de informação integrado.....	68
Figura 9. Análise OE 17 – Implantar a Gestão do Conhecimento.....	69
Figura 10. Análise OE 18 – Promover a integração, comunicação e sinergia interna entre as unidades	69
Figura 11. Análise OE 19 – Estruturar e valorizar o quadro de pessoal.....	70
Figura 12. Análise OE 20 – Desenvolver as competências necessárias	71
Figura 13. Despesas Discricionárias - Dotação x Limite x Empenho	84
Figura 14. Despesas discricionárias - valores empenhados por Ação	84
Figura 15. Despesas discricionárias - percentuais empenhados por conjuntos de despesas.....	85
Figura 16. Ficha do Indicador “Taxa de Lotação”.....	99
Figura 17. Ficha do Indicador proposto “Taxa de Lotação”.....	99
Figura 18. Ficha do Indicador “Taxa de Desistência do quadro de efetivos por Concurso”.....	100
Figura 19. Ficha do Indicador “Percentual de competências necessárias à estratégia mapeadas e atendidas”.....	100
Figura 20. Ficha do Indicador “Percentual de alcance das metas do Plano de Capacitação”	101
Figura 21. Ficha do Indicador “Média de capacitação por servidor”	101
Figura 22. Quantidade de demandas recebidas em 2013 pelo Fale Conosco do Ibram	148
Figura 23. Assuntos das demandas recebidas em 2013 pelo Fale Conosco do Ibram.....	148
Figura 24. Classificação da demanda recebida em 2013 pela Ouvidoria	149
Figura 25. Assuntos das demandas recebidas em 2013 pela Ouvidoria	149
Figura 26. Tempo de resposta do Ibram às demandas recebidas em 2013 pela Ouvidoria	149
Figura 27. Classificação da demanda recebida em 2013 pelo e-SIC.....	150
Figura 28. Assuntos das demandas recebidas em 2013 pelo e-SIC.....	150
Figura 29. Tempo de resposta do Ibram às demandas recebidas em 2013 pelo e-SIC.....	151

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES

1.1. Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura			Código SIORG: 001926
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Brasileiro de Museus			
Denominação Abreviada: Ibram			
Código SIORG: 100584	Código LOA: 42207	Código SIAFI: 42207	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.898.596/0001-42	
Principal Atividade: Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares.			Código CNAE: 9102-3
Telefones de contato:	(061) 3521-4002	(061) 3521-4219	(061) 3521-4260
Endereço Eletrônico: faleconosco@museus.gov.br ; dpgi@museus.gov.br			
Página na Internet: http://www.museus.gov.br			
Endereço Postal: SBN Quadra 02, Lote 08, Bloco N, Edifício CNC III, 70040-000, Brasília (DF)			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009: Cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. ♦ Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009: Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013: Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. ♦ Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências. ♦ Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004: Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. ♦ Portaria nº 5, de 22 de janeiro de 2014: Regulamenta o parágrafo único do art. 34 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. ♦ Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013: Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve. ♦ Portaria MinC nº 1.026, de 02 de dezembro de 2013: Altera o Anexo da Portaria nº 667, de 19 de agosto de 2013, que estabelece, no âmbito do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para a contratação de bens e serviços e para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2013. ♦ Portaria MinC nº 1.018, de 30 de dezembro de 2013: Altera o Anexo da Portaria nº 666, de 19 de agosto de 2013, que estabelece, no âmbito do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para o exercício de 2013. ♦ Portaria Interministerial nº 495, de 06 de dezembro de 2013: Altera a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011. ♦ Portaria Ibram nº 427, de 02 de dezembro de 2013: Estabelece procedimentos para o empenho de recursos referentes a transferências voluntárias no âmbito do Instituto. ♦ Portaria MinC nº 939, de 26 de novembro de 2013: Estabelece normas e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2013, no âmbito do Ministério da Cultura. ♦ Portaria MinC nº 922, de 21 de novembro de 2013: Estabelece procedimentos para o empenho de recursos referentes a transferências voluntárias no âmbito do Ministério da Cultura. ♦ Portaria Ibram nº 421, de 18 de novembro de 2013: Regulamenta a utilização institucional de telefonia fixa e móvel no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus. 			

♦ **Portaria MinC nº 845, de 24 de outubro de 2013:**

Dispõe prazo para empenhar dotações orçamentárias no exercício de 2013 dentre outras datas limite para providências.

♦ **Portaria Ibram nº 309, de 05 de setembro de 2013:**

Constituir Comissão Gestora com as atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar Plano de Gestão de Logística Sustentável -PLS/IBRAM com o objetivo de estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da instituição.

♦ **Portaria Interministerial nº 274, de 01 de agosto de 2013:**

Altera a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

♦ **Portaria Ibram nº 225, de 03 de julho de 2013:**

Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo.

♦ **Portaria Ibram nº 222, de 27 de junho de 2013:**

Em conformidade com a Portaria nº 179, de 02 de maio de 2011 ,no uso de suas atribuições previstas no Capítulo V, Art. 20, inciso IV do Decreto nº 6.845, designa membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.

♦ **Portaria Ibram nº 207, de 14 de junho de 2013:**

Institui o ordenador de despesas e dá outras providências.

♦ **Portaria Ibram nº 198, de 06 de junho de 2013:**

Institui o Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito do Ibram.

♦ **Portaria Ibram nº 64, de 08 de março de 2013:**

Estabelece as diretrizes estratégicas para o ano de 2013 às unidades museológicas vinculadas ao Instituto Brasileiro de Museus.

♦ **Portaria Ibram nº 63, de 08 de março de 2013:**

Institui o Programa Acervo em Rede no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e dá outras providências.

♦ **Portaria Ibram nº 425, de 30 de novembro de 2012:**

Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal ou Estadual, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria-Geral da União.

♦ **Portaria Ibram nº 424, de 30 de novembro de 2012:**

Institui o Programa de Serviço Voluntário do Instituto Brasileiro de Museus e aprova critérios para a Participação no programa.

♦ **Portaria Ibram nº 251 de 26 de julho de 2012:**

Subdelega competência aos diretores das Unidades Museológicas detentoras de unidades gestoras executoras (autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio com valores inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e ratificar as dispensas e as inexigibilidades (alterando as alíneas "c" e "d" do Inciso III da Portaria do nº 130 de 7 de agosto de 2009 do Instituto Brasileiro de Museus).

♦ **Portaria Ibram nº 372, de 15 de dezembro de 2011:**

Dispõe sobre a criação do Comitê de Pesquisa no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.

♦ **Portaria Ibram nº 268, de 06 de setembro de 2011:**

Dispõe sobre a Gestão de Informações no âmbito da Administração Central e Unidades Museológicas do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

♦ **Portaria Ibram nº 231, de 29 de julho de 2011:**

Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para compra de acervos no âmbito dos Museus vinculados ao Ibram.

♦ **Portaria Ibram nº 232, de 29 de julho de 2011:**

Estabelece padrões mínimos para dias e horários de abertura das exposições nas unidades museológicas que integram a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

♦ **Portaria Ibram nº 196, de 22 de junho de 2011:**

Institui a Biblioteca Depositária do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (BD/CENEDOM/CGSIM/IBRAM).

♦ **Portaria Ibram nº 170, de 25 de maio de 2011:**

Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos do Instituto Brasileiro de Museus.

♦ **Portaria Ibram nº 174, de 16 de maio de 2011:**

Criar a Câmara Técnica de Normas e Padrões de Sistemas Informatizados de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico Brasileiro, cuja finalidade é fomentar o estudo e estabelecer normas, diretrizes, padrões, procedimentos técnicos e instrumentos legais para o desenvolvimento e a integração de sistemas informatizados de catalogação e gestão de acervos museológicos, no âmbito brasileiro.

♦ **Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010;**

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

♦ **Portaria Iphan nº 187, de 11 de junho de 2010:**

Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos

débitos decorrentes das infrações.

♦ **Portaria Ibram nº 130 de 07 de agosto de 2009:**

Delega competência aos Diretores das Unidades Museológicas, para, no desempenho de suas atividades, quando aplicável, praticar atos de gestão nas seguintes áreas: representação legal, pessoal e patrimonial.

♦ **Portaria Normativa nº 1, de 12 de janeiro 2007:**

Dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao Iphan e as suas Associações de Amigos.

♦ **Instrução Normativa Ibram nº 2, de 20 de setembro de 2013:**

Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a utilização e operacionalização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF, no âmbito do IBRAM e de suas Unidades Museológicas.

♦ **Instrução Normativa Ibram nº 1, de 15 de abril de 2013:**

Disciplina o requerimento e emissão de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos que constituem o acervo das unidades museológicas do Ibram.

♦ **Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 23 de março de 2012:**

Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

♦ **Instrução Normativa Ibram nº 1, de 27 de outubro de 2011:**

Dispõe sobre as relações entre os Museus que integram o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e as Associações de Amigos de Museus.

♦ **Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de novembro de 2003:**

Dispõe sobre a Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis Acautelados em nível Federal, e outras categorias, conforme específica.

♦ **Ordem de Serviço Ibram nº 04, de 05 de setembro de 2013:**

Dispõe sobre a Gestão dos Procedimentos Operacionais das Despesas com Diárias e Passagens e designa os usuários para o acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

♦ **Ordem de Serviço Ibram nº 01, de 29 de julho de 2013:**

Dispõe sobre a padronização do entendimento do caráter da atividade eminentemente jornalística, constante do Art 2º, § 7º da Instrução Normativa Ibram nº 01/2013.

♦ **Ordem de Serviço Ibram nº 01, de 31 de novembro de 2012:**

Dispõe sobre os procedimentos para recebimento de citações, intimações e notificações encaminhadas pelo Poder Judiciário.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

♦ **Política Nacional de Museus (2003):**

Na gestão 2003-2006, o Ministério da Cultura estabeleceu, juntamente com a comunidade museológica, as bases da política do governo federal para o setor, por meio do Caderno da Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. A instituição desta Política possibilitou novas formas de fomento para o setor, bem como a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus e do próprio Ibram, e culmina com a elaboração do Plano Setorial de Museus.

♦ **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020:**

Como parte integrante do Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas para o setor museal no país. Nesse sentido, deverá adequar-se à estrutura de planejamento, nos moldes do Plano Plurianual, contemplando e indicando ações (projetos ou atividades) metas e estimativas orçamentárias.

♦ **Cadastro Nacional de Museus (2006):**

O Cadastro Nacional de Museus é um instrumento do Sistema Brasileiro de Museus, criado com o objetivo de conhecer e integrar o universo museal brasileiro. Nesse sentido, já mapeou mais de 3 mil instituições museológicas em todo o país. Sua implantação e desenvolvimento são patrocinados pelo Ministério da Cultura, em parceria com o governo espanhol, por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos.

♦ **Guia dos Museus Brasileiros (2010):**

O Guia traz dados de mais de 3 mil museus já mapeados pelo Ibram em território nacional. O material foi dividido por região, para facilitar o acesso.

♦ **Museus em Números (2010):**

A publicação consolida os dados de 1,5 mil instituições museológicas, mapeadas pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM). O levantamento, que ofereceu um panorama estatístico nacional e internacional do setor de museus, bem como textos analíticos sobre a situação dos museus nas unidades federativas, ocorreu em 2010 e foi publicado em 2011, em dois volumes.

♦ **Carta de Petrópolis (2010):**

Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal, resultante do I Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que teve como objetivo traçar diretrizes e estratégias para a elaboração de uma Política de Educação para os museus do Ibram, além de promover a integração, o intercâmbio de experiências e a reflexão acerca de temas considerados prioritários.

♦ **Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social (2012):**

Propostas voltadas para fomento, financiamento e sustentabilidade, qualificação, inventário participativo e articulação em rede, resultantes do Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários.

♦ **Subsídios para a Criação de Museus Municipais (2009):**

Conjunto simplificado de conceitos, reflexões e sugestões que poderão ser utilizados como ferramenta básica para os projetos de criação de museus. O documento sugere, subsidia e inspira a criação de novos processos museais.

♦ **Museus e Turismo: estratégias de cooperação (2014):**

O objetivo geral da Publicação é facilitar a comunicação entre os profissionais que atuam na área dos museus e na área do turismo, de modo a construir uma relação dialógica, de trocas e aprendizagem benéficas a ambos os setores. O que se pretende é fortalecer o papel do museu como um espaço de encontro, aprendizado, lazer e turismo.

♦ **Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado (2013):**

Publicação de caráter institucional que define as estratégias de ação do IBRAM no campo da preservação e segurança para acervos musealizados.

♦ **Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013):**

Publicação de caráter didático que apresenta, por meio de perguntas e respostas, a gestão de riscos para acervos musealizados.

♦ **Cadernos Museológicos “Acessibilidade a Museus” (2012):**

A publicação é um manual técnico que visa orientar os museus a se tornarem mais acessíveis a pessoas com deficiência.

♦ **Cadernos Museológicos “Segurança em Museus” (2012):**

A publicação inaugural da coleção do Ibram/MinC. Apresenta um olhar específico sobre o tema visando estimular a reflexão sobre o assunto e contribuir para o aperfeiçoamento e a humanização das políticas, dos sistemas e das estratégias de segurança adotadas pelos museus brasileiros.

♦ **Relatório técnico da pesquisa “O “Não Público” de Museus: levantamento estatístico sobre o “não-ir” a museus no Distrito Federal (2012)”:**

A publicação tem como finalidade oferecer subsídios para a constituição de melhores e mais eficazes políticas públicas para o campo museal do Distrito Federal; que podem ser replicadas em outras Unidades da Federação, conforme as especificidades de cada localidade, a serem indicadas pela pesquisa *in loco*.

♦ **Manual da Marca Ibram (2010):**

O Manual padroniza elementos gráficos de leitura clara e objetiva, reforçando a conexão entre a instituição e o público.

♦ **Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ibram 2010-2011:**

Este documento visa o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC aos objetivos estratégicos institucionais, adequando os processos de governança de TI.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
343015	Museu Imperial
343016	Museu Histórico Nacional
343017	Museu Nacional de Belas Artes
343018	Museu da República
343019	Museu da Inconfidência
343020	Museu Lasar Segall
343021	Museu Villa-Lobos
343022	Museu Raymundo Ottoni De Castro Maya
343027	Museu de Biologia Professor Mello Leitão
423001	Departamento de Planejamento e Gestão Interna
423002	IBRAM - Sede
423031	Coordenação de Gestão de Pessoas
423032	Contabilidade - Ibram
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
42207	Instituto Brasileiro de Museus
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
343015; 343016; 343017; 343018; 343019; 343020; 343021; 343022; 343027; 423001; 423002; 423031; e 423032	42207

1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade

De acordo com o a Lei nº 11.906, de 2009 e Decreto nº 6.845, de 2009, o Ibram é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília-DF. Suas ações são

realizadas com o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais e do Ministério Público. O Instituto Brasileiro de Museus tem como:

♦ **Finalidades:**

I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;

II – estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

III – incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

IV – estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;

V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI – contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VII – promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e

IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado.

X – fiscalizar o patrimônio museológico e aplicar multas e penalidades previstas na legislação em vigor.

♦ **Competências:**

I – propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;

II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;

III – fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;

IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;

V – desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;

VI – estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

VII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;

VIII – promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;

IX – implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;

X – promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;

XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;

XII – propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

XIII – desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

XIV – estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

XV – coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

XVI – promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e

XVII – exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

1.3. Organograma funcional

A estrutura organizacional o Ibram é a seguinte:

Órgãos colegiados:

- ♦ Diretoria;
- ♦ Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico; e
- ♦ Comitê de Gestão;

Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente:

- ♦ Gabinete – GABIN;
- Assessoria de Comunicação – ASCOM
- Assessoria Técnica da Presidência – ASTEC
- Assessoria Internacional – ASINT

Órgãos seccionais:

- ♦ Procuradoria Federal – PROFER;
- ♦ Auditoria Interna – AUDIN; e
- ♦ Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI;
- Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP
- Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações – CRLL
- Coordenação de Orçamento, Finanças e Prestação de Contas – COFIP
- Coordenação de Tecnologia da Informação – CTINF

Órgãos específicos singulares:

- ♦ Departamento de Processos Museais – DEPMUS;
- Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE
- Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal – CPIM
- Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia – CEMAE
- Coordenação de Patrimônio Museológico – CPMUS
- ♦ Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM; e
- Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional – CPGII
- Coordenação de Fomento e Financiamento – CFF
- Coordenação de Difusão e Desenvolvimento de Parcerias – CDDP
- Coordenação de Estudos Sócio-Econômicos e Sustentabilidade – CESES
- ♦ Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM; e
- Coordenação de Acervos e Memória – CAM
- Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI
- Coordenação do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia – CENEDOM

Órgãos descentralizados:

- ♦ Unidades Museológicas I;
- ♦ Unidades Museológicas II;
- ♦ Unidades Museológicas III.

Os órgãos específicos singulares e os órgãos descentralizados são responsáveis pela condução dos principais macroprocessos finalísticos do Ibram, enquanto os macroprocessos de apoio são gerenciados pelos órgãos seccionais.

O organograma gráfico do Ibram pode ser consultado no ANEXO A –(Organograma funcional do Instituto Brasileiro de Museus), no fim deste documento.

1.4. Macroprocessos finalísticos

O Ibram, em conjunto com os consultores contratados no PRODOC de Gestão, está desenvolvendo a identificação dos macroprocessos finalísticos a partir da análise da Regulação disposta na Lei nº 11.906, de 2009 e no Decreto nº 6.845, de 2009. Esse material será base para a aprovação de seu regulamento interno, que conterà a descrição das principais funções de cada coordenação e divisão finalística dos departamentos do Ibram.

Ao longo de 2013, os consultores do PRODOC de Gestão focaram nos insumos necessários para o desenvolvimento das diretrizes e planejamento estratégico, expresso pelos objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas do Mapa Estratégico do Ibram.

- ♦ **Lei nº 11.906, de 2009:** Finalidades do Ibram descritas no item 1.2.
- ♦ **Decreto nº 6.845, de 2009**

Seção IV – Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 16. Ao Departamento de Processos Museais compete:

I - subsidiar, propor e estabelecer políticas e diretrizes para o aprimoramento, o desenvolvimento e a atuação dos museus brasileiros, com vistas à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados;

II - supervisionar, coordenar, elaborar e desenvolver políticas, planos e programas com vistas a contribuir para a organização, gestão, democratização e desenvolvimento de instituições e processos museais;

III - propor, promover, subsidiar e realizar estudos, pesquisas, programas e projetos sobre o campo museal, políticas públicas no âmbito dos museus, produção artística, patrimônio museológico e memória social;

IV - propor, elaborar, estabelecer e implementar políticas, diretrizes, normas e procedimentos técnicos de aquisição, movimentação, descarte, preservação, conservação, segurança, comunicação e exposição do patrimônio cultural musealizado e em processo de musealização;

V - fiscalizar os bens culturais musealizados ou em processo de musealização, visando a sua preservação e a garantia de sua função social;

VI - implementar procedimentos técnicos, analisar e fiscalizar os processos relativos à comercialização, movimentação e saída do país do patrimônio cultural musealizado ou em processo de musealização;

VII - propor, elaborar, estabelecer diretrizes e procedimentos técnicos para projetos de conservação, construção, intervenção, acessibilidade, segurança e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais;

VIII - propor, subsidiar, desenvolver e coordenar programas e projetos de educação que tomem os museus como referência;

IX - contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

X - supervisionar e coordenar o programa editorial do IBRAM, em consonância com as diretrizes da Diretoria; e

XI - estimular, apoiar e subsidiar a formação e capacitação profissional no campo dos museus, e promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Art. 17. Ao Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus compete:

I - subsidiar, propor e estabelecer políticas, diretrizes, normas e procedimentos para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, do campo museal brasileiro;

II - propor, coordenar e desenvolver programas e projetos que viabilizem a difusão e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado ou em processo de musealização, no âmbito de atuação do IBRAM;

III - subsidiar, estimular, apoiar e desenvolver linhas de ação e de estudos sobre economia dos museus e suas interfaces com a indústria cultural;

IV - propor, elaborar e implementar políticas e programas de fomento e financiamento visando assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento dos museus brasileiros;

V - estimular a participação e a organização da sociedade civil no apoio e financiamento das atividades dos museus;

VI - coordenar a elaboração e a implantação de campanhas publicitárias, de publicidade institucional e de utilidade pública do IBRAM, atuando em consonância com diretrizes estabelecidas pela Diretoria, pelo Ministério da Cultura e pela Presidência da República;

VII - propor diretrizes, coordenar e desenvolver projetos e produtos para a difusão do campo museal brasileiro e para a consolidação e desenvolvimento da imagem institucional do IBRAM;

VIII - subsidiar e coordenar a análise dos projetos de natureza museal submetidos a programas de incentivo e fomento à cultura;

IX - propor, formular e implementar estratégias de comercialização de publicações e demais produtos do IBRAM;

X - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação;

XI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de difusão cultural dos museus, produção artística e suas interfaces com a indústria cultural;

XII - estabelecer normas, critérios e procedimentos para a comercialização de produtos e o uso de espaços comerciais nos museus; e

XIII - desenvolver ações de adequação e qualificação dos espaços físicos destinados à comercialização de produtos e serviços dos museus do IBRAM.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal compete:

I - propor, elaborar, estabelecer e implementar políticas, diretrizes, normas e procedimentos técnicos de documentação e gestão de informações, em sua área de atuação;

II - propor, promover, subsidiar, coordenar e realizar estudos e pesquisas sobre Sistemas e Redes de Informação;

III - propor, elaborar, divulgar e coordenar programas e projetos de processamento técnico de acervos museológicos, artísticos, arquivísticos, biblioteconômicos, arquitetônicos e naturais;

IV - promover a disseminação de conhecimentos relativos aos museus brasileiros, gerenciar e manter atualizado o Cadastro Nacional de Museus, bem como todas as outras ferramentas de gestão de informações que estiverem em sua área de competência;

V - propor, elaborar, desenvolver, acompanhar e manter atualizados vocabulários técnicos específicos das áreas de atuação do IBRAM;

VI - coordenar, implantar, subsidiar e contribuir para o desenvolvimento de redes, núcleos, centros, observatórios e laboratórios especializados em sistemas e redes de informação;

VII - propor, elaborar, desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de conservação e compartilhamento de informações sobre museus e processos museais;

VIII - estimular, apoiar e subsidiar a formação e capacitação profissional no campo dos museus, em sua área de atuação;

- IX - subsidiar e apoiar o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, especialmente no que se refere à preservação documental e ao armazenamento e processamento de informações; e
 X - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Seção V – Dos Órgãos Descentralizados

Art. 19. Às Unidades Museológicas do IBRAM compete:

- I - administrar os bens e recursos sob sua guarda e responsabilidade;
 II - elaborar, desenvolver e manter atualizado seu Plano Museológico;
 III - propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a educação, o lazer, o desenvolvimento e a valorização das comunidades em que estão inseridos, em consonância com as diretrizes do IBRAM;
 IV - propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a preservação, pesquisa, comunicação e valorização do patrimônio musealizado, de forma democrática e participativa, em consonância com as diretrizes do IBRAM;
 V - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural em sua área de atuação e em consonância com as diretrizes do IBRAM;
 VI - garantir o acesso amplo e democrático do público às dependências do museu, aos seus programas, serviços e informações, bem como ao conhecimento ali produzido;
 VII - manter permanente espírito colaborativo, de intercâmbio e de solidariedade com todas as demais unidades do IBRAM; e
 VIII - desenvolver e implementar programas e projetos de formação, valorização e aprimoramento profissional para suas equipes.

Parágrafo único. Para o cumprimento de sua missão institucional, as Unidades Museológicas deverão considerar, sempre que possível, os objetivos específicos elencados no Sistema Brasileiro de Museus, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 5.264, de 2004.

1.5. Macroprocessos de apoio

Em relação aos macroprocessos de apoio, foram identificados os principais fluxos atuais dos processos executados nas áreas operacionais do Ibram. Dando continuidade ao trabalho dos consultores do PRODOC de Gestão, serão iniciados em 2014 os planos de ação para melhoria dos processos e suas interações interdepartamentais, bem como metodologia para monitoramento e gerenciamento dos macroprocessos.

Vale ressaltar, em relação à Procuradoria Federal e à Auditoria Interna, que ambas possuem legislação específica para atuação na esfera Governamental.

♦ **Decreto nº 6.845, de 2009**

Seção III – Dos Órgãos Seccionais

Art. 13. À Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

- I - exercer a representação judicial e extrajudicial do IBRAM;
 II - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da estrutura do IBRAM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
 III - promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do IBRAM, encaminhando-os para inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 14. À Auditoria Interna compete:

- I - assessorar a Diretoria, o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e o Comitê de Gestão no cumprimento dos objetivos institucionais;

II - acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do IBRAM;

III - acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; e

IV - prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 15. Ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal no âmbito do IBRAM;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e acompanhar o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover o registro, tratamento, controle e execução das operações relativas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos recursos geridos pelo IBRAM;

IV - operacionalizar as atividades de execução orçamentária e financeira dos recursos provenientes do Fundo Nacional da Cultura - FNC, dos mecanismos de incentivo a projetos culturais e outros fundos, recursos e instrumentos;

V - programar e acompanhar a execução do orçamento anual do IBRAM;

VI - gerir contratos e processos licitatórios para contratação e aquisição de bens e serviços;

VII - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas de gestão administrativa interna do IBRAM;

VIII - coordenar e supervisionar as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e sua respectiva implementação no âmbito do IBRAM;

IX - definir padrões para a captação e transferência de informações, visando à integração operacional das bases de dados e dos sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do Ministério;

X - coordenar e supervisionar o desenvolvimento, manutenção e operação dos sistemas de informações do IBRAM;

XI - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, bem assim as relacionadas com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

XII - promover a articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e do Sistema mencionados no inciso XI, e informar o Ministério da Cultura quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

XIII - prestar apoio técnico e administrativo ao Sistema Brasileiro de Museus bem como a todos os órgãos colegiados do IBRAM;

XIV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do IBRAM;

XV - supervisionar e coordenar a elaboração da proposta orçamentária e da programação financeira do IBRAM; e

XVI - formular e monitorar a implementação dos instrumentos necessários para a execução dos programas e projetos do IBRAM, estabelecendo o modelo de gestão, de financiamento e de acompanhamento da referida execução.

1.6. Principais parceiros

Quadro 2. PRINCIPAIS PARCEIROS DO IBRAM – PROJETOS FINALÍSTICOS

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS MUSEAIS		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Programa de Requalificação dos Museus Ibram (Requalificação do Museu Lasar Segall; Restauração da Igreja de Santa Rita; Restauração do Museu Forte Defensor Perpétuo)	Fundo Nacional de Cultura	-
Implantação do Diretório de Grupos de Pesquisa do Ibram no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Mesa de Debates: Gestão de Riscos e Patrimônio Cultural; Seminário-Oficina: Introdução à Gestão de Riscos para Acervos Musealizados	-	Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI
Estudo Preliminar do Anexo do Museu de Arqueologia de Itaipu	-	SEDRAP – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca. Governo do Estado do Rio de Janeiro
Execução de cobertura, forros e instalações elétricas no Museu de Arte Sacra de Paraty	-	Mango Three Foundation
PRODOC – PONTOS DE MEMÓRIA	Secretaria de Cidadania e diversidade Cultural - SCDC/ MinC	Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI; Agência Brasileira de Cooperação- ABC/MRE; Project Management - PRODOC
Seminário-Oficina: Implantação do Gerenciamento de Riscos nos Museus do IBRAM; Acompanhamento Técnico: Elaboração e Implantação de Planos de Gestão de Riscos nos Museu do IBRAM; Elaboração de 03 publicações sobre o tema da gestão de riscos em museus	-	Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI; Instituto Cultural Flávio Gutierrez - ICFG
DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO, FOMENTO E ECONOMIA DOS MUSEUS		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Programa de Fomento aos Museus (Prêmio Memórias Brasileiras 2012; Edital Mais Museus 2013; Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos 2012; Edital Modernização de Museus 2013; Prêmio Memória do Esporte Olímpico 2012; Prêmio Pontos de Memória 2012)	Fundo Nacional de Cultura	-
Apoio Cultural à Copa do Mundo voltado ao campo museal; Levantamento de informações sobre os museus localizados nas cidades sede	MINC	Ministério do Turismo/Embratur
Apoio Técnico para os Museus Ibram e para a Implantação de Novos Museus	MINC	Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP; SERPRO; Universidade de Brasília; Governo do Distrito Federal
Conhecendo Museus (Edição III – Fase Avaliação de roteiros e filmes e Edição IV – Elaboração de Proposta de Trabalho)	-	EBC, MEC e Fundação José de Paiva Netto (FJPN)
Elaboração da publicação “Museus e Turismo: estratégias de cooperação” – Fase Revisão Conteúdo e Impressão	-	Ministério do Turismo
Participação no Comitê Organizador da 23ª Conferência Internacional do ICOM – Rio 2013	-	ICOM Brasil
Promoção da produção de grupos identitários e produtivos de mulheres em museus (produção associada às atividades dos museus)	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário

COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO MUSEAL		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Programa ArqMuseus	IPHAN	Arquivo Nacional / Universidade de Minas Gerais – UFMG/OEI
Programa de Gestão Documental	Coordenação de Documentação e Informação do MINC	Arquivo Nacional e OEI
Promoção de ações de cooperação técnica em prol da preservação, valorização e divulgação do patrimônio documental arquivístico, bibliográfico e museológico do país.	Fundação Biblioteca Nacional	Arquivo Nacional
MUSEU IMPERIAL		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Conservação e Restauro da Berlinda de aparato de D. Pedro II	MINC	GE Celma Petrópolis
Exposição “O Império em Brasília”, em comemoração aos 190 anos da Assembléia Constituinte de 1823	-	Congresso Nacional (poder Legislativo Federal)
Projeto de Digitalização do Acervo do Museu Imperial - DAMI	-	Sociedade de Amigos do Museu Imperial – SAMI Ministério da Justiça – Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD
Realização do Festival de Inverno de Petrópolis	MINC	Sociedade de Amigos do Museu Imperial – SAMI Dell Artes Soluções Culturais
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Concerto da Orquestra do Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	Instituto Pão de Açúcar
Digitalização da coleção Gustavo Barroso	-	FAPERJ
Digitalização de processos de aquisição de acervo	-	DOCPRÓ
Em Busca da Cidadania Plena	-	Desembargador Siro Darlan
Exposição “Os Jogos Olímpicos: Esporte, Cultura e Arte”	-	Comitê Olímpico Brasileiro
Exposição do Banco Espírito Santo	-	ART solutions
Exposição itinerante “Brasil Nossa História	-	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho e Secretaria de Estado e Administração Penitenciária
Exposição: Universo dos Personagens de Mangá e Anime	-	Consulado Geral do Japão
Transporte de ônibus para visitantes do Museu	-	Federação de Transportes do Estado do Rio de Janeiro
Música no Museu	-	Carpex Empreendimentos
Necessidades Especiais	-	Instituto Benjamin Constant
Projetos Sociais: Atividade Cultural	-	COMLURB
Restauro do carro PROTOS	-	Associação dos Amigos do MHN

Seminário Internacional	-	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e FAPERJ
MUSEU DA REPÚBLICA / PALÁCIO RIO NEGRO		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Confecção do Programa da Conferência Anual do CECA/ICOM (organizada pela Diretora do Museu da República), realizada durante a 23ª Conferência Geral do ICOM, em agosto	-	Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro
Participação da educadora Liv Goldmann na Conferência Anual do CECA/ICOM (organizada pela Diretora do Museu da República), realizada durante a 23ª Conferência Geral do ICOM, em agosto	-	British Council
Restauração do Gerador da antiga Usina Elétrica e construção de espaço para exposição do mesmo e de um bistrô (inauguração agosto/2013)	-	Light Serviços de Eletricidade/Instituto Cidade Viva
MUSEU DA INCONFIDÊNCIA		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Cineclube Museu da Inconfidência	-	Caixa Econômica Federal
MUSEUS RAYMUNDO OTTONI CASTRO MAYA		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Exposição Debret viagem ao sul do Brasil –	-	Caixa Cultural e Memória Visual
Exposição Gravura estrangeira em destaque	-	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya
Exposição Jazz de Matisse	-	SESC e Memória Visual
Exposição John Heartfield	-	Instituto Valenciano de Arte Moderna
Exposição Museu do Açude	-	ArtRio - Feira Internacional de Arte
Exposição Portinari na Coleção Castro Maya	-	Artepadilla/Palácio Anchieta, Vitória-ES
Museu de Idéias	Fundação Casa de Rui Barbosa	Museu de Astronomia
Projeto "Os Amigos da Gravura"	-	Banco Safra
Projeto de Integração Museu Escola -Letrarte	-	Escola Municipal Machado de Assis
Santa Teresa de Portas Abertas	-	Chave Mestre – Associação de artistas de Santa Teresa
MUSEU DE BIOLOGIA PROFESSOR MELLO LEITÃO		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Apoio a atividades no MBML: SIMBIOMA e estágios	-	Associação de Amigos do Museu de Biologia Mello Leitão
Apresentações culturais no espaço do MBML	-	Governo do Estado do Espírito Santo
Conselho Municipal de Cultura	-	Prefeitura Municipal de Santa Teresa
Projeto Muriqui	-	Universidade Federal do Espírito Santo

MUSEU DA ABOLIÇÃO		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Apoio na Comunicação e divulgação das ações do Museu	Regional Nordeste do MINC	-
Desenvolvimento de Projeto Básico para utilização dos recursos do PAC para viabilizar obras de restauro, conservação e adequação do imóvel às necessidades do Museu	Regional Nordeste do IPHAN	-
Ludoteca no Museu da Abolição – apresentado e aprovado no edital do Funcultura (governo do Estado de Pernambuco)	-	Bureau de Cultura e Turismo
MUSEU DO DIAMANTE		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
45º Festival de Inverno da UFMG	-	Diretoria de Ação Cultural/Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Café Literário: a narrativa literária como fonte de conhecimento; Cine Mercúrio: movimentação de culturas e linguagens	-	Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH)/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Oficina Educação Patrimonial	-	Secretaria de Cultura/ Prefeitura Municipal de Diamantina/MG
Um Museu e seus Segredos: Criação de material pedagógico para utilização de professores e alunos do Ensino Fundamental, Visitantes do Museu do Diamante.	-	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REY		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Assessoria Técnica para Reestruturação e Desenvolvimento de Atividades Culturais	-	Museu de Arte Sacra de São João Del Rei
Exposição “A música, o Museu e a Cidade	-	Orquestra Lira Sanjoanense; Orquestra Ribeiro Bastos; Banda Theodoro de Faria; Sociedade de Concertos Sinfônicos
Museu lugar de Encontro	-	Museu da Liturgia
MUSEU VICTOR MEIRELLES		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Atendimento às demandas das escolas estaduais; cessão de uso do 2º piso do Prédio Anexo ao MVM	-	Governo do Estado de Santa Catarina
Captação de recursos via leis de incentivo cultural; gestão orçamentária dos projetos aprovados; apoio na divulgação das atividades do MVM	-	Associação de Amigos do Museu Victor Meirelles (AAMVM)
Consultoria Técnica	Fundação Casa de Rui Barbosa	-
Cooperação Técnica - Cessão de funcionário para apoiar as atividades educativas do MVM; criação do Largo Victor Meirelles; atendimento às demandas das escolas municipais.	-	Prefeitura Municipal de Florianópolis
Estágios e parcerias para a realização de atividades culturais (oficinas e palestras); pesquisa; atendimento às demandas de alunos e professores.	-	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Projeto Agenda Cultural do MVM, patrocínio via lei Rouanet de incentivo a cultura.	-	Empresa Tractebel Energia S/A

Projeto Ver e ouvir Victor Meirelles: áudio guias (português, inglês e espanhol e vídeo em libras): patrocínio via Seleção pública de projetos culturais do Programa CAIXA de Apoio Patrimônio Cultural Brasileiro	-	Caixa Econômica Federal
MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Apio a Atividades Educativas	-	Prefeitura Municipal de Paraty
Mobiliário para a Reserva Técnica.	-	Roberto Irineu Marinho
Obras de Restauração, Conservação e Manutenção.	-	Casal Alain Belda e Haidee Belda.
Revitalização Museológica	MINC	Empresa Expomus / Caixa Econômica Federal
MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
8ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América Latina	MINC	Secretaria de Direitos Humanos
Aula aberta: a escravidão em Paraty; Evento “A fala que tece a escrita”; Oficinas de máscaras com estudantes; Oficinas livres de bordado, em parceria com o grupo "Bordadeiras Poéticas", composto de mulheres paratienses	-	Secretaria Municipal de Educação
Oficinas de bordado e de máscaras.	-	Secretaria Municipal de Educação e Escola Pequena Calixto
Exposição e ações educativas do projeto "Narrativa Oral".	-	Secretaria Municipal de Educação e sua Coordenação de bibliotecas e formação de leitores.
Festival “Aves de Paraty”	-	Associação Cairuçu e Fundação S.O.S. Mata Atlântica.
XVI Ymaguaré	-	Associação Nhandeva
Exposição de Artesanato do Quilombo	-	Quilombo do Campinho
Replanteio de espécies nativas	-	Horto Municipal
Exposição de máscaras do Mestre Natalino	-	Artesão Natalino Jesus Silva
MUSEU DAS MISSÕES		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Apio técnico-operacional ao Ponto de Memória Missioneira	-	Ponto de Memória Missioneira, Associação Amigos das Missões, Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social - REPIMRS.
Curso de Extensão em Arte Sacra Jesuítico-Guarani da Região Missioneira	IPHAN	PUC-RS, Faculdade de Teologia, Rádio Comunitária Piratini FM, Associação de Guias de Turismo, Centro de Tradições Nativistas Sinos de São Miguel.
Pesquisa histórica sobre trajetória do Museu das Missões e patrimônio cultural da região Missioneira	-	Centro de Cultura Missioneira CCM-URI, PUC-RS.
Organização de Exposição temporária/itinerante sobre o acervo museológico.	-	Fotógrafo Edegar Cavalheiro, Prefeitura Municipal, Assembléia Legislativa, Tenondé Park Hotel

Execução de fotografias de todas as peças pertencentes ao acervo de imagens em madeira do Museu das Missões para produção de catálogo da imaginária missioneira.	-	Fotógrafo Edegar Cavalheiro, IAPH-Espanha.
XX Semana Missioneira	IPHAN	Prefeitura Municipal, Governo do Estado do RS.
Exposição "A Trajetória da Arqueologia no RS"	IPHAN	Prefeitura Municipal
Programa Nacional de Educação Museal - PNEM	-	Rede de Educadores em Museus-RS, Centro Acadêmico de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; Comissão Organizadora do I Encontro de Estudantes de Museologia do RS; Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro.
Projeto Sabores e Saberes Missioneiros	-	REJUPAM, PROEXT COMUF-FURG, Ponto de Memória Missioneira.
MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL DE CABO FRIO		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Análises do Projeto de Instalações Prediais – Assessoria técnica para restauração do prédio e elementos integrados.	IPHAN	-
11ª Semana de Museus	-	Centro Cultural Geribá Capoeira
Exposição Ciência e Arte de Gilmário Santana (7ª Primavera de Museus)	-	Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação/Prefeitura Municipal de Cabo Frio
Apoio no evento da 7ª Primavera de Museus	-	Coral Despertar do Clube da Melhor Idade Alegria de Viver
Apresentação na 7ª Primavera de Museus	-	Cia Teatral Curare
Jongo na 7ª Primavera de Museus	-	Grupo Griot
Apoio para realização de atividades.	-	Movimento Abrace o Convento
Cessão de Espaço para estações de trabalho durante as obras na Sede do Museu.	-	Ordem Terceira Secular
Oficinas de douramento com Alexandre Shiachiticas – 23/08/13; Apoio na “Exposição Mostra Formigas” Paulo Luiz de Oliveira; 2 oficinas de confecção de formigas com material reciclado	-	Empresa Sta Therezinha Restaurações
MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Água, Valor e Usos; Museu e Consciência Ambiental	Superintendência do IPHAN no Maranhão.	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus Alcântara).
Criança: Uma vida, uma inocência, um futuro	-	Conselho Tutelar do Município de Alcântara. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus Alcântara).
MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Programa de apoio às atividades pesqueiras: Projeto Urbanístico e Sócio ambiental do Canto de Itaipu, Niterói – RJ	-	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (SEDRAP)

Conselho Consultivo do Parque	-	Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET)
Exposição de longa duração “Percurso do Tempo: Revelando Itaipu”, escavação e análise de material arqueológico.	-	Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Educação Ambiental	-	Escola Municipal Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis
Programa de Educação Ambiental	-	Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP)
Projeto de cercamento do sítio arqueológico Duna Grande	IPHAN	-
Reserva Extrativista de Itaipu	-	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
Apoio logístico, apoio nos meios de comunicação e apoio material para realização de eventos.	-	Prefeitura Municipal de Serro
Projeto “Outubro Rosa”	-	Prefeitura de Serro e Secretaria de Saúde.
Aniversário do Serro	-	Prefeitura e Estúdio Núcleo Musical
Projeto Blitz Educativa	-	Prefeitura de Serro e Instituto Estadual de Florestas
Educação ambiental; Projeto Semana do Meio Ambiente no MRCO	-	Instituto Estadual de Floresta
Palestras sobre patrimônio cultural; Parceira Museu e Escola; Projeto Semana das Crianças	-	Escolas da rede de ensino público.
Palestra “Reflexões sobre Mudança Social”; Projeto: Palestra “As formas jurídicas de proteção da identidade quilombola”	-	PUC Minas Serro
Elaboração de um roteiro onde contempla o MRCO	-	Roteiro Turístico Independente
Reformulação da Lei Municipal de Turismo	-	Conselho Municipal de Turismo Conselho da APA das Águas Vertentes
Empréstimo de material iconográfico para exposições	IPHAN	-
Exposição Cerâmica; Oficina de Cerâmica	Funarte	Comunidade do Jacu
Criação de roteiro turístico nas fazendas produtoras de queijo	-	Associação dos Produtores de Queijo
Projeto Apresentação Banda de Música	-	Associação do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras.
Cine-Museu	-	Produtora Quimera Filmes
Exposição telas do Serro	-	Artista Rafael Múcio
Exposição “A Arte e o Sagrado”; Projeto: Exposição “Rosário em Festa”	-	Artista Cláudio Ferreira e representantes dos cogados.
Grito de Carnaval	-	Bateria Mirim de Serro
Memória Musical	-	Estúdio Núcleo Musical
Projeto Exposição “300 Anos Paróquia de Serro”	-	Paróquia de Serro

MUSEU CASA DA HERA		
Projetos objetos das parcerias	Parceiros Internos (sistema MinC)	Parceiros Externos (outros órgãos/entidades)
7ª Primavera de Museus – Mesa-redonda sobre o tema “Escravidão e Cultura Afro no Vale do Café”	-	Prof. Ricardo Salles – UNIRIO Profª. Rogéria Costa de Paula e Prof. José Jorge Siqueira - USS
Digitalização de toda a coleção do “Jornal do Comercio”, que faz parte do acervo do MCH, além da doação de equipamentos eletrônicos	-	Prof. Mariana Muaze (FAPERJ / UNIRIO)
Exposição Temporária “Água que te quero ter”	-	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico – Rio de Janeiro/RJ
Festival Vale do Café 2013 – Café Literário	-	Grupo Turisplan
Festival Vale do Café 2013 – Café Literário – sarau	-	Juliana Maia – cantora/atriz
Festival Vale do Café 2013 – Café Literário (palestras sobre os livros recém-escritos inspirados em Eufrásia Teixeira Leite)	-	Escritora Eneida Quadros Escritora Neuza Fernandes Escritora Hildete Pereira de Melo Escritora Juliana Henriques
Festival Vale do Café 2013 – Clube de Leitura Especial	-	Escritora Eneida Quadros
Festival Vale do Café 2013 – Dia Estadual do Jongo	-	Jongo “Caxambu Renascer”
Festival Vale do Café 2013 – Oficina de Bonecões	-	Atelier “Barro & Arte”
Festival Vale do Café 2013 – oficina de bordados	-	Gabriela Machado – Arte Educadora (Juiz de Fora/ MG)
Festival Vale do Café 2013 – Oficina de Musicalização	-	Backstage Eventos
Projeto Educativo “Clube do Postal” – Edição comemorativa do aniversário de Eufrásia Teixeira Leite	-	Empresa Girando Mídia Indoor
Projeto Educativo “Ecoclube” – doação de mudas de hortaliças e legumes	-	Horto Municipal de Vassouras
Semana Nacional de Museus – Apresentação Cultural	-	Quarteto de Flautas do PIM - Vassouras
Semana Nacional de Museus – Oficina de Ervas Medicinais	-	Projeto “Farmasaúde” – Curso de Farmácia da Universidade Severino Sombra (USS)
Semana Nacional de Museus – Oficina de Sabão Ecológico	-	Projeto “Química – Sabão Ecológico” da Universidade Severino Sombra (USS)
Semana Nacional de Museus – participação na mesa redonda sobre o tema “Museu Casa da Hera e sustentabilidade”	-	Prof. Fábio Freitas - UFRRJ
Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus – cessão de espaço	-	Universidade Severino Sombra (USS)

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Exercício de 2013 do Ibram está estruturado em partes, itens e subitens numerados, conforme estabelecido nas orientações constantes nas Decisões Normativas TCU nº 127 e 129, de 2013, bem como na Portaria TCU nº 175, de 2013.

Alguns fatores foram determinantes para responder aos conteúdos definidos e estruturados nos normativos supracitados:

- ♦ Conforme o PPA 2012-2015, o Ibram atuou por meio de um programa finalístico de governo, três objetivos, cinco iniciativas e cinco ações orçamentárias;
- ♦ As ações que integram o programa, em grande parte, estão vinculadas a temas abrangentes e compartilhados por várias unidades do Sistema MinC;
- ♦ A estrutura regimental do Ibram contempla órgãos descentralizados, porém a interdependência é de tal ordem que não se constata um grau de autonomia típica de órgãos com ramificações;
- ♦ A execução e gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de suprimento de bens e serviços do Ibram e de suas unidades museológicas é realizado, em quase a sua totalidade pela administração central da Autarquia; e
- ♦ Dentre as unidades museológicas, nove (9) estão constituídas como unidades gestoras executoras, administrando de forma desconcentrada parcela das ações orçamentárias, de serviços e de logística.

O Ibram preencheu todos os itens e subitens da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 devidos às autarquias, conforme Quadro A1 do mesmo Anexo, a exceção de:

- ♦ **por não se aplicar a natureza desta Autarquia**
 - Subitem 11.3 (Demonstrações Contábeis, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no SIAFI).
- ♦ **por não haver conteúdo a ser declarado**
 - Subitem 4.2 (reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos);
 - Subitem 4.6 (renúncia de receitas);
 - Subitem 5.1, alínea “g” (sobre casos identificados de acumulação remunerada de cargos);
 - Subitem 9.5 (medidas adotadas em caso de dano ao erário); e
 - Subitem 11.6 (relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis)

Foram também preenchidos os conteúdos específicos dos seguintes itens da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 127/2013:

- Item 15 (acordos de cooperação internacional com consultores na modalidade “produto”); e
- Item 35 (sobre Termos de Parceria).

O Instituto Brasileiro de Museus tem promovido, divulgado e consolidado a presença dos museus na vida cultural do país. Ampliar a visitação e diversificar o público, metas importantes do instituto, registraram notáveis resultados em 2013, na 11ª Semana Nacional e na 7ª Primavera dos Museus. Os dois eventos promoveram 6.575 atividades em mais de 1.200 museus e proporcionaram aumento considerável na visitação, conforme pesquisa realizada pelo Ibram.

Em outubro, foi publicado o decreto nº 8.124/13, que regulamenta o Estatuto de Museus. Aguardado pela comunidade museológica, o decreto permite uma série de ações e procedimentos com vistas à preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, conferindo ao Ibram uma fiscalização de caráter pedagógico e orientador. Dentre seus principais pontos, destacam-se o Registro de Museus e o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, que serão obrigatórios, e a Declaração de Interesse Público, um novo instrumento de acautelamento e proteção de bens musealizados e passíveis de musealização. As associações de amigos de museus foram reconhecidas oficialmente como instrumento importante para o fortalecimento das instituições.

O Ibram ofereceu treinamento e capacitação sobre gestão de riscos voltados para técnicos das áreas de segurança e conservação de museus e publicou uma cartilha sobre o tema Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Concluiu a segunda etapa do Projeto Conhecendo Museus, série televisiva de documentários sobre museus brasileiros exibidos na TV Brasil.

Além de todas essas realizações, o Ibram deu continuidade ao atendimento às suas 30 unidades museológicas vinculadas, destinando recursos às despesas de manutenção administrativa, funcionamento e programação cultural, apesar das limitações orçamentárias sofridas em 2013.

Em 2014, quando completa cinco anos, o Ibram realiza o 6º Fórum Nacional de Museus, no qual se pretende revisar o Plano Nacional Setorial de Museus, além de refletir, avaliar e propor diretrizes para a Política Nacional de Museus e para o Sistema Brasileiro de Museus. Deve ainda lançar a nova edição do Cadastro Nacional de Museus.

A continuidade do Programa de Requalificação dos Museus do Ibram também está assegurada, com a execução de obras já em licitação e lançamento de novos editais. Mais de 27 museus receberam ou possuem recursos liberados para projetos e obras de requalificação arquitetônica e expográfica em 2014. Para os museus brasileiros a requalificação contará com o patrocínio de R\$ 20 milhões da Petrobras a 12 projetos, representando um aporte significativo de recursos, ao lado das ações do PAC Cidades Históricas, que contempla 39 museus com obras de recuperação dos edifícios.

Dentro do Programa de Fomento aos Museus, convênios serão celebrados por meio de editais, para criação e modernização de museus e redes museais. O Ibram irá também distribuir prêmios nas áreas de modernização, trabalhos jornalísticos, obras de arte contemporânea, dentre outras relacionadas ao campo museal.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Planejamento da unidade

O Ibram, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, tem seu planejamento orientado pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), cujas diretrizes, estratégias e ações foram traduzidas em 53 metas a serem trabalhadas até 2020. As ações finalísticas do Ibram são também orientadas pelo Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), instrumento que é parte integrante do PNC e organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas para o setor museal no país. Paralelamente, o Ibram atende também às metas estabelecidas pelo Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso do PPA 2012-2015.

Em fevereiro de 2013, a Diretoria Colegiada do Ibram, junto à Coordenadoria de Planejamento Setorial do Ministério da Cultura (CPS/CGPS/SPOA/SE/MinC), revisitou os objetivos e as iniciativas que figuram no Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso do PPA, assim como as metas propostas, de forma a adequar as mesmas à realidade atual do campo museal e mantendo consistência com as metas do PNC. O novo arranjo dos objetivos, iniciativas e metas do Ibram dentro do Programa 2027 serão tratadas a seguir no subitem 2.2. As metas revisadas do PPA, bem como as metas PNC correspondentes estão demonstradas no Quadro 3.

Quadro 3. CORRESPONDÊNCIA ENTRE METAS PPA DO IBRAM E METAS PNC

Meta PPA	Metas PNC
Objetivo 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	
Identificar e premiar 180 novos Pontos de Memória.	Meta 06) 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.
Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro.	Meta 25) Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional.
	Meta 40) Disponibilização na internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte).
	Meta 41) 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC.
Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras.	Meta 24) 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.
	Meta 25) Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional.
	Meta 28) Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música.
	Meta 40) Disponibilização na internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte).
	Meta 41) 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC.

Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros.	Meta 28) Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música.
Objetivo 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer.	
Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais.	Meta 29) 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.
	Meta 31) Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos 1 tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos 2 tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos 3 tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos 3 tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos 4 tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos 4 tipos.
	Meta 34) 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.
Objetivo 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira.	
Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal.	Meta 18) Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.
	Meta 19) Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.
	Meta 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.

Em 2012 o Ministério da Cultura aderiu ao Programa Modernizando a Gestão Pública, criado no âmbito da Câmara de Gestão. Como parte desta adesão, o MinC tem implementado a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), o que permitiu, ao longo de 2013, a construção de seu Mapa Estratégico. Este instrumento, elaborado de forma participativa entre secretarias e vinculadas do MinC, contém os objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas que o Sistema MinC como um todo deve atender até 2020. Um dos desdobramentos da aplicação do BSC no Sistema MinC, a partir do Mapa Estratégico consolidado, foi a criação de Mapas Estratégicos institucionais para todas as unidades vinculadas, com vistas ao alinhamento das estratégias entre cada secretaria e unidade vinculada.

Neste âmbito, ao longo de 2013, foi elaborado o planejamento estratégico do Ibram, que traduz as principais estratégias da organização em um Mapa Estratégico, instrumento que estabelece os objetivos estratégicos da organização desdobrados em indicadores e iniciativas estratégicas a serem implementadas até 2020. Sua elaboração foi facilitada pela atuação de consultores contratados no âmbito do PRODOC de Gestão e o processo de construção envolveu todas as áreas técnicas da sede e os trinta museus vinculados ao Ibram. O Mapa Estratégico do Ibram, oficialmente lançado em setembro, está em fase de implementação dentro da instituição, de forma que os indicadores relacionados aos objetivos estão sendo revisados e aperfeiçoados e as iniciativas estratégicas estão sendo monitoradas.

O Mapa Estratégico do Ibram, representado na Figura 1, segue uma perspectiva estratégica direcionada pela sua missão institucional e pela a visão de futuro recém revisadas. A missão institucional prevê a valorização dos museus brasileiros e a promoção do campo museológico com a finalidade de garantir o direito à memória, a universalidade do acesso aos bens culturais e o respeito à diversidade.

O Instituto pretende ser reconhecido, ao longo dos próximos dez anos, pela excelência na geração de conhecimento e na gestão de políticas públicas para os museus e para o campo museológico. O foco de atuação do Ibram, portanto, é realizar entregas para os museus e para o campo museológico, com base nessa perspectiva estratégica.



Figura 1. Mapa Estratégico do Ibram (Fonte: Ibram)

Os atributos de valor que devem permear todas as ações e objetivos do Instituto e desta forma orientar as perspectivas de atuação de todos seus departamentos e museus vinculados são: Memória e identidade; Visibilidade dos museus; Integridade do Patrimônio; Diversidade; Função Social; Acessibilidade; Cultura Local; Transparência e a Excelência em serviços.

O Mapa Estratégico do Ibram elenca 20 objetivos estratégicos (OE), que constituem os principais desafios para que se realizem as entregas previstas na missão e visão de futuro, orientadas pelos direcionadores estratégicos. Entre eles, 13 são objetivos finalísticos, ou seja, relativos ao foco de atuação do Instituto, e 7 objetivos estratégicos são relativos à sua organização interna. A seguir, elencamos cada objetivo estratégico, dentro do contexto de seu direcionador estratégico:

FOCO DE ATUAÇÃO

♦ **Direcionador Estratégico 1 – Preservação/Difusão/Acesso**

OE1: PROMOVER E DIFUNDIR O PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO NACIONAL E INTERNACIONALMENTE

OE2: DESENVOLVER AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO CAMPO MUSEAL

OE3: PRESERVAR, PROTEGER E AMPLIAR O PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO

OE4: DEMOCRATIZAR E AMPLIAR O ACESSO AO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO

♦ **Direcionador Estratégico 2 – Função social/Educação/Pesquisa**

OE5: PROMOVER A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DOS MUSEUS

OE6: FOMENTAR A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES DO CAMPO MUSEAL

OE7: ESTIMULAR O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE MEMÓRIA SOCIAL

OE8: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE GESTORES E AGENTES DO CAMPO MUSEAL

♦ **Direcionador Estratégico 3 – Planejamento e Gestão do Setor**

OE9: CONSOLIDAR A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS E SEUS INSTRUMENTOS

OE10: CONSOLIDAR ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS INTERSETORIAIS

OE11: ESTIMULAR A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS MUSEUS

♦ **Direcionador Estratégico 4 – Regulação e Fiscalização**

OE12: APERFEIÇOAR O MARCO REGULATÓRIO

OE13: APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO INTERNA

♦ **Direcionador Estratégico 5 – Governança Interna**

OE14: ADEQUAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA

OE15: APERFEIÇOAR MECANISMOS DE GESTÃO (Gestão Estratégica; Gestão de Processos; Gestão de Projetos; e Gestão Orçamentária)

OE16: PROMOVER A INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

OE17: IMPLANTAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO

OE18: PROMOVER A INTEGRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SINERGIA ENTRE AS UNIDADES

♦ **Direcionador Estratégico 6 – Pessoas**

OE19: ESTRUTURAR E VALORIZAR O QUADRO DE PESSOAL

OE20: DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS

Os direcionadores estratégicos do Instituto foram definidos a partir dos dispostos na Lei de Criação do Ibram (Lei nº 11.906/2009) e da Lei que institui o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009).

De acordo com o disposto na Lei de Criação do Ibram, o Instituto deve zelar pela preservação, difusão, e garantia ao acesso ao patrimônio cultural do país. Portanto, foram definidos como desafios estratégicos promover e difundir, assim como preservar, proteger e ampliar o patrimônio museológico brasileiro. Ao mesmo tempo, é função do Ibram e de seus museus democratizar e ampliar o acesso ao patrimônio museológico e desenvolver as potencialidades econômicas do campo museal como um todo.

A função social e educativa dos museus é premente à atuação do Ibram, por isso foi escolhida como segundo bloco de foco de atuação. Esse bloco tem como desafios promover a função educativa e social dos museus, estimular o surgimento de iniciativas de memória social, fomentar a produção e circulação de conhecimentos e informações do campo museal e promover a capacitação de agentes e gestores do campo.

Os próximos dois blocos são endereçados ao campo museal mais amplo, mas eles apoiam os objetivos estratégicos previamente apresentados. O diretor estratégico do planejamento e gestão do setor e tem como desafios principais consolidar a Política Nacional de Museus e seus instrumentos, consolidar parcerias institucionais e intersetoriais e estimular a modernização da gestão dos museus. Já no bloco da regulação e fiscalização, os objetivos do Ibram são aperfeiçoar o marco regulatório e os processos de monitoramento e fiscalização do setor.

Por fim, a perspectiva da organização interna engloba objetivos relacionados a governança interna e a pessoas. Dentro da governança interna entende-se Ibram sede, suas representações e os museus vinculados ao Instituto. Os desafios principais são relacionados à adequação da estrutura organizacional à estratégia; ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão (estratégica, de processos, de projetos e orçamentária); à promoção da integração dos sistemas de informação: à implantação da gestão de conhecimento e à promoção da integração da comunicação e sinergia entre unidades.

Com relação ao bloco de pessoas, os desafios internos são estruturar e valorizar o quadro de pessoal e desenvolver as competências necessárias.

As competências legais do Ibram, segundo a Lei nº 11.906/2009, serão executadas por meio de iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos do Mapa Estratégico. Apresentamos abaixo a vinculação das competências do Ibram com os objetivos estratégicos finalísticos:

Quadro 4. CORRESPONDÊNCIA ENTRE COMPETÊNCIAS LEGAIS E MAPA ESTRATÉGICO DO IBRAM

Competências legais do Ibram	Objetivos estratégicos
I – propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;	OE 1
	OE 11
	OE 9
II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;	OE 10
	OE 11
	OE 12
III – fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;	OE 13
	OE 5
IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;	OE 6
	OE 1
V – desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;	OE 2
	OE 5
VI – estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;	OE 7
	OE 5
VII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;	OE 5
VIII – promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;	OE 3

IX – implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;	OE 6
	OE 13
X – promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;	OE 6
	OE 8
	OE 10
XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;	OE 3
XII – propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;	OE 3
XIII – desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;	OE 1
	OE 3
	OE 4
XIV – estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;	OE 8
XV – coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;	OE 9
XVI – promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e	OE 1
XVII – exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.	OE 12

Para a total implementação e cumprimento do Mapa Estratégico e as atribuições previstas no Decreto 8.124, publicado em outubro de 2013, o Ibram tem algumas barreiras como a insuficiência de pessoas recursos humanos e de qualificação e treinamento, a necessidade de redefinição e mapeamento de competências e processos internos, além da baixa disponibilidade de recursos orçamentários. Nesse contexto, estão sendo priorizados os objetivos da perspectiva da organização interna, onde constam as iniciativas estratégicas para tentar resolver esses problemas. Além disso, esses objetivos da área meio formam a base do Mapa Estratégico e seu alcance é determinante para a realização dos demais objetivos do foco de atuação e, conseqüentemente, da missão e da visão do Ibram. Junto aos blocos de Governança Interna e de Pessoas, foi priorizado também o bloco de Regulação e Fiscalização, em razão da publicação do Decreto nº 8.124/2013.

Segue abaixo um resumo dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e iniciativas estratégicas:

Quadro 5. OBJETIVOS, INDICADORES E INICIATIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO DO IBRAM

Tema: PRESERVAÇÃO/DIFUSÃO/ACESSO		
Objetivos	Indicadores	Iniciativas
1 Promover e difundir o patrimônio museológico brasileiro nacional e internacionalmente	1. Percentual (%) de municípios participantes nas ações permanentes de promoção e divulgação do Ibram (semestral) 2. Percentual (%) de museus participantes nas ações permanentes de promoção e divulgação dos museus no Brasil e no exterior (trimestral) 3. Valor investido em ações do campo museal no exterior apoiadas pelo Incentivo Fiscal, FNC e Administração Direta (trimestral)	1. Apoio Cultural à Copa do Mundo voltado para o Campo Museal 2. Difusão do Campo Museal e Promoção dos Museus Brasileiros
2 Desenvolver as potencialidades econômicas do campo museal	1. Percentual (%) de museus preparados para receber turistas nacionais e internacionais (anual) 2. Percentual de museus que realizam atividades econômicas complementares (lojas, livraria, restaurante, etc.) (anual)	1. Desenvolvimento das Potencialidades Econômicas do Campo Museal

3	Preservar, proteger e ampliar o patrimônio museológico brasileiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percentual de museus e iniciativas de memória social identificadas com seu acervo inventariado- semestral (trimestral) 2. Percentual de museus do IBRAM em boas condições arquitetônica e expográfica (anual) 3. Número de unidades museais com projetos de infraestrutura apoiados pelo Ibram 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inventário de Acervos Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos dos Museus do Ibram 2. Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado 3. Manutenção Predial dos Museus 4. Programa de Requalificação Arquitetônica e Expográfica dos Museus do Ibram 5. Programa de Fomento
4	Democratizar e ampliar o acesso ao patrimônio museológico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percentual de incremento no número de visitantes de museus do Ibram (trimestral) 2. Percentual % de municípios brasileiros com instituições museológicas (trimestral) 3. Percentual de museus do Ibram com acervo disponibilizado em meio eletrônico (trimestral) 4. Percentual (%) dos municípios de cada macrorregião do país com produção cultural fomentada com recursos públicos federais do Ibram (trimestral) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acervo em Rede 2. Museu Nacional de Brasília
Tema: FUNÇÃO SOCIAL/EDUCAÇÃO/PESQUISA			
Objetivos		Indicadores	
Iniciativas			
5	Promover a função social e educativa do museu	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de aumento da quantidade de pessoas atendidas por iniciativas sociais e educativas realizadas por museus do Ibram (semestral) 2. Percentual de museus com setores educativos estruturados (anual) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Educação Museal - PNEM
6	Fomentar a produção e a circulação do conhecimento e informações do campo museal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de aumento do número de publicações, estudos e pesquisas produzidas ou apoiadas pelo Ibram disponibilizadas (trimestral) 2. Taxa de aumento na quantidade de encontros realizados ou apoiados pelo Ibram nacional ou internacionalmente (trimestral) 3. Percentual de incremento de publicações disponibilizadas pelo Ibram com análise de dados do CNM (anual) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Estudos e Publicações 2. Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia - CENEDOM 3. Cadastro Nacional de Museus - CNM
7	Estimular o surgimento e desenvolvimento de iniciativas de memória social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quantidade de iniciativas de memória social identificadas pelo Ibram (anual) 2. Volume de recursos aplicados em projetos ou iniciativas de memória social (semestral) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Pontos de Memória
8	Promover a capacitação de gestores e agentes do campo museal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percentual de aumento do número de pessoas qualificadas pelo Ibram (trimestral) 2. Taxa de aumento de ações de capacitação/ especialização realizados ou criados por intervenção do Ibram (semestral) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. UniMuseus
Tema: PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SETOR			
Objetivos		Indicadores	
Iniciativas			
9	Consolidar a Política Nacional de Museus e seus instrumentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percentual do alcance das metas prioritizadas do PNSM, sob responsabilidade de execução do Ibram, atingidas (anual) 2. Percentual de museus vinculados ao SBM (trimestral) 3. Taxa de aumento da criação de sistemas municipais estaduais e de redes do campo museológico (trimestral) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fórum Nacional de Museus 2. Fortalecimento das Redes e Sistema de Museus

10	Consolidar articulações institucionais e parcerias intersetoriais	1. Quantidade de programas e ações implementados em articulação com outras políticas setoriais (semestral) 2. Quantidade de parcerias celebradas pelo IBRAM e seus museus com organismos governamentais e não governamentais no âmbito Nacional e Internacional (semestral)	1. Acordos Internacionais de Cooperação para Fortalecimento do Campo Museal
11	Estimular a modernização da gestão dos museus	1. Percentual (%) de museus que possuem Plano Museológico (anual) 2. Percentual de implementação do Plano de Comunicação Institucional para os museus Ibram	1. Desenvolvimento de Planos Museológicos 2. Plano de Comunicação Institucional para os Museus
Tema: REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
Objetivos		Indicadores	Iniciativas
12	Aperfeiçoar o marco regulatório	1. Percentual (%) de instrumentos do decreto normatizados (trimestral) 2. Quantidade de instrumentos orientadores disponibilizados (trimestral)	1. Instrumento Normativo para Proteção e Promoção de Museus e Coleções no Mundo 2. Criação de Instrumentos Normativos do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus
13	Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização	1. Percentual (%) de projetos com prestação de contas finalizadas (mensal) 2. Percentual (%) de projetos monitorados ao longo de sua execução (mensal) 3. Taxa de museus registrados (anual)	1. Registro de Museus 2. Processo de Fiscalização de Obrigações Legais do Estatuto de Museus
Tema: GOVERNANÇA INTERNA (sede, representações e museus)			
Objetivos		Indicadores	Iniciativas
14	Adequar a estrutura organizacional à estratégica	1. Percentual (%) de implantação do Plano de Adequação da Estrutura Organizacional (mensal)	1. Reestruturação Organizacional do IBRAM
15	Aperfeiçoar mecanismos de gestão	1. Percentual (%) de execução físico / financeira das iniciativas estratégicas e de ações do pacto de desempenho (mensal) 2. Grau de alcance das entregas dos processos críticos (mensal) 3. Grau de alcance das metas do mapa estratégico (trimestral)	1. Gestão da Estratégia 2. Gestão de Processos 3. Gestão de Projetos
16	Promover a integração de Sistemas de Informação	1. Percentual de alcance das metas do PDTI relativas à integração de sistemas de informação (trimestral) 2. Taxa de incremento da disponibilização de documentos produzido pelo IBRAM em sistema de gestão documental (trimestral)	1. Desenvolvimento Integrado de Sistemas de Informação
17	Implantar a Gestão do Conhecimento	1. Número de publicações de sistematização criadas e difundidas (trimestral) 2. Percentual (%) de sistematização dos conhecimentos mapeados (semestral)	1. Processo de Gestão de Conhecimento 2. Programa de Gestão Documental do IBRAM
18	Promover a integração, comunicação e sinergia interna entre as unidades	1. Percentual da metas de iniciativas estratégicas transversais atingidas (trimestral) 2. Número de processos com procedimento operacional padrão publicados (trimestral) 3. Percentual de implementação do Plano de Comunicação Interna (semestral)	1. Plano de Comunicação Interna
Tema: PESSOAS			
Objetivos		Indicadores	Iniciativas
19	Estruturar e valorizar o quadro de pessoal	1. Taxa de Lotação (trimestral) 2. Taxa de Desistência do quadro de efetivos por Concurso (trimestral)	1. Estruturação do Quadro de Pessoal 2. Implementação do Programa de Qualidade de Vida (PQV)
20	Desenvolver as competências necessárias	1. Percentual (%) de competências necessárias à estratégia mapeadas e atendidas (semestral) 2. Percentual de alcance das metas do Plano de Capacitação (anual)	1. Gestão do Desenvolvimento e Desempenho

Entre os meses de setembro a novembro, foi analisado o andamento das iniciativas estratégicas e dos indicadores dos objetivos relacionados a esses temas emergenciais que representam os principais desafios da casa atualmente. No total foram analisados nove objetivos estratégicos (objetivos 12 a 20) desdobrados em 20 indicadores e 16 iniciativas estratégicas.

Os indicadores foram analisados de forma a verificar a necessidade ou não de revisão de sua fórmula; estabelecimento de metas; início de sua mensuração; e pontos críticos, justificativas e recomendações. Por sua vez, as iniciativas estratégicas foram analisadas com relação ao seu status de execução, assim como a identificação de pontos críticos, justificativas e recomendações. A análise permitiu demonstrar quantos indicadores têm metas estabelecidas, quantos foram mensurados e quais são os indicadores críticos, ou seja, sem meta, sem responsável pela aferição, ou sem mensuração. Com relação às iniciativas estratégicas, foi permitido visualizar quantas estão em andamento. Foram consideradas iniciativas críticas aquelas sem escopo claramente definido, não executadas ou com falta de recursos humanos e financeiros.

Em novembro foi realizada a 1ª Reunião de Análise Estratégica do Ibram (RAE) que contou com a presença dos membros da Diretoria Colegiada e representantes indicados por eles, assim como consultores em planejamento. Durante a 1ª RAE foram analisados os indicadores e as iniciativas relacionados aos objetivos supracitados, foram apontados os principais desafios e as recomendações necessárias com relação ao desenvolvimento das ações, estabelecimento de metas e prioridades. Por fim, foram elencados os principais encaminhamentos para o primeiro trimestre de 2014, com o intuito de otimizar a atuação do Ibram como um todo.

A 2ª RAE do Ibram deverá acontecer no primeiro trimestre de 2014. Durante este período será verificado o andamento dos indicadores e iniciativas estratégicas relacionadas aos objetivos estratégicos 1 a 11 do Mapa Estratégico do Ibram e serão acompanhados os encaminhamentos que foram apontados na 1ª RAE.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1. Objetivos do Ibram no Plano Plurianual

Quadro 6. OBJETIVO 0783 DO PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.					
Código	0783	Órgão	42000 – Ministério da Cultura			
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código	2027	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	Identificar e premiar 180 novos Pontos de Memória	Unidade	180	0	0	0,00%
2	Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro	Percentual	50	0	0	0,00%
3	Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras	Percentual	40	39,42	39,42	98,55%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros.					

Fonte: SIOP 2013; SIMINC 2013.

Quadro 7. OBJETIVO 0787 DO PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer.					
Código	0787	Órgão	42000 – Ministério da Cultura			
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código	2027	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais.	Unidade	60	17	48	80%

Fonte: SIOP 2013; SIMINC 2013.

Quadro 8. OBJETIVO 0788 DO PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura Brasileira.					
Código	0788	Órgão	42000 – Ministério da Cultura			
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código	2027	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal.	Unidade	300	234	234	78%

Fonte: SIOP 2013; SIMINC 2013.

Durante o primeiro exercício do PPA 2012-2015, o Instituto Brasileiro de Museus era o responsável pela execução de um único objetivo dentro do Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso. Esse objetivo agregava todas as metas, iniciativas e ações orçamentárias voltadas à área de museus.

No início do exercício de 2013, a estrutura do Programa 2027 foi toda revisada, de forma que os objetivos, iniciativas e ações passaram a ser compartilhados entre as unidades vinculadas ao Ministério da Cultura. Assim, o Ibram passou a participar da execução de três objetivos por meio de seis metas, conforme demonstrado nos quadros acima, e por meio de cinco iniciativas e cinco ações finalísticas, a serem detalhadas na próxima seção junto às demais ações da área meio.

Face ao exposto, a análise dos objetivos para os quais o Ibram contribuiu será feita com base na análise das metas PPA sob responsabilidade do Ibram dentro de cada objetivo.

♦ **Meta: Identificar e premiar 180 novos Pontos de Memória**

A meta encontra-se em execução por meio do projeto "Prêmio Pontos de Memória", idealizado de modo a selecionar e premiar iniciativas dedicadas à construção de memória social e práticas museais desenvolvidas por grupos, povos e comunidades, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da museologia social. O prêmio está dividido em duas categorias, a saber: categoria 01 - Pontos de memória no Brasil; e categoria 02 - Pontos de memória no exterior.

Na edição de 2012 do edital, lançada em novembro de 2012, foram premiados 50 pontos de memória no Brasil e 10 no exterior, cujos empenhos foram realizados em novembro de 2013 com previsão de pagamento em 2014.

Na segunda e na próxima etapa do projeto, espera-se premiar mais 120 Pontos de Memória, o que indica que a meta será atingida até 21 de dezembro de 2015. A premiação possibilitou identificar um incremento no mapeamento dos Pontos de Memória, bem como a atualização das informações referentes às estruturas e às ações desenvolvidas nas iniciativas de Memória. A criação da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social impactaram positivamente para o cumprimento parcial da meta.

Os proponentes que se apresentam a cada edital, fornecem dados para o sistema de inscrições SalicWeb, e compõem um universo de iniciativas que trabalham com memória social. Por esse

caminho, embora tenham sido premiadas 48 iniciativas em 2011 e 60 em 2013, já foram identificados 181 Pontos de Memória.

O recurso para o atingimento desta Meta advém do orçamento do Fundo Nacional de Cultura (FNC), cuja liberação é aprovada pela Comissão do Fundo Nacional de Cultura (CFNC).

Para além da transferência de recursos promovida pelos editais, é possível indicar um resultado social referente à promoção da cidadania ao apoiar as manifestações culturais de comunidades tradicionais e ao estimular o registro da memória, saberes e fazeres com vistas à valorização do patrimônio imaterial brasileiro, decorrendo o fortalecimento da relação Museu-Comunidade e assegurando o exercício do direito à memória.

♦ **Meta: Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro**

A integração em rede se dá por meio de plataforma tecnológica comum que precisa ser adquirida ou desenvolvida por este Instituto, necessitando de orçamento.

O projeto de integração em rede de 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico foi dividido em três fases. A primeira fase consiste na integração dos arquivos e bibliotecas dos museus do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Essa ação permitirá a difusão de expressiva parcela da história brasileira preservada em nossas 30 unidades museais.

Até o momento, o Ibram esteve trabalhando na primeira fase, desenvolvendo um termo de referência para aquisição de licença de um software de gestão e catalogação de bibliotecas.

A segunda fase é constituída na indução de adoção dessas mesmas ferramentas nas bibliotecas e arquivos históricos das unidades museológicas que não integram o Ibram. A terceira e última fase se relaciona à construção de um ambiente informacional e comunicacional, de base web, que permita a interligação entre todas as unidades biblioteconômicas e arquivísticas dos museus brasileiros. Para isso, será necessária a contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação.

Devido à insuficiência de dotação na Unidade Orçamentária do Ibram para realização dos projetos finalísticos, o Instituto tentou captar recursos no Fundo Nacional de Cultura – FNC. Embora o projeto "Acervos em Rede", no valor de R\$ 10.000.000,00, tenha sido apresentado na 1ª Reunião da Comissão Nacional do Fundo Nacional da Cultura – CFNC, em março de 2013, não se obteve sua aprovação.

Diante da indisponibilidade de recursos orçamentários, não houve prosseguimento do processo licitatório. Dessa forma, tendo em vista o valor necessário para execução do projeto, acredita-se que somente um cenário orçamentário diferenciado, com expressiva ampliação de recursos para atividades finalísticas, possa proporcionar o alcance dessa meta até 2015. Vale ressaltar que o Ibram também não tem mão de obra especializada em desenvolvimento da plataforma.

♦ **Meta: Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras**

Para o atingimento da meta, no primeiro semestre de 2013, realizou-se a difusão do patrimônio museológico de 39,42% das instituições museais brasileiras (1.265 instituições do total de 3.209, conforme posição do Cadastro Nacional de Museus em 28/08), executou-se os seguintes projetos:

- Projeto Conhecendo Museus: 54 instituições com patrimônio difundido, sendo que 11 não participaram da SNM.

Fruto de parceria entre Ibram, EBC e MEC, o Conhecendo Museus consiste na produção e veiculação em canais de televisão de documentários, com cunho de entretenimento e conteúdo alusivo aos museus brasileiros. A exibição dos programas é também uma importante alternativa de fruição para públicos remotos e de estímulo de visita aos museus brasileiros.

O Projeto contemplou, em sua 1ª Temporada, 15 museus brasileiros. A 2ª Temporada, com 52 episódios, foi realizada entre o ano de 2012 e 2º semestre de 2013. Foram contemplados 54 museus e um episódio retratou o Festival Europália - o Brasil em Bruxelas. Dos 54 museus divulgados na 2ª edição da série Conhecendo Museus, 43 tiveram programação participativa na 11ª Semana Nacional

de Museus. Foram produzidos e difundidos por meio do canal TV Brasil e do sítio eletrônico www.conhecendomuseus.com.br.

Para a 3ª Temporada, estão sendo avaliados 60 roteiros para a gravação e finalização de 60 episódios televisivos entre o 2º semestre de 2013 e o 1º semestre de 2014. Nessa temporada, serão produzidos 60 episódios. Até 2015, estarão disponíveis para o público 127 episódios que contemplarão cerca de 135 museus.

- Semana Nacional de Museus: 1.254 instituições museológicas participantes.

A Semana, como parte das ações permanentes de promoção e divulgação do Ibram, voltada aos museus brasileiros, auxilia na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo.

A promoção e divulgação da Semana Nacional de Museus são realizadas pelo Ibram e incluem a divulgação pelo *site* e boletins do Ibram, a sensibilização (ofícios e convite enviados a mais de 3.200 instituições museais), bem como realização de ligações telefônicas. A cada ano, registra-se recorde de instituições participantes e espera-se manter esse aumento anual de participações. No entanto, podem-se relatar algumas dificuldades encontradas nesse trabalho, tais como: descontinuidade na gestão dos museus, sobretudo nos municipais, que representam a parcela mais significativa de museus; deficiências na capacitação dos profissionais que atuam em alguns museus no tocante às áreas de promoção e marketing; falta de equipamentos tecnológicos adequados nos museus, o que dificulta a participação das instituições nos eventos; limitação orçamentária do Ibram para ações de promoção e publicidade, o que compromete a divulgação das ações para atingir um público maior.

- Programação cultural dos 30 museus vinculados ao Ibram: difundem seus patrimônios museológicos por meio de atividades como exposições permanentes e a própria Semana de Museus. A expectativa é de manter esses 30 museus atuando na difusão de seu acervo e participando das campanhas institucionais como referências no setor museológico brasileiro.

Para a identificação do patrimônio museológico idealizou-se o Programa Acervo em Rede, que não recebeu os recursos financeiros pleiteados no CFNC e, portanto, prossegue em um ritmo mais lento que o inicialmente planejado. Além dos desafios já citados acima, destaca-se que a programação finalística dos Departamentos e dos Museus Ibram não foi aprovada. Tal situação deve-se aos atrasos na publicação da LOA (apenas em abril) e do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (em maio); que foi agravada pelo fato de, no primeiro semestre, o Ibram ter passado por transição política, aguardando a nomeação de novo Presidente. Houve também contingenciamento do limite de empenho de despesas discricionárias disponibilizado pelo MinC, sendo insuficiente para todas as despesas finalísticas, como, por exemplo, as de identificação e difusão de acervos. Mesmo assim, conforme análise dos projetos acima, junto à Primavera de Museus (que ocorre anualmente em setembro) e ao Programa de Fomento aos Museus (por meio de editais e prêmios), o Ibram avalia que, até 2015, a meta será atingida.

♦ **Meta: Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros**

Se considerarmos os dados de visitação dos museus subordinados ao Ibram, nos quais realizamos acompanhamento periódico, verificamos que, comparando-se os dados de janeiro a julho dos anos 2011 e 2013, há uma significativa ampliação de público, superior a 158.000 novos visitantes, o que equivale a um aumento de 24,83%.

O processo de construção da Política Nacional de Museus – PNM, lançada em 2003, trouxe para o centro do debate o papel da museologia contemporânea, segundo a qual os museus são reconhecidos e valorizados como agentes de inclusão cultural, de afirmação de identidades de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico. Por essa leitura da função social dos museus, novas perspectivas de atuação para os museus se apresentam, ao mesmo tempo em que desafiam e transformam suas práticas cotidianas.

Nesses termos, as estratégias adotadas pelo Ibram buscam promover, divulgar e consolidar a marca dos museus e do Ibram, ampliar a visitação e diversificar o público frequentador, e têm como

pilares a realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação dos Museus (Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus) com o intuito de integrar os museus brasileiros entre si e nos seus contextos social e territorial.

A primeira edição da Semana Nacional de Museus foi realizada em 2003, quando contou com a participação de 57 museus, os quais realizaram cerca de 270 eventos em 36 cidades brasileiras. A cada edição da Semana, aumenta o número de museus participantes, conseqüentemente, o número de eventos. Em 2013, foram inscritos 1.252 museus e organizações culturais e 3.911 atividades. Registre-se que a Semana Nacional de Museus é o evento que mais comemora o Dia Internacional de Museus no mundo.

Já a primeira edição da Primavera dos Museus, realizada em 2007, contou com 300 museus, que realizaram mais de 870 eventos. Assim como a Semana, a cada edição da Primavera, aumenta a participação. Em 2013, 884 museus e organizações culturais participaram da Primavera e realizaram 2.664 atividades.

Os eventos de promoção realizados pelo Ibram, Semana dos Museus e Primavera dos Museus, proporcionam aumento considerável na visitação aos museus. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto, sobre a Semana de Museus 2013, a amostra com 551 museus participantes do evento, representativa de 44% do total de instituições participantes, revela que o fluxo de visitantes durante aquela semana aumenta em 129% em relação à semana anterior e 77% na comparação com a posterior. Em relação ao mês anterior, o aumento foi de 34%. Em números absolutos, os dados obtidos pela amostra da pesquisa são os seguintes: na semana anterior ao evento, o público visitante dos museus da amostra foi de 107.787; durante a Semana, 247.027; na semana seguinte, 139.720. No mês anterior ao evento, a visitação foi de 449.152 pessoas. No mês da Semana, o número aumentou para 604.926. Registra-se que essa Pesquisa apenas é indicativa da tendência de aumento da visitação em função desse evento, cuja participação nacional tem aumentado a cada ano.

Dentre os desafios, destaca-se que o contingenciamento do limite de empenho de despesas discricionárias impactou negativamente na atratividade de público e, conseqüentemente, na visitação. Ademais, a informação sobre visitação aos museus brasileiros depende do fornecimento de dados por parte das instituições. Conforme apontado na publicação Museus em Números, as informações obtidas pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM) apresentam um alto número de não-respostas, em relação a este dado, chegando a mais de 95% no período de 2010 a 2013.

Para que o Instituto possa promover continuamente a ampliação do número anual de visitantes, são necessários mais recursos orçamentários e de pessoal, a fim de garantir não só a divulgação dos museus, como também a infraestrutura adequada para receber os diversos públicos. Outra expectativa é de que, conforme a Redação do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus, o fornecimento de informações sobre visitação dos museus ao Ibram passe a ser obrigatório, o que nos possibilitará futuramente acompanhar os dados dos museus brasileiros de uma forma mais abrangente. Mesmo assim, o Ibram avalia que, até 2015, a meta prevista seja atingida.

♦ **Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais**

No ano de 2012, 31 instituições museais receberam recursos para desenvolver ações de modernização de infraestrutura, das quais 27 foram contempladas com recursos oriundos de prêmios e 4 de convênios (3 do Edital Mais Museus e 1 do Edital de Modernização).

Em 2013, foram firmados, por meio do Programa de Fomento aos Museus Ibram, 16 convênios, sendo 2 do Edital de Mais Museus e 14 do Edital de Modernização de Museus. Para 2014, a expectativa é de alcançar:

- 35 Prêmios de Modernização – Microprojetos, que deverão ser pagos no 1º trimestre de 2014.
- 21 convênios (80% dos 26 processos selecionados). A diferença apresentada considera as especificidades exigidas pela ferramenta SICONV, bem como o atendimento da Legislação em vigor.

Dessa forma, em 2014 espera-se concretizar o equivalente a 56 ações de implantação e modernização de instituições museológicas.

Somando-se os 4 convênios, os 27 prêmios atendidos em 2012, os 16 firmados em 2013, bem como os 56 que se espera alcançar em 2014 totalizaremos 103 ações de modernização e implantação de Museus, superando, ainda em 2014, a meta estabelecida para 2015.

Além do Programa de Fomento, também estão sendo atendidos em demandas de modernização as unidades vinculadas ao Ibram (estruturas, equipamentos e/ou tecnologias). Em 2013, o recurso destinado ao Museu Imperial para a ampliação da reserva técnica e a construção de vestiários e refeitório foi liquidado. Ademais, foram empenhados recursos para atender a ações de restauração e recuperação das estruturas/instalações de outros quatro museus. Até 2015, espera-se ter todas as 30 unidades museológicas do Ibram modernizadas de forma a servir como referências, nacional e internacionalmente.

O recurso previsto foi minimamente executado no 1º semestre de 2013 devido à programação finalística dos Departamentos e dos Museus Ibram, que só pode ser aprovada no início do 2º semestre. Tal situação se deveu aos atrasos na publicação da LOA (apenas em abril) e do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (em maio) e foi agravada pelo fato de, no 1º semestre, o Ibram ter passado por transição, aguardando a nomeação de novo Presidente. Houve também contingenciamento do limite de empenho de despesas discricionárias disponibilizado pelo MinC (Portaria nº 666, de 19/08/2013), sendo insuficiente para o montante das despesas de manutenção e de projetos finalísticos do Ibram, principalmente os de modernização e estruturação, que geralmente demandam um volume maior de recursos. Ademais, Dada a insuficiência de dotação orçamentária do Ibram, bem como as peculiaridades desta pasta (trata-se de prédios seculares, tombados pelo patrimônio histórico), muitos projetos estão previstos no orçamento do Fundo Nacional de Cultura, cuja execução depende de aprovação pela Comissão do FNC, que ocorreu apenas em julho, e que também foi impactada pelo contingenciamento. Nesse contexto, foram empenhados recursos de cerca de R\$ 7,2 milhões para os projetos "Edital Mais Museus 2013"; "Edital Modernização de Museus 2013"; "Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos 2012"; "Restauração do Museu Forte Defensor Perpétuo"; "Requalificação do Museu Lasar Segall"; e "Restauração da Igreja de Santa Rita".

A principal expectativa para 2014 é a continuidade do Programa de Requalificação dos Museus do Ibram, com a execução de obras já em licitação e com lançamento de novos editais. Mais de 27 museus receberam ou possuem recursos assegurados para projetos e obras de requalificação arquitetônica e expográfica até 2014. Esses recursos estão previstos no orçamento do próprio Ibram, do FNC, em parcerias e em recursos do PAC Cidades Históricas, onde 39 museus foram contemplados com obras de recuperação e modernização.

- ♦ **Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal.**

O Ibram sede realizou duas oficinas no âmbito do Programa para a Gestão de Riscos para o Patrimônio Musealizado Brasileiro em 2013. Em razão da limitação orçamentária, os servidores habilitados para a função não puderam ministrar oficinas.

Já no âmbito dos museus vinculados, foram realizadas oficinas voltadas a profissionais, que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo), voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho, etc., visando estimular, disseminar e preservar a memória de culturas, conhecimentos, técnicas e tradições populares de cada região.

No total, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas em 2013, com previsão de mais 124 oficinas em 2014, quando acontecerá o VI Fórum Nacional de Museus.

2.2.2. Ações do Ibram na Lei Orçamentária Anual

Nesta seção, será tratada a identificação, execução e análise situacional das ações que dotaram a unidade orçamentária do Ibram em 2013, bem como das ações de anos anteriores que tiveram execução de restos a pagar em 2013. Para tanto, as ações serão agrupadas conforme o conjunto de

despesas que atendem, sendo: despesas de pessoal e benefícios; despesas de manutenção administrativa; despesas de funcionamento de museus Ibram; e despesas de projetos e atividades finalísticas.

♦ **Despesas de pessoal e benefícios**

Quadro 9. AÇÃO 0181 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 0181			Tipo: Operação Especial			
Título: Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.613.000,00	4.662.993,00	4.375.914,18	4.375.914,18	4.375.914,18	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 10. AÇÃO 20TP – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 20TP			Tipo: Atividade			
Título: Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura			Código: 2107		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
39.302.019,00	48.202.019,00	46.245.464,75	46.245.464,75	46.233.005,39	12.459,36	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 11. AÇÃO 09HB – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 09HB			Tipo: Operação Especial			
Título: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura			Código: 2107		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.666.630,00	14.666.630,00	8.575.972,47	8.575.972,47	8.575.972,47	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 12. AÇÃO 2004 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 2004				Tipo: Atividade		
Título: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura				Código: 2107	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.282.737,00	1.392.737,00	1.297.542,99	1.297.542,99	1.297.542,99	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	1.042	1.042	1.148

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 13. AÇÃO 2010 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 2010				Tipo: Atividade		
Título: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura				Código: 2107	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.000,00	48.000,00	46.145,20	46.145,20	46.145,20	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida			Unidade	55	55	46

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 14. AÇÃO 2011 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 2011				Tipo: Atividade		
Título: Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura				Código: 2107	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.037.904,00	1.037.904,00	911.010,76	911.010,76	911.010,76	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	481	481	327

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 15. AÇÃO 2012 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 2012			Tipo: Atividade			
Título: Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura			Código: 2107		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.400.000,00	2.927.900,00	2.898.125,32	2.898.125,32	2.898.125,32	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	658	658	631	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Em sua maioria, as despesas com pessoal e benefícios, por serem de caráter obrigatório, não tiveram prejuízo no desenvolvimento das ações relacionadas.

Nas despesas referentes a assistência médica e odontológica, a execução foi acima do previsto, pois houve uma expansão na inclusão de dependentes em relação ao grau de parentesco. O valor da meta física realizada foi obtido por meio da média de servidores e dependentes que usufruíram de plano de saúde no ano de 2013. Vale lembrar que a projeção é feita com base na quantidade de pessoas que têm direito ao recebimento dessa assistência, conforme Portaria Normativa SRH/MP nº 5, de 11/10/2010, porém nem todos optam por recebê-la.

Já em relação às despesas com exames periódicos, não houve realização em 2013 e a dotação foi cancelada. O processo administrativo para a realização dos exames periódicos dos servidores ainda está em tramitação interna, na alçada da Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações/DPGI, para as devidas formalidades de instrução processual e posterior procedimento licitatório.

A meta física realizada para as despesas de assistência pré-escolar foi obtida por meio de relatório extraído do SIAPE, referente ao mês de dezembro de 2013. O valor representa a quantidade de servidores que requisitaram o auxílio pré-escolar para seus dependentes com idade até cinco anos de idade ou excepcional com idade mental até cinco anos. A concessão do benefício toma por base o art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal; Decreto nº 977/1993; Ofício SRH/MP nº 312, de 19/6/1998 e Comunica SIAPE SRH/MP nº 512812, de 10/5/2007.

Quanto às despesas de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, o número de servidores beneficiados foi obtido por meio de relatório extraído do SIAPE referente ao mês de dezembro de 2013. Os valores representam a quantidade de servidores que requisitaram esses auxílios, conforme os respectivos normativos (Orientação Normativa nº 4, de abril de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – auxílio-transporte – e Art. 22 da Lei nº 8.460/1992; Art. 3º e 8º da Lei nº 9.527/1997; e Decreto nº 3.887/2001 – auxílio-alimentação).

♦ Despesas de manutenção administrativa

Quadro 16. AÇÃO 2000 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 2000			Tipo: Atividade			
Título: Administração da Unidade						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura			Código: 2107	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.704.435,00	25.704.435,00	20.881.495,45	16.499.732,27	16.499.732,27	-	4.381.763,18
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira*			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.081.960,11	3.082.605,97	555.351,46	-		-	-

*OBS.: Até 2011, a Ação 2000 era vinculada ao programa 0750 – Apoio Administrativo

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 17. AÇÃO 4641 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 4641			Tipo: Atividade			
Título: Publicidade de Utilidade Pública						
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura			Código: 2107	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

A Ação 2000 apoia despesas de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, aluguéis e condomínios, locação de mão de obra para serviços administrativos e de limpeza e vigilância, serviços de frete e transportes, ações de informática, aquisição de materiais de consumo, equipamentos e materiais permanentes, despesas de água, energia elétrica e telefonia, diárias e passagens, capacitação de servidores e pagamento de estagiários, entre outras despesas de manutenção administrativa.

Embora o Ibram tenha tido um acréscimo de 21% na dotação desta Ação em relação a 2012, ainda é insuficiente frente a uma demanda reprimida de apoio à infraestrutura técnica, tanto na Sede como nas unidades vinculadas, principalmente na aquisição de equipamentos e materiais permanentes, bem como de aplicativos para gerenciamento interno, elaboração e implementação de plataforma virtual e desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos e de gestão interna. Em análise do risco das aquisições, constatou-se, a título exemplificativo:

Quadro 18. IMPACTOS DA DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

Situação	Impacto
CPD sem ar condicionado dedicado.	Paralisação do CPD, bem como perda de equipamentos e dados.
Insuficiência de espaço em <i>storage</i> .	Insuficiência de espaço para armazenamento de informações.
Inadequação de equipamentos de <i>backup</i> .	Perda de dados institucionais.
Inexistência de sala segura para o CPD.	Perda ou furto de dados institucionais.
Inexistência de antivírus profissional.	Ataques / roubos de informação.
Pouca quantidade de servidores de rede ativos.	Falta de equipamentos para alojar os novos sistemas do Ibram.
<i>Switches</i> sem garantia.	Problemas e instabilidade de conexão nos andares.
Computadores sem assistência técnica.	Servidores sem estação de trabalho.

Fonte: CGSIM

A Ação 2000 não foi integralmente executada, tendo em vista que, mesmo priorizada e com demandas acima da dotação, houve a necessidade de restrição orçamentária para cumprimento do limite de empenho de despesas discricionárias disponibilizado pelo MinC (Portaria nº 666, de 19/8/2013, e Portaria nº 1.018, de 30/12/2013). A fim de mitigar o volume de despesas, foram tomadas medidas de contenção dos gastos, em conformidade ao Plano de Logística Sustentável e ao Projeto Esplanada Sustentável.

A Ação 4641 não foi executada, visto que não foi priorizada em relação ao limite de empenho que, sendo insuficiente para todas as despesas discricionárias, foi destinado a garantir o cumprimento de contratos continuados e o funcionamento dos museus e sede do Ibram.

♦ Despesas de funcionamento de museus Ibram

Quadro 19. AÇÃO 211F – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 211F			Tipo: Atividade			
Título: Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais						
Iniciativa: Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso de equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural.						
Objetivo: Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer.					Código: 0787	
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.000.000,00	45.000.000,00	43.133.803,77	35.130.484,99	35.130.365,17	119,82	8.003.318,78
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Público atendido		Unidade	3.500.000	1.000.000	1.328.236	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 20. AÇÃO 2651 – RESTOS A PAGAR OFSS

Identificação da Ação					
Código: 2651			Tipo: Atividade		
Título: Funcionamento de Museus da União					
Iniciativa: Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados a memória comunitária.					
Objetivo: Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.					Código: 0784
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária: 42207					
Ação Prioritária () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira*			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.320.159,79	5.056.103,01	2.234.280,48	Público atendido	Unidade	-
*OBS.: Até 2011, a Ação 2651 era vinculada ao programa 0171 – Museu Memória e Cidadania.					

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Foram atendidas despesas de funcionamento de 30 unidades museológicas Ibram (manutenção administrativa, recepção, vigilância, limpeza, conservação e adequação dos espaços museológicos, entre outras despesas de funcionamento e manutenção).

O Museu de Arte Sacra de Paraty, Museu Casa da Hera e Museu Regional de Caeté encontram-se fechados devido a necessidades de readequação da estrutura física e rede elétrica. Mesmo assim, continuam realizando diversas atividades junto à comunidade local. O Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio só tem a igreja liberada para visitação, j a que não foi possível a abertura das salas de exposição para o público devido   falta de eletricidade, situação que persiste desde o princípio de incêndio ocorrido em 2012.

Após análise da visitação do Ibram nos últimos três anos, a meta física “público atendido” teve de ser reprogramada para adequar-se ao real contexto de restrições orçamentárias. Embora essa Ação venha sendo priorizada na elaboração do PLOA e na distribuição interna do limite de empenho de despesas discricionárias disponibilizado pelo MinC, em função dos vários contratos continuados imprescindíveis para o bom funcionamento dos museus Ibram, a realização de sua meta da é afetada pela não priorização das demais ações finalísticas que, sendo responsáveis por fomentar a criação, difusão e fruição cultural, bem como por modernizar os espaços de prática cultural, têm impacto direto na expansão e formação de público e no acesso dos cidadãos ao patrimônio cultural.

Do orçamento de 2013, foram inscritos em restos a pagar não processados despesas complementares de contratos continuados de 23 unidades museológicas Ibram, além de contratos que atendem aos museus Ibram nacionalmente ou regionalmente (RJ e MG).

Ressalta-se que houve incorporação da Ação 2651 “Funcionamento de Museus da União” (exercícios de 2011 e 2012) na Ação 211F “Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais” em 2013. Assim, a execução da Ação 2651 será abordada no subitem 4.2 (Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores).

◆ Despesas de projetos e atividades finalísticas

Antes de pormenorizar a análise das despesas finalísticas, cabe esclarecer que nenhuma das ações abordadas neste t pico foi priorizada em 2013, o que demandou a reprogramação das respectivas metas físicas. Tal situação reflete a estratégia adotada por este Instituto frente   insuficiência do limite de empenho, disponibilizado pelo MinC, para as despesas discricionárias.

Face ao exposto, a execução foi direcionada ao cumprimento de contratos continuados e ao funcionamento dos museus e da sede do Ibram.

Quadro 21. AÇÃO 20ZF – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 20ZF			Tipo: Atividade			
Título: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira						
Iniciativa: Fomento a projetos, atividades e eventos artísticos; à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços; à fruição cultural e à formação de público.						
Objetivo: Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.					Código: 0786	
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.301.025,00	3.301.025,00	1.817.565,37	846.661,63	839.115,55	7.546,08	970.903,74
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		Unidade	42	15	8	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 22. AÇÃO 20KJ – RESTOS A PAGAR OFSS

Identificação da Ação						
Código: 20KJ			Tipo: Atividade			
Título: Fomento a Projetos, Eventos e Intercâmbio na Área Museológica						
Iniciativa: Promoção e difusão do conhecimento, das redes, das unidades e dos serviços museológicos.						
Objetivo: Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.					Código: 0784	
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.620.018,48	4.327.538,00	7.924,95	Projeto apoiado	Unidade	22	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 23. AÇÃO 2838 – RESTOS A PAGAR OFSS

Identificação da Ação						
Código: 2838			Tipo: Atividade			
Título: Fomento a Projetos na Área Museológica						
Programa: Museu Memória e Cidadania			Código: 0171		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
643.200,69	3.836,25	639.364,44	Projeto apoiado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 24. AÇÃO 6529 – RESTOS A PAGAR OFSS

Identificação da Ação					
Código: 6529			Tipo: Atividade		
Título: Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos					
Programa: Museu Memória e Cidadania			Código: 0171	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 42207					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
20.682,00	7.920,00	12.762,00	Evento realizado	Unidade	1

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 25. AÇÃO 14U2 – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 14U2			Tipo: Projeto			
Título: Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais						
Iniciativa: Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso de equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural.						
Objetivo: Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer.					Código: 0787	
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.500.000,00	6.500.000,00	2.293.909,11	183.760,81	183.760,81	-	2.110.148,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Espaço cultural implantado/modernizado		Unidade	40	14	5	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 26. AÇÃO 20KI – RESTOS A PAGAR OFSS

Identificação da Ação					
Código: 20KI			Tipo: Atividade		
Título: Modernização de Museus e Acervos					
Iniciativa: Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados a memória comunitária.					
Objetivo: Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.					Código: 0784
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária: 42207					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.459.235,65	458.064,81	837,84	Museu modernizado	Unidade	11

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 27. AÇÃO 20ZM – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 20ZM			Tipo: Atividade			
Título: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural						
Iniciativa: Produção e difusão de conhecimento científico e cultural.						
Objetivo: Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.						Código: 0788
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	74.835,00	2.600,00	2.600,00	-	72.235,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		Unidade	5	2	1	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Quadro 28. AÇÃO 20ZG – OFSS 2013

Identificação da Ação						
Código: 20ZG			Tipo: Atividade			
Título: Formulação e Gestão da Política Cultural						
Iniciativa: Formulação, gestão e difusão do Plano Nacional de Cultura, planos setoriais e política cultural e apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura						
Objetivo: Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.						Código: 0779
Programa: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária: 42207						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; SIOP 2013.

Dentre as ações de fomento e promoção a projetos e eventos, foram realizadas em 2013 as campanhas nacionais "Semana Nacional de Museus" e "Primavera dos Museus", com apoio à programação cultural das unidades museológicas vinculadas ao Ibram para estes eventos, além da divulgação dos eventos programados dos mais de 1.200 museus e institutos de memória participantes.

Também foram realizados cinco projetos da agenda cultural dos museus Ibram (dentre eles, destacam-se: mostra comemorativa à Copa das Confederações no Museu da Inconfidência; e Projeto Intervenções VII do Museu Lasar Segall), além de um projeto destinado à publicação do Boletim nº 31 do Museu de Biologia Mello Leitão.

Foram inscritos em restos a pagar, além de despesas complementares a alguns dos projetos citados acima, quatro projetos de programação cultural de museus Ibram e outros dois referentes ao Programa de Acervos do Museu Imperial e ao Projeto de Organização Museológica e Disponibilização do Acervo do Museu de Artes Contemporâneas de Goiás (conveniência com a Secretaria de Estado da Casa Civil de Goiás).

Quanto a ações de modernização, cinco museus Ibram (Museu Imperial, Museu Lasar Segall, Museu da Abolição, Museu da Inconfidência e Museu de Biologia Professor Mello Leitão) foram apoiados com ações de ampliação e construção de espaços e/ou aquisição de equipamentos, inclusive de segurança.

Em restos a pagar, foi inscrita parte das ações de modernização empregadas em 2013 no Museu Imperial, Museu da Inconfidência e Museu de Biologia Professor Mello Leitão, assim como as ações de modernização (composição de acervo; projeto de engenharia; recuperação de telhado; implantação e ampliação da instalação elétrica) em outros três museus Ibram (Museu da República, Museu Histórico Nacional e Museus Castro Maya). Ademais, foi inscrita integralmente a aquisição de equipamentos para Museu do Salto em Salto – SP e a organização e realização de concurso público para seleção de projeto de arquitetura, museografia e complementares para o Museu Nacional da Memória Afrodescendente, a se localizar em Brasília – DF.

As Ações 2838 “Fomento a Projetos na Área Museológica” e 6529 “Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos” (exercício de 2011) foram fundidas na Ação 20KJ “Fomento a Projetos, Eventos e Intercâmbio na Área Museológica” (exercício de 2012), que por sua vez foi incorporada à Ação 20ZF “Promoção e Fomento à Cultura Brasileira” em 2013. Houve também incorporação da Ação 20KI “Modernização de Museus e Acervos” (exercício de 2011) na Ação 14U2 “Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais” em 2013. Assim, a execução de restos a pagar referentes às Ações 20KJ, 2838, 6529 e 20KI será abordada no subitem 4.2 (Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores).

Como ação de produção e difusão de Conhecimento, foi apoiada em 2013 apenas uma qualificação profissional no Museu Imperial e foi inscrito em restos a pagar o projeto de concessão de bolsas de intercâmbio para a França, em cooperação com a Escola do Louvre.

A Ação 20ZG “Formulação e Gestão da Política Cultural” não chegou a ser executada, em razão do contingenciamento orçamentário.

No que concerne à execução de Emendas Parlamentares, foram inscritas em restos a pagar:

- Emenda Parlamentar nº 2534 0005, do deputado Paulo Teixeira, destinada à promoção e ao fomento à cultura brasileira no município de São Paulo;
- Emenda Parlamentar nº 2375 0013, do senador Francisco Dornelles, destinada à modernização do Museu da República; e
- Emenda Parlamentar nº 1960 0009, do deputado Rubens Otoni, destinada à implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais no Estado de Goiás.

2.3. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

2.3.1. Realizações do Ibram em 2013

Em 2013, apesar do contexto orçamentário restritivo, o Ibram avançou no planejamento, gestão e regulação do setor museológico.

♦ Programa de Requalificação Arquitetônica e Expográfica dos Museus do Ibram

Iniciado em 2013, o programa é uma iniciativa da instituição formada por ações de preservação e modernização nos museus visando condições adequadas de conservação, uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais e do seu acervo.

Nessa linha de atuação, foram selecionados alguns museus, devido à demanda emergencial de intervenção, para serem contemplados com recursos do Fundo Nacional de Cultura, além de alguns atendidos com recursos do próprio Instituto:

Quadro 29. OBRAS EMERGENCIAIS NOS MUSEUS IBRAM

UNIDADE MUSEOLÓGICA	INTERVENÇÃO / OBRA
Museu das Bandeiras	Conservação e Elaboração de Projeto Executivo de Restauração do Museu das Bandeiras – Casa de Câmara e Cadeia.
Museu Histórico Nacional	Reforma do espaço que abriga o laboratório de conservação do Museu Histórico Nacional e aquisição de equipamentos e ferramentas para otimizar os trabalhos de restauro de peças.
Museu Lasar Segall	Restauração do telhado e forros, implantação do projeto de instalações elétricas, lógica, telefonia, segurança e SPDA. Revisão de esquadrias.
Museu Casa de Benjamin Constant	Restauração da Casa Histórica, Casa Bernardina e entorno. Contratação de projeto museográfico, de restauro e ocupação da casa de Bernardina, de requalificação do parque, com projetos complementares, incluindo projeto de sistema de segurança; sondagem na área externa; Pesquisa arqueológica no pátio.
Museu de Arte Sacra de Paraty	Execução da segunda fase de restauração da Igreja de Santa Rita, incluindo a recuperação das argamassas, elementos das fachadas, esquadrias, pisos e instalações hidrossanitárias, a prospecção arqueológica e a restauração de retábulos e demais bens integrados.
Museu Forte Defensor Perpétuo	Execução do restauro da cobertura. Projeto arquitetônico, de restauro, de instalações, museográfico e paisagístico.
Museu Regional Casa dos Ottoni	Restauração do Museu - Fase I. Cobertura, instalações prediais: elétrica, telefônica, de lógica, infraestrutura para sistema de segurança, SPDA e hidráulica.
Museu Casa da Hera	Restauração da Casa da Hera. Recuperação da cobertura, das instalações prediais e sistema de armazenamento de água do museu.
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Restauração e Modernização do museu - Fase I. Recuperação da cobertura, das instalações prediais, argamassas e pintura.
Museu Regional de Caeté	Levantamentos, projetos, instalação de lona para cobertura do telhado e execução de escoramento.

Fonte: DEPMUS.

Outros museus Ibram foram contemplados dentro do PAC Cidades Históricas, programa que visa recuperar o patrimônio cultural nos centros históricos afirmando a sua identidade, contribuindo para o desenvolvimento urbano.

- Rio de Janeiro – Museu da República, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes;
- Vassouras – Museu Casa da Hera;
- Diamantina – Museu do Diamante;
- Sabará – Museu do Ouro;
- Serro – Museu Regional Casa dos Ottoni;
- Recife – Museu da Abolição;
- São Miguel das Missões – Museu das Missões;
- Florianópolis – Museu Victor Meirelles.

Dentre as ações a serem executadas em 2014, está restauração de monumentos e edificações de uso público, bem como a requalificação de espaços públicos.

♦ Programa para Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro

A implantação deste Programa tem por objetivos subsidiar as estratégias de ação do Ibram e orientar o conjunto dos museus brasileiros no que diz respeito ao planejamento de ações que visam minimizar perdas frente aos riscos e as ameaças mais comuns que podem afetar tanto os prédios onde estão instalados quanto suas coleções, e baseia-se na implementação de quatro eixos fundamentais:

- **Eixo I:** Criação de um conselho consultivo para gerenciamento do Programa para a Gestão de Riscos;
- **Eixo II:** Criação de uma força-tarefa para situações de emergência, encarregada de coordenar ações nacionais que devem ser tomadas em caso de ocorrência de sinistros e estimular a criação de forças-tarefas regionais;

- Eixo III: monitoramento dos riscos, por meio da criação dos instrumentos: acompanhamento permanente das condições climáticas, aquisição de equipamentos de monitoramento e criação de uma central de atendimento;

- Eixo IV: plano de gestão de riscos, a fim de orientar a elaboração e implantação, pelos museus do Ibram, de Planos de Gestão de Riscos que auxiliarão na identificação e análise dos riscos, e cuja finalidade é estabelecer prioridades na utilização dos recursos, tanto financeiros quanto humanos, para a área.

Em 2013, realizou-se treinamento e capacitação sobre Gestão de Riscos voltados para técnicos que atuam na área de segurança e conservação dos museus vinculados ao Instituto e foi publicada a cartilha Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.

♦ **Programa Nacional de Educação Museal – PNEM**

Com o objetivo de constituir diretrizes para as ações de educadores e profissionais dos museus na área educacional, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais, o Ibram promove consulta pública para construção do Programa Nacional de Educação Museal. A fim de democratizar esse debate foi estabelecida uma metodologia de discussão que envolve um momento virtual e outros presenciais. O espaço virtual aberto ao público – o Blog do PNEM – dispõe de fóruns organizados por Grupos de Trabalho divididos por 9 eixos (Perspectivas conceituais; Gestão; Profissionais de Educação Museal; Formação, capacitação e qualificação; Redes e parcerias; Estudos e pesquisas; Acessibilidade; Sustentabilidade; Museus e Comunidade).

Como resultado do Blog do PNEM, o Ibram publicou em janeiro de 2014 o Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal, uma compilação das propostas surgidas nos fóruns de discussão do Blog, aberto ao público interessado no período de 26 de novembro de 2012 a 7 de abril de 2013.

♦ **Fomento e Financiamento**

Em 2013, na edição do Programa de Fomento aos Museus, foram lançados 2 (dois) editais para seleção de projetos com vistas ao conveniamento: Edital Mais Museus e Edital Modernização de Museus. Para o primeiro foram classificados 17 projetos, dos quais nove foram incluídos na previsão orçamentária para conveniamento. Para o segundo edital foram classificados 36 projetos, tendo sido incluídas na previsão orçamentária 17 propostas.

Em relação aos editais lançados e concluídos em 2012 (Prêmios Darcy Ribeiro e Mário Pedrosa), que totalizam, destaca-se o acompanhamento das ações executadas pelos projetos premiados pelo Edital Darcy Ribeiro. Outros quatro Editais (Memória do Esporte Olímpico, Memórias Brasileiras, Pontos de Memória, e Modernização de Museus – Microprojetos) lançados em 2012, tiveram a conclusão do processo seletivo e a destinação orçamentária no exercício de 2013, com a expectativa de que ocorra o pagamento e acompanhamento das ações em 2014.

Quanto às atividades desenvolvidas pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, em 2013 o Ibram analisou, 135 propostas apresentadas ao MinC para a Lei de Incentivos Fiscais, das quais 108 foram aprovadas e submetidas à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, perfazendo um total de R\$ 293.162.488,63.

♦ **Ações permanentes de Promoção e Divulgação**

- Semana Nacional de Museus: Desde a primeira edição do evento em 2003, houve um aumento médio de 25% no número de instituições participantes ao ano e crescimento anual de 23% no número de eventos cadastrados. Em 2013, foram 1.254 museus participantes e 3.914 atividades inscritas na 11ª SNM.

Conforme pesquisa da Coordenação de Estudos Socioeconômicos (CESES/DDFEM), que avaliou os impactos culturais e econômicos, tangíveis ou não, proporcionados pelos museus que participaram da 11ª SNM, essa ação propiciou os seguintes resultados e impactos:

- A média de visitantes registrada pelos museus que participaram do estudo subiu cerca de 129% em relação à semana anterior ao evento e 34,7% em relação ao mês anterior.

- Dos gastos realizados pelos museus para execução da 11ª Semana, 23% foram empreendidos em contratações de Recursos Humanos, com 1.606 profissionais da área foram contratados para a realização das atividades da Semana, entre monitores, palestrantes, músicos, educadores, entre outros; além da participação de 3.007 voluntários.

- A 11ª SNM também representou um ganho considerável de receita durante a ação. Além dos aportes públicos oriundos das três esferas de governo, e do patrocínio e doações recebidas, os museus também apontaram crescimento na arrecadação com ingressos, lojas, restaurantes e outros produtos ou serviços.

- Primavera dos Museus: Desde a primeira edição da Primavera dos Museus, em 2007, quando 300 museus participaram dos eventos, o Ibram vem conquistando significativa mobilização com crescente adesão das instituições museais aos temas sugeridos para cada evento. O Ibram, também nesse caso, atua na ampliação do acesso à cultura. Um dos reflexos disso é a crescente participação das instituições museais (crescimento médio de 40% ao ano) e o expressivo aumento no número de eventos cadastrados em cada edição do evento (média de crescimento anual de 37%). Na 7ª Primavera dos Museus, realizada em 2013, houve a participação de 884 instituições, com 2.664 atividades inscritas.

♦ **Pesquisas e Estudos Socioeconômicos voltados ao Campo Museal**

- Levantamento dos investimentos públicos federais no campo museal no âmbito do Sistema MinC: O resultado do estudo e levantamento de dados realizado em 2013 sobre os valores investidos no exercício 2012 evidenciou que, os recursos destinados ao setor passaram de R\$ 216 milhões para R\$ 263 milhões, o que representa um aumento de 22%, em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os recursos de incentivo fiscal foram responsáveis por R\$ 198 milhões, 75% do total em 2012, enquanto o FNC/Tesouro por R\$ 65 milhões, 25%. Esses dados corroboram que o incentivo fiscal continua sendo a maior fonte de recurso para o setor.

O estudo destaca também a participação majoritária da iniciativa privada no apoio a projetos mediante o mecenato via incentivo fiscal. As empresas privadas representam a maioria na relação dos 20 maiores incentivadores no mecanismo Mecenato do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei Rouanet). Associado a isso, a pesquisa aponta que os incentivadores estão concentrados nas regiões sudeste e sul, especialmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

- Pesquisa de impacto socioeconômico da Semana Nacional de Museus: O Ibram também realiza estudo de impacto das ações promocionais realizadas pelas instituições museais participantes da Semana Nacional de Museus. O objetivo é estimar os impactos socioeconômicos das ações realizadas mediante pesquisa para obter informações quantitativas e qualitativas pautadas na percepção dos museus sobre a Semana quanto à atuação do Ibram na organização do evento e aos benefícios trazidos para a instituição, município e economia da cidade.

O estudo realizado em 2013 apontou dados expressivos do evento daquele exercício, dentre os quais destacamos, além dos já citados no tópico anterior: (i) maior participação de museus municipais, com 38%, seguido pelos museus privados com 28%; (ii) dinamização da economia local, uma vez que pela Pesquisa infere-se que para cada R\$1,00 investido pelo Ibram R\$ 2,00 retornam para a economia local. Os resultados do estudo também evidenciam a força do Boletim Eletrônico que o Ibram divulga semanalmente e do site do Instituto. Os resultados da Pesquisa, se comparados aos do ano anterior, evidenciam que aqueles instrumentos continuam sendo os principais canais de comunicação na divulgação do evento.

O estudo ainda enfatiza que entre os principais benefícios para as instituições participarem da Semana estão: (i) fortalecimento da imagem do museu (85,12%); (ii) envolvimento da comunidade (72,23%); (iii) aumento de visibilidade (71,69%).

- Pesquisa Ibram/Ipea “Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do Século XXI”: O Ibram concluiu em 2013, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estudo com o objetivo de descortinar tendências do campo museal brasileiro a respeito de temas variados que permitissem inferir possibilidades de atuação, sob diferentes cenários, num horizonte de dez anos. Estas prospecções foram desenvolvidas a partir de pesquisa realizada, sob a ótica dos 5 eixos do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM (i - Produção simbólica e diversidade cultural; ii - Cultura, cidade e cidadania; iii - Cultura e desenvolvimento sustentável; iv - Cultura e economia criativa; v - Gestão e institucionalidade da cultura), com atores do campo museal, organizados em um grupo amostral (painel) constituído de diretores de museus, museólogos, estudiosos e acadêmicos do setor cultural, jornalistas e agentes públicos da área.

A pesquisa coletou impressões sobre as diferentes crenças e valores que justificam os museus como objeto de política pública, assim como informações acerca de percepções a respeito de instrumentos de ação governamental ou próprios do campo. Este conjunto de informações permitiu que, diante da realidade de nosso país, das necessidades e dificuldades existentes, pudéssemos desenvolver inferências que apresentassem imagens de futuros possíveis para o campo nos próximos anos.

Ante uma variedade de assuntos, as prospecções realizadas viabilizaram uma interessante reflexão sobre o panorama futuro do setor museal sob múltiplas instâncias, além de trazerem à tona temas centrais da Política Nacional de Museus. A abordagem adotada perpassou várias áreas de interesse do campo, que, analisadas em conjunto, esclareceram e apontaram soluções possíveis no processo de tomada de decisão dos agentes, sem falar nas perspectivas de ação para aproveitar as forças do campo museal, favorecer oportunidades, circunscrever fraquezas e enfrentar ameaças. Permitiram, ainda, a identificação de possibilidades de atuação no fortalecimento de políticas públicas e na melhoria da gestão planejada do futuro do museu. A pesquisa será disponibilizada em 2014 no sítio do Ibram.

- Pesquisa da Cadeia Econômica Produtiva dos Museus: O Ibram também desenvolveu, mediante contratação de consultoria, estudo sobre a Cadeia Produtiva de Museus, que buscou identificar a articulação das operações econômicas entre si e as especificidades de cada grupo de agentes na realização das etapas do processo produtivo que resultam na divisão do trabalho no setor museal. Ao longo de 2013, os resultados da pesquisa aplicada foram analisados e o seu estudo consolidado. A edição do material será concluída em 2014, de modo a permitir a disponibilização do estudo no sítio do Ibram e a sua futura publicação, em conjunto com a pesquisa Ibram/Ipea.

A identificação e acompanhamento da Cadeia Produtiva dos Museus pelo Ibram objetivam indicar as possibilidades de desenvolvimento do setor, de modo a estimular sua produção cultural a partir da localização das atividades socioeconômicas estratégicas nas diversas cidades do país. O resultado almejado é favorecer a potencialização da Cadeia Produtiva dos Museus na geração de emprego e renda, aqui definidos como o natural predicado de catalisador da cultura. Com o desenho da cadeia produtiva dos museus, os resultados e as inferências do estudo, o Ibram poderá melhor perscrutar o retorno dos investimentos realizados, o impacto local de instituições, propor a construção de indicadores, sugerir o desenvolvimento de métricas de avaliação e de novas pesquisas e investigações.

♦ **Desenvolvimento de Projetos Inovadores e de projetos de Difusão Institucional**

Para ações voltadas aos temas relativos a projetos inovadores e difusão institucional, foram desenvolvidas as seguintes estratégias de atuação:

- Apoio Técnico para o desenvolvimento de cinco projetos de implantação de novos museus: Museu do Trabalho e do Trabalhador, em São Bernardo do Campo - SP; Museu do SERPRO, Museu de Ciência e Tecnologia, Museu da Educação, e Museu Nacional de Brasília em Brasília - DF.
- Elaboração de instrumentos e procedimentos orientadores para a celebração de termo de parceria sem repasse de recurso para os museus do Ibram.
- Estruturação de Instrução Normativa relativa a direitos autorais e cessão de uso da imagem dos museus Ibram e seus acervos.
- Concepção e Elaboração do Projeto de promoção da produção das mulheres rurais em museus, um projeto relacionado à promoção da produção associada às atividades de museus.
- Participação no Comitê Organizador da 23ª Conferência Internacional ICOM – RIO 2013.
- Elaboração da proposta temática para o 6º Fórum Nacional de Museus, a realizar-se em 2014.
- Organização da reunião preparatória do setorial de museus para a 3ª Conferência Nacional de Cultura – CNC.
- Levantamento de informações sobre os museus localizados nas cidades sede no âmbito da estratégia de promoção e divulgação do patrimônio cultural brasileiro para os megaeventos esportivos (MinC e MTur/Embratur). Tais informações fazem parte hoje do material promocional dos megaeventos esportivos, a exemplo do Portal da Copa.
- Elaboração da proposta preliminar para a 4ª edição do Projeto Conhecendo Museus em que os documentários serão apresentados na forma de roteiros temáticos.
- Estruturação da 3ª Edição do Projeto Conhecendo Museus, um projeto relacionado à divulgação dos museus brasileiros, com 60 episódios, os quais contemplarão 71 museus brasileiros.

♦ **Programa BiblioMuseus**

Com o objetivo de preservar e divulgar a memória bibliográfica e documental da museologia brasileira, o programa BiblioMuseus propõe a implementação de projetos de integração, fortalecimento e difusão das bibliotecas de museus brasileiros, bem como o desenvolvimento de coleções bibliográficas em instituições públicas de formação e pesquisa na área museológica. Em 2013 foram definidas as seguintes metas:

- Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções Bibliográficas do Ibram: O projeto Coleção Biblioteca Básica teve como principal objetivo dotar as unidades do Ibram com bibliografia atualizada sobre Museus e Museologia, visando contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e o desenvolvimento de novos conhecimentos. A coleção é composta por 26 títulos nacionais e internacionais, atualizados, da área da Museologia e três da biblioteconomia.

- Rede de Bibliotecas dos Museus do Ibram: A Rede de Bibliotecas constitui-se como uma estrutura de colaboração aberta à livre participação de todas as Bibliotecas e Centros de Documentação dos museus do Ibram e tem como objetivo reunir, articular e integrar as bibliotecas do Ibram, visando potencializar e agilizar o intercâmbio, o uso de informações e expandir o acesso e disponibilidade, para atender às necessidades e demandas de informação da comunidade científica das diversas áreas especializadas de cada museu.

Em 2013, foi definida a Gestão Integrada de Acervos Bibliográficos. Após levantamento das atividades e diagnósticos da situação atual das bibliotecas e arquivos de 21 museus, foram discutidas e traçadas algumas diretrizes para implantação da Rede de Biblioteca do Ibram e a necessidade de aquisição de um sistema de catalogação e gestão de bibliotecas. Ao longo do ano foi desenvolvida parceria interna para a elaboração do projeto de aquisição do sistema, com a

construção de objetivos específicos, riscos de contratação do serviço de migração e possíveis adesões a atas.

O *Boletim Bibliográfico* passou por um processo de reformulação e foi padronizado segundo as regras da ABNT. Em 2013 apresentou temas como o Programa Nacional de Educação Museal – PNEM; Museus e Turismo; Gestão de Museus; Conservação de acervos museológicos; Segurança em Museus; entre outros temas.

♦ Programa de Gestão Documental

O Programa de Gestão Documental do Ibram tem por objetivo assegurar boas práticas de produção, fluxo e controle dos documentos elaborados e/ou acumulados no exercício das atividades da instituição, visando à disponibilização, de maneira rápida e eficaz, aos pesquisadores e cidadãos, das informações que tratam sobre a Política Nacional de Museus e os bens culturais musealizados.

Para o ano de 2013 foram previstas duas importantes ações para a continuidade da implantação do Programa. A primeira previu a implantação de melhorias no Sistema de Gerenciamento de Informações – SGI e a manutenção do seu funcionamento, tais como: desenvolvimento de ações de monitoramento do SGI para garantir o controle, a recuperação e o acesso aos documentos/processos produzidos e recebidos no Ibram; realização de treinamentos sob demanda das unidades; Estudos para Implantação do Sistema de Gerenciamento Arquivístico de Documentos – SIGAD.

A segunda ação para continuidade do Programa de Gestão Documental estabeleceu a produção de instrumentos normativos como prioritários: plano de classificação da área-fim; a tabela de temporalidade e destinação de documentos, manual de tipologias documentais e o mapa de fluxos.

Para o ano de 2013 foi realizada a produção dos seguintes instrumentos da área-fim:

- Plano de Classificação de Documentos: É o principal instrumento da Gestão de Documentos e se apresenta como um esquema de distribuição hierárquica das atribuições (competência, funções e atividades) e registros (documentos arquivísticos) produzidos e recebidos pela organização. Instrumento fundamental para apoio na eficiência da organização administrativa do Ibram. Foram realizadas as seguintes etapas: Análise Funcional (identificar Competência, funções e atividades); identificação dos tipos documentais; elaboração do Plano de Classificação de Documentos.

As oficinas para os servidores estavam previstas para serem realizadas em 2013, contudo devido às questões orçamentárias do Ibram, as quais inviabilizaram os gastos com diárias e passagens, estão previstas para serem realizadas em 2014.

- Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativo às atividades-fim do Ibram / Manual de tipologias documentais do Ibram / Mapa de fluxos dos documentos de acordo com a tipologia apresentada: A Tabela de Temporalidade e destinação de documentos é um instrumento da Gestão Documental, resultante da avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação. Sua estrutura é composta basicamente do conjunto de documentos produzidos e recebidos pela instituição, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente, além do grau de sigilo de acordo com a legislação vigente, grau de criticidade dos documentos e campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação. O Manual de Tipologia Documental é um instrumento que registra dados detalhados dos requisitos de cada tipo documental resultante das atividades desenvolvidas. O mapa de fluxo é um instrumento que apresenta o workflow dos tipos documentais, produzidos e recebidos, número de cópias e o fluxo de informação padrão. Esses instrumentos são fundamentais para apoio na eficiência da organização administrativa do Ibram.

- Manual de Procedimentos de Protocolo do Ibram / Manual de Espécies Documentais: As informações para elaboração dos instrumentos foram obtidas através de sistema de coleta de dados informatizado, desenvolvido pela consultoria contratada. Esta metodologia tem propiciado um

extenso mapeamento das funções, atividades e tipologias documentais produzidas pelos setores do Instituto e permite também a elaboração de instrumentos de gestão que retratem a efetiva produção e trâmite de documentos pelos setores do Ibram. Para fins da coleta de dados foram selecionados as unidades DEPMUS, DDFEM e CGSIM, que atuam na área-fim da Instituição. Devido à impossibilidade de coleta de dados em museus situados fora da cidade do Rio de Janeiro, foram selecionados como representantes da produção de documentos na área-fim: Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e Museu de Arqueologia de Itaipu.

♦ **Cadastro Nacional de Museus**

O Cadastro Nacional de Museus – CNM constitui-se na principal ferramenta para conhecimento do universo museológico brasileiro, sendo responsável pela coleta, registro e compartilhamento de dados sobre as características, atividades e serviços dos museus brasileiros, contribuindo de forma efetiva para o diagnóstico do setor museológico e para o planejamento de ações de políticas públicas de cultura.

Após reformulação gráfica e funcional, a saída de dados do Cadastro Nacional de Museus voltou a ser disponibilizada para consulta *online* no Portal do Ibram, em agosto de 2013. Com uma apresentação mais dinâmica e amigável que a anterior, a nova saída possibilitou a disponibilização de dados de mais de 3.300 instituições museológicas brasileiras, tais como: endereço, horário de funcionamento, tipologia de acervo, entre outras, permitindo também, a realização de pesquisas simples e avançadas, oferecendo aos interessados a possibilidade de consultas com recortes sobre estados, municípios, natureza administrativa, tipologia de acervo, dentre outras.

Outro avanço importante conquistado pelo CNM foi a definição de uma questão sobre “tipologia de museus”, um tema que, embora controverso no meio acadêmico e no campo museal, é bastante demandado pelo Ibram e pelo setor de museus em geral. Visando atender de uma forma operacional a essa necessidade, a equipe do CNM elaborou uma proposta sobre “tipologia de museus”, a qual foi discutida e ajustada com a colaboração de especialistas internos e externos ao Instituto.

Trata-se de um conjunto de questões com escalonamentos temáticos, que permitirão aos museus se autodefinirem do ponto de vista tipológico. Essas questões integrarão o processo de inscrição de museus no sistema do Ibram, e certamente contribuirão para um maior entendimento e aprimoramento de ações voltadas para o campo museal brasileiro.

♦ **Registro de Museus**

O Registro de Museus, criado pela Lei 11.906/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, tem por objetivos acompanhar e certificar a criação, a fusão e a extinção das instituições museológicas e estimular a formalização das instituições.

Conforme informado no Relatório de Gestão de 2012, a minuta da Resolução Normativa sobre o Registro de Museus foi elaborada, tendo sido aperfeiçoada em 2013.

Em decorrência à assinatura do Decreto nº 8.124/2013, prevista para o primeiro semestre de 2013, planejou-se um encontro com os Sistemas de Museus para pactuar a melhor forma de trabalho em conjunto. Contudo, o decreto foi sancionado em 17 de outubro de 2013, retardando, também em virtude da falta de recursos, a reunião com representantes dos órgãos públicos competentes pela área de museus, agora prevista para ocorrer em 2014.

♦ **Inventário dos Bens Musealizados do Ibram**

Em 2013 foi dada continuidade ao projeto de inventário dos bens musealizados do Ibram visando à transferência legal dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos da esfera administrativa do Iphan para o Ibram das 30 unidades museológicas citadas na Lei de criação da autarquia. A metodologia de trabalho permaneceu praticamente inalterada, em relação ao ano

anterior. Os inventários de acervos arquivísticos e bibliográficos do Ibram prosseguem em um ritmo ditado, sobretudo, pela disponibilidade dos museus na resposta às diligências. Há também uma pequena quantidade de museus cujos inventários aguardam a revisão final das diligências, para serem remetidas aos museus.

Estão **concluídos os inventários** de acervos arquivísticos e/ou bibliográficos de doze unidades museológicas do Ibram: Museu Casa da Hera; Museu da Abolição; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu de Biologia Mello Leitão; Museu do Ouro; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Regional de Caeté; Museu Regional de São João Del Rey; Museu Solar Monjardim; Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio.

Declararam não possuir acervo arquivístico nem bibliográfico as seguintes unidades: Museu Casa Histórica de Alcântara; Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya (Museu Chácara do Céu e Museu do Açude); Museu Regional Casa dos Ottoni; Palácio Rio Negro (vinculado ao Museu da República).

♦ **Memória Documental**

Durante o ano de 2013 foram definidas metas para requalificação dos acervos arquivísticos e bibliográficos dos museus do Ibram, bem como a capacitação dos profissionais que atuam na área. Desta forma, foi contratada consultoria especializada para formulação de manuais sobre conservação preventiva de acervos, abrangendo questões técnicas e gerenciais para o desenvolvimento de atividades de diagnóstico, higienização e controle de pragas em acervos arquivísticos e bibliográficos.

Entre os meses de novembro e dezembro foram realizadas três oficinas de treinamento, envolvendo 56 participantes entre arquivistas, bibliotecários e demais profissionais que atuam junto a acervos arquivísticos e bibliográficos sob a guarda dos museus do Ibram, sendo cada oficina com carga horária de 20 horas.

Foram elaborados o Manual de Procedimentos de Diagnóstico de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos e o Manual de Higienização e Controle de Pragas em Acervos Arquivísticos e Bibliográficos, que estão em fase final de diagramação e serão disponibilizados em formato digital e impresso.

♦ **Acervo em Rede**

Com o objetivo de promover a democratização do acesso ao patrimônio museológico e ao patrimônio cultural preservado pelas iniciativas de memória, a partir do desenvolvimento de ferramentas sistêmicas que permitam a gestão, o conhecimento e a valorização desses bens culturais, o Ibram busca com o Projeto *Acervo em Rede* aproximar, em uma única plataforma web, os diversos museus de todo o território nacional e unificar o patrimônio cultural musealizado, a fim de permitir o intercâmbio de informações entre instituições das diferentes áreas do conhecimento. Sobretudo, essa ação será inédita por reunir no mesmo portal eletrônico o patrimônio cultural que foi apropriado e preservado pelas iniciativas de memória desenvolvidas por grupos sociais.

Dentre suas metas, o Acervo em Rede inclui a evolução do sistema Donato, o qual foi desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes para a catalogação de coleções de artes visuais.

Desta forma, durante o ano de 2013 foram realizados estudos comparativos para a elaboração de instrumentos normativos que darão subsídio ao sistema informatizado de gestão do patrimônio museológico, assim como foram analisadas normas e padrões de arquivo e biblioteca.

O Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, previsto no Decreto nº 8.124/2013, é parte fundamental para o Acervo em Rede. Desta forma, o Ibram elaborou propostas de metadados para a inventariação, discutiu internamente o escopo do Inventário Nacional, assim como teve encontro com a unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo para conhecer o projeto de documentação e o processo de implementação do inventário estadual.

2.3.2. Análise dos Objetivos Estratégicos


Como indicadores para acompanhar o desempenho da gestão, o Ibram passou a utilizar o Mapa Estratégico lançado em setembro de 2013. Do lançamento até a 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE) do Ibram, foi analisado o andamento das iniciativas estratégicas e dos indicadores dos objetivos relacionados aos três temas priorizados pela Diretoria Colegiada: Regulação e Fiscalização; Governança Interna; e Pessoas.

Os principais subsídios para a preparação da 1ª RAE foram:

- Mapa Estratégico: permite o entendimento do desempenho da estratégia de uma forma integrada e completa;
- Direcionadores estratégicos; permitem o entendimento do desempenho de temas específicos que abrangem diversos objetivos;
- Objetivos estratégicos com seus indicadores e metas: permitem o entendimento do desempenho de cada objetivo isoladamente; e
- Iniciativas estratégicas: permitem verificar a capacidade de execução das ações priorizadas pelo Ibram.




Nesta seção será apresentada a análise dos objetivos que foram pauta da 1ª RAE. As análises foram resumidas em quadros contendo os principais aspectos considerados para cada objetivo, com foco na sua descrição, indicador, iniciativa, análise crítica e recomendações.

Para facilitar a visualização do status dos indicadores e das iniciativas analisados, foram estabelecidos “faróis” de desempenho de indicadores e iniciativas, conforme as figuras seguintes. Para verificar esses desempenhos, foram consultados de forma regular os gerentes e/ou técnicos responsáveis por cada indicador e iniciativa.

FARÓIS DE DESEMPENHO INDICADOR		
Farol	Meta	Mensuração
-	Não estabelecida	Não iniciada
	Estabelecida	Iniciada

* Indicadores em negrito são desdobramentos de indicadores do Mapa Estratégico do MinC

Figura 2. Faróis de desempenho de indicador do Mapa Estratégico (Fonte: 1ª RAE Ibram)

FARÓIS DE DESEMPENHO INICIATIVA	
Farol	Status de Execução
	Não iniciada
	Em andamento com atrasos
	Em andamento no prazo estabelecido

* Iniciativas em negrito são aquelas piloto que estão sendo planejadas com base na metodologia de Gerenciamento de Iniciativas

Figura 3. Faróis de desempenho de iniciativa do Mapa Estratégico (Fonte: 1ª RAE Ibram)

♦ Tema: Regulação e Fiscalização

Em outubro de 2013 foi publicado o [decreto presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013](#), que vem regulamentar a Lei nº 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus, e a Lei nº 11.906/2009, de criação do Instituto Brasileiro de Museus. Com a finalidade de preservar o patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, o Decreto coloca para o setor uma série de ações e etapas que devem ser seguidas, e confere ao Ibram ações de fiscalização. A ação fiscalizadora conduzirá a adequação do setor às normas previstas no Decreto, no sentido de garantir um padrão de gestão para que os museus brasileiros possam cumprir a sua função social.

A partir da publicação do Decreto, os objetivos estratégicos relacionados ao tema de Regulação e Fiscalização do setor museal passam a ser prioritários para o Ibram. O tema conta com dois objetivos estratégicos: 12. Aperfeiçoar o Macro Regulatório e 13. Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização.

Objetivo Estratégico		Descrição	
OE12: APERFEIÇOAR O MARCO REGULATÓRIO		Realizar as ações necessárias para a implementação das normativas com o objetivo de fortalecer os museus e o campo museológico	
Indicador		Metas	Mensuração
1. Percentual (%) de instrumentos do decreto normatizados		-	-
2. Quantidade de instrumentos orientadores disponibilizados		-	-
Iniciativa			Execução
Instrumento Normativo para Proteção e Promoção de Museus e Coleções no Mundo			
Criação de Instrumentos Normativos do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus			
Análise crítica do Objetivo		Recomendações	
A criação dos instrumentos normativos do decreto depende da orientação da diretoria com relação definição de metodologia, cronograma e equipe envolvidos.		Verificar quais são os instrumentos que devem ser criados para definir metas. Definir plano de trabalho e estratégia de atuação com prazos e grupos de trabalho com representantes de toda a instituição.	

Figura 4. Análise OE 12 – Aperfeiçoar o marco regulatório (Fonte: 1ª RAE Ibram)





Objetivo Estratégico		Descrição	
OE13: APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO		Criar condições (processos, sistemas e recursos) para que as unidades do IBRAM possam acompanhar e fiscalizar as ações resultantes das obrigações legais para que seja verificada a boa aplicação de recursos públicos. Consolidar ferramentas de regulação e acompanhamento das ações resultantes das obrigações legais referentes aos museus brasileiros.	
Indicador		Meta	Mensuração
1. Percentual (%) de processos oriundos de seleção pública com prestação de contas finalizadas			-
3. Taxa de museus registrados			-
Iniciativa			Status
Processo de Fiscalização de Obrigações Legais do Estatuto de Museus			
Registro de Museus			
Análise crítica do Objetivo		Recomendações	
<p>- As iniciativas do objetivo apresentam etapas em andamento, no entanto, aguardam orientações específicas da diretoria. A entrada em vigor do instrumento de “Registro de Museus” demanda da conclusão do sistema que irá operá-lo, prevista para 2014.</p> <p>- Atualmente a prestação de contas financeira não é realizada em sua completude e ocorre em etapas que nem sempre dialogam entre si.</p>		<p>- Definir plano de trabalho referente ao processo e monitoramento e fiscalização, definindo a estratégia de atuação com prazos e grupos de trabalho.</p> <p>- Sugere-se repensar o fluxo prestação de contas no IBRAM, assim como a criação de uma unidade específica de prestação de contas.</p>	

Figura 5. Análise OE 13 – Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização (Fonte: 1ª RAE Ibram)

♦ **Tema: Governança Interna**

Durante as reuniões de elaboração do Mapa Estratégico do Ibram ficou evidente que o tema governança interna é prioritário para a instituição, por ser a base de toda a atuação da casa. Este tema conta com cinco objetivos estratégicos, 14. Adequar a estrutura organizacional à estratégia; 15. Aperfeiçoar mecanismos de gestão; 16. Promover a integração de sistemas de informação; 17. Implantar a gestão do conhecimento; e 18; Promover a integração, comunicação e sinergia entre as unidades.

No segundo semestre de 2013 algumas medidas emergenciais foram tomadas no sentido de fortalecer a governança interna, entre elas, a contratação de quatro consultores para o mapeamento de processos em todos os departamentos do Ibram, inclusive o gabinete; e solicitação de funções emergenciais de DAS, que não foram aprovadas pelo MPOG. No entanto, ainda falta direcionar ações que serão realizadas mediante contratação de consultoria especializada.



Objetivo Estratégico		Descrição	
OE14: ADEQUAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA		Adequar a estrutura organizacional do Ibram às demandas da estratégia abrangendo recursos, unidades, competências, organograma, cargos / atribuições, processos, procedimentos e fluxo de informações. Identificar e corrigir sobreamentos e lacunas entre as unidades do Ibram	
Indicador	Meta	Mensuração	
Percentual (%) de implantação do Projeto de Reestruturação Organizacional do IBRAM		-	
Iniciativa		Status	
Projeto de Reestruturação Organizacional do IBRAM			
Análise crítica do Objetivo		Recomendações	
A partir de um aumento de sua estrutura organizacional, se espera que o IBRAM atenda de forma ideal seus desafios institucionais e finalísticos. No entanto, o projeto de reestruturação organizacional encaminhado ao MPOG não prosperou.		Proposta de revisão da estrutura organizacional à luz do Decreto e do mapeamento de processos em andamento no IBRAM.	

Figura 6. Análise OE 14 – Adequar a estrutura organizacional à estratégia (Fonte: 1ª RAE Ibram)





Objetivo Estratégico	Descrição	
OE15: APERFEIÇOAR MECANISMOS DE GESTÃO: <ul style="list-style-type: none"> •Gestão Estratégica •Gestão de Processos •Gestão de Projetos •Gestão Orçamentária 	Implantar mecanismos de gestão por resultados adotando modelo que defina sistemática de monitoramento dos resultados, estabelecimento de indicadores de resultados, fluxo de processos, implantação de metodologia de gestão de iniciativas, entre outros, estruturando e padronizando as diversas ferramentas de gestão entre as unidades do Ibram para garantir o alcance de sua estratégia. Alinhar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros à necessidade dos projetos de forma a otimizar a capacidade de execução para o alcance dos resultados esperados	
Indicador	Meta	Mensuração
1. Percentual (%) de execução físico / financeira das iniciativas estratégicas		-
2. Grau de alcance das entregas dos processos críticos	-	-
3. Grau de alcance das metas do mapa estratégico	-	-
Iniciativa	Status	
Gestão da Estratégia		
Gestão de Projetos		
Gestão de Processos		
Análise crítica do Objetivo	Recomendações	
A revisão da atuação dos consultores do Prodoc de Gestão permitiu definir uma estratégia estruturada a partir dos principais desafios do IBRAM. O grau de alcance das entregas dos processos será possível de ser verificado depois do completo mapeamento de processos.	Criar um plano de trabalho único para o mapeamento de processos e definir um coordenador para o alinhamento da atuação entre os diversos consultores.	

Figura 7. Análise OE 15 – Aperfeiçoar os mecanismos de gestão estratégica, de processos, de projetos e orçamentária (Fonte: 1ª RAE Ibram)





Objetivo Estratégico	Descrição	
OE16: IMPLEMENTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO INTEGRADO	Prover o Ibram de recursos e instrumentos informacionais integrados, com a finalidade de melhorar os processos, a qualidade e a disponibilização das informações, possibilitando a operação entre as unidades, coordenações, diretorias e museus do IBRAM, bem como a gestão estratégica e a execução das políticas	
Indicador	Metas	Mensuração
1. Percentual de alcance das metas do PDTI relativas à integração de sistemas de informação		-
2. Percentual de documentos produzidos pelo IBRAM em sistema de gestão documental disponibilizados em meio digital		-
Iniciativa	Status	
Desenvolvimento Integrado de Sistemas de Informação (PDTI)		
Programa de Gestão Documental do IBRAM		
Análise crítica do Objetivo	Recomendações	
As duas ações do objetivo estão planejadas mas ainda não foram implementadas. Até o momento não foram disponibilizados documentos em meio digital no Sistema de Gerenciamento de Informações.	São necessários alguns requisitos: Aquisição de infraestrutura para o Ibram (equipamentos que forneçam imagem digital apropriada, OCR, espaço em banco de dados); Normatização para produção, trâmite, reprodução e acesso à documentos digitais; Treinamento para os servidores do Ibram.	

Figura 8. Análise OE 16 – Implementar sistema de informação integrado (Fonte: 1ª RAE Ibram)


Objetivo Estratégico		Descrição	
OE17: IMPLANTAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO		Tornar acessíveis, entre servidores e colaboradores do IBRAM e de seus museus, os procedimentos, processos, metodologias organizacionais, enfim o conhecimento acumulado referente à sua atuação no campo museológico. Sistematizar e compartilhar melhores práticas e metodologias, e preservar a memória organizacional por meio da valorização de seu histórico, e do registro de sua experiência	
Indicador	Metas	Mensuração	
1. Número de publicações de sistematização criadas e difundidas	-	-	
2. Percentual (%) de sistematização dos conhecimentos mapeados	-	-	
Iniciativa			Status
Processo de Gestão de Conhecimento			
Análise crítica do Objetivo		Recomendações	
Não se tem clara a definição do que seria gestão do conhecimento. Falta pessoal disponível e experiência dentro da instituição para realizar este trabalho.		Definir a entrega principal o que se pretende com sistematização do conhecimento. Rever a iniciativa criada e elaborar indicador com base nas fases de Criação, formalização, armazenagem, disponibilização e utilização. Analisar a possibilidade de contratação de consultor específico para desenvolver o produto.	

Figura 9. Análise OE 17 – Implantar a Gestão do Conhecimento (Fonte: 1ª RAE Ibram)



Objetivo Estratégico		Descrição	
OE18: PROMOVER A INTEGRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SINERGIA INTERNA ENTRE AS UNIDADES		Promover e incentivar a integração entre as Unidades do Ibram para realizar ações /projetos /iniciativas de interesse comum entre essas unidades, a fim de otimizar a utilização dos recursos disponíveis. Criar e implementar política de comunicação interna, disponibilizar resultados e desempenho do Ibram na execução da sua política, alcance de seus objetivos estratégicos e metas definidos. Melhorar aspectos relacionados à comunicação interna e aprimorar o intercâmbio técnico e administrativo, entre as diferentes unidades museológicas e os departamentos da área central do Instituto.	
Indicador	Meta	Mensuração	
1. Número de processos com procedimento operacional padrão publicados	-	-	
2. Percentual de implementação do Plano de Comunicação Interna		-	
Iniciativa			Status
Plano de Comunicação Interna			
Análise crítica do Objetivo		Recomendações	
Considerando as entregas previstas pela iniciativa, o Plano de Comunicação Interna avançou. No entanto, ele ainda não foi implementado.		A partir do mapeamento e da criação de fluxos de processos, sistematizar os procedimentos de operação padrão, assim como acordos de nível de serviço.	

Figura 10. Análise OE 18 – Promover a integração, comunicação e sinergia interna entre as unidades (Fonte: 1ª RAE Ibram)

♦ **Tema: Pessoas**

O tema referente ao pessoal é sensível em qualquer organização pública ou privada. No caso do Ibram, apesar de o Instituto ter apenas cinco anos de existência, há uma taxa de evasão muito significativa, somado a alta taxa de aposentadorias, o que prejudica o desenvolvimento de ações. Para prevenir o elevado *turnover*, medidas urgentes deverão ser tomadas tanto na sede quanto em seus museus vinculados. Para lidar com esses desafios institucionais, o Ibram elencou dois objetivos estratégicos para este tema: 19. Estruturar e valorizar o quadro de pessoal; e 20. Desenvolver as competências necessárias.







Objetivo Estratégico		Descrição	
OE 19: ESTRUTURAR E VALORIZAR O QUADRO DE PESSOAL		Ter e manter quadro efetivo suficiente e qualificado para o alcance das metas institucionais. Criar e implementar política de valorização do servidor de forma homogênea. Como desafios internos devem ser consideradas a adequação e ampliação do quadro funcional, verificando as necessidades do IBRAM	
Indicador		Metas	Mensuração
1. Taxa de Lotação			
2. Taxa de Desistência do quadro de efetivos por Concurso			
Iniciativa		Status	
Estruturação do Quadro de Pessoal			
Implementação do Programa de Qualidade de Vida (PQV)			
Análise crítica		Recomendações	
O processo de estruturação passa pela definição de lotação ideal de cada departamento e museu, assim como pelo mapeamento de competências.		Verificar lotação ideal de departamentos e museus, mapeamento de competências, concurso público e concurso de remoção.	

Figura 11. Análise OE 19 – Estruturar e valorizar o quadro de pessoal (Fonte: 1ª RAE Ibram)

Objetivo Estratégico		Descrição	
OE20: DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS		Criar e implementar política de capacitação dos servidores dos vários níveis, desenvolver as competências e difundir o conhecimento necessários à execução da estratégia.	
Indicador		Metas	Mensuração
1. Percentual (%) de competências necessárias à estratégia mapeadas e atendidas		-	-
2. Percentual de alcance das metas do Plano de Capacitação		-	-
3. Média de carga horária de capacitação por servidor			-
Iniciativa			Status
Gestão do Desenvolvimento e Desempenho			
Análise crítica		Recomendações	
Necessidade de implementar um plano de capacitação que leve em conta solicitações individuais e dos departamentos. Necessidade de levantamento das competências no IBRAM e à luz da estratégia.		Contratar consultoria especializada com foco em mapeamento de competências, que é a base para o plano de capacitação e gestão do conhecimento. Realizar gestão por competências.	

Figura 12. Análise OE 20 – Desenvolver as competências necessárias (Fonte: 1ª RAE Ibram)

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura orgânica de controle

♦ Diretoria Colegiada do IBRAM

Conforme o Decreto nº 6.845/2009, a Diretoria será composta pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos de Processos Museais, de Difusão, Fomento e Economia dos Museus e de Planejamento e Gestão Interna. O Procurador-Chefe, o Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal e um representante dos funcionários, eleito diretamente pelo conjunto dos servidores participarão, sem direito a voto, das reuniões da Diretoria. A critério do Presidente, será facultada a participação, sem direito a voto, de representantes das Unidades Museológicas.

À Diretoria compete: I - estabelecer a política institucional, as diretrizes e as estratégias do Ibram; II - estabelecer diretrizes programáticas, relativas às atividades dos órgãos descentralizados; III - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto no 5.264, de 2004; IV - deliberar sobre o plano estratégico, a proposta orçamentária e o plano anual ou plurianual de ação do Ibram; as questões propostas pelo Presidente ou pelos membros da Diretoria; o relatório anual e a prestação de contas; a remuneração relativa a serviços, aluguéis, produtos, permissões, cessões, operações e ingressos das Unidades Museológicas do Ibram; o valor das multas estabelecidas na legislação de proteção ao patrimônio musealizado, ouvidos os órgãos competentes; os Planos Museológicos das Unidades Museológicas do Ibram; o programa de formação, treinamento e capacitação técnica dos profissionais do Ibram; o programa editorial do Ibram; e as diretrizes de comunicação para o Ibram; V - analisar e acompanhar o desenvolvimento das ações, planos, projetos e programas desenvolvidos pelo Ibram, com vistas à gestão democrática e participativa e à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados; VI - aprovar normas, critérios e procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades; e VII - aprovar o regimento interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e zelar pelo cumprimento do regimento interno do Ibram.

♦ Comitê de Gestão

Ainda conforme o Decreto nº 6.845/2009, o Comitê de Gestão do IBRAM será composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador da CGSIM, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do IBRAM.

Ao Comitê de Gestão compete: I - contribuir na elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano Anual do IBRAM; II - contribuir na elaboração e desenvolvimento dos Planos Museológicos das Unidades Museológicas do IBRAM; III - estabelecer diretrizes e contribuir para a implantação e o desenvolvimento de políticas de valorização dos recursos humanos, de aquisição, preservação e exposição de bens culturais, de valorização e ampliação do público dos museus; IV - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto no 5.264, de 2004; e V - apreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou pelos membros do Comitê de Gestão.

♦ Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

O Colegiado foi instituído pelo Decreto nº 6.845/2009 e a ele compete: I - apoiar a formulação de políticas públicas para o setor museológico de maneira democrática e permanente; II - examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do IBRAM e ao fortalecimento do campo museal; III - examinar, apreciar e opinar sobre a movimentação e saída do País do patrimônio cultural musealizado; IV - examinar e opinar sobre questões relacionadas à proteção e à defesa do patrimônio cultural musealizado; V - apreciar propostas de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos do IBRAM, de abrangência nacional; VI - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004; e VII - opinar acerca de questões propostas por seus membros.

♦ **Auditoria Interna – AUDIN**

A unidade de auditoria interna do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, criada pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, com sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.845/2009 e em conformidade com o Artigo 14 do Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000, é um órgão técnico de controle, encontra-se na estrutura da Autarquia subordinada diretamente à Presidência, autoridade máxima do órgão. O seu quadro de pessoal conta com um Auditor Chefe, um Assistente e dois servidores efetivos da Autarquia, sendo um de nível médio e outro de nível superior.

À AUDIN compete: I - Assessorar a Diretoria, o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e o Comitê de Gestão no cumprimento dos objetivos institucionais; II - Acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do Ibram; III - Acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; IV - Prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

♦ **Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus**

O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, conforme previsto no artigo 19 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, tem por objetivo propor diretrizes e ações e também apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

O Comitê é presidido pelo presidente do Ibram e formado por representantes com mandato válido por dois anos dos seguintes órgãos e entidades: Ministérios da Cultura, da Educação, da Defesa, da Ciência e Tecnologia, do Turismo, do Planejamento Orçamento e Gestão e do Meio Ambiente; Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; sistemas estaduais e municipais de museus; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Federal de Museologia; Associação Brasileira de Museologia; Associação dos Arquivistas Brasileiros; Conselho Federal de Biblioteconomia; Associação Brasileira de Conservadores - Restauradores de Bens Culturais; Federação de Amigos de Museus do Brasil; Associação Brasileira de Antropologia; entidades representativas dos museus privados, dos ecomuseus e museus comunitários de âmbito nacional; e instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

♦ **Comissão do Fundo Nacional de Cultura**

O Ibram compõe a Comissão do Fundo Nacional de Cultura, colegiado instituído pelo Decreto nº 5.761/2006, ao qual compete: I - avaliar e selecionar os programas, projetos e ações culturais que objetivem a utilização de recursos do Fundo Nacional da Cultura, de modo a subsidiar sua aprovação final pelo Ministro de Estado da Cultura; II - apreciar as propostas de editais a serem instituídos em caso de processo público de seleção de programas, projetos e ações a serem financiados com recursos do Fundo Nacional da Cultura, para homologação pelo Ministro de Estado da Cultura; III - elaborar a proposta de plano de trabalho anual do Fundo Nacional da Cultura, que integrará o plano anual do PRONAC, a ser submetida ao Ministro de Estado da Cultura para aprovação final de seus termos; IV - apreciar as propostas de plano anual das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura, com vistas à elaboração da proposta de que trata o inciso III; e V - exercer outras atribuições estabelecidas pelo Ministro de Estado da Cultura. e em conformidade com a estrutura regimental do MinC, estabelecida pelo Decreto nº 6.835, de 30/04/2009.

♦ **Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC**

O Presidente do Ibram integra a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, instituída pelo art. 32 da Lei nº 8.313, de 1991, e à qual compete: I - subsidiar, mediante parecer técnico fundamentado do relator designado, nas decisões do Ministério da Cultura quanto aos incentivos fiscais e ao enquadramento dos programas, projetos e ações culturais nas finalidades e objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, observado o plano anual do PRONAC; II - subsidiar na definição dos

segmentos culturais não previstos expressamente nos Capítulos III e IV da Lei nº 8.313, de 1991; III - analisar, por solicitação do seu presidente, as ações consideradas relevantes e não previstas no art. 3º da Lei nº 8.313, de 1991; IV - fornecer subsídios para avaliação do PRONAC, propondo medidas para seu aperfeiçoamento; V - emitir parecer sobre recursos apresentados contra decisões desfavoráveis à aprovação de programas e projetos culturais apresentados; VI - emitir parecer sobre recursos contra decisões desfavoráveis quanto à avaliação e prestação de contas de programas, projetos e ações culturais realizados com recursos de incentivos fiscais; VII - apresentar subsídios para a elaboração de plano de trabalho anual de incentivos fiscais, com vistas à aprovação do plano anual do PRONAC; VIII - subsidiar na aprovação dos projetos de que trata o inciso V do art. 23; e IX - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo seu presidente.

A Comissão é responsável ainda por orientar a análise de projetos por meio de súmulas administrativas.

♦ Comissão de Seleção

O Ibram designa Comissão de Seleção, conforme o objeto dos Editais, para seleção pública de iniciativas/projetos. Em 2012 foram nomeadas as Comissões para o Prêmio Darcy Ribeiro pela Portaria nº 395, de 9 de novembro de 2012, para o Prêmio Mário Pedrosa, pela Portaria nº 396, de 12 de novembro de 2012. Houve ainda a implantação de Comissão Julgadora, constituída por meio da Portaria nº 397 de 13 de novembro de 2012, para realizar a avaliação e seleção das propostas recebidas de OSCIPs após chamada pública.

3.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro 30. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: O conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Ibram.					
(2) Parcialmente inválida: O conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Ibram, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto do Ibram.					
(4) Parcialmente válida: O conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Ibram, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. O conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto do Ibram.					

3.3. Sistema de correição

O Ibram não tem formalizada em sua estrutura uma unidade de correição. As atividades relativas a correição são tratadas pelo Ibram conforme a Portaria IBRAM nº 130 de 07/08/2009, art. 1º, inciso II, alínea b, que delega competência aos Diretores das Unidades Museológicas para, no desempenho de suas atividades, quando aplicável, determinar a instauração de processo de sindicância, bem como homologar o seu resultado, aplicando aos infratores sanção cabível, ressalvada a instauração de processo administrativo disciplinar, exclusiva do Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI.

O Ibram conta atualmente com 28 Diretores dotados de competência para Instauração de Sindicância nas unidades museológicas.

Cabe informar que estamos trabalhando no desenvolvimento do Regimento Interno e que há uma grande preocupação do Ibram em providenciar o mais breve possível nas Normas Internas das atividades desta autarquia.

O Ibram tem procurado priorizar a área de Correição, cuja implantação de estrutura específica foi recomendada pela unidade de Auditoria Interna do Instituto. No entanto, estamos atualmente

impossibilitados de promover a imediata implantação dessa área, tendo em vista a grande deficiência de funções no quadro desta autarquia.

Informamos ainda que temos estimulado o quadro de servidores do IBRAM a participar das capacitações em PAD, promovidos pela CGU.

3.4. Cumprimento da Portaria nº 1.043/2007 da CGU pela instância de correição

Considerando a ausência de uma estrutura de correição no Ibram, o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no CGU-PAD (Sistema de Gestão de Processos Disciplinares) tem sido feito na Coordenação de Gestão de Pessoas do Departamento de Planejamento e Gestão Interna, em conformidade com a Portaria IBRAM nº 130/2009.

Em que pese à insuficiência de pessoal, que acarreta em grande acúmulo de atribuições por servidor, o Ibram tem atendido todos os prazos prescritos na Portaria CGU nº 1.043/2007.

3.5. Indicadores de governança e controles internos

Com a elaboração do Mapa Estratégico do Ibram (vide item 2.1 – Planejamento da unidade), foram elaborados indicadores para os objetivos estratégicos ligados ao tema “Governança Interna”, voltado para a sede, representações e museus do Ibram. São eles:

- ♦ **OE 14 – Adequar a estrutura organizacional à estratégica:**
 - Indicador 1: Percentual de implantação do Plano de Adequação da Estrutura Organizacional
- ♦ **OE 15 – Aperfeiçoar mecanismos de gestão:**
 - Indicador 1: Percentual de execução físico / financeira das iniciativas estratégicas e de ações do Pacto de Desempenho
 - Indicador 2: Grau de alcance das entregas dos processos críticos
 - Indicador 3: Grau de alcance das metas do Mapa Estratégico
- ♦ **OE 16 – Promover a integração de sistemas de informação:**
 - Indicador 1: Percentual de alcance das metas do PDTI relativas à integração de sistemas de informação
 - Indicador 2: Taxa de incremento da disponibilização de documentos produzido pelo Ibram em sistema de gestão documental
- ♦ **OE 17 – Implantar a Gestão do Conhecimento:**
 - Indicador 1: Número de publicações de sistematização criadas e difundidas
 - Indicador 2: Percentual (%) de sistematização dos conhecimentos mapeados
- ♦ **OE 18 – Promover a integração, comunicação e sinergia interna entre as unidades:**
 - Indicador 1: Percentual da metas de iniciativas estratégicas transversais atingidas
 - Indicador 2: Número de processos com procedimento operacional padrão publicados
 - Indicador 3: Percentual de implementação do Plano de Comunicação Interna

Estes indicadores, por ainda estarem em fase de implementação, têm passado por revisão de fórmulas e estabelecimento de metas, sendo que alguns ainda não tiveram a mensuração iniciada. Isso se deve ao fato de a 1ª Reunião de Análise Estratégica ter sido concluída já no final do exercício. Não há, portanto, subsídios para avaliar os resultados alcançados e a efetividade desses indicadores sobre o modelo de governança e os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Ibram.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Execução das despesas

4.1.1. Programação

Quadro 31. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Instituto Brasileiro de Museus			Código UO: 42207		UGO: 423001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			56.581.649,00	-	78.423.076,00	
CRÉDITOS	Suplementares		10.949.993,00	-	637.900,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	
DOTAÇÃO FINAL 2013 (A)			67.531.642,00	-	79.060.976,00	
Dotação final 2012 (B)			57.011.475,00	-	90.361.786,00	
Variação (A/B-1)*100			18,45%	-	-12,51%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			7.951.025,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	1.867.009,00	-	-	
	Créditos Cancelados		-1.867.009,00	-	-	
Outras Operações			-	-	-	
DOTAÇÃO FINAL 2013 (A)			7.951.025,00	-	-	
Dotação final 2012(B)			82.691.711,00	-	-	
Variação (A/B-1)*100			-90,38%	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

A dotação orçamentária disponibilizada ao Ibram desde sua criação tem sido insuficiente para as despesas de manutenção administrativa da Sede e dos museus. Continuam pendentes a conclusão da estruturação da sede e algumas contratações referentes a serviços anteriormente cobertos em contratos do Iphan.

Considerando a dotação atualizada desta unidade para suas despesas discricionárias em 2013, de R\$ 78.905.460,00, tivemos um aumento de 12,3% em relação a 2012. Entretanto, considerando-se o limite de empenho disponibilizado pelo Ministério da Cultura, que representa o real teto de execução do Ibram R\$ 68.277.929,00 (86,5% da dotação), houve uma redução de 4,1% em relação ao ano anterior.

Esse limite de empenho, dado pela Portaria MinC nº 1.018, foi publicado apenas em 30/12/2013. Até este momento estava valendo a Portaria MinC nº 666, de 19/8/2013, que limitava os empenhos do Ibram ao montante de R\$ 53.277.929,00 (67,5% da dotação inicial). Na ocasião da publicação dessa portaria, o Ibram já havia empenhado R\$ 49.227.173,43 de seus créditos, ou seja, mais de 90% do limite.

Devido a esse contexto, o Ibram tem priorizado, desde a elaboração do PLOA até a distribuição interna do limite de empenho, as despesas das ações “Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais” e “Administração da Unidade”, em função dos vários contratos continuados,

imprescindíveis para o bom funcionamento dos museus e da sede do Ibram. Mesmo sendo priorizadas, essas ações foram prejudicadas pela Portaria MinC nº 666, que inviabilizou a continuidade de parte da prestação dos serviços essenciais de manutenção e funcionamento das unidades museológicas, uma vez que a estimativa dessas despesas até o fim do ano era de R\$ 66.685.848,00, conforme contratos já firmados e/ou empenhados no 1º semestre.

Restringiu-se, assim, o orçamento para as ações finalísticas, que tiveram execução mínima ou nula, conforme explanado na seção 2.2.2 (Ações do Ibram na Lei Orçamentária Anual).

Ressalta-se que as emendas parlamentares beneficiaram as ações de “Modernização” (R\$ 2.500.000,00) e “Fomento” (R\$ 200.000,00). Com exceção da Emenda Parlamentar nº 2375 0013, do senador Francisco Dornelles, destinada à modernização do Museu da República, as demais emendas não são de execução direta, constituindo-se em transferência de recursos a estados e municípios por meio de conveniamento. Ademais, das nove emendas ao orçamento do Ibram, três foram empenhadas para ações de modernização e fomento (R\$ 615.394,18, no total) e quatro tiveram a dotação indisponibilizada (R\$ 1.200.000,00).

Para os recursos de pessoal e benefícios, os limites para programação do PLOA foram recebidos conforme projeção calculada pela Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP/DPGI). Posteriormente, foram solicitadas algumas alterações orçamentárias para atualização e readequação dos valores projetados.

No final de dezembro de 2012, o IBRAM recebeu créditos extraordinários por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012. Os créditos extraordinários reabertos e cancelados, no total de R\$ 1.867.009,00, em capital, foram descentralizados e imediatamente indisponibilizados na UG 423001. O crédito foi distribuído nas seguintes ações:

- 2000 – Administração da Unidade: R\$ 666.667,00
- 14U2 – Implantação, Instalação e Conhecimento na Área Cultural: R\$ 833.334,00
- 20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira: R\$ 367.008,00

No último bimestre de 2012, foi elaborada e assinada a Pactuação de Desempenho no Ministério da Cultura, que passou a valer no exercício de 2013.

O programa, válido para todas as secretarias e unidades de administração indireta vinculadas ao MinC, enfocou uma nova cultura na gestão de recursos com melhor performance e transparência no uso das verbas do ministério.

Os gestores de todas as áreas do MinC trabalharam com metas e cronogramas para a realização de seus projetos, com a visualização das ações para o ano todo, objetivando o contínuo aprimoramento da gestão, da execução orçamentária e financeira, e da eficiência e efetividade das ações e políticas do ministério.

As unidades projetaram 100% de sua Dotação em LOA nos projetos pactuados, designando um Plano Interno (PI) para cada um. Considerando que os PI são instrumentos detalhados de planejamento e acompanhamento gerencial interno de cada órgão, o pacto firmado com essa antecedência e nível de pormenorização (mesmo havendo previsão de revisões do pacto ao longo do exercício), acabou por entrarvar o gerenciamento e operacionalização das atividades e projetos do Ibram. Cabe mencionar também que o novo sistema implantado pelo MinC para criação, monitoramento e alteração dos planos internos constantes do Pacto de Desempenho, ainda estava em construção e apresentava várias inconsistências.

4.1.2. Movimentação de créditos

Quadro 32. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão				
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes
	Concedente	Recebedora		3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	423001	403101	42207.13.122.2107.2000	164.709,87
	423001	420001	42207.13.122.2107.2000	16.910,00
Recebidos	420010	423001	42101.13.392.2027.14U2	3.000.000,00
	420010	423001	42101.13.392.2027.20ZF	700.000,00
	420029	423001	42101.13.392.2027.20ZF	500.000,00
	420041	423001	42101.13.392.2027.20ZF	136.000,00
	340035	423001	42902.13.391.2027.20ZH	1.481.467,25
	340035	423001	42902.13.392.2027.14U2	3.860.206,46
	340035	423001	42902.13.392.2027.20ZF	4.989.528,36
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos
Recebidos	420010	423001	42101.13.392.2027.20ZF	400.000,00
	340035	423001	42902.13.392.2027.14U2	748.847,83

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Quadro 33. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias de Órgãos diferentes				
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes
	Concedente	Recebedora		3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	423001	154003	42207.13.392.2027.20ZM	72.235,00
Recebidos	540001	423001	54101.23.695.2076.10V0	500.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos
Recebidos	540001	423001	54101.23.695.2076.10V0	9.300.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Quanto à movimentação de créditos interna, destacam-se os créditos concedidos ao Iphan e ao MinC para despesas administrativas e os créditos recebidos do MinC para atender a: recuperação do Museu Afro Brasil em São Paulo - SP; execução da emenda nº 9022 0003 do deputado Jorge Bittar, destinada à conservação do acervo e atividades sociais e educacionais do Museu Casa do Pontal no Rio de Janeiro – RJ; execução da emenda nº 2952 0009 do deputado Leonardo Gadelha, destinada a apoiar projeto de aquisição de acervo para o Museu Armorial dos Sertões no Estado da Paraíba; projeto OEI/BRA/08/007, de ampliação e consolidação de ações em apoio à memória social no Brasil em suas interseções como Programa Cultura Viva; e contribuição da cota anual brasileira, referente ao exercício de 2013, ao Fundo do Programa Ibermuseus.

O Ibram recebeu também recursos do FNC para o Programa de Requalificação dos Museus Ibram (restauração da Igreja de Santa Rita, restauração do Museu Forte Defensor Perpétuo, e reforma do espaço que abriga o laboratório de conservação do Museu Histórico Nacional, e requalificação do Museu Lasar Segall), bem como para o Programa de Fomento aos Museus, com apoio ao Edital Mais Museus 2013, ao Edital de Modernização de Museus 2013, ao Prêmio Modernização de Museus – Microprojetos 2012, ao Prêmio Pontos de Memória 2012, ao Prêmio Memórias Brasileiras 2012, e ao Prêmio Memória do Esporte Olímpico 2012.

Por fim, quanto à movimentação de créditos externa, o Ibram concedeu ao Fundo de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES recurso referente a programa de intercâmbio firmado entre o Ibram e a *École du Louvre* na França. O Ministério do Turismo concedeu ao Instituto créditos para obras no Museu Pelé em Santos - SP, como parte do seu Programa de Apoio à Infraestrutura Turística.

4.1.3. Realização da despesa

Quadro 34. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Instituto Brasileiro de Museus		Código UO: 42207		UGO: 423001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	33.952.374,93	28.318.535,53	33.952.374,93	28.308.847,15	
a) Convite	20.602,86	95.218,11	20.602,86	95.218,11	
b) Tomada de Preços	170.212,48	66.480,00	170.212,48	66.480,00	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	33.761.559,59	28.156.837,42	33.761.559,59	28.147.149,04	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	6.088.812,86	6.106.059,55	6.081.146,96	6.105.687,10	
h) Dispensa	4.909.582,04	5.257.772,11	4.902.035,96	5.257.399,66	
i) Inexigibilidade	1.179.230,82	848.287,44	1.179.111,00	848.287,44	
3. Regime de Execução Especial	1.938,01	14.496,88	1.938,01	14.496,88	
j) Suprimento de Fundos	1.938,01	14.496,88	1.938,01	14.496,88	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	64.763.161,18	61.821.264,53	64.750.701,82	61.821.057,43	
k) Pagamento em Folha	64.350.175,67	61.382.614,41	64.337.716,31	61.382.614,41	
l) Diárias	412.985,51	438.650,12	412.985,51	438.443,02	
5. Outros	12.207.128,39	6.629.613,49	12.207.128,39	6.629.613,49	
6. Total (1+2+3+4+5)	117.013.415,37	102.889.969,98	116.993.290,11	102.879.702,05	

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Quadro 35. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	177.987,00	-	177.987,00
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	177.987,00	-	177.987,00
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	-	5.000.000,00	-	5.000.000,00
h) Dispensa	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	-	5.000.000,00	-	5.000.000,00
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	71.780,50	-	71.780,50
k) Pagamento em Folha	-	71.780,50	-	71.780,50
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	671.000,00	1.742.108,40	671.000,00	1.742.108,40
6. Total (1+2+3+4+5)	671.000,00	6.991.875,90	671.000,00	6.991.875,90

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Quadro 36. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Instituto Brasileiro de Museus			Código UO: 42207				UGO: 423001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	44.598.571,64	40.403.268,15	44.598.571,64	40.403.268,15	-	-	44.586.112,28	40.403.268,15
Obrigações Patronais	8.965.008,42	8.756.750,82	8.965.008,42	8.756.750,82	-	-	8.965.008,42	8.756.750,82
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	4.065.688,88	2.878.517,95	4.065.688,88	2.878.517,95	-	-	4.065.688,88	2.878.517,95
Demais elementos do grupo	1.568.082,46	4.230.561,57	1.568.082,46	4.230.561,57	-	-	1.568.082,46	4.230.561,57
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	31.792.404,89	26.622.716,65	28.093.598,84	22.211.735,74	3.698.806,05	4.410.980,91	28.093.598,84	22.202.047,36
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	24.784.583,77	25.931.006,35	17.876.401,37	16.474.686,43	6.908.182,40	9.456.319,92	17.876.281,55	16.474.313,98
Contribuições	6.296.580,00	2.174.650,00	3.496.650,00	24.650,00	2.799.930,00	2.150.000,00	3.496.650,00	24.650,00
Demais elementos do grupo	8.471.584,57	8.106.921,37	8.097.197,19	7.283.008,65	374.387,38	823.912,72	8.089.651,11	7.282.801,55
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Auxílios	800.000,00	650.000,00	-	-	800.000,00	650.000,00	-	-
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	676.739,31	280,00	13.048,92	-	663.690,39	280,00	13.048,92	-
Equipamentos e Material Permanente	340.727,95	1.206.081,83	141.155,17	569.426,42	199.572,78	636.655,41	141.155,17	569.426,42
Demais elementos do grupo	191.812,48	590.870,63	98.012,48	57.364,25	93.800,00	533.506,38	98.012,48	57.364,25

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Quadro 37. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	-	70.248,73	-	70.248,73	-	-	-	70.248,73
Pensões	-	1.531,77	-	1.531,77	-	-	-	1.531,77
3. Outras Despesas Correntes								
Contribuições	8.201.088,95	4.519.786,97	636.000,00	1.742.108,40	7.565.088,95	2.777.678,57	636.000,00	1.742.108,40
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	3.415.000,00	-	35.000,00	-	3.380.000,00	-	35.000,00	-
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.353.325,03	389.987,00	-	177.987,00	2.353.325,03	212.000,00	-	177.987,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Auxílios	9.300.000,00	-	-	-	9.300.000,00	-	-	-
Contribuições	697.959,87	-	-	-	697.959,87	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente	-	5.000.000,00	-	5.000.000,00	-	-	-	5.000.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Referente à realização das despesas por modalidade de contratação, no exercício de 2013 o Ibram foi contemplado com recursos com a finalidade de revitalizar as unidades museológicas vinculadas, dessa forma houve um aumento na realização de licitações na modalidade tomada de preços, por se tratarem de serviços de obras. No que tange ao pregão, houve uma especialização de servidores do quadro, o que culminou num aumento de pregões realizados, ampliando a quantidade de contratações e os valores despendidos.

Não há um planejamento do Instituto acerca da execução das demandas das unidades museológicas, nem um setor específico que centralize as demandas e elabore projeto básico/termo de referência agrupando todas as demandas dessas unidades, sendo que diversas aquisições/contratações que poderiam ser processadas conjuntamente são efetivadas mediante dispensa/ inexistência de licitação.

Devido à natureza das unidades museológicas e suas características e demandas peculiares, em muitas ocasiões existem poucas empresas especializadas na execução dos serviços, o que dificulta ou impossibilita a competitividade. Além disso, em diversas situações as contratações se enquadram em objetos singulares, o que permite a contratação direta.

No quadro e nas figuras abaixo, evidenciamos graficamente a restrição imposta pelo contingenciamento sobre a dotação das despesas discricionárias desta Unidade, bem como a priorização dada ao funcionamento dos museus e manutenção da sede e o respectivo impacto na execução das ações finalísticas.

Quadro 38. RESUMO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO IBRAM EM 2013

Despesas Discricionárias	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	% (b / a)	Valores Pagos (c)	% (c / a)	Despesa Inscrita em RP Não Processados (d)	% (d / a)
Administração da Unidade	25.704.435,00	20.907.647,42	81,3%	16.499.732,27	64,2%	4.381.763,18	17,0%
Publicidade de Utilidade Pública	300.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	45.000.000,00	43.133.803,77	95,9%	35.130.365,17	78,1%	8.003.318,78	17,8%
Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	4.000.000,00	1.778.514,93	44,5%	183.760,81	4,6%	1.594.754,12	39,9%
Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	3.101.025,00	1.717.565,37	55,4%	839.115,55	27,1%	870.903,74	28,1%
Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	300.000,00	74.835,00	24,9%	2.600,00	0,9%	72.235,00	24,1%
Formulação e Gestão da Política Cultural	500.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	78.905.460,00	67.612.366,49	85,7%	52.655.573,80	66,7%	14.922.974,82	18,9%

Fonte: COFIP/DPGI; SIAFI Gerencial 2013.

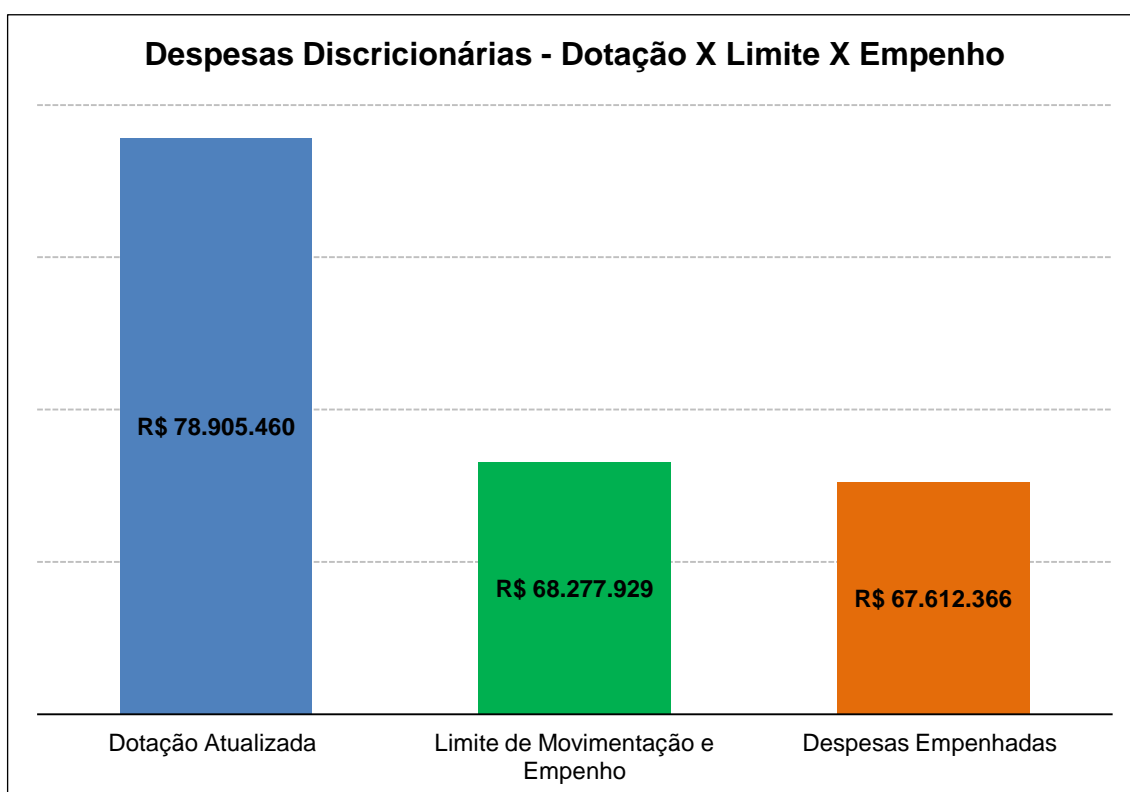


Figura 13. Despesas Discricionárias - Dotação x Limite x Empenho (Fonte: COFIP)

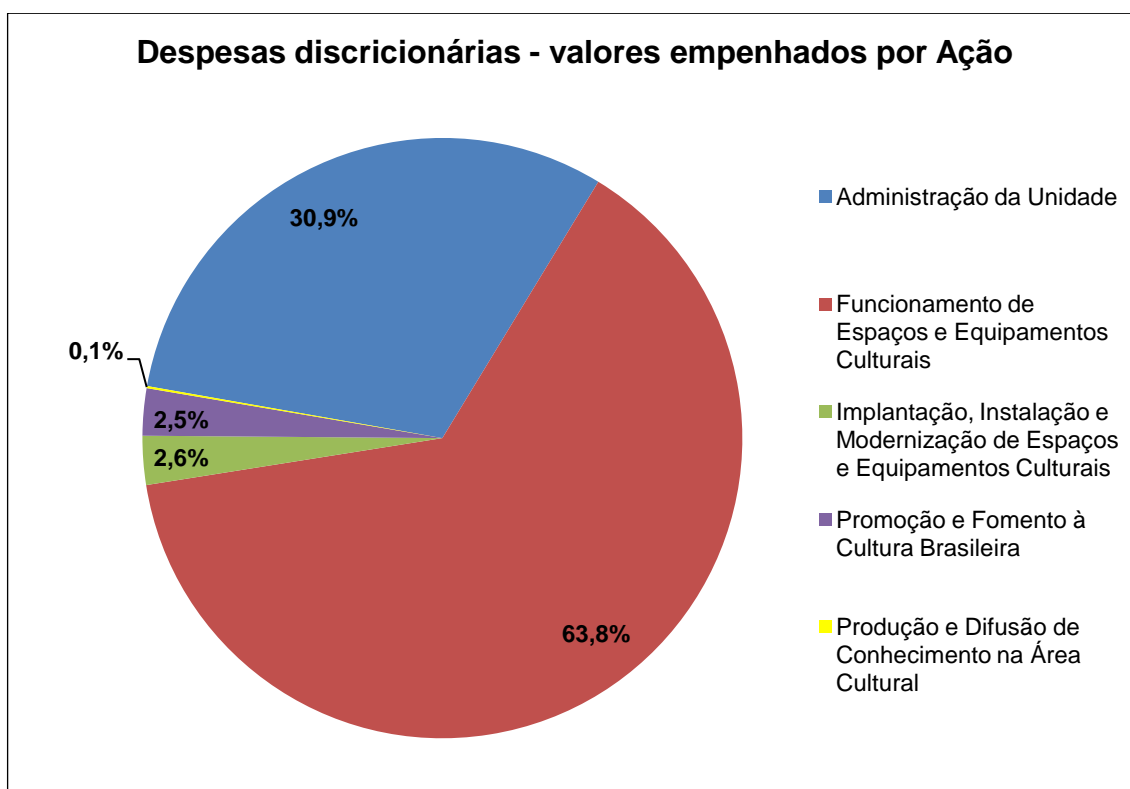


Figura 14. Despesas discricionárias - valores empenhados por Ação (Fonte: COFIP)

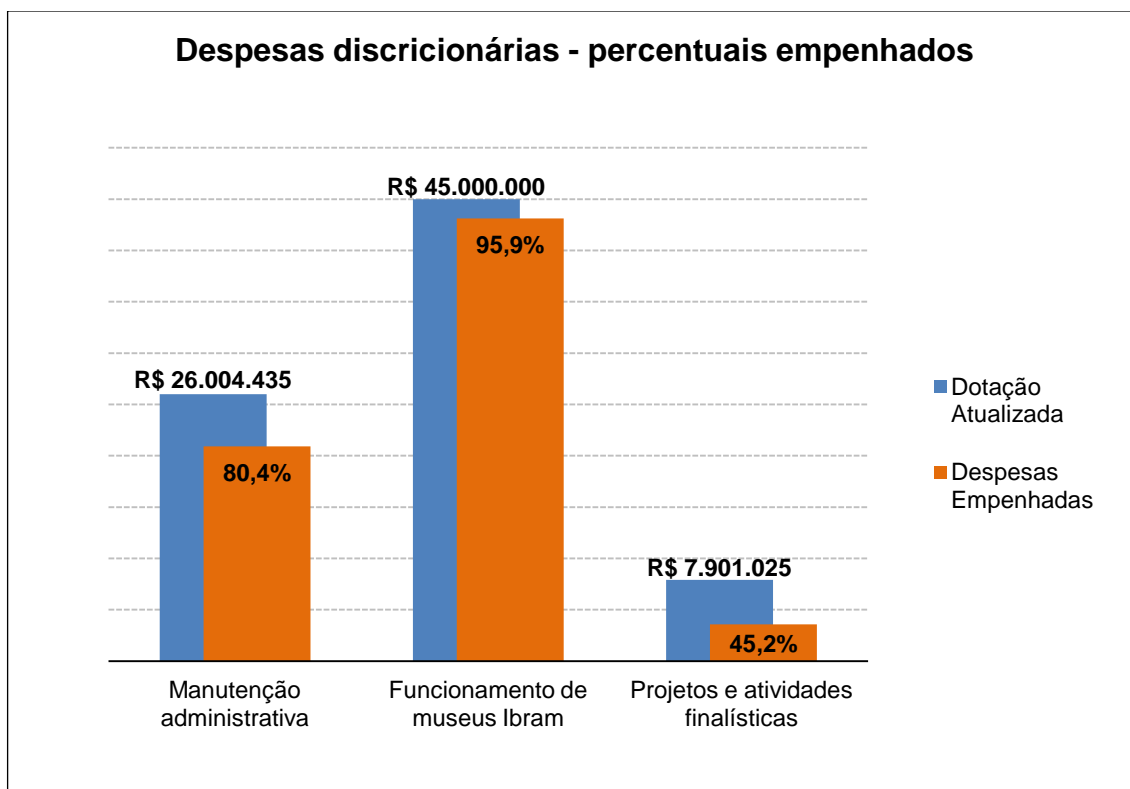


Figura 15. Despesas discricionárias - percentuais empenhados por conjuntos de despesas (Fonte: COFIP)

Para tentar melhorar o desempenho das atividades finalísticas, o Ibram buscou a captação de recursos de outras fontes junto a unidades do Ministério da Cultura (Secretaria Executiva, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural e da Diretoria de Relações Internacionais), do Fundo Nacional da Cultura, e do Ministério do Turismo, viabilizando a implementação de projetos finalísticos, conforme explanado na seção 4.1.2 (Movimentação de créditos).

Um fator negativo na execução orçamentária se deu pelo fato de concentrarem as liberações orçamentárias apenas no final do exercício, nos últimos dias do prazo de empenho (estabelecido pelo Decreto 7.995/2013). Consequentemente, houve nesse período uma produção de grande número de empenhos sem condições de realização a contento, sem tempo hábil para cumprimento de todas as etapas das despesas, gerando a inscrição de grande volume de restos a pagar não processados em 2013, ou seja, aumentando os compromissos com efeitos financeiros para o exercício seguinte, um ano eleitoral.

Mesmo com a falta de tempestividade, podemos considerar que todas as demandas orçamentárias e financeiras do Ibram foram atendidas pelo MinC, dentro do teto de contingenciamento. Nesse contexto, todos os valores solicitados pelas UG Executoras foram atendidos, tanto para pagamento de despesas do exercício quanto de restos a pagar. Entretanto, a liberação de limites orçamentários nos últimos dias do prazo de empenho inviabilizou a realização de algumas despesas, ocasionando a não execução ou devolução dos recursos transferidos para algumas das unidades beneficiadas.

Esse quadro poderia ser revertido se houvesse maior obediência à data limite de empenho para todas as ações, inclusive para emendas, evitando acúmulos de trabalhos no final do ano ou até mesmo o não atendimento das demandas. Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, tanto da área meio quanto da área fim, trariam resultados positivos para a gestão do órgão.

4.2. Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 39. RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	18.661.655,34	12.913.224,18	1.994.925,08	3.753.506,08
2011	1.483.601,38	22.843,86	1.455.596,09	5.161,43
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	10.267,93	10.060,83	207,10	-
2011	3.827,44	-	-	3.827,44

Fonte: SIAFI Gerencial 2013.

Os pagamentos de despesas de funcionamento em restos a pagar são referentes a 25 museus Ibram, além de contratos continuados que atendem aos museus Ibram nacionalmente ou regionalmente (RJ e MG).

As despesas de fomento e difusão executadas em restos a pagar foram referentes aos projetos: “Conhecendo Museus III”; prêmios dos Editais Darcy Ribeiro e Mário Pedrosa; atividades educativas e culturais, exposições, projetos expográficos e outros serviços da programação cultural de vinte (20) museus Ibram, incluindo despesa com sistema de sonorização do Museu Imperial.

Quanto a ações de modernização, foram pagas despesas de 11 museus Ibram (com aquisições de equipamentos e materiais para programas de segurança, inventário e tratamento de acervos e estruturas físicas).

Já em relação a emendas parlamentares, foram pagas:

- ♦ Emenda 2375 0009, do senador Francisco Dornelles, destinada a apoiar a qualificação do Museu da República/RJ, por meio da aquisição de trainéis para a Reserva Técnica e informatização do Museu;
- ♦ Emenda 3661 0011, do deputado Henrique Fontana, destinada à aquisição de equipamentos para a modernização do Museu Júlio de Castilhos/RS;
- ♦ Emenda 2810 0007, do deputado Federal Newton Lima, destinada a preservar a história iconográfica e audiovisual do Município de Rio Claro (SP), por meio da construção e implantação do Museu da Imagem e do Som; e
- ♦ Emenda 1775 0013, da deputada Jandira Feghali, destinada à preservação, produção de conhecimento e difusão da arte popular do Museu Casa do Pontal/RJ.

Ainda se encontram na situação “a pagar” a Emenda Parlamentar 2946 0015, do deputado Cássio Cunha Lima, destinada a preservação, restauração e apoio a projetos de Museus no Estado da Paraíba, e a Emenda Parlamentar 35141 0019, do deputado Pedro Eugênio, destinada à melhoria da infraestrutura, acessibilidade e capacitação de mão de obra no Museu do Estado de Pernambuco e no Museu da Abolição.

Em relação aos RP Processados a pagar, a despesa está apta para pagamento, porém a UG executora ainda não solicitou o recurso. Quanto aos RP Não Processados a pagar, as despesas ainda não realizaram a fase da liquidação e, segundo a Lei 4.320/64 no seu art. 62, o pagamento da despesa será efetuado apenas quando ordenado após sua regular liquidação.

A permanência de saldo de restos a pagar por mais um exercício financeiro deve-se a instrução processual (verificação e regularização de documentos pendentes) e atraso na prestação dos serviços. Cabe evidenciar que a Divisão de Execução Financeira junto com a Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações do IBRAM estão realizando levantamento dos valores a serem liquidados e pagos, bem como as providências para o cancelamento de valores inscritos referentes às despesas não realizadas.

4.3. Transferências de recursos

4.3.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Quadro 40. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - Ibram									
CNPJ: 10.898.596/0001-42					UG/GESTÃO: 42207				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	752921/2010	87.297.982/0001-03	119.540,23	15.540,23	-	104.000,00	16/12/2011	08/02/2014	1
1	753242/2010	76.208.867/0001-07	165.062,76	16.512,18	-	148.550,58	16/12/2011	30/06/2014	1
1	753262/2010	18.602.011/0001-07	109.705,00	43.745,00	-	65.960,00	16/12/2011	31/07/2014	1
1	753263/2010	87.297.271/0001-39	129.900,00	3.900,00	-	126.000,00	16/12/2011	31/12/2013	1
1	753264/2010	18.025.924/0001-08	168.000,00	6.720,00	-	161.280,00	16/12/2011	07/07/2013	1
1	753266/2010	01.613.283/0001-00	163.590,63	4.765,10	-	158.825,53	16/12/2011	05/11/2013	1
1	771425/2012	83.021.857/0001-15	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/2012	18/08/2014	1
1	771436/2012	08.327.389/0001-96	142.700,27	41.663,57	101.036,70	101.036,70	10/11/2012	09/11/2014	1
1	771437/2012	07.623.077/0001-67	158.975,00	31.795,00	-	127.180,00	24/10/2012	21/04/2014	1
1	771443/2012	56.024.581/0001-56	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	24/10/2012	28/06/2014	1
1	771445/2012	28.001.394/0001-11	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	10/11/2012	13/08/2014	1
1	771530/2012	07.768.170/0001-60	286.529,20	57.305,84	229.223,36	229.223,36	06/07/2012	16/03/2014	1
1	771725/2012	83.796.227/0001-12	142.023,60	33.678,00	108.345,60	108.345,60	06/07/2012	05/06/2014	1
1	772100/2012	03.574.676/0001-87	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/2012	06/06/2014	1
1	772101/2012	14.045.546/0001-73	254.600,00	50.920,00	203.680,00	203.680,00	18/10/2012	06/06/2014	1
1	773889/2012	24.180.721/0001-99	232.100,00	46.420,00	185.680,00	185.680,00	01/11/2012	09/02/2014	1
1	774171/2012	04.779.317/0001-29	157.670,00	31.534,00	-	126.136,00	19/10/2012	15/02/2014	1

1	774224/2012	15.236.623/0001-35	163.490,50	32.698,10	-	130.792,40	20/11/2012	23/05/2014	1
1	774242/2012	83.021.816/0001-29	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	01/12/2012	05/08/2014	1
1	774243/2012	80.637.424/0001-09	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	01/12/2012	05/08/2014	1
1	774276/2012	08.327.389/0001-96	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	06/11/2012	16/06/2014	1
1	774277/2012	10.847.721/0001-95	313.179,00	62.833,00	250.346,00	250.346,00	22/11/2012	31/07/2014	1
1	774321/2012	00.856.795/0001-34	312.510,00	62.502,00	250.008,00	250.008,00	06/11/2012	11/07/2014	1
1	774890/2012	77.998.904/0001-82	350.922,00	70.184,40	280.737,60	280.737,60	12/11/2012	26/07/2014	1
1	774891/2012	04.648.750/0001-77	140.980,00	28.196,00	112.784,00	112.784,00	12/11/2012	24/05/2014	1
1	774940/2012	07.954.555/0001-11	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	22/11/2012	27/08/2014	1
1	778691/2012	94.235.330/0001-00	325.837,31	70.000,00	255.837,31	255.837,31	20/12/2012	20/12/2014	1
1	780886/2012	94.235.330/0001-00	111.111,11	11.111,11	100.000,00	100.000,00	31/12/2012	05/06/2014	1
1	780888/2012	03.360.608/0001-15	434.820,00	34.820,00	400.000,00	400.000,00	31/12/2012	10/05/2014	1
1	781242/2012	45.774.064/0001-88	326.124,00	21.124,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2012	18/07/2014	1
3	01/2012	83.899.526/0001-82	183.426,98	36.685,50	-	146.741,98	29/12/2012	27/06/2014	1
3	2012NC000657	09.168.704/0001-42	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-	2012	2014	1

LEGENDA

Modalidade:

1. Convênio
2. Contrato de Repasse
3. Termo de Cooperação
4. Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1. Adimplente
2. Inadimplente
3. Inadimplência Suspensa
4. Concluído
5. Excluído
6. Rescindido
7. Arquivado

Fonte: Portal dos Convênios - SICONV

4.3.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 41. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Brasileiro de Museus - Ibram					
CNPJ:	10.898.596/0001-42					
UG/GESTÃO:	423001/42207					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	24	-	3.577.678,57	384.108,40	1.133.206,08
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	02	-	-	1.146.741,98	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	25	-	3.577.678,57	1.530.850,38	1.133.206,08

Fonte: Portal dos Convênios - SICONV

4.3.3. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro 42. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Brasileiro de Museus - Ibram					
CNPJ: 10.898.596/0001-42			UG/GESTÃO: 423001/42207		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	R\$ 820.445,53		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	R\$ 632.866,08		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	R\$ 282.866,08		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Portal dos Convênios - SICONV

4.3.4. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 43. VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Brasileiro de Museus - Ibram					
CNPJ: 10.898.596/0001-42			UG/GESTÃO: 423001/42207		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	03	
			Montante Repassado	R\$ 820.445,53	
			Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE		
			Montante Repassado		
			Quantidade		
Montante Repassado					
2012	Quantidade de contas prestadas			03	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	03		
		Montante repassado	R\$ 632.866,08		
		Quantidade de Contas Prestadas			
Contas analisadas		Quantidade Aprovada			
	Quantidade Reprovada				
	Quantidade de TCE				
	Montante Repassado				
Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Portal dos Convênios - SICONV

4.3.5. Análise Crítica

As oscilações ocorridas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios se devem às limitações relacionadas à liberação orçamentária e financeira.

Não obstante ter ocorrido o lançamento de Editais em 2012, houve a limitação de prazo para empenho e consequente repasse dos recursos devido ao período eleitoral, o que prejudicou os proponentes, principalmente as entidades públicas.

Em 2013, feitas as adequações dos Editais de 2012 à Portaria Ministerial 507/2011, que estabelecia novas regras para conveniamento, houve a intensificação do pagamento dos convênios que foram empenhados em 2012.

Quanto à prestação de contas dessas transferências, os convenientes as têm encaminhado dentro dos prazos regulamentares. No que diz respeito à análise de cumprimento de objeto das transferências voluntárias, a prestação de contas está sendo realizada dentro dos prazos regulamentares.

O acompanhamento sistêmico do Portal SICONV tem sido realizado na busca de antever os possíveis desvios com vistas a sua imediata correção.

Apesar da falta de servidores do Ibram envolvidos exclusivamente com o acompanhamento e fiscalização de convênios, as vistorias in loco são realizadas sempre que detectadas sua necessidade.

Ademais, a partir de 2013, sob a orientação da unidade de auditoria interna, este Instituto implementou rotinas e procedimentos visando à melhoria dos processos, quais sejam:

- ♦ Elaboração de check list para verificação de documentação dos processos;
- ♦ Conferência da documentação exigida nos processos de convênios por meio do formulário de check-list;
- ♦ Publicação de Portaria no Boletim Administrativo Eletrônico – BAE com a indicação de fiscais, para acompanhamento do convênio;
- ♦ Acompanhamento sistêmico via Portal de Convênios – SICONV das propostas;
- ♦ Realização de visita in loco pelo fiscal para acompanhamento dos convênios, quando necessário;
- ♦ Desenvolvimento de Guia de Orientações Básicas para Execução do Objeto Conveniado (contendo Cópia do Termo de Convênio, Extrato da Proposta, e Cópia da Nota de Empenho);
- ♦ Assessoramento para utilização da ferramenta SICONV, por e-mail institucional e telefone;
- ♦ Elaboração de Roteiro para Emissão do Relatório de Cumprimento do Objeto a ser realizado pelo fiscal;
- ♦ Emissão do Relatório de Cumprimento de Objeto, acompanhado de Despachos das Chefias Imediatas; e
- ♦ Acompanhamento e a análise documental pelo fiscal, no SICONV da execução financeira de cada despesa do convênio realizada pelo conveniente (nos lançamentos “Processo de compra”, “Contrato”, “Nota Fiscal do Fornecedor” e “Ordem de pagamento”).

As transferências voluntárias contribuem para a efetividade dos instrumentos de execução descentralizada das políticas públicas a cargo do Ibram para o setor museológico, posto que garantem a capilaridade dessas políticas, aproximando-as das diferentes realidades locais, onde ocorre a execução dos projetos.

4.4. Suprimentos de Fundos

4.4.1. Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos

O uso de suprimento de fundos no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus se deu por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e tem acontecido apenas no Museu Imperial (UG 343015), conforme quadros abaixo.

Quadro 44. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	04	1.938,01	1.938,01
2012	-	-	-	-	10	14.496,88	14.496,88
2011	-	-	-	-	05	12.008,25	12.008,25

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; Museu Imperial.

Quadro 45. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (em R\$)

Código da UG	343015	Limite de Utilização da UG	200.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Wilson de Oliveira	911.037.117-68	30.000,00	-	1.938,01	1.938,01
Total Utilizado pela UG			-	1.938,01	1.938,01
Total Utilizado pela UJ			-	1.938,01	1.938,01

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; Museu Imperial.

4.4.2. Prestações de contas de suprimento de fundos

Quadro 46. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos					
	CPGF					
	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	01	1.938,01	10	14.496,88	05	12.008,25

Fonte: SIAFI Gerencial 2013; Museu Imperial.

4.4.3. Análise Crítica

O Museu Imperial tem observado os instrumentos normativos que regem seu uso, assim como das orientações expedidas pelos órgãos de controle interno e externo, no sentido de assegurar, de maneira razoável, que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente.

Em meados de 2013, o Tribunal de Contas da União publicou relatório de levantamento de auditoria em entidades vinculadas ao MinC, com o objetivo de avaliar a regularidade da aplicação de recursos federais utilizados para custear suprimentos de fundos operacionalizados pelo CPGF. Foram encontradas algumas falhas e impropriedades de baixa materialidade e que não constituem grave transgressão a normas que regem suprimentos. Desse modo, o TCU considerou ser bastante cientificar o Ibram sobre os achados da auditoria, conforme o Acórdão TCU 1624/2013, Processo 007.098/2012-0:

“9.5. Dar ciência ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) sobre as seguintes impropriedades, relativas à gestão de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) (achado 2.2 da instrução):

9.5.1. a utilização de suprimento de fundos com despesas que não podem ser consideradas eventuais ou excepcionais, como aquisição rotineira de material de restauro ou conservação, ligadas à atividade finalística do órgão e passíveis de planejamento, identificada no processo 01439.000466/2011-88, afronta o disposto no art. 45, caput e incs. I e III, do Decreto 93.872/86;

9.5.2. a utilização de suprimentos de fundos para aquisição de material permanente, ressalvados casos excepcionais devidamente reconhecidos pelo ordenador de despesa, identificada no processo 01439.000466/2011-88, afronta o disposto no item 9.6 da Macrofunção Siafi 02.11.21;

9.5.3. a execução de gastos fora do prazo de aplicação autorizado, identificada no processo 01439.000466/2011-88, afronta o disposto no item 11.6 da Macrofunção Siafi 02.11.21.”

Como providências, o Museu Imperial deu ciência aos servidores responsáveis pela gestão de suprimentos de fundos das impropriedades apontadas pelo Acórdão 1624/2013, restringindo o uso de suprimentos de fundos para as demandas ligadas a atividades finalísticas do museu, impedindo a utilização de suprimentos de fundos para aquisição de material permanente e estabelecendo maior controle nos prazos de execução dos suprimentos de fundos. Assim, passou a ter maior eficácia e efetividade no controle das despesas realizadas por meio do CPGF.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade

Quadro 47. FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		633	51	50
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		633	51	50
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		584	43	36
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		10	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		38	7	11
2. Servidores com Contratos Temporários		-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		33	6	8
4. Total de Servidores (1+2+3)		666	57	58

Fonte: SIAPE – Data Warehouse e Extrator (filtros Mês = dez2013 e Reg Jur = EST)

Quadro 48. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	6
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	3
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	15
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	10
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A Pedido, independente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	16
4.1. Doença em Pessoa da Família	16
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	9
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	4
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	50

Fonte: SIAPE – Data Warehouse e Extrator (filtros Mês = dez2013 e Reg Jur = EST)

5.1.2. Qualificação da força de trabalho

Quadro 49. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		112	33	21
1.1. Cargos Natureza Especial		-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		112	33	21
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		59	15	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		4	1	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		16	6	4
1.2.4. Sem Vínculo		33	11	8
1.2.5. Aposentados		-	-	-
2. Funções Gratificadas		55	10	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		53	10	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		167	43	26

Fonte: Fonte: SIAPE – Data Warehouse e Extrator (filtros Mês = dez2013 e Reg Jur = EST)

Quadro 50. QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	89	139	136	225	45
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	89	139	136	225	45
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	4	19	16	27	12
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	10	3	4	12
2.3. Funções Gratificadas	7	9	13	23	3
3. Totais (1+2)	93	158	152	252	57

Fonte: Fonte: SIAPE – Data Warehouse e Extrator (filtros Mês = dez2013 e Reg Jur = EST)

Quadro 51. QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	10	34	51	108	425	-	6	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	10	34	51	108	425	-	6	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	12	20	-	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	12	20	-	1	-
2.3. Funções Gratificadas	-	1	1	2	17	34	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	10	34	51	120	445	-	7	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:CGP/DPGI.

5.1.3. Custos de pessoal

Quadro 52. QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (em R\$)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
2013	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2012	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2011	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão										
2013	36.069.879,73	zero	4.687.185,47	1.220.407,41	1.291.042,99	1.869.888,07	261.666,93	5.659,15	zero	45.405.729,75
2012	19.350.684,15	zero	3.494.436,44	2.977.968,86	3.789.019,98	1.796.405,01	237.129,18	2.659.410,44	zero	34.305.054,06
2011	19.320.038,46	zero	2.914.349,93	12.387.939,19	36.113.951,91	865.872,26	174.871,10	zero	115,01	71.777.137,86
Servidores com Contratos Temporários										
2013	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2012	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2011	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2013	442.393,48	zero	35.850,57	12.593,65	zero	20.405,81	zero	zero	zero	511.243,51
2012	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2011	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2013	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2012	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
2011	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	zero	3.617.758,56	zero	zero	124.846,78	42.071,16	zero	zero	zero	3.784.676,50
2012	zero	3.539.445,41	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	3.539.445,41
2011	zero	3.790.999,53	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	3.790.999,53
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2013	zero	86.257,87	143.151,34	zero	zero	zero	zero	zero	zero	229.409,21
2012	zero	86.472,55	143.545,81	zero	zero	zero	zero	zero	zero	230.018,36
2011	zero	82.416,00	6.868,00	zero	zero	zero	zero	zero	zero	89.284,00

Fonte: SIAPE – DDP / SIAFI

5.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 53. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO EM 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	63	15
1.1 Voluntária	59	15
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	4	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	4	1
2.1 Voluntária	1	-
2.2 Compulsória	2	1
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	67	16

Fonte: CGP/DPGI.

Quadro 54. INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	8	1
3. Total (1+2)	8	1

Fonte: CGP/DPGI.

5.1.5. Cadastramento no SISAC

Quadro 55. ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	106	-	38	-
Concessão de aposentadoria	15	15	15	15
Concessão de pensão civil	1	1	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	-	1	-
Totais	123	16	55	16

Quadro 56. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	32		30	
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais				

Quadro 57. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	27	4	2	5
Concessão de aposentadoria	15	-	-	-
Concessão de pensão civil	1	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	-	-	-
Total	14	4	2	5
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	16	9	3	2
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	16	9	3	5

Não houve ocorrência de atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.

5.1.6. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos, cada servidor efetivo entrega, no ato da posse, declaração de não acumulação de cargos, funções e empregos públicos à Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP). Até o momento, não foram detectados servidores nessa situação. Não é realizada, porém, revisão periódica do controle.

5.1.7. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Com a elaboração do Mapa Estratégico do Ibram (vide item 2.1 – Planejamento da unidade), foram elaborados quatro indicadores para os objetivos estratégicos ligados ao tema “Pessoal”, quais sejam:

- ♦ **OE 19 – Estruturar e valorizar o quadro de pessoal:**
 - Indicador 1: Taxa de Lotação
 - Indicador 2: Taxa de Desistência do quadro de efetivos por Concurso
- ♦ **OE 20 – Desenvolver as competências necessárias:**
 - Indicador 1: Percentual de competências necessárias à estratégia mapeadas e atendidas
 - Indicador 2: Percentual de alcance das metas do Plano de Capacitação

Estes indicadores, por ainda estarem em fase de implementação, têm passado por revisão de fórmulas e estabelecimento de metas, sendo que alguns ainda não tiveram a mensuração iniciada.

A seguir, apresentaremos as fichas de cada indicador de Pessoal avaliado na 1ª Reunião de Análise Estratégica, com informações sobre a fórmula, frequência de apuração e quadro de metas anuais previstas.

		OE 19: ESTRUTURAR E VALORIZAR O QUADRO DE PESSOAL	
Indicador	Taxa de Lotação		
Definição/ Fórmula	$\frac{\text{Somatório dos Cargos ocupados}}{\text{Lotação ideal}} \times 100$ <p>Lotação Ideal = cargos ocupados + vagas + pleiteados</p>		
Frequência	SEMESTRAL		
Responsável pela aferição e execução do indicador	CGP/DPGI		
		METAS ANUAIS	
		Linha de base	
		2013	72,29%
		2014	74,86%
		2015	77,43%
		2020	80,00%

Figura 16. Ficha do Indicador “Taxa de Lotação” (Fonte: adaptado da 1ª RAE Ibram)

Para uma aferição mais precisa deste indicador, é necessário um estudo para redefinir qual a lotação ideal de cada unidade do Ibram, incluindo os museus. Assim, foi sugerida a reformulação do indicador para considerar apenas o total de vagas atuais do órgão (cargos ocupados + vagas):

		OE 19: ESTRUTURAR E VALORIZAR O QUADRO DE PESSOAL	
Indicador	Taxa de lotação (<i>indicador proposto, avaliar</i>)		
Definição/ Fórmula	$\frac{\text{Quantidade de vagas ocupadas do órgão}}{\text{Total de vagas do órgão}} \times 100$		
Frequência	ANUAL		
Responsável pela aferição e execução do indicador	CGP		
		METAS ANUAIS	
		Linha de base	
		Fevereiro/2013	88%
		Dezembro/2013	88%
		2014	85%
		2015	80%
		2020	90%

Figura 17. Ficha do Indicador proposto “Taxa de Lotação” (Fonte: adaptado da 1ª RAE Ibram)

As metas apresentam declínio em decorrências das aposentadorias, vacâncias e exonerações que vêm acontecendo e não poderão ser repostas. Prevê-se que, até 2020, seja autorizado novo concurso para repor os cargos vagos, aumentando, assim, a taxa de lotação do Ibram.

		OE 19: ESTRUTURAR E VALORIZAR O QUADRO DE PESSOAL	
Indicador	Taxa de Desistência do quadro de efetivos por Concurso		
Definição/ Fórmula	$\frac{\text{Quantidade de desistentes, das vacâncias, das exonerações e das redistribuições}}{\text{Quantidade de vagas do concurso}} \times 100$		
Frequência	SEMESTRAL		
Responsável pela aferição e execução do indicador	CGP		
		METAS ANUAIS	
		Linha de base Fevereiro/2013	86%
		Dezembro/2013	88%
		2014	90%
		2015	75%
		2020	70%

Figura 18. Ficha do Indicador “Taxa de Desistência do quadro de efetivos por Concurso” (Fonte: adaptado da 1ª RAE Ibram)

Para os indicadores do Objetivo Estratégico 20, verifica-se a necessidade de realizar levantamento das competências no Ibram à luz da estratégia, a fim de que se possa atender adequadamente às demandas de capacitação.

		OE20: DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS	
Indicador	Percentual (%) de competências necessárias à estratégia mapeadas e atendidas.		
Definição/ Fórmula	$\frac{\text{Somatório das competências estratégicas atendidas}}{\text{Total das competências estratégicas mapeadas}} \times 100$		
Frequência	SEMESTRAL		
Responsável pela aferição e execução do indicador	CGP/DPGI		
		METAS ANUAIS	
		Linha de base	ND
		2013	
		2014	
		2015	
		2020	

Figura 19. Ficha do Indicador “Percentual de competências necessárias à estratégia mapeadas e atendidas” (Fonte: adaptado da 1ª RAE Ibram)

		OE20: DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS	
Indicador	Percentual de alcance das metas do Plano de Capacitação		
Definição/ Fórmula	$\frac{\text{No metas do Plano de Capacitação atendidas}}{\text{No. Total de metas do Plano de Capacitação}} \times 100$		
Frequência	ANUAL		
Responsável pela aferição e execução do indicador	CGP/DPGI		
		METAS ANUAIS	
		Linha de base 2012	
		2013	
		2014	
		2015	
		2020	

Figura 20. Ficha do Indicador “Percentual de alcance das metas do Plano de Capacitação” (Fonte: adaptado da 1ª RAE Ibram)

Além dos dois indicadores acima, foi proposta a inclusão de novo indicador para o OE 20, referente à média anual de horas de capacitação por servidor:

		OE20: DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS	
Indicador	Média de carga horária de capacitação por servidor		
Definição/ Fórmula	$\frac{\text{Número total de horas de capacitação}}{\text{Número total de servidores da casa}}$		
Frequência	ANUAL		
Responsável pela aferição e execução do indicador	CGP/DPGI		
		METAS ANUAIS	
		Linha de base 2012	
		2013	
		2014	20h/servidor
		2015	40h/servidor
		2020	80h/servidor

Figura 21. Ficha do Indicador “Média de capacitação por servidor” (Fonte: adaptado da 1ª RAE Ibram)

5.2. Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários

O Instituto não possui mão de obra terceirizada exercendo atividades típicas do Plano de Cargos da Cultura.

A principal dificuldade encontrada na gestão dos contratos de prestação de serviços é decorrente das deficiências da infraestrutura interna, sobretudo com a falta de servidores para realizar a gestão/fiscalização do processo de execução.

Seguem, nas próximas duas seções, informações sobre os contratos de terceirização de atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos da Cultura, separados por unidade gestora executora. As unidades museológicas que não têm execução própria estão consolidadas no quadro do Ibram Sede.

5.2.1. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Quadro 58. LEGENDA PARA OS QUADROS 58 A 75

Legendas para os quadros de contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.	
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	

Quadro 59. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – IBRAM SEDE

Unidade Contratante													
Nome: IBRAM SEDE													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	22/2010	04.944.460/0001-29	04/10/2010	03/10/2014	14	14	3	3			P
Observações: 16 serventes de limpeza e 1 encarregado. Não foi exigido nível de escolaridade.													

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 60. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – REPRESENTAÇÃO DO IBRAM EM MINAS GERAIS

Unidade Contratante													
Nome: REPRESENTAÇÃO DO IBRAM EM MINAS GERAIS													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	49/2012	08.342.488/0001-47	13/08/2012	12/08/2014	1	1					P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 61. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS IBRAM EM MINAS GERAIS

Unidade Contratante													
Nome: MUSEUS IBRAM EM MINAS GERAIS													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	16/2011	97.481.220/0001-16	09/05/2011	02/02/2015	18	18					P
2013	V	O	01/2013	09.167.445/0001-35	14/01/2013	13/01/2015	38	38					P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 62. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS IBRAM NO RIO DE JANEIRO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEUS IBRAM NO RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	29/2011	05.234.289/0001-27	04/11/2011	03/10/2014	68	68					P
2013	L	O	02/2013	09.357.713/0001-81	30/01/2013	29/01/2015	39	39					P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 63. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU IMPERIAL

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU IMPERIAL													
UG/Gestão: 343015/42207						CNPJ: 10.898.596/0003-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	03.605.349/0001-45	01/09/2011	31/08/2014	22	22					P
2011	V	O	04/2011	05.234.289/0001-27	01/01/2012	31/12/2014			44	44			P

Fonte: Museu Imperial e SIASG

Quadro 64. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL													
UG/Gestão: 343016/42207						CNPJ: 10.898.596/0027-81							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	010/2008	00.277.106/0001-37	02/01/2009	31/12/2013			47	47			E
2009	V	O	002/2009	31.376.361/0001-60	08/06/2009	07/06/2014			44	44			P

Fonte: Museu Histórico Nacional e SIASG

Quadro 65. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DA REPÚBLICA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DA REPÚBLICA													
UG/Gestão: 343018/42207						CNPJ: 10.898.596/0022-77							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	00003/2010	02.060.306/0001-69	13/09/2010	12/09/2014		25		19			P
2010	L	O	00006/2011	10.243.854/0001-52	09/11/2011	08/11/2014		9		2			P

Observações: O Edital não fez exigência de nível de escolaridade nas contratações. Segue abaixo o número de contratações totais previstas no contrato:
- Contrato 00003/2010: 44 funcionários.
- Contrato 00006/2011: 28 funcionários. Constatam 17 funcionários efetivos sem exigência de escolaridade..

Fonte: Museu da República (Setor Financeiro)

Quadro 66. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – PALÁCIO RIO NEGRO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DA REPÚBLICA – PALÁCIO RIO NEGRO													
UG/Gestão: 343018/42207						CNPJ: 10.898.596/0022-77							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	00004/2011	68.565.530/0001-10	10/10/2011	09/10/2014		9					P
2011	V	O	00005/2011	08.471.527/0001-06	17/10/2011	16/10/2014				24			P

Observações: O Edital não fez exigência de nível de escolaridade nas contratações. Segue abaixo o número de contratações totais previstas no contrato:
- Contrato 00004/2011: 09 funcionários.
- Contrato 00005/2011: 24 funcionários.

Fonte: Museu da República (Setor Financeiro)

Quadro 67. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA													
UG/Gestão: 343019/42207						CNPJ: 10.898.596/0008-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	001/2009	07.534.224/0001-22	10/08/2009	10/08/2014			17	17			P
2010	L	O	001/2012	08.139.629/0001-29	31/08/2010	31/05/2014	6	6					P

Observações: Os serviços de vigilância estão em final de contrato e novo processo licitatório se encontra em fase de elaboração pelo setor competente e os serviços de limpeza e conservação estão aditivados até maio/2014 quando outro pregão será realizado para tal necessidade.

Fonte: Museu da Inconfidência e SIASG

Quadro 68. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU LASAR SEGALL

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU LASAR SEGALL													
UG/Gestão: 343020/42207						CNPJ: 10.898.596/0002/23							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	02/2013	11.107.458/0001-60	23/01/2013	23/01/2015			14	14			P
2013	L	O	09/2013	16.934.245/0001-26	27/09/2013	27/09/2014	5	5					A

Fonte: Museu Lasar Segall e SIASG

Quadro 69. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA													
UG/Gestão: 343022/42207						CNPJ: 10898596/0023-58							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	001/2011	68.565.530/0001-10	13/04/11	13/04/14			16	16			P
2012	V	O	001/2012	13.349.640/0001-53	18/06/12	18/06/14			23	23			P

Fonte: Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya e SIASG

Quadro 70. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO													
UG/Gestão: 343027/42207						CNPJ: 10.898.596/0010-33							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	02/2010	07.709.197/0001-81	12/07/2010	07/01/2014	11	11					E
2012	V	O	01/2012	00.332.087/0006-09	24/09/2012	23/09/2014	08	08					P
2013	L	O	01/2013	10.570.183/0001-34	08/01/2014	07/01/2015	11	11					A

Fonte: Museu de Biologia Prof. Mello Leitão

Quadro 71. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DA ABOLIÇÃO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DA ABOLIÇÃO													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	12/2011	09.540.692/0001-35	02/05/2011	29/07/2013	6	6					E
2011	V	O	15/2011	42.035.097/0002-07	01/06/2011	31/05/2014	12	12					P
2013	L	O	05/2013	08.584.379/0001-36	31/07/2013	30/07/2014	7	7					A

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 72. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU VICTOR MEIRELLES

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU VICTOR MEIRELLES													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	15/2010	07.261.678/0001-77	23/08/2010	22/08/2014	2	2					P
2011	V	O	11/2011	05.497.780/0001-40	15/04/2011	14/04/2014	8	8					P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 73. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU DAS MISSÕES

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DAS MISSÕES													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	26/2011	03.144.992/0001-19	17/10/2011	16/10/2014	10	10					P
2012	L	O	56/2012	09.526.473/0001-00	19/12/2012	18/12/2014	2	2					P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 74. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEUS DE GOIÁS

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DAS BANDEIRAS / CASA DA PRINCESA / MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	08/2011	09.231.574/0001-45	28/03/2011	23/09/2013	6	6					E
2012	V	O	54/2012	09.151.154/0001-59	17/10/2012	16/10/2014	12	12					P
2013	L	O	06/2013	09.231.574/0001-45	09/09/2013	08/09/2014	6	6					A

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 75. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	25/2011	10.809.411/0001-86	22/09/2011	21/09/2014	8	8					P
2012	L	O	04/2012	05.899.350/0001-55	08/02/2012	22/05/2014	3	3					P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 76. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – MUSEU SOLAR MONJARDIM

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU SOLAR MONJARDIM													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	04.249.145/0001-81	28/02/2011	26/08/2014	10	10					P
2011	V	O	20/2011	36.040.947/0001-73	01/07/2011	18/01/2015	12	12					P

Observações: As metragens do Museu, bem como o quantitativo de materiais necessários para a prestação dos serviços informados no Contrato estavam equivocados, de modo que o Quarto Termo Aditivo ao Contrato, assinado em 2014, sanou tais disfunções. Os valores também estavam acima do teto da Portaria nº 24, de 29/11/2010, da SLTI. Tal disfunção foi sanada por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato.

Fonte: CRL/DPGI

5.2.2. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 77. LEGENDA PARA OS QUADROS 77 A 94

<u>Legendas para os quadros de contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</u>	
Área:	
1. Segurança;	7. Telecomunicações;
2. Transportes;	8. Manutenção de bens móveis;
3. Informática;	9. Manutenção de bens imóveis;
4. Copeiragem;	10. Brigadistas;
5. Recepção;	11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
6. Reprografia;	12. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.	

Quadro 78. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – IBRAM SEDE

Unidade Contratante													
Nome: IBRAM SEDE													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5 e 12	O	28/2011	04.248.842/0001-18	31/10/2011	10/03/2014	12	12	18	18	1	1	E
2010	4	O	26/2010	02.843.359/0001-56	03/11/2010	02/11/2014	10	10	1	1			P
2011	9	O	21/2011	01.011.976/0001-22	09/08/2011	26/07/2013			5	5	1	1	E
2012	12	O	38/2012	01.644.731/0001-32	22/05/2012	21/05/2014			54	54			P

Observações:
 - Contrato 26/2010: 1 encarregado, 2 garçons e 8 copeiras.
 - Contrato 21/2011: 1 engenheiro sênior 20h/mês, 2 técnicos 40h/mês, 2 técnicos e 1 ajudante de manutenção fixos.

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 79. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS IBRAM EM MINAS GERAIS

Unidade Contratante													
Nome: MUSEUS IBRAM EM MINAS GERAIS													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	33/2012	07.544.068/0001-80	16/07/2012	11/10/2013			14	14			E
2013	5	O	07/2013	14.241.107/0001-36	01/10/2013	30/09/2014			13	13			A

Observações: A empresa deixou de pagar o salário de seus funcionários, bem como as verbas trabalhistas, motivos que culminaram no encerramento do Contrato e na Suspensão Temporária da empresa licitar com o Ibram por 02 anos, devidamente registrado no SICAF.

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 80. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS IBRAM NO RIO DE JANEIRO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEUS IBRAM NO RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	34/2012	08.629.207/0001-31	18/06/2012	17/06/2014			22	22			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 81. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU IMPERIAL

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU IMPERIAL													
UG/Gestão: 343015/42207						CNPJ: 10.898.596/0003-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	05/2009	07.468.240/0001-64	03/04/2009	31/12/2013			2	2			E
2009	12	O	07/2009	68.582.709/0001-86	25/08/2009	24/08/2014			8	8			P
2012	11	O	02/2012	10.546.329/0001-06	01/03/2012	31/01/2014	5	5	3	3			P
2012	11	O	03/2012	10.546.329/0001-06	01/03/2012	31/01/2014	1	1	22	22			P
2012	09	O	07/2012	10.546.329/0001-06	01/07/2012	31/01/2014	7	7					P
2012	4	O	08/2012	10.546.329/0001-06	01/07/2012	31/01/2014	1	1					P
2013	11	O	06/2013	10.868.000/0001-61	01/03/2013	14/01/2014			2	2			A
2013	09	O	12/2013	68.582.709/0001-86	19/07/2013	18/07/2014	9	9					A

Observações: Os contratos com identificação de área com legenda 11 são de apoio administrativo operacional (não envolvendo contratação de menores aprendizes).

Fonte: Museu Imperial e SIASG

Quadro 82. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Unidade Contratante															
Nome: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL															
UG/Gestão: 343016/42207						CNPJ: 10.898.596/0027-81									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	5	O	05/2012	28.871.366/0001-55	13/11/2012	12/11/2014			12	12					P

Fonte: Museu Histórico Nacional

Quadro 83. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DA REPÚBLICA E PALÁCIO RIO NEGRO

Unidade Contratante															
Nome: MUSEU DA REPÚBLICA E PALÁCIO RIO NEGRO															
UG/Gestão: 343018/42207						CNPJ: 10.898.596/0022-77									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2008	9	O	00001/2008	42.407.445/0001-30	18/08/2008	17/08/2013	13	13							E
2011	2	O	00002/2011	10.915.598/0001-00	20/05/2011	19/05/2014			2	2					P
2013	5	O	00004/2013	10.868.000/0001-61	04/03/2013	31/01/2014			6	6					E

Observações: O Edital não fez exigência de nível de escolaridade nas contratações. Segue abaixo o número de contratações totais previstas no contrato:
- Contrato: 00001/2008: 13 funcionários.
- Contrato: 00002/2011: 02 funcionários.
- Contrato: 00004/2013: 06 funcionários. Contrato encerrado antes do prazo por meio de rescisão contratual, devido a inexecução de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada.

Fonte: Museu da República (Setor Financeiro)

Quadro 84. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

Unidade Contratante															
Nome: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA															
UG/Gestão: 343019/42207						CNPJ: 10.898.596/0008-19									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	12	O	001/2012	10.434.353/0001-53	09/04/2012	09/04/2014			1						P
2013	12	O	001/2013	13.892.384/0001-46	15/03/2013	14/03/2015			2	2					P

Observações: O contrato 001/2012, cujo objeto é a contratação de um motorista para veículo leve, em virtude de inadimplência da empresa com o funcionário terceirizado, será notificada e tal providência foi orientada pela Procuradoria Jurídica.

Fonte: Museu da Inconfidência e SIASG

Quadro 85. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU LASAR SEGALL

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU LASAR SEGALL													
UG/Gestão: 343020/42207						CNPJ: 10.89.596/0002-23							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	05	O	08/2011	10.964.698/0001-19	31/10/11	31/11/2013			3	3			E
2013	08	O	02/2013	10.484.227/0001-03	14/08/13	14/08/2014			2	2			A
2013	11	O	10/2013	08.604.419/0001-64	01/11/13	01/11/2014			1	1			A

Fonte: Museu Lasar Segall e SIASG

Quadro 86. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA													
UG/Gestão: 343022/42207						CNPJ: 10898596/0023-58							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	12	0	003/2010	00.297.506/0001-04	20/12/2010	20/12/2014			4	4			P
2011	12	0	002/2011	10.546.329/0001-06	13/06/2011	13/06/2014			1	1			P

Fonte: Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya e SIASG

Quadro 87. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DE BIOLOGIA PROFESSOR MELLO LEITÃO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DE BIOLOGIA PROFESSOR MELLO LEITÃO													
UG/Gestão: 343027/42207						CNPJ: 10.898.596/0010-33							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	02/2012	12.992.651/0001-94	08/01/2013	07/01/2015			6	6			P

Fonte: Museu de Biologia Prof. Mello Leitão

Quadro 88. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DA ABOLIÇÃO

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DA ABOLIÇÃO													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	36/2012	11.444.462/0001-14	02/07/2012	01/07/2014			3	3			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 89. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU VICTOR MEIRELLES

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU VICTOR MEIRELLES													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	37/2012	00.482.840/0001-38	16/07/2012	15/07/2014			3	3			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 90. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU DAS MISSÕES

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DAS MISSÕES													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	35/2012	08.629.207/0001-31	02/07/2012	01/07/2014			2	2			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 91. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEUS DE GOIÁS

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU DAS BANDEIRAS / CASA DA PRINCESA / MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	31/2012	01.383.054/0001-46	16/07/2012	15/07/2014			3	3			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 92. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	32/2012	11.444.462/0001-14	02/07/2012	01/07/2014			5	5			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 93. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU SOLAR MONJARDIM

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU SOLAR MONJARDIM													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	30/2012	08.629.207/0001-31	18/06/2012	17/06/2014			5	5			P

Fonte: CRL/DPGI

Quadro 94. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MUSEU CASA DA HERA

Unidade Contratante													
Nome: MUSEU CASA DA HERA													
UG/Gestão: 423002/42207						CNPJ: 10.898.596/0001-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	29/2012	36.831.212/0001-68	02/05/2012	01/05/2014	10	10			1	1	P

Fonte: CRL/DPGI

5.2.3. Composição do quadro de estagiários

Quadro 95. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	69	78	72	72	688.558,91
1.1 Área Fim	54	60	58	56	
1.2 Área Meio	15	18	14	16	
2. Nível Médio	23	25	25	26	
2.1 Área Fim	18	19	21	20	
2.2 Área Meio	5	6	4	6	
3. Total (1+2)	92	103	97	98	

Fonte: Divisão de Capacitação e Organização/CGP/DPGI

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

Quanto à frota de veículos automotores de propriedade do Ibram, a legislação que regula a forma de utilização é a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008. A frota atual provém de doação do IPHAN, cuja idade média é de dezessete (17) anos. Não há um plano de substituição e não foi realizado estudo sobre a importância e o impacto da frota de veículos própria sobre as atividades do Ibram Sede e dos Museus, visto que, da criação do Ibram até o presente momento, dada a disponibilidade de recursos para esta Unidade, esta demanda não foi priorizada, embora se reconheça a sua importância.

Não há veículos próprios no âmbito da Sede e não há também uma padronização da estrutura de controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte no âmbito dos Museus.

Assim, o Museu Imperial mantém um sistema de controle interno de utilização dos veículos oficiais sob supervisão do Setor de Serviços Gerais. Utiliza os três veículos de transporte institucional (Fiat Doblo, ano 2008; Fiat Palio Weekend, ano 2010; e Fiat Fiorino, ano 1977) no deslocamento de servidores a serviço; na entrega de documentos; bem como no transporte de acervos. A média anual de quilômetros rodados é de 5.387 km e a idade média da frota é de 14 anos. Os custos associados são: despesas com manutenção e revisão periódica no valor de R\$ 1.935,00; gastos com combustíveis, R\$ 6.350,43; e despesas com seguros, R\$ 1.743,65. A sua estrutura de controle constitui-se na verificação dos itinerários das solicitações de uso dos veículos oficiais, buscando a compilação dos trajetos para diminuir o número de viagens; conscientização do condutor em relação à direção defensiva; e rotinas de verificação das condições do veículo.

No Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – MART; há um veículo oficial (Volkswagen Parati – Placa KOJ 3778 - Renavam 730439020), doado pelo Museu Imperial em maio de 2010. O carro é subutilizado, considerando a falta de recursos para a sua manutenção. No momento, o veículo encontra-se sem condições de se locomover.

O Museu de Biologia Professor Mello Leitão conta com dois veículos, cuja média anual de quilômetros rodados é de 3.150 km; idade média da frota é de 13 anos; e custos associados à manutenção são de R\$ 3.882,00. Encontra-se em tramitação a cessão de um veículo do Governo do Estado do Espírito Santo, que se encontra ocioso e está em bom estado de conservação (Kombi 2009). O controle é feito por meio de autorização de uso/saída emitida pelas Chefias e Direção. Ademais, segundo a Portaria IBRAM nº 130, de 07 de agosto de 2009, o Museu acrescenta que o Diretor da Unidade pode autorizar os servidores do Ibram, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes de cargo de Motorista Oficial, a dirigirem veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação.

Está sob o uso/responsabilidade dos Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya (Chácara do Céu e Museu do Açude) um veículo de transporte institucional, cedido pelo então Departamento de Museus – DEMU /IPHAN, que viabiliza o desempenho das atividades administrativas e finalísticas, dado que os Museus distam cerca de vinte (20) km um do outro. A média anual de quilometragem é de 7.000 km, a idade é de oito anos e os gastos relacionados à sua utilização são de R\$ 8.000,00. O controle é feito por meio de um servidor, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato de motorista.

O Museu Histórico Nacional possui um veículo de transporte institucional, adquirido pelo Iphan e transferido ao Museu, a idade do veículo é de oito anos, média anual de 2.600 km e a estimativa de custos associados é de R\$ 8.000,00. O veículo é utilizado principalmente no transporte de servidores e peças para exposições itinerantes em diversos locais do Rio de Janeiro. O museu exerce controle de utilização com acompanhamento de quilometragem e abastecimento conforme disposto na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A forma de

utilização também é regulada pela Lei nº 1.081/50 de 13 de abril de 1950 e pelo Decreto nº 6.403 de 17/03/2008. Por fim, o museu espera que nos próximos dois anos o veículo seja substituído.

O Museu da Inconfidência tem sob a sua responsabilidade dois veículos automotores de passeio, que são utilizados para execução de serviços de transporte de pessoal e cargas de menor porte nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A média anual de quilômetros rodados é de 11.832,50 km, a idade média é de 13,5 anos e, dentre os custos associados em 2013, foram gastos R\$ 11.416,00 com combustíveis e lubrificantes e R\$ 23.470,51 com motorista terceirizado. Os veículos atendem de forma deficitária, mas são de suma importância. Em função das demandas de transporte de acervo para exposições temporárias e da viabilidade econômica do transporte institucional, o museu solicitou em duas ocasiões a aquisição de um veículo apropriado, Fiat Doblo, porém não houve recursos orçamentários suficientes para atender à demanda. O controle dos meios de transporte é feito pelo Setor de Segurança e Serviços Gerais, por meio de planilhas mensais. A utilização também é regulada pelo Decreto nº 6.403/08.

O Museu Lasar Segall possui um veículo, utilizado para realizar serviços externos solicitados pela Diretoria e áreas do Museu. A média de quilometragem anual é de 18 km; o custo médio de manutenção, em 2013, foi de: R\$ 2.690,00 (Gasolina), R\$ 101,10 (Seguro obrigatório), R\$ 3.516,50 (Revisões e Manutenções) e R\$ 21.619,73 (Contrato de motorista). Não há planos de substituição de frota. Referente à escolha, o veículo foi enviado àquela unidade em 2006, pelo Iphan. O controle é feito por meio de ficha de controle, onde constam datas, horários de chegada e saída, quilometragem, bem como motivo de utilização. Também regula a sua utilização pela Lei nº 1.081 de 13/04/1950.

O Museu da República e o Palácio Rio Negro informam que utilizam a frota de veículos no deslocamento dos servidores em suas atividades diárias, que corroborem no alcance dos objetivos dos museus e Ibram. Para tanto, os museus dispõem de três veículos de transporte institucional; cuja média anual de quilometragem da frota é de 25.000 km e idade média da frota é de aproximadamente 11 anos. Os custos associados à manutenção foram de R\$ 8.172,25 e o controle/autorização é feito pelo fiscal do contrato, bem como pelas chefias imediatas. Não há planos de substituição da frota.

Por fim, registra-se que o Ibram Sede não dispõe de frota de veículos automotores contratada de terceiros. No entanto, há estudo técnico de viabilidade, economicidade e eficácia, realizado conjuntamente com as áreas demandantes, que se encontra em fase interna de licitação.

A referida contratação justifica-se pela necessidade de cumprimento de compromissos oficiais externos por autoridades e servidores; e de apoio logístico aos serviços administrativos regulares e às atividades finalísticas em geral. Esclarecemos ainda que o Ibram não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para o atendimento desses serviços. Ademais, o cargo de motorista oficial foi extinto pela Lei nº 9.632 de 07/05/1998.

6.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade da UJ

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 96. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RIO DE JANEIRO	16	16
	Rio de Janeiro	11	11
	Petrópolis	3	3
	Parati	1	1
	Niterói	1	1
	SÃO PAULO	2	2
	São Paulo	2	2
	ESPIRITO SANTO	6	6
	Santa Teresa	5	5
	Vitória	1	1
	MINAS GERAIS	10	10
	Ouro Preto	3	3
	São Joao Del Rei	1	1
	Sabará	2	2
	Caeté	1	1
	Serro	1	1
	Diamantina	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	GOIÁS	2	2
	Goiás	1	1
	Pilar de Goiás	1	1
	PERNAMBUCO	1	1
	Recife	1	1
	MARANHÃO	1	1
	Alcântara	1	1
	SANTA CATARINA	2	2
	Florianópolis	2	2
	RIO GRANDE DO SUL	1	1
	São Miguel das Missões	1	1
	Subtotal Brasil		41
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		41	41

Fonte: Divisão de Patrimônio/CRL/DPGI

6.2.2. Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ

Quadro 97. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IBRAM

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
343015 - Museu Imperial	6001.03107.500-3	21	2	277.531,34	01/01/2003			
343015 - Museu Imperial	6001.03111.500-5	21	2	255.000,00	06/12/2013			
343015 - Museu Imperial	6001.03109.500-4	21	2	24.000,00	01/01/2003			
343015 - Museu Imperial	5877.00077.500-9	21	2	444.821,46	07/06/2013			
343015 - Museu Imperial	5877.00037.500-0	21	2	6.321.377,32	05/12/2013			
343016 - Museu Histórico Nacional	6001.02421.500-8	10	3	21.386.637,37	26/12/2000			
343017 - Museu Nacional de Belas Artes	6001.02377.500-0	13	5	89.080.101,33	17/12/2013			
343018 - Museu da República	6001.01864.500-4	21	4	207.161.877,26	20/12/2013			
343020 - Museu Lasar Segall	7107.01345.500-3	12	5	412.553,58				
343020 - Museu Lasar Segall	7107.01346.500-9	12	5	1.207.480,25	08/10/2010			
343021 - Museu Villa Lobos	6001.01949.500-6	21	4	3.085.026,20	26/12/2000			
343022 - Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	6001.02648.500-2	4	4	41.674.112,36	02/08/2012			
343022 - Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	6001.02668.500-1	4	4	10.581.276,88	02/08/2012			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00132.500-0	3	6	3.490.000,00	18/10/2012			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00147.500-1	3	6	130.000,00	18/10/2012			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00133.500-5	3	6	240.000,00	18/10/2012			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00134.500-0	3	6	85.000,00	18/10/2012			
343027 - Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00146.500-6	3	6	80.000,00	18/10/2012			
Total: 18 imóveis								

Fonte: DEPMUS; SPIUNET.

Quadro 98. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IBRAM CADASTRADOS EM OUTRA UG/GESTÃO

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	UG/GESTÃO Cadastrada	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício (R\$)	
					Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Com Reformas	Com Manutenção
343019 - Museu da Inconfidência	4921.00055.500-4	12	3	IPHAN UG 343005/40401	420.808,83	23/06/2000		
343019 - Museu da Inconfidência	4921.00056.500-0	12	3	IPHAN UG 343003/40401	1.871.803,44	23/06/2000		
423020 - Museu Regional de São João Del Rei	5249.00024.500-6	10	3	IPHAN UG 343013/40401	610.279,50	25/04/2001		
423021 - Museu do Ouro	5133 00006.500-5	12	4	IPHAN UG 343013/40401	179.720,89	13/09/2000		
423021 - Museu do Ouro - Casa Borba Gato	5133 00004.500-4		4	IPHAN UG 343013/40401				
423022 - Museu Regional Casa dos Ottoni	5341.00002.500-7	12	4	MINC UG 420001/42000	239.255,19	13/09/2000		
423023 - Museu do Diamante	4431.00007.500-8	12	4	IPHAN UG 343013/40401	454.144,05	26/07/2000		
423024 - Museu Regional de Caeté	4199.00004.500-1	3	6	IPHAN UG 343013/40401	235.498,53	06/07/2001	210.953,45	
423025 - Museu das Bandeiras	9377.00010.500-3	3	5	IPHAN UG 343014/40401	783.439,21	21/12/2007		
423027 - Museu da Abolição	2531.00323.500-1	21	4	IPHAN UG 343005/40401	1.458.937,49	05/09/2001		
423029 - Museu Casa Histórica de Alcântara	0703.000014.500-8	12	6	IPHAN UG 343003/40401	259.368,99	15/06/2000		
423030 - Museu Casa da Princesa	9535.00002.500-7	3	6	IPHAN UG 343014/40401	80.209,89	21/03/2013		
DPGI BH	4123.00014.500-6	13	2	DRT/MG UG 380041/00001	166.462,81	28/09/2006		
Total: 13 imóveis								

Fonte: DEPMUS; SPIUNET.

Quadro 99. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS COM REGISTRO EM REGULARIZAÇÃO – SEM INFORMAÇÃO NO SPIUNET

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Com Reformas	Com Manutenção
343018 - Museu da República - Palácio Rio Negro	Sem informação		4				
343019 - Museu da Inconfidência	Sem informação		3				
423016 - Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty	Sem informação		5				
423018 - Museu Victor Meireles	Sem informação		3				
423018 - Museu Victor Meireles	Sem informação		3				
423019 - Museu da Missões	Sem informação		4				
423026 - Museu Solar Monjardin	Sem informação		6				
423013 - Museu Casa de Benjamin Constant	Sem informação	1	4				
423016 - Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty	Sem informação	1	4				
Palácio Gustavo Capanema	Sem informação						
Total: 10 imóveis							

Fonte: CRL/DPGI; DEPMUS.

Quadro 100. DISCRIMINAÇÃO DOS IMÓVEIS GERENCIADOS PELO IBRAM

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	UG/GESTÃO Cadastrada	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Com Reformas	Com Manutenção
423015 - Museu Casa da Hera							970.452,74	
423014 - Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio								
423017 - Museu de Arte Sacra de Paraty			5					
423028 - Museu Arte Sacra da Boa Morte	9377.00011.500-9			IPHAN UG 343014/40401				
Total: 04 imóveis								

Fonte: CRL/DPGI; DEPMUS; SPIUNET.

Para os quatro quadros desta seção, foram utilizadas as classificações abaixo especificadas.

♦ **Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

♦ **Estado de Conservação:** Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Inicialmente, ressalta-se que é considerado como imóveis sob responsabilidade e gestão do IBRAM aqueles que foram listados no Capítulo II, artigos 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus, conforme temos a seguir:

Integram o Ibram (Art. 7º):

- I – Museu Casa Benjamim Constant;
- II – Museu Histórico de Alcântara;
- III – Museu Casa das Princesas;
- IV – Museu da Abolição;
- V – Museu da Inconfidência;
- VI – Museu da República (compreende o Palácio Rio Negro);
- VII – Museu das Bandeiras;
- VIII – Museu das Missões;
- IX – Museu de Arqueologia de Itaipu;
- X – Museu de Biologia Professor Mello Leitão;
- XI – Museu do Diamante;
- XII – Museu do Ouro/Casa de Borba Gato;
- XIII – Museu Forte Defensor Perpétuo;
- XIV – Museu Histórico Nacional;
- XV – Museu Imperial;
- XVI – Museu Lasar Segall;
- XVII – Museu Nacional de Belas Artes;
- XVIII – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya; (formado pelo Museu do Açude e Museu Chacarã do Céu)

- XIX – Museu Regional Casa dos Ottoni;
- XX – Museu Regional de Caeté;
- XXI – Museu Regional de São João Del Rey;
- XXII – Museu Solar Monjardin;
- XXIII – Museu Victor Meirelles; e
- XXIV – Museu Villa-Lobos.

O Instituto Brasileiro de Museus sucederá o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos direitos, deveres e obrigações decorrentes de convênios ou outros instrumentos firmados relativamente às seguintes unidades (Art. 8º):

- I – Museu Casa da Hera;
- II – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio;
- III – Museu de Arte Sacra de Paraty; e
- IV – Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Em síntese, o Ibram administra 30 museus, (considerando que o Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya é formado pelo Museu do Açude e pelo Museu Chácara do Céu, e que o Museu da República compreende também o Palácio Rio Negro) sendo que 26 estão sob sua responsabilidade e incorporam o patrimônio imobiliário, conforme Lei de criação, e os outros 04 são apenas geridos pelo órgão. Este conjunto é composto por 43 edificações dentre edifícios e edículas, incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. Além dos referidos museus, há outros 03 (três) imóveis/edificações de uso administrativo, quais sejam: a Sede do Ibram, em Brasília, imóvel locado de terceiros; e as representações regionais nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Assim, o órgão possui 42 edificações/imóveis sob sua responsabilidade e outras 04 que, conforme Art. 8º da Lei nº 11.906/2009 estão sob sua gerência, totalizando assim 46 imóveis/edificações.

Ressalta-se que, quando da criação do Ibram, os imóveis, conforme previsto nos Artigos 8º e 9º da Lei nº 11.906/2009, deveriam ser integrados ao patrimônio do órgão, porém a propriedade desses não foi transferida expressamente pela Lei. Dessa forma, identificou-se que alguns imóveis constavam cadastrados no Sistema de Patrimônio da União (SPIUNET) ainda na antiga gestão, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (gestão 40401), e, desde então, o Ibram vem se esforçando juntamente à Secretaria de Patrimônio da União - SPU e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN para concluir a transferência desses imóveis com a maior brevidade possível no SPIUNET para a gestão 42207 - Ibram. Assim, como resultado desses esforços, em 23/08/2013 a Secretaria de Patrimônio da União efetuou no SPIUNET a transferência de gestão (de 40401 para 42207) dos imóveis que estavam cadastrados naquela data nas Unidades Gestoras Executoras do Iphan (343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027), cuja execução foi repassada/transferida ao Ibram de acordo com a Lei de criação do órgão. Essas UG executoras, hoje pertencentes à gestão 42207 - Ibram, estão responsáveis pelas atualizações no SPIUNET dos 18 imóveis com seus respectivos RIPs (Registro Imobiliário Patrimonial), além da UG 423002, responsável pelo imóvel locado da Sede do Ibram (RIP 9701.32712.500-6).

Entretanto, cabe esclarecer que aqueles imóveis que não estavam cadastrados no Iphan nas unidades gestoras mencionadas acima não participaram deste processo de transferência de gestão no SPIUNET. A grande maioria desses imóveis estão sob responsabilidade das unidades gestoras de controle do Ibram e encontram-se cadastrados no SPIUNET na antiga gestão do Iphan - 40401. Nesta situação, o órgão possui 11 imóveis. Tem-se ainda dois (02) imóveis cadastrados no SPIUNET na gestão do Ministério da Cultura – 420001/42000 e da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais 380041/00001. Concluindo, o órgão possui um total de 13 imóveis/edificações devidamente cadastrados com seus respectivos RIPs, mas que ainda não foram transferidos para a gestão do Ibram no sistema de patrimônio.

No sentido de regularizar esta situação, foram expedidos ofícios ao Iphan (Ofício nº 407/20011/PRES/IBRAM, Ofício nº 236/2013/DPGI/IBRAM e Ofício nº 07/2014/DPGI/IBRAM) solicitando que procedam com a transferência destes imóveis via SPIUNET para as UGs/Gestão do Ibram. Até o momento, ainda não obtivemos êxito nas respostas. Ressalta-se que, paralelamente aos ofícios encaminhados ao Iphan, este órgão está em contato com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, solicitando informações/orientações de como proceder com a transferência destes imóveis no SPIUNET para a gestão Ibram.

O órgão ainda possui 10 imóveis dos quais ainda não obtivemos informações sobre o Registro dos mesmos no Sistema de Patrimônio da União. Estes imóveis encontram-se localizados em seis estados brasileiros e o Ibram está trabalhando no sentido de identificar se estes imóveis encontram-se ou não cadastrados no SPIUNET, seja na antiga gestão do Iphan, seja em outro órgão. Caso positivo, tomaremos providências para que o Iphan e a SPU procedam com a transferência destes imóveis no sistema para a gestão do Ibram - 42207.

Cabe expor, entretanto, a peculiaridade e complexidade da documentação dos bens imóveis do Ibram, que tem seu patrimônio imobiliário constituído por unidades museológicas. O órgão obteve acesso a algumas escrituras e certidões dos imóveis, ocasião em que foi identificada a diversidade da documentação de cada um, visto que existem alguns imóveis do Ministério da Cultura e do Iphan, outros da União, da Delegacia Regional do Trabalho de Minas, do Pró-Memória/Ministério da Educação, e ainda algumas escrituras com cláusula de comodato para posterior doação, outras de usufruto, de inalienabilidade e ainda cláusula de indivisibilidade do imóvel e do acervo de biblioteca, outras com cláusula de cessão para outros órgãos e ainda unidades (museus) que funcionam em imóveis cedidos por outro órgão.

Contudo, o órgão está se empenhando para regularizar o registro dos imóveis ainda não cadastrados no Sistema de Patrimônio da União, através do levantamento de documentações (pesquisas em cartório, certidão de inteiro teor) por suas unidades a fim de identificar a atual e real situação de cada imóvel.

O Ibram não tem imóveis funcionais sob sua responsabilidade ou gerência.

6.3. Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

Quadro 101. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Divisão de Patrimônio/CRL/DPGI

A locação de imóveis é justificada pela falta de espaço físico para acomodação da força de trabalho do Ibram desde sua criação. Assim, com a criação do Instituto, por meio de Lei nº 11.906/2009, qualificado como pessoa jurídica de direito público, fez-se necessário um imóvel para o funcionamento da sede do órgão.

Atualmente, o Ibram não possui sede administrativa própria. Funcionava, de forma improvisada, no Ed. Central Brasília, SBN Quadra 2, 2º andar, dividindo espaço físico nas instalações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Com a finalidade de preservar a eficiência administrativa e, principalmente, de garantir o excelente desempenho de sua missão institucional, o Ibram precisava de espaço físico independente.

Este Instituto consultou a Gerência Regional de Patrimônio da União no Distrito Federal sobre a disponibilidade de imóvel com área aproximada de 10.000 m², que pudesse ser cedido ao Ibram, ao que obteve resposta negativa.

A amplitude da necessidade estabelecida (10.000 m²) justifica-se pela expectativa de, em curto prazo, o Instituto Brasileiro de Museus ter sua estruturação física e organizacional ampliada, resultando, na inclusão de novos servidores ocupantes dos cargos comissionados criados por Lei e também pela nomeação dos novos servidores concursados do certame em realização, de acordo com a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diante disso, faz-se necessária a locação do imóvel com especificações previstas no presente Termo de Referência com fundamento no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 102. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.

	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/pdti.pdf
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(-) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(-) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

7.2. Análise Crítica

O planejamento de TI para o biênio 2014-2015, com a construção do novo documento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, irá desdobrar corretamente as ações definidas pelo Mapa Estratégico do Ibram (publicado no final do ano de 2013).

As práticas de gestão adotadas pela CTInf são principalmente as definidas nas instruções normativas da SLTI (órgão central do SISP) pertinentes. Particularmente, observa-se uma acentuada deficiência na definição dos processos internos da instituição e conseqüentemente da comunicação entre a CTInf e as demais áreas da instituição. Assim sendo, na maior parte dos casos, os mecanismos adotados pela CTInf não encontram correspondência nas demais áreas, seja por desconhecimento das normas pertinentes, seja por falta de pessoal capacitado para executar as atividades diárias em alinhamento com tais práticas.

Com relação aos serviços de governo eletrônico, e-Gov, devido ao fato de não ter sido publicada a cartão de serviços ao cidadão, não há como informar o percentual de serviços ofertados eletronicamente. Porém vários canais de informação e serviços já estão sendo ofertados:

- ♦ Site institucional do Ibram – contém informações institucionais e canais como Fale Conosco e Acesso à Informação (transparência);
- ♦ Plataforma de comunicação incluindo fórum de discussão para formação do Programa Nacional de Educação Museal – PNEM;
- ♦ Conexões Ibram – Site com informações sobre as discussões de diversos temas como Estratégias de Fomento e Financiamento, o Estatuto de Museus, Plano Nacional Setorial de Museus entre outros;
- ♦ Saída de dados do CNM (Cadastro Nacional de Museus) – fonte de informações sobre os museus brasileiros mapeados pelo Ibram;
- ♦ Anualmente o Ibram promove eventos como a Semana de Museus e a Primavera de Museus, incluindo de forma eletrônica a possibilidade dos museus realizarem seu cadastro e posterior divulgação de agenda dos eventos cadastrados para o público geral.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 103. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
Vide item 1 das Considerações Gerais					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
	Consideramos o ISO 14001 sempre que possível em nossas licitações.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
	Não houve aquisição de novos produtos em 2013.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
	Não houve aquisição de novos produtos em 2013.				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.					X
	Vide ANEXO B – Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS/Ibram.				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
CONSIDERAÇÕES GERAIS:					
1. Quanto à utilização de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações:					
1.1. No âmbito do Ibram Sede, as contratadas devem observar as seguintes legislações: IN/MARE nº 06 de 03/11/95; ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; Decreto nº 48.138, de 8/10/2003; Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994; Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/1999; Diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>).					
1.2. O Museu da República desenvolve o Programa Socioambiental, buscando seguir as Normas estabelecidas.					
2. A avaliação dos quesitos foi realizada no âmbito do Ibram Sede, por equipe de servidores da Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações / Ibram, e os Museus Ibram foram consultados quanto à análise.					

3. Dos trinta (30) Museus Ibram, apenas onze (11) são UG Executoras. Assim, a licitação e a execução das despesas de dezenove (19) UG de Controle são realizadas no Ibram Sede.
4. Quanto aos estudos técnicos preliminares à elaboração dos termos de referência ou projetos básicos, o Museu da Inconfidência se orienta pela Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010.
5. O Museu Lasar Segall adquiriu, em 2013, papel reciclado e tem preferência na aquisição de cartuchos remanufaturado.
6. O Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya adquiriu lâmpadas econômicas, papel reciclado e cartucho remanufaturado.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto do Ibram.
- (2) **Parcialmente inválida:** o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto do Ibram, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto do Ibram.
- (4) **Parcialmente válida:** o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto do Ibram, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto do Ibram.

8.2. Política de separação de resíduos recicláveis descartados

No âmbito do Ibram Sede, há lixeiras para lixo orgânico e seco em cada andar. Não há ainda um estudo para verificar o resultado. As torneiras são automáticas desde a criação do Ibram. Desde o final de agosto de 2013, o Ibram adotou, em conjunto com a Previc (que ocupa os demais andares do edifício onde funciona a sede), medidas para racionalizar o consumo de energia elétrica e água em nosso edifício, a saber: desligamento das lâmpadas nas garagens, permanecendo acessas as localizadas sobre a pista de rolamento; desligamento de uma a cada quatro lâmpadas nos andares de escritório; aproveitamento da água quando da lavagem de caixas de água para lavagem das garagens; revisão da periodicidade da lavagem das garagens; campanha de conscientização sobre o uso racional dos elevadores. O desligamento das lâmpadas foi feito aos poucos, verificando-se os efeitos sobre a luminosidade dos ambientes. Já o desligamento dos elevadores em determinados períodos, uma das medidas previstas para a redução de consumo, não foi possível, pois as empresas responsáveis pela manutenção não recomendaram essa ação.

Como resultado, o valor total gasto com energia elétrica foi reduzido de R\$ 11.955,36 (consumo referente a agosto) para R\$ 9.925,78 (consumo referente a outubro), uma economia de 16,97%. Para o ano de 2014, planejam-se novas medidas que possam reduzir o consumo, como, por exemplo, o uso inteligente do ar condicionado. Abaixo, segue detalhamento do consumo de energia elétrica, por andar ocupado pelo Ibram Sede:

Quadro 104. DEMONSTRATIVO DA ECONOMIA DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE OS MESES DE AGOSTO E OUTUBRO DE 2013 NO EDIFÍCIO DO IBRAM SEDE (BRASÍLIA)

Local (andar)	Consumo em agosto/2013 (R\$)	Consumo em outubro/2013 (R\$)	Diferença	
			(R\$)	(%)
1º Subsolo	3.425,48	3.099,36	326,12	9,52%
Térreo sala 2	321,17	286,24	34,93	10,87%
Sobreloja	404,51	311,55	92,96	22,95%
PAV 10	1.407,24	1.135,40	271,84	19,31%
PAV 11	1.250,84	1.064,95	185,89	14,86%
PAV 12	1.084,77	814,47	270,3	24,90%
PAV 13	1.169,27	871,25	298,02	25,48%
PAV 14	1.108,76	891,62	271,14	24,45%
PAV 15/16	1.783,32	1.450,94	332,38	18,63%
TOTAL	11.955,36	9.925,78	2.029,58	16,97%

A Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS/IBRAM foi constituída por meio da Portaria nº 309, de 05 de setembro de 2013, com o objetivo de estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da Instituição. Desde então, o Ibram buscou reduzir a quantidade de impressoras na Sede. Etapas anteriores do PLS/IBRAM, executadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF), já trouxeram uma economia de R\$ 79.121,00, referente à aplicação efetiva das multas por descumprimento dos níveis de serviço previstos; inconsistência na bilhetagem de impressoras; e desconto sobre impressões frente e verso. A economia com a redução do número de impressoras na Sede alcançou o valor de R\$ 104.218,68, se considerado o gasto anual com aluguel de equipamentos. Ressalta-se que, conforme o Contrato Administrativo nº 19/2010, *outsourcing* de impressão, todo o custo e gestão de insumos são de responsabilidade da empresa contratada. Apesar disto, ações descritas são exemplos de ações destinadas ao uso racional destes insumos de impressão e economicidade.

Face ao exposto, quanto ao consumo de papel, os museus Ibram estão alinhados ao PLS/IBRAM. Assim como na Sede, os equipamentos estão configuradas para impressão frente e verso, nas cores preto e branco. O uso consciente do recurso é reforçado por campanhas orientadas para a priorização do meio digital, redução do número de impressões e reutilização do papel descartado como rascunho. Em complementação às orientações da Sede, alguns museus implantaram Programa Socioambiental próprio (Museu da República, Palácio Rio Negro e Museu da Inconfidência) ou aderiram a projetos locais (Museu da Abolição).

Quanto à energia elétrica, os museus estão adotando rotinas que maximizem o aproveitamento da iluminação e refrigeração natural. A maioria relatou que a redução no consumo se deve também ao uso de lâmpadas fluorescentes, além de campanhas de conscientização quanto ao desperdício. Registra-se que, em janeiro de 2012, houve um princípio de incêndio no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio. Desde então, o museu está sem energia elétrica. Atualmente, passa por obras de recuperação. Já o Museu Casa da Hera, em 2013, teve um consumo mínimo de energia elétrica em função de pane ocorrida em julho de 2012.

Por fim, quanto à água, além das medidas adotadas para racionalizar o consumo dos demais recursos (rotinas, substituição de torneiras e campanhas), alguns museus possuem reservatórios, cisternas ou poços, que atendem à higienização de ambientes e à rega de jardins. No caso do Museu da Abolição, por exemplo, uma ação mais efetiva depende de reparos estruturais.

Outras medidas de racionalização dos recursos também são registradas pelos museus Ibram, tais como: preocupação em utilizar produtos ecológicos; substituição de copos descartáveis; racionalização do uso de veículos oficiais; promoção de palestras e oficinas sobre reciclagem e sustentabilidade oferecidas aos servidores e à comunidade; separação, recolhimento e doação do papel descartado para reciclagem; coleta seletiva de lixo; realização de compostagem e minhocário.

Embora os museus Ibram adotem medidas de gestão ambiental e sustentabilidade, há de se ressaltar que, na sua maioria, demandam obras de infraestrutura, principalmente, elétrica. Há, portanto, uma limitação nas intervenções que passa também pela questão orçamentária e pela capacidade de execução desta unidade.

Pelo fato dos museus unidades II e III dependerem da Sede para licitar bens e serviços, muitas das especificidades das aquisições de cada unidade são uniformizadas em prol da economicidade, da racionalização dos processos de compra, além de cumprimento legal (Lei 8.666/1.993), principalmente no que concerne ao fracionamento de despesas. Ademais, há de se ressaltar que equipamentos e produtos sustentáveis são, via de regra, mais caros, o que perpassa, mais uma vez, pela limitação orçamentária do Instituto.

8.3. Consumo de papel, energia elétrica e água

Neste subitem será individualizado o consumo de papel, água e energia elétrica do Ibram Sede e representação de Minas Gerais, além de cada unidade museológica vinculada. Não foi possível individualizar o consumo de água e energia da representação do Ibram no Rio de Janeiro, visto que

o pagamento é feito pelo condomínio do *Palácio Gustavo Capanema*, que rateia a despesa conforme a metragem quadrada ocupada por cada condômino.

Não foi possível também individualizar o consumo de papel, dessa forma, a informação está consolidada no quadro do Ibram Sede, incluindo, portanto, museus executores e não executores. Ressalta-se que o Ibram não adquire papel para as impressoras. Os valores estão embutidos no Contrato nº 19/2010, que entrou em operação em setembro/2010 e cujo objeto é “prestação de serviços de solução e reprodução de documentos em cores e na cor preta para imagens e textos, utilizando equipamentos de tecnologia digital, contemplando a impressão, cópia e digitalização por meio de locação e instalação de impressoras e multifuncionais mono e policromáticas, sistemas para gerenciamento, monitoramento, gestão de ativos e contabilização (bilhetagem) de documentos impressos, copiados e digitalizados, fornecimento de todos os suprimentos, **inclusive papel**, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e postos de suporte local.”

Quadro 105. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – IBRAM SEDE

IBRAM SEDE						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
A3P	2011		Plano iniciado, mas, devido à falta de servidores, atualmente, o projeto está sobrestado.			
Esplanada Sustentável	2013		Redução de custos com impressão e energia elétrica (16%)			
Programa de Logística Sustentável	2013		Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ibram. Após as ações, a partir de julho de 2013, já tivemos economia no número de impressões pagas conforme valores listados no quantitativo abaixo. Deve ser considerado que toda a gestão de insumos, inclusive de papel, é de responsabilidade da empresa contratada pelo Ibram.			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	3.706 resmas	6.251 resmas	2.962 resmas	42.102,40	58.696,89	37.297,50
Água	Condomínio	Condomínio	Condomínio	Condomínio	Condomínio	Condomínio
Energia Elétrica	323.221 kwh	293.026 kwh	40.000 kwh	140.665,23	143.486,67	114.500,00
			Total	182.767,63	202.183,56	151.797,50
Observação: Não foi possível informar o consumo de água do Ibram Sede, visto que o pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos é efetuado pela administração do condomínio. Quanto ao consumo de papel, a informação se baseia em relatórios da empresa contratada para serviços de impressão e digitalização, Contrato nº 19/2010.						

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI; CTInf/DPGI

Quadro 106. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – REPRESENTAÇÃO IBRAM EM MINAS GERAIS

REPRESENTAÇÃO MG						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	Condomínio	Condomínio	Condomínio	Condomínio	Condomínio	Condomínio
Energia Elétrica	3.476 kwh	1.000 kwh	900 kwh	1.610,83	1.800,00	500,00
			Total	1.610,83	1.800,00	500,00
Observação: Não foi possível informar o consumo de água da Representação MG, visto que o pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos é efetuado pela administração do condomínio.						

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 107. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU IMPERIAL

MUSEU IMPERIAL						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	7.232 m ³	6.610 m ³	6.412 m ³	96.602,66	77.612,60	62.434,45
Energia Elétrica	305.571 kwh	360.834 kwh	301.016 kwh	162.687,11	190.476,01	159.257,63
			Total	259.289,77	268.088,61	221.692,08

Observação: Em 2012, o Museu implementou rotinas de verificação e supervisão de manutenção corretiva e preventiva da rede hidráulica. Como resultado, houve redução do consumo de água em 2012. Em 2013, ocorreu um acréscimo no consumo de água em razão da execução de obras de ampliação da reserva técnica e da construção do prédio para abrigar vestiários e refeitório para o pessoal de manutenção e segurança. Também, houve a contratação de serviço de consultoria para análise de situação do sistema elétrico do prédio da Administração do Museu Imperial, em conformidade com a ABNT 5410, NBR5419 e NR10. Como resultado, foi produzido laudo, recomendando a reforma completa das instalações elétrica do Prédio da Administração.

Fonte: Museu Imperial

Quadro 108. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	4.326 m ³	5.380 m ³	5.380 m ³	69.579,00	68.838,00	66.074,00
Energia Elétrica	903.200 kwh	890.000 kwh	760.000 Kwh	428.328,00	468.387,00	616.175,00
			Total	497.907,00	537.225,00	682.249,00

Fonte: Museu Histórico Nacional.

Quadro 109. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DA REPÚBLICA

MUSEU DA REPÚBLICA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	10.174 m ³	11.595 m ³	10.630 m ³	138.910,19	126.208,31	104.516,00
Energia Elétrica	4.390 KW	3.360 KW	3.360 KW	306.383,53	240.946,26	218.847,42
			Total	445.293,72	367.154,57	323.363,42

Fonte: Museu da República.

Quadro 110. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	40 resmas	Taxa fixa	Taxa fixa	410,76	439,31	244,76
Energia Elétrica	142.033 kwh	129.458 kwh	125.928 kwh	52.552,23	59.705,89	56.858,40
			Total	52.962,99	60.145,20	57.103,16

Observação: Em 2013, o Museu da Inconfidência implementou Programa Socioambiental. No entanto, não há ainda dados estatísticos.

Fonte: Museu da Inconfidência.

Quadro 111. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU LASAR SEGALL

MUSEU LASAR SEGALL						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	1.555 m ³	1.536 m ³	1.341 m ³	39.560,53	33.628,49	29.019,00
Energia Elétrica	213.151 kwh	45.600 kwh	45.600 kwh	63.956,71	92.468,13	101.742,65
			Total	103.517,24	126.096,62	130.761,65

Fonte: Museu Lasar Segall

Quadro 112. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU VILLA-LOBOS

MUSEU VILLA-LOBOS						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	Sem Dados	640 m ³	912 m ³	Sem Dados	7.165,66	9.967,25
Energia Elétrica	Sem Dados	62.400 kwh	41.500 kwh	Sem Dados	17.610,43	12.653,14
			Total	Sem Dados	24.776,09	22.620,39

Fonte: Museu Villa Lobos

Quadro 113. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEUS CASTRO MAYA

MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	2.743,79 m ³	446,10 m ³	471,90 m ³	28.672,70	4.527,12	4.529,70
Energia Elétrica	99.798,7 Kwh	76.880 kwh	78.080 kwh	46.905,40	38.458,98	35.214,34
			Total	77.591,10	44.998,10	41.755,04

Fonte: Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya

Quadro 114. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO

MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	3.347 m ³	3.394 m ³	2.652 m ³	31.614,00	34.784,00	21.010,00
Energia Elétrica	130.397 kwh	123.192 kwh	112.555 kwh	54.235,00	57.005,00	48.017,00
			Total	85.849,00	91.789,00	69.027,00

Fonte: Museu de Biologia Professor Mello Leitão.

Quadro 115. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA BENJAMNIN CONSTANT

MUSEU CASA BENJAMNIN CONSTANT						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	180 m ³	500 m ³	400 m ³	1.893,10	5.500,00	2.500,00
Energia Elétrica	89.964 kwh	6.000 kwh	8.000 kwh	26.539,95	2.000,00	3.000,00
			Total	28.433,05	7.500,00	5.500,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 116. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DA ABOLIÇÃO

MUSEU DA ABOLIÇÃO						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
Programa de coleta seletiva de papel para reciclagem no Hospital do Câncer do Recife.		2010	Separação, recolhimento e entrega de todo papel descartado ao Hospital do Câncer do Recife (HCR) para reciclagem.			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	978 m ³	1.000 m ³	3.500 m ³	11.907,38	7.200,00	34.000,00
Energia Elétrica	26.926 kwh	78.000 kwh	65.000 kwh	12.104,63	33.600,00	28.000,00
			Total	24.012,01	40.800,00	62.000,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI; Museu da Abolição.

Quadro 117. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DO DIAMANTE

MUSEU DO DIAMANTE						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	401 m ³	600 m ³	450 m ³	3.661,38	3.000,00	2.000,00
Energia Elétrica	13.783 kwh	2.400 kwh	3.000 kwh	6.424,40	5.000,00	7.000,00
			Total	10.085,78	8.000,00	9.000,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 118. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DO OURO

MUSEU DO OURO						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	321 m ³	400 m ³	380 m ³	1.729,38	2.000,00	1.800,00
Energia Elétrica	19.640 kwh	25.000 kwh	20.000 kwh	8.698,67	13.500,00	10.400,00
			Total	10.428,05	15.500,00	12.200,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 119. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	-	200 m ³	150 m ³	668,16	690,00	600,00
Energia Elétrica	21.557 kwh	8.000 kwh	10.000 kwh	9.766,72	11.100,00	18.000,00
			Total	10.434,88	11.790,00	18.600,00

Observação: A companhia de águas da cidade não utiliza hidrômetros para aferir o consumo de água nas residências. Não houve especificação de consumo de água no Museu São João Del Rei em todos os meses do ano.

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 120. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU VICTOR MEIRELLES

MUSEU VICTOR MEIRELLES						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	152 m ³	450 m ³	400 m ³	934,70	1.600,00	1.500,00
Energia Elétrica	2.506 kwh	2.000 kwh	1.740 kwh	1.160,58	1.000,00	900,00
			Total	2.095,28	2.600,00	2.400,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 121. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY

MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento
Energia Elétrica	4.593 kwh	6.000 kwh	5.500 kwh	4.062,98	3.500,00	3.000,00
			Total	4.062,98	3.500,00	3.000,00

Observação: o Museu é isento do pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, conforme legislação específica do município.

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 122. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – FORTE DEFENSOR PERPÉTUO DE PARATY

MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO DE PARATY						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento
Energia Elétrica	11.941 kwh	11.000 kwh	10.000 kwh	6.158,87	5.600,00	5.000,00
			Total	6.158,87	5.600,00	5.000,00

Observação: o Museu é isento do pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, conforme legislação específica do município.

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 123. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DAS MISSÕES

MUSEU DAS MISSÕES						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	IPHAN	IPHAN	IPHAN	IPHAN	IPHAN	IPHAN
Energia Elétrica	12.796 kwh	IPHAN	IPHAN	6.770,15	IPHAN	IPHAN
			Total	6.770,15	-	-

Observação: Mesmo após a criação do IBRAM, em 2009, como autarquia do MinC, as contas de água do Museu das Missões IBRAM/MinC continuam, até o momento, sendo pagas pelo IPHAN. Em relação à energia elétrica, o IPHAN pagou as contas do Museu das Missões até o mês de abril de 2013. Assim, os dados apresentados de consumo de energia referem-se aos meses de maio a dezembro do ano de 2013.

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI; Museu das Missões.

Quadro 124. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DAS BANDEIRAS

MUSEU DAS BANDEIRAS						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	188 m³	300 m³	280 m³	1.943,05	2.300,00	2.000,00
Energia Elétrica	11.559 kwh	18.000 kwh	15.000 kwh	5.853,36	8.700,00	7.000,00
			Total	7.796,41	11.000,00	9.000,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 125. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA DA PRINCESA

MUSEU CASA DA PRINCESA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	146 m³	150 m³	120 m³	812,43	900,00	700,00
Energia Elétrica	4.506 kwh	1.300 kwh	1.000 kwh	2.391,36	2.700,00	1.500,00
			Total	3.203,79	3.600,00	2.200,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 126. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	114 m³	200 m³	200 m³	1.196,44	1.500,00	1.500,00
Energia Elétrica	5.235 kwh	6.000 kwh	5.500 kwh	2.838,70	2.600,00	2.400,00
			Total	4.035,14	4.100,00	3.900,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 127. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL DE CABO FRIO

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL DE CABO FRIO						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento
Energia Elétrica	1.100 kwh	3.000 kwh	16.000 kwh	529,28	1.300,00	8.500,00
			Total	529,28	1.300,00	8.500,00

Observação: o Museu é isento do pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, conforme legislação específica do município.

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 128. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA

MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	360 m ³	800 m ³	600 m ³	2.441,20	2.160,00	1.900,00
Energia Elétrica	5.469 kwh	5.000 kwh	4.500 kwh	2.914,31	3.600,00	3.000,00
			Total	5.355,51	5.760,00	4.900,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 129. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	341 m ³	100 m ³	110 m ³	3.168,08	2.900,00	3.500,00
Energia Elétrica	16.919 kwh	17.000 kwh	19.700 kwh	9.580,11	8.000,00	9.700,00
			Total	12.748,19	10.900,00	13.200,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 130. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA DOS OTTONI

MUSEU CASA DOS OTTONI						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	228 m ³	380 m ³	400 m ³	1.054,15	700,00	1.000,00
Energia Elétrica	4.194 kwh	3.500 kwh	3.500 kwh	1.941,12	7.000,00	7.000,00
			Total	2.995,27	7.700,00	8.000,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 131. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU REGIONAL DE CAETÉ

MUSEU REGIONAL DE CAETÉ						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	114 m ³	120 m ³	96 m ³	435,58	350,00	320,00
Energia Elétrica	7.574 kwh	18.000 kwh	17.000 kwh	3.752,83	8.000,00	7.000,00
			Total	4.188,41	8.350,00	7.320,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 132. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU SOLAR MONJARDIM

MUSEU SOLAR MONJARDIM						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	1.150,10 m ³	3.000 m ³	3.200 m ³	6.279,61	10.400,00	17.000,00
Energia Elétrica	9.014 kwh	5.000 kwh	3.000 kwh	4.235,74	4.900,00	2.900,00
			Total	10.515,35	15.300,00	19.900,00

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

Quadro 133. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – MUSEU CASA DA HERA

MUSEU CASA DA HERA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Água	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento
Energia Elétrica	730 kwh	4.000 kwh	5.000 kwh	493,83	1.200,00	2.000,00
			Total	493,83	1.200,00	2.000,00

Observação: o Museu é isento do pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, conforme legislação específica do município.

Fonte: Divisão de Contratos/CRL/DPGI.

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 134. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus					100584
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	014.718/2013-8	4443/2013-TCU-2º Câmara	1.1	DE	Ofício
2	017.315/2013-1	4444/2013-TCU-2º Câmara	1.1	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus					100584
Descrição da Deliberação					
Ao Instituto Brasileiro de Museus que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos dos interessados relacionados no item 1.1 acima no sistema Sisac e os encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					102608
Síntese da Providência Adotada					
Regularização do ato no Sisac, dentro do prazo determinado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Correções das falhas apontadas pelo TCU.					

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final de 2013.

9.2. Tratamento de recomendações do OCI

9.2.1. Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

Quadro 135. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI – RA 201112041 – DPGI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM			100584
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201112041	1.1.1.1	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
2	201112041	1.1.1.2	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
3	201112041	1.1.1.4	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
4	201112041	1.1.1.4	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
5	201112041	1.1.1.6	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
6	201112041	1.1.1.7	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM			100584
Descrição da Recomendação			
<p>1. No caso de dispensa ou inexigibilidade, instruir os processos com a caracterização da situação emergencial ou calamitosa, razão da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço, baseada em avaliação de pesquisa prévia de preços, com no mínimo três propostas, com a juntada de orçamentos aos autos.</p> <p>2. Nos procedimentos de contratação, atentar para a correta instrução processual, fazendo constar dos autos todos os elementos constitutivos, desde a abertura do processo, tais como comunicações internas, documentos técnicos e motivadores da decisão administrativa.</p> <p>3. Não atestar o recebimento de bens e prestação de serviços contratados com base em faturas globais, que não possibilitem identificar, item a item os bens e serviços que foram efetivamente prestados.</p> <p>4. Apurar se houve danos ao erário e respectivas responsabilidades pela ocorrência de atesto de prestação dos serviços por servidor não lotado nos museus objeto da contratação.</p> <p>5. Para utilização do instrumento de Adesão à Ata de Registro de Preços, comprovar a devida vantagem econômica através de pesquisa de mercado, utilizando-se, de pelo menos três orçamentos de fornecedores distintos, considerando, quando da consulta, a identidade de especificações dos bens ou serviços.</p> <p>6. Que o Instituto Brasileiro de Museus primeiramente dimensione e qualifique suas necessidades, o que consiste na elaboração do Termo de Referência, e somente depois, realize a análise das atas de registro de preços vigentes na Administração Pública Federal.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI			102607
Síntese da providência adotada			
<p>1. Os processos de contratação de bens e serviços, inclusive Dispensa e Inexigibilidade, já são instruídos com pesquisas prévias de preços, de no mínimo três propostas de fornecedores distintos, com a juntada dos orçamentos nos autos, inclusive no que tange à comprovação das diligências efetuadas às empresas, visando, à Administração, maiores condições de avaliação da compatibilidade das propostas e da vantajosidade na contratação.</p> <p>2. Diante das falhas apontadas por essa Auditoria, esse órgão vem, a cada dia, buscando o aperfeiçoamento das ações, fomentando a participação dos servidores em capacitações, com vistas a cumprir a legislação no que tange à instrução processual, desde a abertura do processo até comunicações internas, documentos técnicos e motivadores da decisão administrativa.</p> <p>3. Desde a primeira orientação recebida por essa Auditoria, as notas fiscais/faturas passaram a ser emitidas individualmente para cada Unidade Museológica, de forma detalhada, inclusive, item a item, quando se for o caso, e são atestadas pelos fiscais dos contratos, designados pela autoridade competente e lotados nas respectivas unidades, cujos nomes são publicados em Boletim Administrativos do órgão.</p> <p>4. Na ocasião, os atestes eram realizados pela Coordenadora de Recursos Logísticos e Licitações, designada como fiscal de contrato por meio da Portaria nº 269 de 03.12.2010, que exercia essa atribuição em Brasília, mas subsidiada por memorandos emitidos pelos diretores dos museus beneficiados, conforme cópias em anexo, e, em conformidade com a estrita observância das cláusulas contratuais. Logo, pode-se concluir que o ato de ateste não causou danos ao erário, uma vez que a quantia paga pelos serviços prestados corresponde ao valor efetivamente pactuado, com o respaldo de que os serviços tinham sido efetivamente realizados.</p>			

5. Para utilização dos instrumentos de Adesão à Ata de Registro de Preços, temos adotado a cotação de pelo menos três pesquisas de mercado, utilizando-se de pelo menos três fornecedores distintos, considerando, quando da consulta, o detalhamento de especificações dos bens ou serviços.

6. Procuramos atuar em observância à legislação vigente, definindo a real necessidade do órgão, bem como o objeto a ser contratado, para a posteriori analisar as Atas de Registro de Preços vigentes na Administração Pública Federal.

Síntese dos resultados obtidos

Da análise da manifestação apresentada, foi considerada ATENDIDA a recomendação do Controle Interno, sem prejuízo de verificação posterior das evidências.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As instruções requeridas nos itens 1.1.1.1 e 1.1.1.2 já faziam parte das práticas administrativas desta Autarquia. As instruções requeridas no item 1.1.1.4 foram implementadas sem obstruções, caso em que prima-se pelas recomendações dos órgãos de controle e observa-se estritamente a legalidade. As instruções requeridas nos itens 1.1.1.6 e 1.1.1.7 são constantemente atentadas para uma instrução processual escoreta.

Quadro 136. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI – RA 201112041 – DDFEM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201112041	1.1.1.8	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
2	201112041	1.1.1.8	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
3	201112041	1.1.1.8	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
4	201112041	1.1.1.8	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus			100584
Descrição da Recomendação			
<p>1. Exija que os Instrumentos de Transferências, em conformidade com os preceitos do art. 55, IV, c/c o art. 116, § 1º, incisos II, III, IV, V e VI, da Lei 8.666/93, e da PRT MPOG- MF-CGU nº 507/2011, contenham a descrição objetiva e completa do objeto, com definições quantitativas e qualitativas das metas, bem como com cronograma físico realístico.</p> <p>2. Na avaliação da prestação de contas do Convênio SICONV nº 755.141, apure exatamente quantas foram as visitas teatralizadas e caso não constatada a realização de todas as 190 programadas, adotar medidas para ressarcimento ao Erário.</p> <p>3. Na avaliação da prestação de contas do Convênio SICONV nº 755.145, apure exatamente quais foram as vitrines confeccionadas e utilizadas nas exposições temporárias e de longa duração, objeto dos Convênios 755.145 e 752.851 e, caso constatada a utilização dos mesmos materiais nos dois eventos, ou outras irregulares, adote as medidas para ressarcimento ao Erário.</p> <p>4. Institua o concurso de projetos ou chamamento público quando pretender o desenvolvimento de atividades destinadas a fortalecer as ações de preservação e acesso aos museus, adotando critérios objetivos e que considere a capacidade operacional das concorrentes, nos termos previstos Portaria Interministerial 507/2011.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus – DDFEM			102633
Síntese da providência adotada			
<p>1. Após a recomendação de auditoria nº 201112041 – CGU, foram implementadas providências com o objetivo de aprimorar as análises técnicas e jurídicas das Transferências Voluntárias, entre elas: Revisão de Procedimentos com o estabelecimento das rotinas; Assessoramento para utilização da ferramenta SICONV, por e-mail institucional e telefone; Acompanhamento sistêmico dos convênios via SICONV. Este Instituto passou a exigir para a celebração dos convênios a descrição objetiva e completa do objeto, maior detalhamento das metas, com definições quantitativas e qualitativas; bem como cronograma físico exequível. No que tange a convênios, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência passaram a conter as exigências previstas no art. 55, IV, c/c art. 116, §1º, incisos II, III, IV, V e VI, da Lei 8.666/93, e da Portaria Interministerial 507/2011.</p> <p>2. Foi realizada vistoria in loco por técnicos do Ibram em 09 de outubro de 2012, tendo sido prestadas orientações ao conveniente, bem como, encaminhada diligência com o intuito de averiguar a regular execução do convênio. Consta do Relatório de Cumprimento do Objeto emitido pelo fiscal do Convênio que: os objetivos do projeto foram alcançados, tendo sido realizadas as 190 visitas teatralizadas, atingindo um público total de 4.647 participantes, sendo 4.316</p>			

estudantes, 331 professores, diretores e acompanhantes.
3. Foi realizada visita <i>in loco</i> , tendo sido emitido Relatório de Acompanhamento que constatou que o Convenente cumpriu o objeto conforme previsto no Plano de Trabalho.
Conforme análise preliminar das notas fiscais encaminhadas pelo Convenente via SICONV, apesar dos objetos adquiridos/confeccionados serem semelhantes, os materiais utilizados nos dois eventos em referência não são os mesmos.
4. Os concursos públicos realizados pelo Ibram para a seleção de projetos com o objetivo de repassar recursos por meio de Transferências Voluntárias para o fomento e financiamento do setor têm suas minutas de Edital de Chamamento Público analisadas preliminarmente pela Procuradoria Federal junto ao Ibram – PROFER. Ademais, foram instituídos critérios objetivos com pontuação a serem atribuídos por Comissão de Seleção.
Síntese dos resultados obtidos
1. A partir da implementação das melhorias nas rotinas e procedimentos para análises técnicas e jurídicas citadas acima, foi possível padronizar e rotinizar as atividades referentes às Transferências Voluntárias, o que resultou na melhoria dos procedimentos, com impacto na qualidade e celeridade do rito processual.
2 e 3. As dúvidas existentes quanto à situação do cumprimento do objeto foram sanadas e o convênio encaminhado à prestação de contas.
4. Com a implementação de critérios objetivos e com pontuação a ser atribuída por Comissão de Seleção foram alcançados:
- Maior facilidade no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão de Seleção;
- Maior facilidade nos trabalhos de análise e resposta aos recursos recebidos para cada Certame;
- Foi possível padronizar e rotinizar as atividades de recebimento e das análises das propostas; e
- Maior transparência dada ao processo licitatório de concurso público.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
As orientações da Auditoria têm balizado a melhoria dos processos, ao estabelecer parâmetros mais objetivos nas análises das propostas. Como fatores negativos, há a evasão de servidores envolvidos com a análise, aprovação e acompanhamento de convênios; complexidade da qual o assunto se reveste; e as vastas e constantes alterações da legislação vigente, que inclusive, requerem a necessidade contínua de capacitação para o desenvolvimento dos trabalhos.

Quadro 137. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI – RA 201305626 – DPGI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305626	1.1.1.1	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
2	201305626	1.1.1.2	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
3	201305626	1.1.1.4	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
4	201305626	1.1.1.5	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
5	201305626	1.1.1.9	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
6	201305626	1.1.1.10	Ofício nº 370/2013-GAB/IBRAM, de 24/07/2013
Órgão/Entidade objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus			100584
Descrição da Recomendação			
1. Em razão do Relatório de Gestão do Ibram ter sido encaminhado ao TCU sem a completude das informações, que a Unidade proceda ao encaminhamento ao Tribunal do Relatório de Gestão atualizado, no que se refere à instância ou área de correição com relato sucinto dos fatos apurados, conforme item 6 do Anexo III, DN TCU 124/2012, bem como os quadros 73, 74, 190, 193, 194, 198, 200, 202, 208, 209 e 210.			
2. Inexistência de Comitê de Tecnologia da Informação – TI no Ibram. Em consonância com os Acórdãos nº 1.603/2008 e 2.308/2010 do TCU Plenário, promover ações voltadas para a implantação do comitê diretivo de TI, com vistas a propiciar a alocação dos recursos públicos conforme as necessidades e prioridades da organização.			
3. Adotar as providências no sentido de nomear Gestor de Segurança da Informação, conforme orienta o art. 5º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 1/2008, do GSI/PR, e designar os membros do CISC.			
4. Reavaliar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, com vistas a agregar informações relativas ao atual ambiente de Tecnologia da Informação do Ibram, relatando os recursos de <i>hardware</i> , <i>software</i> , humanos e financeiros disponíveis quando do início da elaboração do PDTI e os fatores críticos de sucesso e benefícios esperados para as ações essenciais para que o Ibram alcance seus objetivos.			

5. Realizar a atualização das avaliações dos imóveis, elaborando, para tanto, planejamento, com cronogramas e metas, para o cumprimento de tal atividade.	
6. Realizar a atualização dos registros dos imóveis locados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI	102607
Síntese da providência adotada	
1 e 6. Regularização informada à CGU em 27 de julho de 2013, conforme Ofício nº 370/2013-GAB/IBRAM, de 24 de julho 2013.	
2; 3 e 4. Regularização da informação junto à CGU, através da Portaria 198 de 06 de junho de 2013, contendo as medidas de saneamento da recomendação em comento.	
5. Regularização afirmada à CGU via informação eletrônica de 26 de agosto de 2013.	
Síntese dos resultados obtidos	
Conforme teor do Ofício nº 370 e posicionamento da Secretaria Federal de Controle Interno, foram tomadas as devidas medidas saneadoras com o respectivo atendimento da recomendação em comento, sem prejuízo de verificação posterior das evidências.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
As orientações da Auditoria vieram ao encontro da necessidade de adequação das informações do Relatório de Gestão 2012. Caso a CGU não tivesse detectado os equívocos, o documento não teria sido retificado no TCU e na página institucional do Ibram. Como fatores negativos, há:	
<ul style="list-style-type: none"> - Saída de servidores responsáveis por grande parte das providências que estavam sendo adotadas. - Alta taxa de evasão. - Diversos contratos administrativos de serviços indispensáveis ao órgão que precisam ser novamente licitados e com prazo de vigência curto. - Falta de recursos humanos suficientes para lidar com toda a demanda de TI como administração e fiscalização de contratos, licitação e planejamento de novas contratações, gestão de TI e executar ações de resposta ao OCI. 	

9.2.2. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 138. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201112041 – DPGI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM			100584
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201112041	1.1.1.2	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
2	201112041	1.1.1.2	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
3	201112041	1.1.1.3	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
4	201112041	1.1.1.5	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
5	201112041	2.1.1.1	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
6	201112041	2.1.1.2	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM			100584
Descrição da Recomendação			
1. Identificar o dano, pelos valores pagos a maior em relação aos serviços de limpeza e conservação e os serviços de jardinagem, identificar os responsáveis e adotar medidas para ressarcimento ao Erário			
2. Apurar os fatos e as responsabilidades pela inclusão do serviço de jardinagem em contratação de dispensa emergencial, sem que tenha havido caracterização da situação emergencial para tal serviço, razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço.			
3. Em atenção ao §2º, do Art. 25, da Lei 8.666/93, adotar as medidas para ressarcimento ao Erário do valor pago a maior devido à diferença entre a área interna objeto do serviço prevista no Projeto Básico e aquela que constou do contrato de prestação de serviço.			
4. Apurar se houve prejuízo ou dano ao Erário devido ao modelo estabelecido para os valores propostos e praticados pela contratada com a composição de materiais, equipamentos ou ferramentas para a prestação de serviços de limpeza e			

de jardinagem, indicando os responsáveis e, se for o caso, adotando medidas de ressarcimento.

5. Quantificar os valores pagos a maior em relação à contratação de postos de trabalho para a execução do serviço de limpeza e conservação acima da produtividade permitida, bem como identificar os responsáveis e adotar medidas para ressarcimento ao Erário, assim como de regularização da situação doravante.

6. Que a renovação do contrato seja precedida de ampla pesquisa de preços de mercado, a partir de estudo da real demanda por espaço para o desenvolvimento das atividades institucionais do Instituto, considerando as práticas de mercado para alugueis de áreas de garagem e as efetivamente utilizadas, desde que garantido o princípio da proposta mais vantajosa para a Administração e o custo de nova mobilização.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI	102607
Justificativa para o seu não cumprimento	
<p>O Ibram já tomou providências para o atendimento da recomendação, porém ainda não recebeu o resultado da atualização do PPP (Plano de Providências Permanentes).</p> <p>Foi encaminhado o Ofício nº 683/2013-GAB/IBRAM, de 18/11/2013 e o Ofício nº 648/2013-GAB/IBRAM, de 30/10/2013. Além disso, foi reencaminhada à CGU cópia do Ofício nº 331/2013 – GAB/IBRAM, com a Nota Técnica nº 07/2013/DPGI/IBRAM, elaborada pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna, na pessoa do Sr. Rui Alberto Pereira Rodrigues, com a análise pormenorizada do assunto em questão, concluindo pela conformidade da contratação e pela inexistência de danos ao Erário, em face de o referido documento ter sido encaminhado à CGU após a elaboração do Plano de Providências Permanente.</p>	

Quadro 139. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201112041 – DDFEM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201112041	2.1.1.3	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Descrição da Recomendação			
<p>Ante o exposto, recomenda-se ao IBRAM que aprimore as análises técnicas e jurídicas, nos termos do previsto da Portaria Interministerial nº 507/2011, especialmente em relação à completude do Plano de Trabalho, à análise de custos, às condições técnicas/operacional do Conveniente e às despesas vedadas pelas leis e normativos que regem a celebração de convênios.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM			102633
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p><u>Análise do Controle Interno:</u> Apesar dos esclarecimentos apresentados, considera-se a situação não resolvida ou aprimorada, tendo em vista que na avaliação de transferências voluntárias, no âmbito da Avaliação Anual de Contas da Unidade, constatou-se deficiências na análise técnica de convênios, em especial quanto à aprovação de planos de trabalho não detalhados.</p> <p><u>Resposta encaminhada pelo Ibram:</u> Considerando as orientações emanadas dessa Controladoria Geral da União – CGU, no que tange às Transferências Voluntárias, este Ibram vem desenvolvendo atividades e o aperfeiçoamento de rotinas com vistas ao aprimoramento contínuo dos processos, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de Atividades de Capacitação: Acompanhamento e Fiscalização de Processos; Atualização de Legislação e de uso das Ferramentas do Sistema SICONV; Institucionalização de Grupo de Estudo com reuniões semanais visando discussão e troca de informações acerca dos procedimentos, Legislação e Uso da Ferramenta do SICONV; - Documentos: Elaboração e atualização de Documentos, Modelos e Formulários que compõem o processo de conveniamento; Elaboração de manual de procedimentos de Convênios em fase de elaboração; - Rotinas e Procedimentos: Acompanhamento sistêmico do Portal SICONV no que diz respeito aos convênios firmados. <p>Na fase de Admissibilidade das propostas tem se desenvolvido análise mais acurada dos Planos de Trabalhos com o intuito de interpor maior zelo na condução dos processos.</p>			

Cabe observar que esse conjunto de ações constitui estratégia com vistas à melhoria dos procedimentos de análise, aprovação e acompanhamento das transferências voluntárias de recursos, cujos resultados positivos poderão ser observados a médio e longo prazo.

Ademais, as recomendações emanadas desta Controladoria Geral da União - CGU vêm contribuindo sobremaneira para a melhoria das atividades atinentes às Transferências Voluntárias neste Instituto.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- Fatores Positivos: As orientações da Auditoria vieram ao encontro da necessidade identificada pela Unidade quanto ao estabelecimento de rotinas e padronização dos procedimentos com vista a facilitar o desenvolvimento dos trabalhos e garantir a qualidade das transferências voluntárias.

- Fatores Negativos: evasão de servidores envolvidos com a análise, aprovação e acompanhamento de convênios; a complexidade da qual o assunto se reveste, considerando a vasta e constante alteração da legislação vigente; as especificidades da ferramenta disponibilizada pelo MPOG: Portal SICONV, que requer a necessidade contínua de capacitação para o desenvolvimento dos trabalhos.

Quadro 140. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201305626 – DDFEM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Recomendações do OCI (CGU E AUDIN)			
Recomendações Expedidas pelo OCI (CGU E AUDIN)			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305626	1.1.1.2	Ofício nº 31.715/2013/DRCU T/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Descrição da Recomendação			
Reavaliar os Planos de trabalho referentes aos convênios 774321/2012, 774224/2012, 771437/2012 e 773889/2012, no sentido de verificar se os custos propostos estão de acordo com os preços de mercado, a partir da descrição qualitativa dos elementos de despesa que permita uma avaliação comparativa, diligenciando a conveniente, se for necessário, para apresentação de informações e, se for o caso, adotar as devidas glosas.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Fomento, Financiamento e Economia de Museus – DDFEM			102633
Justificativa para o seu não cumprimento			
O Ibram encaminhou Ofício nº 627/2013/PRES/IBRAM em 25/10/2013 à CGU, informando a situação dos convênios 774321/2012, 774224/2012, 771437/2012 e 773889/2012, conforme segue:			
- Convênio 774321/2012: O conveniente foi diligenciado em 23/05/2013 com vistas a apresentar explicações/justificativas referentes ao detalhamento dos itens apontados pela Auditoria. A diligência foi respondida em 03/06/2013, tendo sido as justificativas analisadas e acatadas no âmbito deste Ibram, conforme consta do Sistema SICONV.			
- Convênio 774224/2012: O conveniente foi diligenciado em 23/05, 09/07 e 19/08/2013 com vistas a apresentar explicações/justificativas referentes ao detalhamento dos itens apontados pela Auditoria. As diligências foram respondidas em 12/06, 04/09 e 09/09/2013, respectivamente, tendo sido as justificativas analisadas e acatadas no âmbito deste Ibram, conforme consta no SICONV.			
- Convênio 771437/2012: O conveniente foi diligenciado em 23/05/2013, com vistas a apresentar explicações/justificativas referentes ao detalhamento dos itens apontados pela Auditoria. A referida diligência foi ratificada em 15/10/2013, e estabelecido prazo de resposta até 18/10/2013. Em 31/12/2013 o Termo de Convênio foi rescindido unilateralmente por este Ibram, tendo em vista o descumprimento de cláusula de contrapartida por parte do conveniente.			
- Convênio 773889/2012: O conveniente foi diligenciado em 23/05/2013, 04/06/2013 e 10/07/2013 a apresentar explicações/justificativas referentes ao detalhamento dos itens apontados pela Auditoria. As diligências foram respondidas em 01/06, 05/06, 23/07/2013 respectivamente. Em 31/12/2013, os itens apontados pela auditoria no processo ainda se encontravam em análise neste Ibram. Situação em 31/12/2013: Aguardando o acatamento pelo Órgão de Controle das providências acima informadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
- Fatores Positivos: As orientações da Auditoria têm sido balizadoras para a melhoria dos processos, uma vez que foram implementadas providências por este Ibram com o objetivo de aprimorar as análises técnicas e jurídicas das Transferências Voluntárias. Passou-se a exigir para a celebração dos convênios a descrição objetiva e completa do objeto, maior detalhamento das metas, com definições quantitativas e qualificativas; apresentação de orçamentos e			

Pesquisa de Preços, bem como cronograma físico exequível. Além disso, tem-se a Revisão de Procedimentos com o estabelecimento das rotinas e o acompanhamento sistêmico dos convênios via Portal SICONV.

- Fatores Negativos: Complexidade da qual o assunto se reveste; vasta legislação vigente, bem como suas constantes alterações; evasão de servidores envolvidos com a execução e acompanhamento dos Convênios; e falta de capacitação dos convenientes na operacionalização do SICONV.

Quadro 141. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO – RA 201305626 – DPGI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram			100584
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305626	1.1.1.3	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
2	201305626	1.1.1.6	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
3	201305626	1.1.1.7	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
4	201305626	1.1.1.8	Ofício nº 31.715/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM			100584
Descrição da Recomendação			
<p>1. Ausência de formalização da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC do IBRAM. Em consonância com os Acórdãos nº 1.603/2008 e 2.308/2010 do TCU Plenário, promover ações voltadas para a implantação do comitê diretivo de TI, com vistas a propiciar a alocação dos recursos públicos conforme as necessidades e prioridades da organização.</p> <p>2. Promover ações de constituição de metodologia de desenvolvimento de sistemas de TI no órgão, no sentido de procurar garantir que as várias etapas típicas do desenvolvimento (levantamento, projeto, programação, teste e homologação) sejam executadas de forma sistemática e documentadas.</p> <p>3. Em consonância com a Instrução Normativa SLTI/MPOG 2012, adotar medidas para que o Contrato nº 38/2012 não permita a remuneração do fornecedor por meio de métrica de homens-hora, salvo nos casos permitidos pela referida norma.</p> <p>4. Adotar as medidas necessárias, com posicionamento e orientação prévia da área jurídica do órgão, para adequar o Contrato nº 38/2012, a Instrução Normativa nº 04/2010-SLTI/MPOG, que estabelece, no art. 7º, a vedação de se prever em edital a remuneração dos funcionários da contratada.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI			102607
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>As recomendações enviadas pelo OCI chegaram à Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF) em Julho/2013. Em agosto de 2013, houve troca de chefia na Coordenação. Desde então, a Coordenação esteve envolvida com a renovação de vários contratos.</p> <p>Resultados e situação atual:</p> <p>1. Criação da norma de uso de telefonia fixa e móvel no âmbito do IBRAM. Esta norma é parte dos procedimentos a serem incluídos no POSIC e conseqüentemente andamento das providências ao item 1.1.1.3.</p> <p>2. Documento e fluxo de trabalho da metodologia de desenvolvimento de sistemas foram criados. Ainda não foram aplicados na prática devido à CTINF não ter equipe interna de desenvolvimento de sistemas nem contrato de serviços desta natureza.</p> <p>3. Aberto processo para contratação de serviços de suporte técnico e substituição do Contrato nº 38/2012.</p> <p>4. Aberto processo para contratação de serviços de suporte técnico e substituição do Contrato nº 38/2012.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Fatores negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saída de servidores responsáveis por grande parte das providências que estavam sendo adotadas. - Diversos contratos administrativos de serviços indispensáveis ao Instituto que precisam ser novamente licitados e com prazo de vigência curto. - Falta de recursos humanos suficientes para lidar com toda a demanda de TI como administração e fiscalização de contratos, licitação e planejamento de novas contratações e ainda para realizar a gestão de TI e executar ações de resposta ao OCI. 			

9.3. Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna - Audin do Ibram tem como missão fortalecer a gestão e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, colaborando com as ações preventivas de controle das unidades da autarquia, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, além de contribuir para eliminar eventual utilização indevida ou antieconômica de recursos públicos.

A Audin é um órgão seccional, subordinada sua estrutura está apresentada neste relatório no tópico referente à Identificação e Atribuições das Unidades, no item 1.3 do Organograma Funcional.

Para atender à estrutura do Ibram, distribuída entre nove Unidades Federativas da União, a Auditoria Interna é composta de uma Auditora Chefe, um Assistente, nomeado em DAS 102.2, e dois servidores efetivos, sendo um de nível superior e outro de nível médio.

Vale lembrar a existência do processo de reestruturação do Ibram, que propõe a criação de uma nova estrutura de cargos para a Audin com o objetivo de promover o fortalecimento e destaque das políticas de gestão de riscos relacionadas à auditoria interna.

Dentre os trabalhos de maior relevância desenvolvidos pela Audin, foram realizadas auditorias de campo tendo por escopo a verificação dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços, da gestão patrimonial e do almoxarifado nas seguintes unidades museológicas:

- ♦ Museu da República (Rio de Janeiro/RJ)
- ♦ Museu Villa-Lobos (Rio de Janeiro/RJ)
- ♦ Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya – Museu do Açude e Museu Chácara do Céu (Rio de Janeiro/RJ)

Quadro 142. RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS E JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO IBRAM

Relatório de Auditoria	Quantidade de inconformidades identificadas	Justificativas acatadas	Justificativas parcialmente ou não acatadas
01/2013 – Análise de processo de remoção de servidora do Ibram	(*)	-	-
02/2013 – Museu da República	20	19	01
03/2013 – Análise do Termo de Cooperação firmado entre o Ibram e a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	04	04	-
04/2013 – Museu Villa-Lobos	31	14	17
05/2013 – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	31	-	-
06/2013 – Análise do processo 01415.009640/2011-37 (Contratação de Serviços Técnicos de Service Desk)	(*)	-	-
07/2013 – Análise do processo 01450.001103/2010-31 (Contratação de serviços de gestão de impressão)	(*)	-	-
TOTAL	86	19	05

Observações:

♦ (*) Relatórios de Auditoria nº 01, nº 06 e nº 07/2013: Não foram identificadas inconformidades que exigissem justificativa das unidades ou departamentos auditados. Os processos analisados encontravam-se de acordo com os requisitos exigidos pela legislação pertinente aos assuntos.

♦ Relatório de Auditoria nº 05/2013: As justificativas apresentadas pela unidade auditada em decorrência do Plano de Providências referente ao Relatório de Auditoria nº 05/2013 encontram-se na fase de análise por parte da unidade de auditoria.

♦ Cabe ressaltar que a redução no número de auditorias de campo realizadas em 2013 com relação ao exercício de 2012 se deu em razão da grande demanda de trabalho exigida pela Auditoria de Avaliação da Gestão realizada pela Controladoria-Geral da União no Ibram para compor o Processo de Contas Anual do Exercício de 2012, onde a auditoria interna teve uma ativa participação no acompanhamento e nas orientações de 30 Solicitações de Auditoria da CGU, bem como no atendimento ao Plano de Providências Permanente com os apontamentos daquela Controladoria.

Fonte: AUDIN

No Ibram Sede, foram realizadas as seguintes auditorias:

- ♦ Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP/DPGI: Processo de remoção de servidora do Instituto Brasileiro de Museus.
- ♦ Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações – CRL/DPGI e Coordenação de Tecnologia da Informação – CTINF/DPGI: Processos de contratações de serviços técnicos de uma central de serviços (service desk) e de gestão de impressão.
- ♦ Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM/Ibram: Processos de formalização de termo de cooperação entre o Ibram e a Universidade Federal de Santa Catarina, destinado à modernização do Museu Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Dentre as rotinas de acompanhamento e ações desenvolvidas visando a implementação das recomendações, destacamos as seguintes:

- ♦ Análise de processos de suprimento de bens e serviços (Unidades Museológicas e Ibram sede);
- ♦ Verificação da gestão patrimonial e de almoxarifado;
- ♦ Acompanhamento de toda legislação pertinente às análises, delegação de competências, provenientes dos órgãos centrais, de controle e órgão supervisor;
- ♦ Acompanhamento mensal dos limites estabelecidos para despesas com Diárias e Passagens e acompanhamento da Conformidade do Registro de Gestão;
- ♦ Emissão de expedientes por meio físico e eletrônico com orientações, legislações importantes e outras informações destinadas aos Diretores e Coordenadores dos diversos Departamentos do Ibram e das suas unidades museológicas;
- ♦ Elaboração de Plano de Providências às áreas internas do Ibram e aos Museus, que espelha as inconformidades identificadas nos Relatórios de Auditorias, registrando a situação das recomendações acatadas e não acatadas;
- ♦ Participação em reuniões mensais e extraordinárias com o corpo diretivo do Ibram, bem como em reuniões com Diretores de Museus ou com outros Departamentos, quando solicitada a presença da Audin;
- ♦ Apoio aos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de controle (CGU/TCU) junto ao Ibram e acompanhamento do atendimento às solicitações daqueles órgãos;
- ♦ Acompanhamento diário de todas as publicações no Diário Oficial da União que tenham matérias de interesse do Ibram e posterior comunicação às áreas interessadas a fim de colaboração para mantê-las atualizadas;
- ♦ Elaboração de relatório semestral das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna do Ibram e encaminhamento à CGU;
- ♦ Participação efetiva de servidor na implantação da Lei de Acesso à Informação bem como a atualização das informações no site do Ibram;
- ♦ Participação efetiva de servidor nos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação de Acervos e Memória/CGSIM/Ibram que tiveram como objetivo identificar melhorias para o sistema SGI;
- ♦ Participação efetiva de servidor na elaboração do Questionário de Pesquisa do Cadastro Nacional de Museus, que teve como objetivo contribuir com o instrumento de pesquisa a ser utilizado pelo Núcleo do referido Cadastro;
- ♦ Participação efetiva de servidor em Grupo de Trabalho referente à implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Ibram, com a finalidade de avaliar a opinião dos servidores quanto aos aspectos que podem melhorar a sua qualidade de vida no trabalho e estudar a implantação de medidas saneadoras junto à alta administração;
- ♦ Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, em atendimento à Instrução Normativa CGU nº 07/2006; e
- ♦ Acompanhamento da execução orçamentária do Ibram.

O monitoramento dos resultados obtidos para as recomendações dos trabalhos realizados pela auditoria interna em 2013 foi realizado manualmente, por meio de planilhas Excel, em um

instrumento intitulado Follow-up.

Os relatórios de auditoria com os achados e as recomendações são encaminhados à Presidência, em duas vias, para ciência, aprovação e posterior encaminhamento de uma das vias à área auditada para justificativas e manifestações e a devolução da outra via à Audin após cientificação da Presidência e posterior arquivamento na unidade de auditoria interna.

Em participação em reunião de Diretoria Colegiada e por meio de Memorando e de Notas de Auditoria são feitas as comunicações à alta gerência sobre os riscos considerados elevados ao decidir não implementar as recomendações da Audin.

9.4. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

Quadro 143. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	33		
	Entregaram a DBR	33		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DAP/CGP/DPGI

A unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR é a Divisão de Administração de Pessoas (DAP/CGP/DPGI). Tanto as DBR quanto os formulários de autorização de acesso às informações é realizada em papel. Considerando que o assentamento dos servidores é muito manuseado por necessidade de serviço, a DAP mantém uma caixa Box contendo todas as declarações e ou formulários, por exercício, lacrada e arquivada no arquivo rolante dentro da CGP. A CGP está estudando novos procedimentos de guarda das informações no exercício de 2014.

Em 2013, não ocorreu nenhuma análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, mas já esta programada a análise para o exercício de 2014.

9.5. Inserção de informações no SIASG e no SICONV

A atualização dos dados no SIASG é realizada pela Divisão de Contratos/CRL/DPGI, enquanto os dados no SICONV são atualizados pela Divisão de Convênios/CFF/DDFEM.

As declarações dos responsáveis pelas referidas áreas podem ser consultadas na parte de Anexos ao final deste Relatório:

- ♦ ANEXO C – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG;
- ♦ ANEXO D – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SICONV.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao Ibram

♦ Fale Conosco

O Fale Conosco é um canal direto do Ibram com seu público, através do email faleconosco@museus.gov.br. As mensagens são recebidas pela Assessoria de Comunicação do Ibram (ASCOM), que repassa as demandas às respectivas áreas responsáveis para então responder ao cidadão.

Em 2013, o Ibram recebeu 1.787 demandas pelo canal Fale Conosco, conforme figuras abaixo.

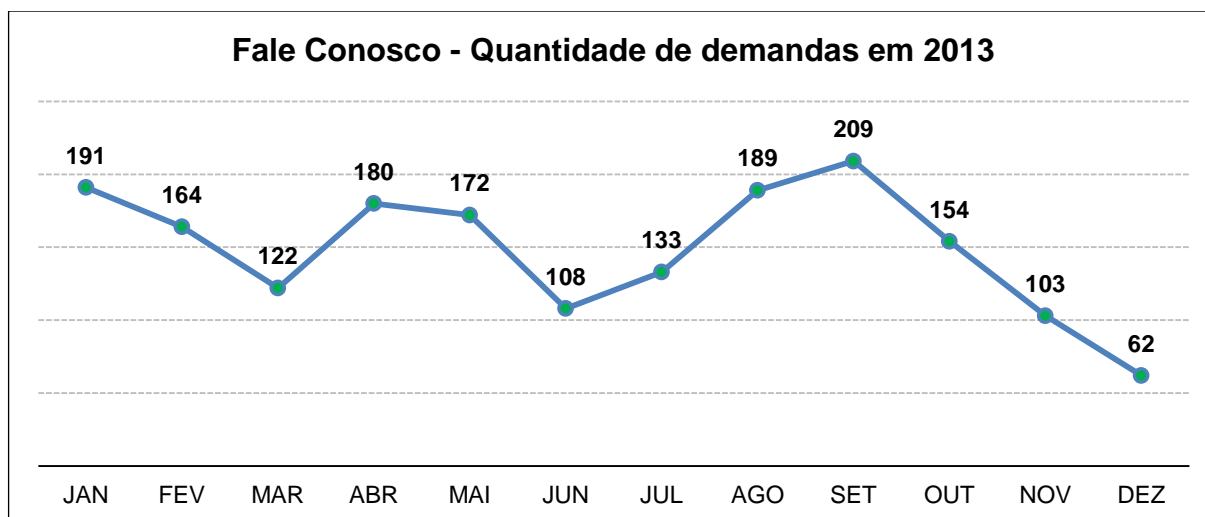


Figura 22. Quantidade de demandas recebidas em 2013 pelo Fale Conosco do Ibram (Fonte: ASCOM)

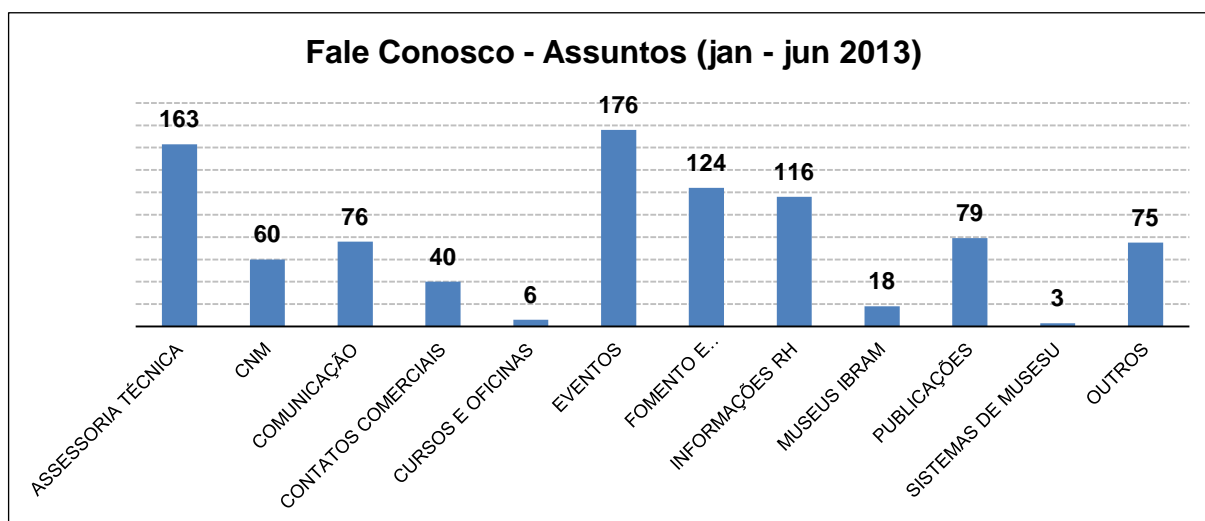


Figura 23. Assuntos das demandas recebidas em 2013 pelo Fale Conosco do Ibram (Fonte: ASCOM)

♦ Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações do Ibram. O protocolo é registrado diretamente na Ouvidoria do MinC, que encaminha a demanda ao Ibram, para tratamento e resposta conforme os prazos estabelecidos no artigo 57 da Portaria nº 40 - Regimento Interno do Ministério da Cultura:

- I - até três dias úteis para resposta a solicitações diversas;
- II - até cinco dias úteis para resposta à reclamação;
- III - até trinta dias úteis para manifestação sobre apuração de denúncia.

O serviço de Ouvidoria passou a ser tabulado a partir do mês de maio de 2013, tendo recebido 22 demandas desde então, com prazo médio de resposta de 3 (três) dias corridos.

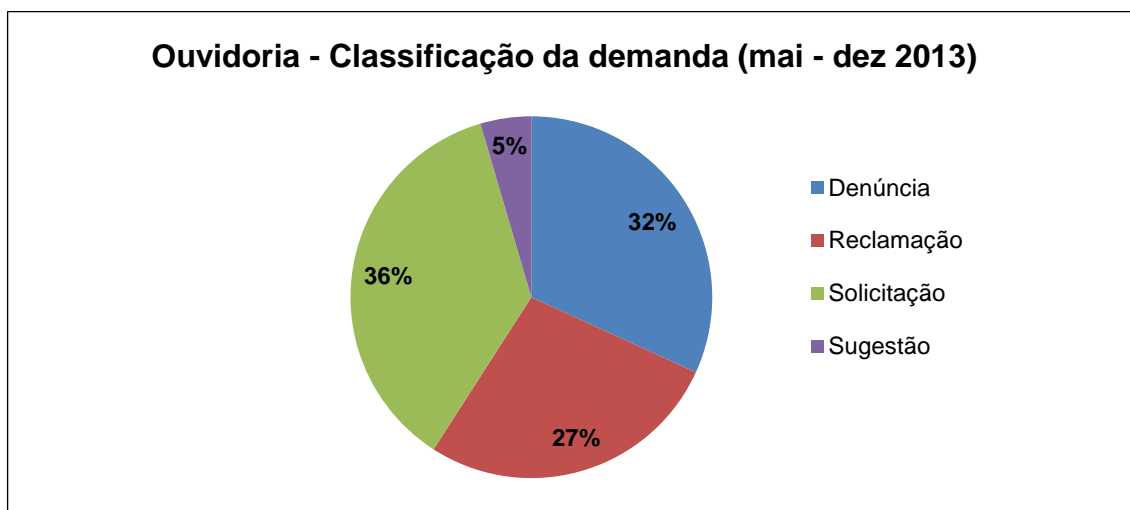


Figura 24. Classificação da demanda recebida em 2013 pela Ouvidoria (Fonte: ASCOM)

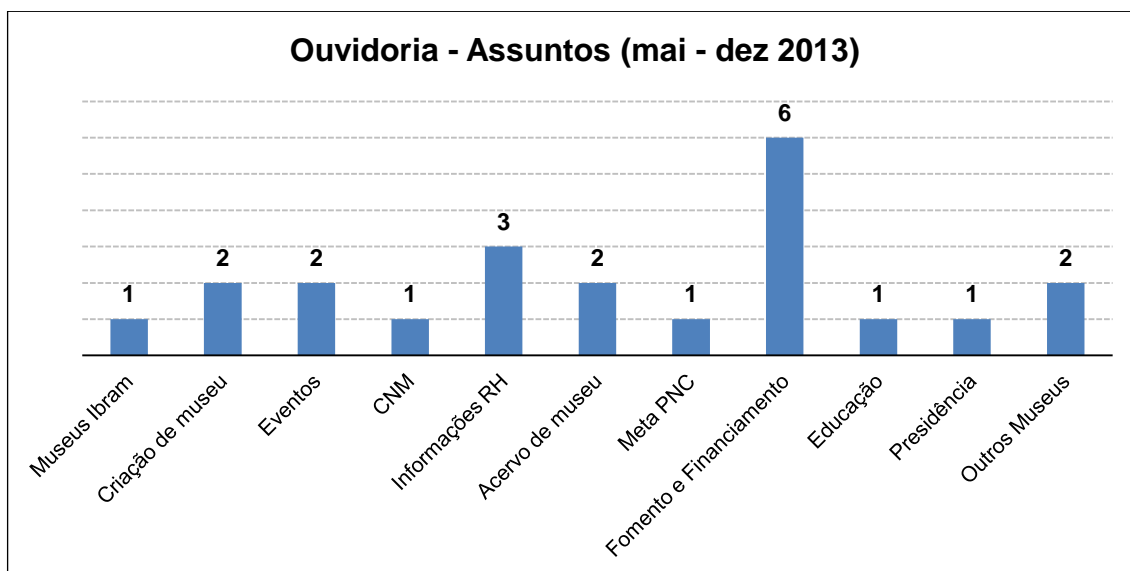


Figura 25. Assuntos das demandas recebidas em 2013 pela Ouvidoria (Fonte: ASCOM)

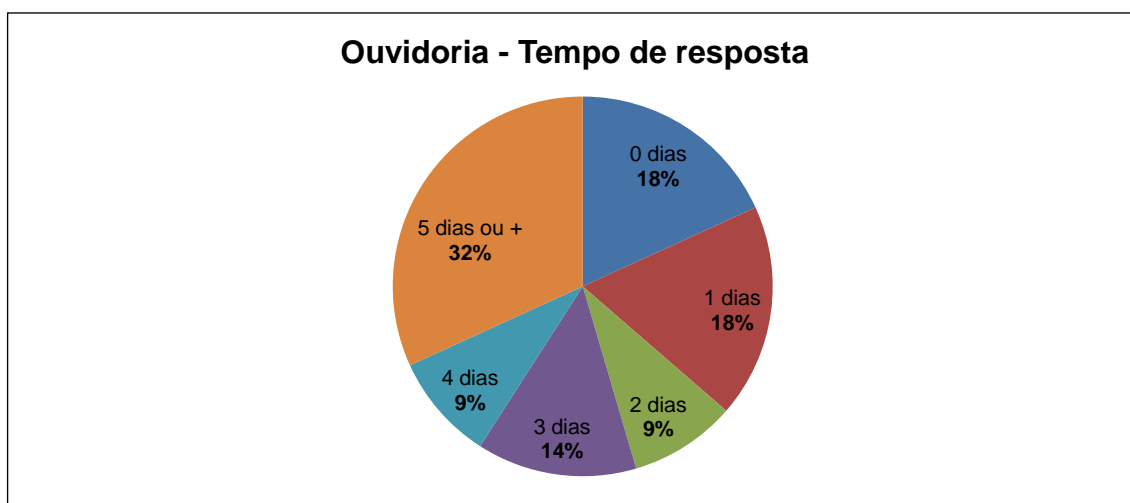


Figura 26. Tempo de resposta do Ibram às demandas recebidas em 2013 pela Ouvidoria (Fonte: ASCOM)

♦ **Lei de Acesso à Informação**

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, o usuário poderá receber a resposta da solicitação por e-mail, entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, conforme o art. 11 da Lei nº 12.527, que regula o acesso a informações.

O serviço de e-SIC passou a ser tabulado a partir do mês de maio de 2013, tendo recebido 33 solicitações desde então, com prazo médio de resposta de 4 (quatro) dias corridos.

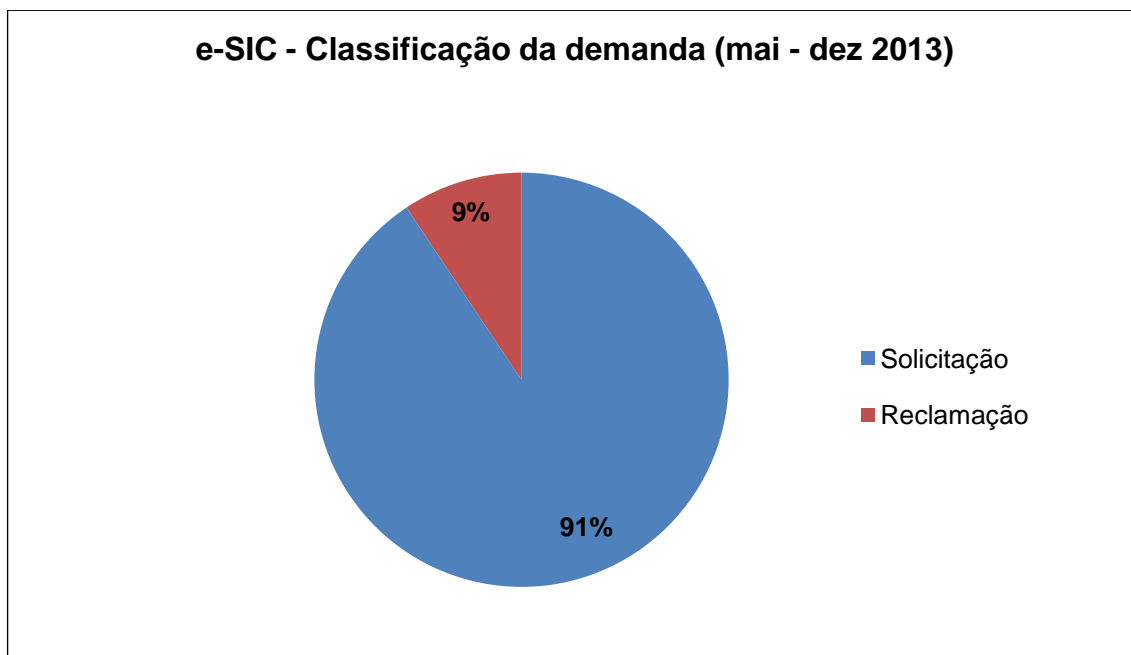


Figura 27. Classificação da demanda recebida em 2013 pelo e-SIC (Fonte: ASCOM)

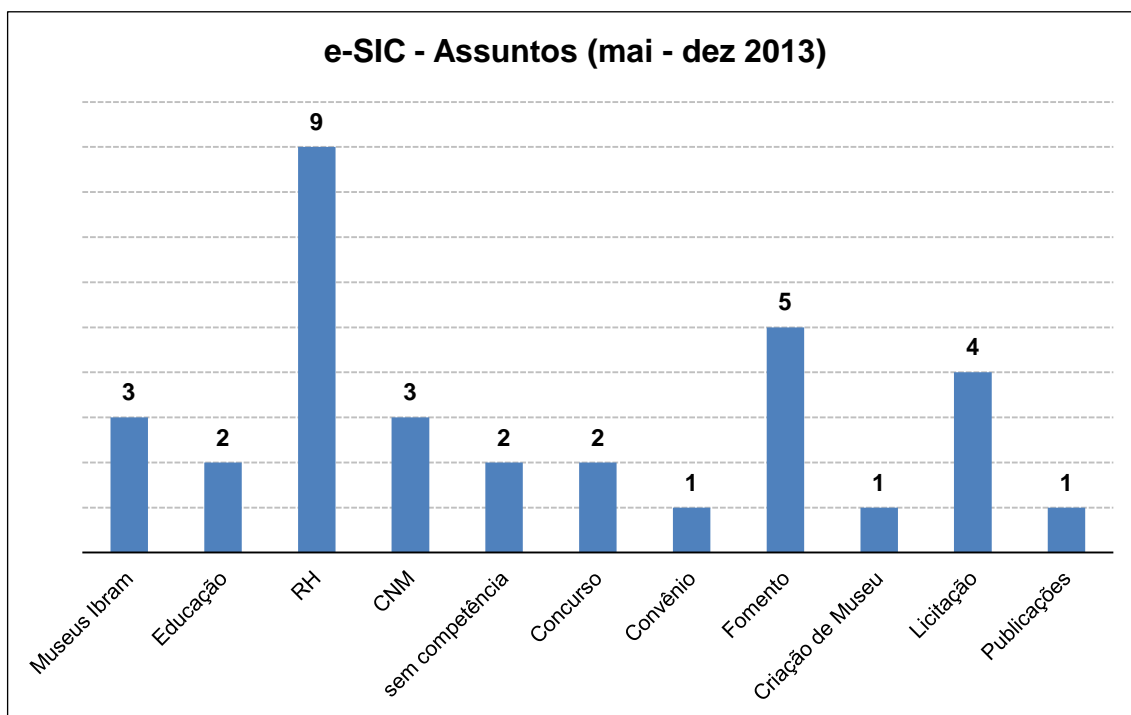


Figura 28. Assuntos das demandas recebidas em 2013 pelo e-SIC (Fonte: ASCOM)

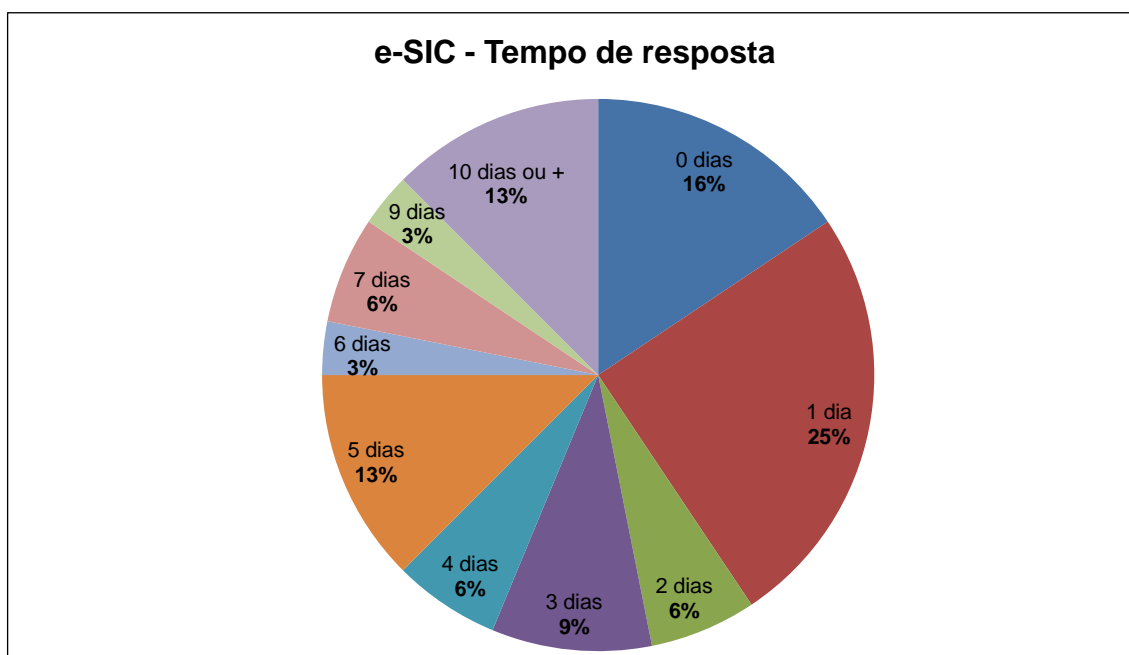


Figura 29. Tempo de resposta do Ibram às demandas recebidas em 2013 pelo e-SIC (Fonte: ASCOM)

Os canais de comunicação com o Ibram (Fale Conosco, Ouvidoria e SIC) exigem comprometimento de todos os servidores – deve haver respaldo interno da organização em apoio à ASCOM, responsável por atender às demandas externas. Se os fluxos internos e as relações não forem facilitados, pouco se pode contribuir para alimentação desses canais, comprometendo assim a imagem institucional do Ibram. Alguns museus possuem canais próprios de atendimento ao cidadão, como fale conosco e caixas de sugestões.

O Ibram não realizou pesquisa de opinião referente aos canais de atendimento ao cidadão nem tem mecanismos específicos para mensurar a satisfação de usuários e clientes dos produtos e serviços do Instituto.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O Ibram não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização do ativo imobilizado. Isso se deve, em parte, à Lei nº 11.906/2009, que cria o Instituto, não ter transferido expressamente a propriedade os bens móveis e imóveis do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan para o Ibram. Assim, para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Nessa situação encontram-se os bens móveis e imóveis de todas as unidades gestoras do Ibram (UGs executoras e UGs de controle).

Além disso, para se aplicar o procedimento de depreciação, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (*fair value*) ou valor de mercado, através dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras, em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como devido à grande rotatividade de servidores e à ausência de um sistema de patrimônio ou outro sistema informatizado que viabilize a verificação dos inúmeros itens do imobilizado e permita os registros, os controles patrimoniais e o cálculo da depreciação.

Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, o cálculo da depreciação, e as taxas a serem utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no manual SIAFI visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.

Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/1964. No patrimônio da Entidade não há registro de créditos e dívidas, investimentos e diferido para mensuração.

No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que o Ibram possui ativos transferidos de outra Entidade (Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que, para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado. Já os ativos adquiridos a partir de 2010 estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

11.2. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

11.2.1. Declaração com Ressalva

Quadro 144. DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Brasileiro de Museus		423001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante aos seguintes itens:</p> <p>a) Valores da Depreciação/amortização do ativo imobilizado/intangível – falta/evolução da depreciação do ativo imobilizado/intangível;</p> <p>b) Reavaliação/Redução ao valor recuperável dos itens do ativo permanente;</p> <p>c) Demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico por não estarem disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	20/02/2014
Contador Responsável	Cláudia Maria Chaves	CRC nº	DF-021098/O-7

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Dentre os principais acontecimentos e oportunidades no ano de 2013, há de se destacar a realização da 23ª Conferência Internacional do Comitê Internacional de Museus – ICOM, no Rio de Janeiro – RJ, que reposicionou a América Latina no debate internacional do campo museal, tendo o Ibram como protagonista desse movimento.

Houve ainda a realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura – CNC, cujo objetivo foi revisar o Plano Nacional de Cultura – PNC (Lei nº 12.343/2010), tendo sido aprovadas 64 propostas, sendo que 23 delas (36%) contribuem para o fortalecimento do setor museal.

Referente à gestão interna, a CGP realizou Inventário para conhecer a percepção global dos trabalhadores sobre a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), a fim de assegurar a valorização do quadro de pessoal, ação prevista no Mapa Estratégico do Ibram para a área de Pessoas. As respostas dos servidores e colaboradores ao questionário aplicado forneceram subsídios fundamentais para a concepção de uma Política de QVT e um Programa de QVT com base nas expectativas e necessidades apontadas.

O Ibram possui 19 unidades museológicas cuja execução é centralizada na Sede, distribuídas em nove estados brasileiros, com maior concentração na região sudeste. A sede conta com somente um (1) servidor apto a realizar os pregões e com outros três (3) para fazer a gestão e controle de uma média de 90 contratos. Há ainda uma grande dificuldade em ter fornecedores habilitados a contratar com o Governo Federal, bem como de se manter o prazo de validade das propostas. Assim, houve a descentralização de atividades de licitação para as representações do Ibram em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde há maior número de museus, a fim de atenuar a situação.

Além disso, a AUDIN encerrou uma das fases dos trabalhos de auditorias de campo realizadas nos museus detentores de unidades gestoras executoras, trabalho iniciado em 2011.

Ressalta-se que, principalmente nas unidades museológicas II e III, as condições de trabalho são precárias, obrigando os servidores a improvisarem as estações de trabalho e a revezarem constantemente mesas e espaços, além de fazerem uso de equipamentos particulares para cumprimento das suas tarefas. Outros agravantes são: falta de equipamentos; ausência de climatização e de mobiliário para as estações de trabalho e para os acervos; restrição de recursos para a concessão de diárias e passagens em apoio à execução de trabalhos técnicos, de divulgação científica e aperfeiçoamento profissional, bem como para a capacitação de servidores em geral; falta veículos próprios ou locados de terceiros; espaços físicos reduzidos; e alta rotatividade do quadro de pessoal, que dificulta a retenção de conhecimento e de capital intelectual.

Apesar desse contexto, houve aumento da visitação das unidades museológicas do Ibram, que se deve, sobretudo, à reconhecida reputação dos museus, seja pela grandiosidade dos seus acervos, pela localização, pela qualidade da produção científica/cultural e pelo valor histórico, seja pelo empenho das direções em se aproximar da sociedade e em buscar parceiras. A visitação resulta também do esforço de apropriação do museu pela comunidade como elemento importante da cultura.

Por fim, cabe registrar que, embora o Ibram seja um órgão com dupla atribuição (de um lado, coordenação e fiscalização das políticas públicas voltadas para o setor, e de outro, prestador de serviços, por meio de 30 unidades museológicas que integram sua estrutura), foi criado com uma estrutura subdimensionada, a qual demanda urgente reestruturação, que dê condições para se aprimorar no cumprimento de sua missão.

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

13. Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O Ibram tem consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito de cooperação técnica com a OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos, em 2 (dois) projetos:

- ♦ OEI/BRA – 08/007 - Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional Para a Ampliação e Consolidação de Projetos relacionados à Memória Social no Brasil;
- ♦ OEI/BRA – 09/005 - Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implementação de Políticas.

13.1. Consultores contratados na modalidade “produto”

Quadro 145. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS					OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”					08/007
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 099/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver Projeto de Fortalecimento do Ponto de Memória de Beiru-Salvador/BA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/03/2012	31/07/2013	83.000,00	-	41.000,00	83.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Plano de Ação do Ponto de Memória do Beiru, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão.				20/04/2012	42.000,00
Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória do Beiru, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.				19/07/2012	32.000,00
Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória do Beiru, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão.				17/09/2012	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ADRIANO FREITAS SILVA					CPF: 857.250.305-63
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos 2 e 3 previstos em 2012 foram entregues em 2013, por dificuldades de levantamentos no Ponto de Memória do Beiru.					

Quadro 146. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 219/2013					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver estudos teóricos e propostas destinados à melhoria dos processos de formulação e implantação de políticas públicas de memória social no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/10/2013	21/10/2014	116.000,00	26.000,00	44.000,00	44.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise de proposta de gestão compartilhada do Programa Pontos de Memória e os seus possíveis impactos jurídicos, levando em consideração outros Conselhos congêneres na área cultural.				10/11/2013	26.000,00
Documento técnico contendo proposta jurídica para a instituição do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa do Programa Pontos de Memória.				19/01/2014	18.000,00
Documento técnico contendo proposta de estatuto e constituição de personalidade jurídica dos pontos de memória, visando a sustentabilidade dessas iniciativas.				09/05/2014	24.000,00
Documento técnico contendo análise dos processos de institucionalização dos pontos de memória e iniciativas comunitárias em memória e museologia social, apresentando soluções para as situações problemas.				18/07/2014	20.000,00
Documento técnico contendo proposta de manual/cartilha de orientação para institucionalização e constituição jurídica de pontos de memória e iniciativas comunitárias em memória e museologia social.				16/10/2014	28.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANA CRISTINA RODRIGUES MALTEZ				CPF: 516.432.191-20	

Quadro 147. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 137/2013					
Objetivo da Consultoria: Gestão e articulação no campo da Museologia, para desenvolver instrumentos metodológicos de planejamento, articulação e acompanhamento das ações em rede no âmbito do Programa Pontos de Memória.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/07/2013	22/07/2014	116.000,00	59.000,00	37.000,00	37.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com proposta de planejamento estratégico das ações de mapeamento, qualificação, articulação e comunicação em rede dos pontos de memória, com a sistematização de perfis e atuação das consultorias no âmbito do projeto.				12/08/2013	20.000,00
Documento técnico com proposta de instrumento para acompanhamento da execução do planejamento estratégico das ações de mapeamento, qualificação, articulação e comunicação em rede dos pontos de memória.				21/10/2013	17.000,00
Documento técnico com propostas de estratégias de articulação do Programa Pontos de Memória com as instâncias de cultura das esferas públicas estaduais e do Distrito Federal e com demais parceiros potenciais.				30/12/2013	22.000,00
Documento técnico com análise dos resultados da articulação do Programa Pontos de Memória com as instâncias de cultura das esferas públicas estaduais e do Distrito Federal e com demais parceiros potenciais.				10/03/2014	18.000,00
Documento técnico com proposta de articulação do Programa Pontos de Memória com o Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), com estratégias de ações compartilhadas entre as Redes de Pontos de Memória e as Redes de Educadores em Museus.				19/05/2014	16.000,00
Documento técnico com relatório analítico de planejamento, articulação e acompanhamento do Projeto, com sistematização da execução das atividades e alcance dos resultados previstos.				22/07/2014	23.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CRISTINA RODRIGUES HOLANDA				CPF: 673.279.903-72	

Quadro 148. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 47/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver Projeto de Fortalecimento do Ponto de Memória da Estrutural – DF.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/05/2011	31/07/2013	83.000,00	-	9.000,00	83.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1- Plano de Ação do Ponto de Memória da Estrutural, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão				01/06/2011	42.000,00
2- Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.				30/08/2011	32.000,00
3- Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão				29/10/2011	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: DEUZANI CANDIDO NOLETO				CPF: 085.845.161-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 3 previsto em 2011 foi entregue somente em 2013, por dificuldades de atuação no Ponto de Memória.					

Quadro 149. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 094/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver Projeto de Fortalecimento do Ponto de Memória da São Pedro – ES.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/07/2011	31/07/2013	83.000,00	-	41.000,00	83.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Plano de Ação do Ponto de Memória de São Pedro, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão.				31/07/2011	42.000,00
Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de São Pedro, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.				29/10/2011	32.000,00
Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de São Pedro, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão.				28/12/2011	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: GUSTAVO DE OLIVEIRA GERVÁSIO				CPF: 055.927.437-85	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos 2 e 3 previstos em 2012 foram entregues em 2013, por dificuldades de levantamentos no Ponto de Memória.					

Quadro 150. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS			OEI		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”			08/007		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 111/2013					
Objetivo da Consultoria: Projetos socioculturais de base comunitária, desenvolvimento de parcerias e identificação de experiências e práticas comunitárias.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/06/2013	15/05/2014	70.000,00	42.000,00	28.000,00	28.000,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com proposta de conteúdo programático para capacitação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural, voltado para agentes de memória e multiplicadores em âmbito nacional, contendo ementa, metodologia e referencial teórico-conceitual.			24/06/2013	17.000,00	
Documento técnico com proposta de sistemática para execução do plano de capacitação em rede das oficinas Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural a partir das tipologias de iniciativas identificadas pelo Ibram, com cronograma e estratégias de identificação de multiplicadores potenciais da metodologia, que contenha resultados das aplicações piloto das oficinas.			02/09/2013	11.000,00	
Documento técnico com proposta de material de apoio instrucional aos participantes das oficinas de capacitação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural.			21/12/2013	14.000,00	
Proposta de instrumento de avaliação e monitoramento dos eventos constantes do plano de capacitação em rede.			01/03/2014	13.000,00	
Documento técnico com avaliação da execução em rede do plano de capacitação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural.			15/05/2014	15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: INÊS CORDEIRO GOUVEIA				CPF: 091.686.737-44	

Quadro 151. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 136/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor local para a implantação do Ponto de Memória do Coque – PE.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/08/2012	31/12/2013	86.000,00	41.000,00	60.000,00	86.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento com informações sobre a história e perfil da localidade, descrição da memória social a ser representada, tipo de museu adequado ao Ponto de Memória e acervo a ser utilizado nos Produtos de Difusão.				13/09/2012	17.000,00
Relatório descritivo-analítico sobre os Produtos de Difusão a serem desenvolvidos pelo Ponto de Memória, apontado as possibilidades existentes para o desenvolvimento dos mesmos, com plano de aplicação (orçamento físico-financeiro) e cronograma de execução, aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto.				22/11/2012	18.000,00
Relatório descritivo-analítico sobre o desenvolvimento, execução e repercussão das ações do Ponto de Memória na Comunidade do Coque.				09/12/2012	10.000,00
Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória do Coque, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.				31/08/2013	32.000,00
Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória do Coque, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão.				29/11/2013	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ISABELA MICHELLY GOMES DOS SANTOS				CPF: 061.020.834-90	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos 2 e 3 previstos em 2012 foram entregues em 2013, por dificuldades de implantação e levantamentos no Ponto de Memória.					

Quadro 152. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 112/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultor em Inventário Participativo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/06/2013	15/05/2014	70.000,00	42.000,00	17.000,00	17.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com levantamento analítico de metodologias em inventário participativo e proposta de conteúdo programático para capacitação no tema, voltado para agentes de memória e multiplicadores em âmbito nacional, contendo ementa, metodologia e referencial teórico-conceitual.				24/06/2013	17.000,00
Documento técnico com proposta de sistemática para execução em rede do plano de capacitação das oficinas em inventário participativo, com cronograma e estratégias de identificação de multiplicadores potenciais da metodologia, que contenha resultados das aplicações piloto das oficinas				02/09/2013	11.000,00
Documento técnico com proposta de material de apoio instrucional aos participantes das oficinas de capacitação em Inventário Participativo, contendo o instrumento de sistematização dos acervos inventariado				21/12/2013	14.000,00
Documento técnico com Proposta de instrumento de avaliação e monitoramento das atividades constantes do plano de capacitação em rede				01/03/2014	13.000,00
Documento técnico com avaliação da execução do plano de capacitação em rede e do resultado dos instrumentos aplicados				15/05/2014	15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JOÃO PAULO VIEIRA NETO				CPF: 879.794.033-04	

Quadro 153. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 117/2011					
Objetivo da Consultoria: Consultor de Desenvolvimento de Projetos Socioculturais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/08/2011	31/08/2013	162.250,00	76.000,00	76.000,00	162.250,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Plano de Trabalho contendo a metodologia de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos Pontos de Memória (Plano de Ação; Inventário Participativo e Produtos de Difusão), contemplando cronograma, estratégias de monitoramento e avaliação das ações.				07/09/2011	10.000,00
Relatório descritivo-analítico das estratégias utilizadas para o desenvolvimento dos Planos de Ação, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implementação das atividades planejadas, incluindo a avaliação das estratégias de gestão adotadas.				05/10/2011	13.000,00
Relatório descritivo-analítico do acompanhamento das ações de desenvolvimento dos inventários participativos dos pontos de memória, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implantação dessas atividades, incluindo as estratégias de gestão adotadas.				04/11/2011	12.000,00
Relatório descritivo-analítico do acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento dos produtos de difusão dos pontos de memória, em conformidade com os 12 Planos de Ação.				04/12/2011	13.000,00
Documento contendo a formulação de um instrumento (formulário) que viabilize a sistematização, pelos Pontos de Memória, dos resultados de seus inventários participativos, permitindo também uma análise comparativa entre as diferentes experiências.				11/09/2012	12.250,00
Relatório descritivo-analítico do papel assumido pelos Pontos de Memória como irradiadores da metodologia desenvolvida, no novo cenário de ampliação do Programa.				10/11/2012	14.000,00
Avaliação qualitativa final das atividades realizadas no âmbito dos 12 Pontos de Memória.				05/12/2012	12.000,00
Documento técnico contendo análise comparativa entre o OEI/BRA/08/007 e sua Revisão Substantiva, com proposta de perfis das consultorias técnicas a serem contratadas para a etapa de ampliação e desenvolvimento em rede do Projeto.				10/03/2013	22.000,00
Documento com proposta de instrumento para monitoramento das ações museais e produtos de difusão dos Pontos de Memória e Redes estaduais, regionais e temáticas, contendo ademais uma sistematização de todos os instrumentos e formulários de acompanhamento gerados no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007.				09/05/2013	25.000,00
Documento contendo sistematização analítica dos produtos de consultorias realizadas no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007, entre 2009 e 2012, com a finalidade de subsidiar as ações de planejamento de instalação e manutenção de Pontos de Memória.				31/08/2013	29.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LAVÍNIA CAVALCANTI MARTINI TEIXEIRA DOS SANTOS				CPF: 842.459.647-15	

Quadro 154. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 075/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultor em legislação, normas e procedimentos em processos governamentais e sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/08/2011	31/08/2013	96.000,00	55.000,00	70.000,00	70.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo processual do Projeto Pontos de Memória, a legislação pertinente e proposição de medidas para o melhor planejamento, organização e controle de suas atividades técnicas e operacionais.				07/05/2013	20.000,00
Documento técnico contendo estudo das melhores práticas na condução de projetos de CTI assemelhados e proposta de sistemática para a execução técnica e operacional do Projeto Pontos de Memória;				16/07/2013	19.000,00
Documento técnico contendo proposta de manual, formulários e anexos/checklists para a condução de reuniões com a metodologia de gestão participativa;				03/11/2013	16.000,00
Documento técnico contendo análise do desenvolvimento e execução do projeto por meio dos sistemas integrados de gestão pertinentes aos projetos de CTI , propondo melhorias sistemáticas nos seus preenchimentos;				12/01/2014	15.000,00
Documento técnico final apresentando proposta de normatização dos processos e procedimentos gerenciais à coordenação do projeto, sugerindo as melhorias necessárias.;				12/04/2014	26.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: NATÁLIA BERTOLAI HONÓRIO SPIM				CPF: 315.687.748-42	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 4 teve a sua entrega adiantada para melhor andamento da consultoria.					

Quadro 155. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 074/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor Em Relações Comunitárias e Institucionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/05/2012	03/05/2014	222.000,00	123.000,00	97.000,00	167.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Material de difusão sobre o Programa Pontos de Memória, no âmbito do Projeto Conexões Ibram, com base nas diretrizes do Plano Nacional de Cultura, Política Nacional de Museus e Plano Nacional Setorial de Museus.				24/05/2012	21.000,00
Mapeamento da rede de relações de interesse para os pontos de memória, em âmbito nacional;				03/07/2012	14.000,00
Proposta de estratégia de articulação entre os pontos de memória e as instâncias de interesse identificadas;				22/08/2012	16.000,00
Proposta de formação e articulação das redes estaduais de pontos de memória, ecomuseus e museus comunitários do Brasil				30/11/2012	19.000,00
Documento descritivo-analítico sobre as ações desenvolvidas no Programa Pontos de Memória 2012, na perspectiva do fortalecimento das articulações institucionais e comunitárias para a ampliação em rede do Programa				10/03/2013	22.000,00
Produto 6 - Proposta de conteúdo de apoio sobre a metodologia do Programa Pontos de Memória para difusão entre os agentes de memória e comunidades.				09/04/2013	25.000,00
Produto 7 – Proposta de sistemática contendo estruturação e planejamento da capacitação em rede voltada para os multiplicadores e agentes de memórias.				18/06/2013	26.000,00
Produto 8 – Proposta de sistemática para a realização de encontros de intercâmbio das redes de pontos de memória e agentes de memória – Teias da Memória, em suas ações sociais e técnico-operacionais nas comunidades.				06/09/2013	24.000,00
Produto 9 - Documento com diagnóstico e avaliação das metodologias de trabalho aplicadas e ações desenvolvidas pelas redes regionais e temáticas de Pontos de Memória na articulação e apoio aos agentes de memória e comunidades.				25/12/2013	26.000,00
Produto 10 - Documento com formulação de estruturas estratégicas para manutenção e consolidação da metodologia de desenvolvimento em rede de iniciativas de memória e museologia social.				05/03/2014	29.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SARA SCHUABB COUTO				CPF: 053.043.157-23	

Quadro 156. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 234/2013					
Objetivo da Consultoria: consultor com experiência em Metodologias Participativas, Comunicação, Moderação e Relatoria de Eventos, para desenvolver a avaliação dos 12 Pontos de Memória Pioneiros.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/12/2013	13/01/2014	16.800,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de moderação, contendo o resumo executivo dos resultados do Encontro de Avaliação dos 12 Pontos Pioneiros.				17/12/2013	9.600,00
Relatório descritivo e analítico do Encontro de Avaliação dos 12 Pontos Pioneiros.				11/01/2014	7.200,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SILVANA BASTOS				CPF: 145.031.328-06	

Quadro 157. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 098/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver Projeto de Fortalecimento do Ponto de Memória de Jacintinho – AL.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/07/2011	31/07/2013	83.000,00	-	41.000,00	83.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Plano de Ação do Ponto de Memória de Jacintinho, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão.				31/07/2011	42.000,00
Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Jacintinho, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.				29/10/2011	32.000,00
Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Jacintinho, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão				28/12/2011	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: VIVIANE CONCEIÇÃO RODRIGUES				CPF: 047.054.874-60	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos 2 e 3 previstos em 2012 foram entregues em 2013, por dificuldades de implantação e levantamentos no Ponto de Memória.					

Quadro 158. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultor em Políticas Públicas Participativas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/06/2013	15/05/2014	96.000,00	57.000,00	37.000,00	37.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com proposta de concepção da instância de gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória, apontando seu caráter, finalidades, atribuições e critérios de composição, de modo a garantir o fortalecimento e a salvaguarda de seus princípios norteadores, bem como a representatividade do universo de iniciativas de Museologia Social mapeadas no país.				24/06/2013	20.000,00
Documento técnico com proposta de sistemática para legitimação da instância de gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória, a ser apresentada e trabalhada no encontro em âmbito nacional dos Pontos de Memória.				02/09/2013	17.000,00
Documento técnico com proposta de sistematização da atuação da instância de gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória junto ao planejamento e cronograma de ações em rede do Programa Pontos de Memória, no âmbito da consolidação e gestão da política pública de direito à memória.				21/12/2013	20.000,00
Documento técnico com proposta de instrumento de monitoramento e avaliação da gestão participativa/ compartilhada a ser aplicado na gestão do Programa, iniciativas, conselhos gestores, redes e demais articulações identificadas.				01/03/2014	18.000,00
Documento técnico contendo avaliação do processo de concepção, legitimação e atuação da instância de gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória e dos resultados da aplicação do instrumento de monitoramento e avaliação junto às iniciativas, conselhos gestores, redes e demais articulações identificadas.				15/05/2014	21.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: WÉLCIO SILVÉRIO DE TOLEDO				CPF: 483.214.601-78	

Quadro 159. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – “PONTOS DE MEMÓRIA”				08/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 096/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver Projeto de Fortalecimento do Ponto de Memória de Taquaril – MG.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/07/2011	31/07/2013	83.000,00	-	9.000,00	83.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Plano de Ação do Ponto de Memória de Taquaril, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão.				31/07/2011	42.000,00
Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Taquaril, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.				29/10/2011	32.000,00
Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Taquaril, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão.				28/12/2011	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: WELLINGTON PEDRO DA SILVA				CPF: 066.857.466-61	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 3 previsto em 2011 foi entregue somente em 2013, por dificuldades de atuação no Ponto de Memória.					

Quadro 160. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 128/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor bibliográfico – relatório sobre catalogação e classificação dos documentos em software Pergamum.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/09/2012	01/06/2013	35.000,00	17.000,00	28.000,00	35.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento elaborado com os campos de cadastro definidos, testados e adaptados para catalogação e classificação dos documentos bibliográficos do IBRAM.				11/10/2012	7.000,00
Relatório elaborado contendo 475 títulos de documentos bibliográficos catalogados e classificados no software Pergamum.				26/11/2012	11.000,00
Relatório elaborado contendo 475 títulos de documentos bibliográficos catalogados e classificados no software Pergamum.				10/01/2013	11.000,00
Relatório contendo a tabela de autoridade cadastrada no software Pergamum e Relatório contendo os termos do Vocabulário Controlado utilizados no sistema.				23/01/2013	6.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANGÉLICA GASPAROTTO DE OLIVEIRA				CPF: 003.701.041-70	

Quadro 161. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 076/2013					
Objetivo da Consultoria: Planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas de projetos estratégicos, processos e iniciativas recorrentes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/04/2013	15/04/2014	115.000,00	79.200,00	79.200,00	79.200,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo portfólio de projetos da diretoria adequado às ferramentas de gestão, à metodologia de projetos do Ibram e alinhado às diretrizes estratégicas				25/04/2013	12.000,00
Documento técnico contendo o diagnóstico dos projetos do portfólio da diretoria com avaliação técnica quanto ao ciclo de vida do projeto, situação atual, ferramenta de gestão utilizada e monitoramento de orçamento.				15/05/2013	15.500,00
Documento técnico contendo a criação de ferramentas de controle e monitoramento de projetos, metas e indicadores, produtos e subsídios para gerar melhorias na metodologia atual				29/06/2013	13.200,00
Documento técnico contendo o conteúdo didático e ferramentas de capacitação da metodologia de gestão de projetos do IBRAM, e avaliação de aprendizado das oficinas, bem como relatório técnico contendo sugestões de aplicação das ferramentas.				13/08/2013	23.500,00
Documento técnico de monitoramento do portfólio da diretoria do IBRAM, com resultados alcançados, desvios identificados, planos de melhoria, indicadores e metas e sugestões de atuação estratégica pela direção.				04/11/2013	15.000,00
Documento técnico contendo levantamento das principais demandas de serviços das áreas de apoio pelos projetos do portfólio das diretorias e estudo técnico contendo avaliação dos canais de comunicação com sugestões de melhoria				15/01/2014	21.500,00
Documento técnico contendo o relatório de gestão do portfólio contendo orientações e diretrizes para o processo de prestação de contas, com os principais resultados alcançados ao longo da implementação da metodologia de gestão.				21/03/2014	14.300,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANNA RACHEL CALDEIRA DE ANDRADA SOBRAL MAÇÃO				CPF: 083.568.937-98	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos 6 e 7 foram distratados, a pedido da consultora.					

Quadro 162. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 154/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor Sênior - desenvolvimento de ferramentas de gestão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2012	28/02/2014	175.000,00	155.000,00	99.000,00	111.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico “A” contendo o modelo de planejamento e acompanhamento de projetos a ser adotado para as iniciativas estratégicas do IBRAM; o fluxo de trabalho do corpo de consultores, com definição de tarefas, cronograma de realização das atividades, definição e prazo de entrega de produtos intermediários; a matriz de classificação de projetos estratégicos, contendo a listagem de projetos avaliados, os critérios de seleção dos projetos estratégicos e a aprovação da Alta Direção quanto aos critérios adotados.				09/11/2012	12.000,00
Documento técnico “B” contendo o fluxo de informação dos projetos estratégicos, que contemple, entre outros fatores, a proposição de rotinas, critérios, parâmetros e procedimentos de produção de informações.				24/12/2012	8.000,00
Documento técnico “C” contendo o reporte final dos resultados alcançados; a memória da implementação do modelo de planejamento aos projetos estratégicos - que servirá como base para que se estabeleçam os procedimentos necessários à adequação dos demais projetos do IBRAM à metodologia adotada; o modelo consolidado de planejamento e acompanhamento de projetos a ser adotado para todas as iniciativas do IBRAM.				02/02/2013	15.000,00
Produto 4 Documento técnico contendo todos o portfólio de projetos das diretorias do IBRAM, com análise técnica referente às diretrizes estratégicas, bem como Metas do PPA e PNC com subsídios metodológicos para tomada de decisão da presidência.				10/03/2013	15.000,00
Produto 5 Documento técnico contendo o Portfólio de projetos estratégicos com análise técnica de cada projeto em relação à sua fase de execução e seu acompanhamento metodológico, estratégias para alavancar o projeto, ações de melhoria a serem realizadas e plano de trabalho de cada ação.				15/04/2013	18.500,00
Produto 6 Documento Técnico contendo procedimentos de utilização das ferramentas de gestão da Metodologia de Iniciativas do IBRAM, abrangendo todas as fases do ciclo de vida dos projetos, Planejamento, Monitoramento e Controle e Encerramento.				25/05/2013	30.000,00
Produto 7 Documento técnico contendo o mapeamento do processo de prestação de contas, avaliação técnica dos entendimentos do Tribunal de Contas da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Cultura e normas internas.				30/07/2013	12.500,00
Produto 8 Documento técnico contendo os principais processos operacionais das diretorias do IBRAM bem como procedimentos relacionados para a realização dos serviços ofertados pelo IBRAM com a descrição detalhada dos fluxos ativos nos departamentos.				20/09/2013	14.000,00
Produto 9 Documento técnico contendo a avaliação final dos projetos estratégicos e seus resultados frente à adequação metodológica, objetivos estratégicos, indicadores e metas operacionais, bem como produtos desenvolvidos pelas iniciativas estratégicas.				30/11/2013	21.000,00
Produto 10 Documento técnico contendo a avaliação das ações estratégicas dos museus do IBRAM, com resultados obtidos e desvios ocorridos, com subsídios técnicos para decisão da presidência quanto a: destinação de recursos, intervenções necessárias e perspectivas de cenários favoráveis e entraves à continuação da execução da ação estratégica.				20/12/2013	29.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CHARLES DE SOUZA E SILVA				CPF: 706.311.311-91	

Quadro 163. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 87/2011					
Objetivo da Consultoria: Projeto REDES.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/06/2011	30/12/2012	198.000,00	-	17.600,00	198.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico “A” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação da infraestrutura de redes LAN e WAN para a sede do Instituto Brasileiro de Museus e das suas unidades vinculadas.				12/07/2011	18.000,00
Documento técnico “B” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de serviços de rede essenciais para a infraestrutura de rede do IBRAM. Dentre a estruturação complementa, obrigatoriamente, devem conter os seguintes serviços: DC, Autenticação, WINS, DNS, e DHCP.				23/08/2011	21.100,00
Documento técnico “C” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de solução Proxy Internet para a infraestrutura de redes do Instituto Brasileiro de Museus e das unidades vinculadas.				27/10/2011	16.900,00
Documento técnico “D” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de solução de backup e restore de dados computacionais em conformidade com a estrutura dos sistemas de informação do Instituto Brasileiro de Museus.				10/01/2012	18.500,00
Documento técnico “E” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de solução de monitoração de serviços e tráfego de rede em conformidade com a estrutura dos sistemas de informação do Instituto Brasileiro de Museus.				24/02/2012	17.300,00
Documento técnico “F” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de alta disponibilidade de serviços com o uso de recursos de Virtualização de Servidores para o CPD do Instituto Brasileiro de Museus.				19/04/2012	20.100,00
Documento técnico “G” contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação dos sistemas de telefonia VOIP – Voz sobre IP - para a nova sede do IBRAM e dos Museus vinculados				03/06/2012	20.100,00
Documento técnico "H" contendo planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implantação de solução ou software de controle remoto dos desktops para atendimento aos usuários do edifício sede e das suas vinculadas.				20/07/2012	18.300,00
Documento técnico "I" contendo planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de solução ou software de comunicação interna (via chat, voz e videoconferência) para os usuários do edifício sede e das suas vinculadas.				08/09/2012	13.900,00
Documento técnico "J" contendo o planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da padronização de nomenclaturas e senhas seguras para banco de dados, contas de serviços e aplicações internas e externas providas pelo IBRAM.				20/10/2012	16.200,00
Documento técnico "K" contendo, relativamente aos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC do IBRAM: • Metodologia para planejamento, avaliação, formação de matrizes e índices de produtividade; • Templates de artefatos para controle de documentação dos ativos da infraestrutura de TIC, especialmente da sua configuração; • Roteiros de execução de rotinas operacionais técnicas (ou seus apontadores nas bases de dados de sistemas operacionais), especialmente as constantes no catálogo de serviços relativo ao contrato 38/2012 (Service Desk).				08/12/2012	17.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: EBER LUIS BARBOSA CHERULLI				CPF: 763.280.581-87	

Quadro 164. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 041/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultor Gestão de Processos, Análise de Sistemas, Segurança da informação e Infraestrutura.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/03/2013	25/03/2014	140.000,00	117.900,00	96.200,00	96.200,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo diagnóstico de um padrão internacional de metadados para a sua utilização na arquitetura de desenvolvimento de Sistemas no projeto Acervo em Redes em Redes.				06/04/2013	26.300,00
Relatório contendo as propostas em caráter experimental de implantação de um padrão metadado na arquitetura dos sistemas do Projeto Acervo em Redes.				26/05/2013	22.900,00
Relatório contendo os resultados parciais da implantação experimental de um padrão de metadado na arquitetura dos sistemas que compõem o Projeto Acervo em Redes.				25/07/2013	24.900,00
Relatório final contendo os resultados da proposta de implantação de um padrão de metadado na arquitetura dos sistemas que compõem o Projeto Acervo em Redes.				23/10/2013	22.100,00
Relatório parcial contendo estudo diagnóstico sobre a implantação de processos gerenciais, baseadas em integração dos dados dos principais sistemas de informação do Projeto Acervo em Redes.				22/12/2013	21.700,00
Relatório final com propostas de implantação de processos gerenciais, baseadas em integração dos dados dos principais sistemas de informação do Projeto Acervo em Redes.				20/02/2014	22.100,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ELMER ALEXANDRE DE OLIVEIRA				CPF: 706.311.311-91	

Quadro 165. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 152/2012					
Objetivo da Consultoria: Levantamento dos Planos de Comunicação do Ibram e dos Museus.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2012	30/06/2013	60.000,00	30.000,00	48.000,00	60.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico “A” contendo análise das ações de comunicação interna e externa do Instituto Brasileiro de Museus, com diagnóstico, identificação das ferramentas utilizadas e sugestões de ações a serem implementadas.				21/11/2012	12.000,00
Documento técnico “B” contendo análise das ações de comunicação interna e externa dos museus da Abolição (PE), Victor Meirelles (SC), Das Missões (RS), das Bandeiras (GO), Casa da Princesa (GO), de Arte Sacra da Boa Morte (GO) e Casa Histórica de Alcântara (MA), com diagnóstico, identificação das ferramentas utilizadas e sugestões de ações a serem implementadas.				21/12/2012	18.000,00
Documento técnico “C” contendo análise das ações de comunicação interna e externa dos museus da Inconfidência (MG), Lasar Segall (SP), Regional de São João del-Rei (MG), Regional Casa dos Ottoni (MG), Regional de Caeté (MG) e Solar Monjardim (MG), com diagnóstico, identificação das ferramentas utilizadas e sugestões de ações a serem implementadas.				15/01/2013	10.000,00
Relatório contendo análise das ações de comunicação interna e externa dos museus da República, Histórico Nacional, Imperial, Nacional de Belas Artes, Raymundo Ottoni de Castro Maya, Villa-Lobos, de Biologia Prof. Mello Leitão, Casa de Benjamin Constant, de Arte Sacra de Paraty, Defensor Perpétuo de Paraty, de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, Socioambiental de Itaipu, Solar Monjardim e Casa da Hera, todos no estado do Rio de Janeiro, com diagnóstico, identificação das ferramentas utilizadas e sugestões de ações a serem implementadas.				30/01/2013	20.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: EVANIZE MARTINS SYDOW				CPF: 146.790.818-56	

Quadro 166. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 035/2012					
Objetivo da Consultoria: Articulação cultural internacional e museológica.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/03/2012	30/03/2014	200.000,00	117.000,00	96.750,00	136.500,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Elaboração de um diagnóstico de situação da assessoria internacional			20/04/2012	10.500,00	
Elaboração de (s) plano (s) de trabalho, conforme planejamento estratégico da assessoria internacional			19/06/2012	14.500,00	
Formular indicadores específicos que facilitem a construção de resultados mensuráveis por meio do planejamento estratégico da assessoria internacional com vistas ao monitoramento e avaliação de projetos;			18/08/2012	10.000,00	
Estudo sobre o impacto direto e/ou indireto dos projetos de cooperação técnica internacional nos países e/ou no Brasil.			17/10/2012	13.500,00	
Estabelecimento de uma rede de possíveis parceiros e/ou financiadores (públicos e/ou privados) de projetos em execução e/ou previstos.			16/12/2012	11.500,00	
ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM BASE NO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ASSINADO COM A ESCOLA DO LOUVRE, FRANÇA.			30/01/2013	21.500,00	
ELABORAÇÃO DE PROPOSTA PARA “GUIA DE ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS COM BASE NOS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ASSESSORIA INTERNACIONAL - ASINT			28/02/2013	18.500,00	
Proposta de Projeto de Cooperação Brasil-Angola			22/05/2013	21.500,00	
Elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Assessoria Internacional no âmbito de seu desenvolvimento			25/07/2013	15.000,00	
Estudo sobre a atuação internacional dos museus IBRAM das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul			20/09/2013	20.250,00	
Estudo sobre a atuação internacional dos museus IBRAM região Sudeste			10/12/2013	20.250,00	
Sistematização da execução dos projetos Bilaterais da Assessoria Internacional baseados nos instrumentos de monitoramento elaborados			11/02/2014	23.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FABIANA DUARTE DE PAULA				CPF: 955.620.791-00	

Quadro 167. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 124/2011					
Objetivo da Consultoria: Consultor em TI com experiência em Levantamento e Modelagem de Dados – DBA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/09/2011	28/02/2013	190.000,00	-	77.300,00	190.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico “A” contendo a análise, orientação e acompanhamento da implementação do processo de funcionamento e atendimento da divisão de banco de dados em conformidade com a estrutura dos sistemas de informação do IBRAM.				12/09/2011	19.900,00
Documento técnico “B” contendo a análise, orientação e acompanhamento da implementação do processo de estruturação organizacional da divisão de banco de dados de acordo com as necessidades e infraestrutura do IBRAM.				17/10/2011	18.200,00
Documento técnico “C” contendo a análise, orientação e acompanhamento do projeto de bases de dados de usuários que permitam a implementação do sistema de autenticação centralizado entre todos os projetos e sistemas do IBRAM.				07/12/2011	18.400,00
Documento técnico “D” contendo a análise, orientação e acompanhamento da implementação do modelo de dados do sistema do Cadastro Nacional de Museus.				15/01/2012	19.100,00
Documento técnico “E” contendo a análise, orientação e acompanhamento da implementação e integração dos modelos lógicos e físicos das principais bases de dados dos sistemas do IBRAM.				04/03/2012	19.600,00
Documento técnico “F” contendo a análise, orientação e acompanhamento da migração de dados de sistemas legados do antigo DEMU (Departamento de Museus) para o novo ambiente e sistemas do IBRAM.				30/04/2012	17.500,00
Documento técnico “G” contendo a análise, orientação e acompanhamento da implementação das rotinas de integração entre o sistema SGI (Sistema de Gerenciamento de Informações) e o Cadastro Nacional de Museus.				29/05/2012	19.300,00
Documento técnico h contendo proposta de reestruturação da base de dados do sistema DONATO, acompanhado pelos scripts de criação da nova estrutura em linguagem SQL.				19/11/2012	19.800,00
Documento técnico i contendo proposta de base de dados para o projeto acervo em rede, acompanhado pelos scripts de criação da nova estrutura em linguagem SQL.				05/12/2012	19.500,00
Documento técnico j contendo os códigos em linguagem SQL das principais rotinas transacionais que irão compor o sistema DONATO e o projeto acervo em rede.				20/12/2012	18.700,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FERNANDO DOS SANTOS PROVAZZI				CPF: 133.354.458-80	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os três últimos pagamentos sofreram atrasos por reestruturação do Projeto “Acervo em Rede”.					

Quadro 168. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 154/2012					
Objetivo da Consultoria: Perfil 04 - Consultor em Direito - desenvolvimento de ferramentas de gestão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2012	31/03/2014	198.400,00	136.200,00	136.200,00	153.400,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico “A” contendo o Plano de trabalho para execução das atividades, com cronograma de execução.				25/10/2012	1.400,00
Documento técnico “B” contendo Diagnóstico Situacional de um dos três projetos estratégicos selecionados para a implantação de modelo-piloto de planejamento.				09/11/2012	7.400,00
Documento técnico “C” contendo Relatório Parcial de implementação de modelo-piloto de planejamento em um dos três projetos estratégicos selecionados.				24/12/2012	8.400,00
Documento técnico “D” contendo o Relatório Final de implementação de modelo-piloto de planejamento em um dos três projetos estratégicos selecionados; a Apreciação técnica dos aspectos legais a serem respeitados para a implementação do modelo de planejamento de projeto proposto; a Análise perspectiva de cenários favoráveis e possíveis entraves à replicação do modelo proposto aos demais projetos do Instituto.				02/02/2013	11.200,00
Produto 5 Documento técnico contendo estudo da legislação e pesquisa referente à importação e exportação de bens culturais e relatório da interface com os órgãos participantes do processo fiscal e aduaneiro.				10/03/2013	20.000,00
Produto 6 Documento técnico contendo a consolidação do estudo referente à possibilidade de desoneração tarifária para o retorno e repatriação de bens culturais brasileiros que se encontram no exterior, visando o fortalecimento do mercado cultural brasileiro				30/03/2013	18.500,00
Produto 7 Documento técnico contendo a análise crítica e o alinhamento do Programa de Pactuação de Desempenho do Ministério da Cultura às metas do Ibram em atendimento à Portaria nº 149/2012				15/05/2013	19.500,00
Produto 8 Documento técnico contendo estudo e acompanhamento referente ao desenvolvimento de normativas para a disseminação do Decreto que regulamentará a Lei nº 11.904/2009 referente ao Estatuto de Museus				30/07/2013	24.500,00
Produto 9 Documento técnico referente a elaboração de plano preliminar de implantação da pesquisa, coleta de dados e metodologia para o levantamento de dados sobre a existência de Associação de Amigos dos museus do Ibram e elaboração de minuta padrão para a ata de fundação de uma Associação				20/09/2013	18.500,00
Produto 10 Documento técnico contendo proposição de estratégia preliminar de implantação da pesquisa, coleta de dados e metodologia para o levantamento de dados sobre o Regimento Interno dos museus e do Ibram				30/11/2013	24.000,00
Documento técnico contendo diagnóstico organizacional do GAB, descrevendo suas principais funções e atividades, processos administrativos, legislação pertinente, força de trabalho existente, distribuição de tarefas e responsabilidades.				28/02/2014	21.000,00
Documento técnico contendo o mapeamento “AS IS” E “TO BE” dos dez principais processos do GAB, com a descrição do fluxograma de cada rotina, utilizando o software Bizagi, com a entrega dos modelos em extensão .bpm ou .vsd., bem como sugestões de possíveis melhorias para implementação visando maior eficiência, eficácia e efetividade.				31/03/2014	24.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: GENOVEVA FIGUEIREDO DE MOURA				CPF: 963.904.336-20	

Quadro 169. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 074/2013					
Objetivo da Consultoria: classificação e catalogação de acervos museológicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/08/2013	03/03/2014	89.345,56	65.540,72	-	-
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico, relatórios e atas de reunião contendo os insumos de revisão e avaliação, do Thesaurus de 1987 publicado em 2 volumes, contendo cerca de 2.560 termos (descritores e não-descritores) que gere subsídios para a reestruturação do Thesaurus para o projeto Acervo em Redes.			14/09/2013	20.908,29	
Documento técnico, relatórios e atas de reunião contendo os insumos de planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da implementação de uma base de arquitetura de informação para o Inventário Nacional do Projeto Acervo em Redes.			18/12/2013	44.632,43	
Documentos técnicos, relatórios e atas de reunião contendo os insumos de planejamento, avaliação, orientação e acompanhamento da reestruturação de ordem alfabética dos termos, ordem sistemática dos termos, índice hierárquico dos termos preferidos (descritores), índice permutado dos termos para um novo Thesaurus para o Projeto Acervo em Redes;			26/02/2014	23.804,84	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: HELENA DODD FERREZ				CPF: 260.922.397-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve atraso no início da consultoria.					

Quadro 170. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 159/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor tratamento arquivístico - Representação Ibram Rio de Janeiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/11/2012	31/10/2014	194.000,00	80.000,00	94.000,00	94.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Projeto de Conservação do Acervo Arquivístico sob a Guarda do Museu das Bandeiras				20/12/2012	14.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de Manual de Procedimentos de Diagnóstico de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos				13/07/2013	20.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de Manual de Higienização e Controle de Pragas em Acervos Arquivísticos e Bibliográficos				13/09/2013	20.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de Material didático e de apoio para treinamento em diagnóstico, higienização e controle de pragas em acervos arquivísticos e bibliográficos (PowerPoint e Apostila)				11/10/2013	10.000,00
Oficinas de treinamento em diagnóstico, higienização e controle de pragas em acervos arquivísticos e bibliográficos (três oficinas, 20h cada).				11/12/2013	30.000,00
Relatório de visita de diagnóstico à Biblioteca Jenny Klabin Segall e Guia de Procedimentos de armazenamento, acondicionamento, transferência, movimentação temporária de conjuntos documentais e bibliográficos. Definir condições ambientais, cuidados necessários com o acervo no depósito e procedimentos a serem adotados no retorno do acervo para o museu. Estabelecer quais as melhorias ambientais para o espaço físico da biblioteca deverão ser implantadas. Apresentar os termos para o contrato do espaço a ser depositário do acervo.				28/02/2014	20.000,00
Apresentar relatório de revisão do Projeto do laboratório de Conservação do CENEDOM e treinamento de conservação preventiva e de pequenos reparos para técnicos da CGSIM.				30/04/2014	21.000,00
Guia e material didático e de apoio para elaboração de Políticas de Gestão e Preservação de Acervos Bibliográficos e Arquivísticos para os Museus do Ibram. Seguindo a mesma linha temática do 1º produto, destacando a importância da elaboração de diagnósticos realizados pelas próprias instituições, efetivamente, com base no perfil e necessidades imediatas de cada instituição, para que possam planejar e obter investimentos e elaborar suas políticas de gestão e preservação.				31/07/2014	29.000,00
Realização de oficinas de Políticas de Preservação de Acervos Bibliográficos e Arquivísticos para os Museus do Ibram, com base nos diagnósticos elaborados por cada instituição. A consultora apresentaria 04 oficinas sobre diagnóstico, planejamento e construção de políticas de preservação.				31/10/2014	30.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: INGRID BECK				CPF: 268.464.117-04	

Quadro 171. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 013/2011					
Objetivo da Consultoria: Projeto-piloto de ensino a distância no Ibram.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/06/2011	28/02/2013	103.210,00	-	33.560,00	75.210,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
6.1 - Projeto de formação continuada na forma de uma universidade cooperativa (UniMuseus) prevendo fases de desenvolvimento, objetivos, perfil de oferta, público-alvo e parcerias.			04/09/2011	23.000,00	
6.4 (a) – Adaptação de materiais de 1 (um) curso presencial, de até 60h, para o ambiente virtual, com a) preparação da estrutura técnica-pedagógica de oferta do curso.			20/09/2011	18.650,00	
6.4 (b) - Adaptação de materiais de 1 (um) curso presencial, de até 60h, para o ambiente virtual, com editoração do material.			15/10/2011	13.280,00	
6.4 (c) - Adaptação de materiais de 1 (um) curso presencial, de até 60h, para o ambiente virtual, disponibilização na plataforma moodle.			14/11/2011	20.280,00	
(Saldo Remanescente de produtos cancelados).			18/11/2011	28.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JOSÉ EDUARDO PIRES CAMPOS JUNIOR				CPF: 462.822.541-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Atraso na entrega das duas últimas parcelas por falta de infraestrutura de TI. Último produto distratado.					

Quadro 172. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 95/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor para comunicação - articulação museal internacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/07/2012	30/03/2014	200.000,00	127.000,00	151.000,00	187.000,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Elaborar um diagnóstico de situação de comunicação da assessoria internacional, com previsão de visitas técnicas e monitoramento.			05/08/2012	13.500,00	
Elaborar um plano de comunicação, conforme planejamento estratégico da assessoria internacional.			04/09/2012	10.500,00	
Elaborar um estudo de veículos de comunicação que melhor atendam aos objetivos de comunicação definidos no Produto 2.1.2.			09/10/2012	12.000,00	
Analisar o impacto internacional do Plano de Comunicação, no curto prazo, com reformulações e sugestões.			29/10/2012	10.000,00	
Avaliação de execução do plano de comunicação para o período de 2012.			18/11/2012	14.000,00	
Elaboração de proposta de um guia de apresentação de projetos de cooperação internacional para o Ibram			09/03/2013	18.000,00	
Apresentação de proposta de sistematização da informação de gestão da ASINT 2012, com complementação gráfica em CD-Rom			30/03/2013	22.000,00	
Proposta de Projeto de Cooperação Brasil - Equador			19/05/2013	21.500,00	
Sistematização da atuação do Brasil no âmbito do Programa Ibermuseus até 2013.			12/08/2013	25.000,00	
Proposta de projeto de publicação: Atuação internacional do Instituto Brasileiro de Museus.			14/10/2013	22.000,00	
Análise dos resultados dos projetos multilaterais da gestão 2013.			09/12/2013	18.500,00	
Avaliação dos resultados do Plano de comunicação para a gestão 2013.			11/02/2014	13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LAYANA VANESSA MALUF BRITTO				CPF: 739.375.411-87	

Quadro 173. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 101/2011					
Objetivo da Consultoria: Pesquisa cadeia econômica produtiva dos museus.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/08/2011	30/03/2013	85.000,00	-	34.000,00	85.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Plano de trabalho estruturado: - Relatório executivo, com planejamento e descrição fundamentada das etapas e atividades/produtos da consultoria. - Plano preliminar de implantação da pesquisa e seu monitoramento, incluindo a metodologia a ser considerada para formulação dos indicadores, coleta de dados e monitoramento.				31/08/2011	8.500,00
Diagnóstico dos elos/segmentos da cadeia produtiva/ desenho da Cadeia Produtiva: - Análise dos dados secundários apresentado em documento preliminar com as atividades da Cadeia Produtiva dos Museus; dos arranjos produtivos locais (por porte e tipo de museus); da economia indireta; dos direitos autorais; política tributária e fiscal do setor e sua relação com as demais cadeias produtivas da cultura, contendo: . Levantamento de pesquisas pré-existentes; . Revisão bibliográfica e conceitual de cadeias produtivas de museus; . Análise de paradigmas internacionais; . Levantamento do ambiente institucionais (leis, normas, instituições e políticas públicas dos museus); . Tipificações dos museus e suas particularidades do contexto da cadeia produtiva; . Documento técnico contendo esboço da cadeia produtiva brasileira dos museus, com descrição de elos, circuitos produtivos, interações; . Diagnostico do desenvolvimento do setor nos elos da cadeia produtiva.				29/11/2011	25.500,00
Impacto econômico dos museus dentro da Cadeia Produtiva: - Levantamento de dados e estatísticas pré-existentes. - Estudo sobre impactos econômicos diretos e indiretos dos museus. - Mensuração de impactos econômicos e de formação de preços e valores, dentro das estatísticas disponíveis em dados secundários.				27/02/2012	17.000,00
Considerações e Recomendações de políticas pró-Economia da Cultura como desdobramento do estudo: - Papel do Estado no fomento e desenvolvimento da economia dos museus e sua articulação com a sociedade civil e o setor privado, com base nas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas na Cadeia Produtiva dos Museus. - Diagnóstico sobre o levantamento institucional identificados no Produto 6.2, no contexto dos resultados verificados nos produtos 6.2 e 6.3.				27/04/2012	12.750,00
Relatório Final: - Documento síntese com apresentação e disseminação dos resultados. - Relatório final com diagnóstico das dificuldades e oportunidades para investimentos no setor; proposta das estratégias para o fortalecimento da cadeia de valor da economia dos museus; plano de implantação destas estratégias; resultados da pesquisa com especificação e detalhamento metodológico e técnico das informações produzidas.				26/07/2012	21.250,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LEANDRO VALIATI				CPF: 451.783.642-87	

Quadro 174. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 030/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultor para Gestão Estratégica da CGSIM.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/03/2013	15/03/2014	137.000,00	109.600,00	89.050,00	89.050,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de adequação dos 5 (cinco) projetos estratégicos da CGSIM à matriz de priorização estratégica do IBRAM, às Diretrizes Estratégicas do MinC e ao Modelo de Gestão de Iniciativas do IBRAM, com: levantamento dos subsídios que embasaram os projetos; alinhamento dos projetos ao conteúdo do PPA (justificativa, objetivos, resultados esperados, metas, entregas, equipes, produtos, prazos, orçamento, etc.); organização das informações no portfólio com matriz de priorização das ações estratégicas do IBRAM; entre 10 (dez) e 30 (trinta) laudas em papel tamanho A4, impresso e digital.				04/04/2013	16.440,00
Relatório com análise de dados da base do Cadastro Nacional de Museus para embasamento de ações do IBRAM relativas à implementação do Decreto que regulamenta a Lei 11.904/2009 (Estatuto dos Museus) e capacitação em pesquisa quantitativa ministrada à equipe de pesquisa. O relatório deve conter o tratamento e a consolidação dos dados extraídos da base do Cadastro pelo consultor; a capacitação deve ser ministrada a todos os servidores da CGSIM ligados à atividade de pesquisa. O texto do relatório apresentado deve conter entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) laudas em papel tamanho A4 e contar com gráficos e tabelas, impresso e digital.				24/05/2013	17.810,00
Documento técnico contendo proposta de Sistema de Monitoramento de Atividades das Iniciativas da CGSIM e as seguintes etapas: mapeamento das Iniciativas a serem monitoradas; mapeamento de todas as atividades a serem monitoradas; campos de atribuição de responsabilidades compactuadas em reunião com responsáveis; contar com, no mínimo 10 (dez) laudas em papel tamanho A4, impresso e digital.				28/07/2013	27.400,00
Documento técnico contendo proposta de Sistema de Indicadores Chave de Desempenho (KPIs) e as seguintes etapas: levantamento de todos os indicadores definidos para as Iniciativas da CGSIM; instrumento compacto de sistematização e acompanhamento de indicadores; contar com no mínimo 10 (dez) e no máximo, 20 (vinte) laudas em papel tamanho A4, impresso e digital.				26/09/2013	27.400,00
Documento técnico contendo Portfólio de Programas e Projetos da CGSIM e as seguintes etapas: diagnóstico de maturidade conceitual e procedimental das Iniciativas da CGSIM; EAPs (estruturas analíticas de projetos) estabelecidas para os projetos; alinhamento de todos os projetos da CGSIM ao Modelo de Gestão de Iniciativas do IBRAM; ferramenta de controle das entregas; contar com no mínimo 10 (dez) e no máximo, 60 (sessenta) laudas em papel tamanho A4, impresso e digital.				20/11/2013	20.550,00
Documento técnico contendo proposta de Sistemática de Acompanhamento de Projetos. No documento devem estar: identificadas as iniciativas recorrentes e os projetos da CGSIM; definida a ferramenta gratuita ou elaborado o instrumento para acompanhamento de projetos; estabelecidos os processos para o acompanhamento de projetos e criada sistemática específica para acompanhamento das iniciativas recorrentes; relatadas as dificuldades enfrentadas e as soluções apresentadas para o estabelecimento da sistemática. O documento final de vê apresentar, no mínimo, 20 (vinte) laudas em papel tamanho A4, impresso e digital.				29/01/2014	27.400,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LORENA VILARINS DOS SANTOS				CPF: 799.985.931-15	

Quadro 175. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 154/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor Administração- desenvolvimento de ferramentas de gestão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2012	31/03/2014	198.400,00	136.200,00	112.200,00	129.400,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico “A” contendo o Plano de trabalho para execução das atividades, com cronograma de execução.			20/10/2012	1.400,00	
Documento técnico “B” contendo Diagnóstico Situacional de um dos três projetos estratégicos selecionados para a implantação de modelo-piloto de planejamento.			09/11/2012	7.400,00	
Documento técnico “C” contendo Relatório Parcial de implementação de modelo-piloto de planejamento em um dos três projetos estratégicos selecionados.			24/12/2012	8.400,00	
Documento técnico “D” contendo o Relatório Final de implementação de modelo-piloto de planejamento em um dos três projetos estratégicos selecionados; a Apreciação técnica das condicionalidades institucionais para implementação do modelo de planejamento de projeto proposto; a Análise perspectiva de cenários favoráveis e possíveis entraves à replicação do modelo proposto aos demais projetos do Instituto.			02/02/2013	11.200,00	
Produto 5 Documento técnico contendo as prioridades estratégicas do IBRAM, suas vinculações e seu alinhamento com as prioridades estabelecidas pelo MinC, bem como seu alinhamento ao Mapa Estratégico do Sistema da Cultura, contendo orientações quanto à adequação da estratégia de gestão.			10/03/2013	20.000,00	
Produto 6 Documento técnico contendo o desdobramento das prioridades estratégicas em objetivos estratégicos mensuráveis, assim como proposta de indicadores. Descrição detalhada de cada objetivo e definição de responsáveis pelo seu cumprimento.			30/03/2013	18.500,00	
Produto 7 Documento técnico contendo o relacionamento dos objetivos estratégicos do IBRAM organizados em um Mapa Estratégico, com base na metodologia do Balanced Scorecard, com definição de perspectivas, foco de atuação, direcionadores estratégicos e caminho crítico.			15/05/2013	19.500,00	
Produto 8 Documento técnico contendo um plano de comunicação para disseminação da estratégia de gestão do IBRAM em todos os níveis institucionais, incluindo os museus vinculados, para promover o comprometimento da organização com a estratégia de gestão definida. Sugestões de ferramentas de comunicação a serem aplicadas em cada nível institucional, e capacitações de sensibilização para seus servidores e colaboradores.			30/07/2013	24.500,00	
Produto 9 Documento técnico contendo a Matriz de suficiência estratégica do Mapa Estratégico do IBRAM construído a partir de portfólio de projetos estratégicos, com análise dos objetivos não sensibilizados pelo portfólio de projetos existente e sugestões de atuação pelos departamentos do IBRAM.			20/09/2013	18.500,00	
Produto 10 Documento técnico contendo os resultados da 1ª Reunião De Análise Estratégica com avaliação técnica sobre o desempenho do Mapa Estratégico do IBRAM, principais disfunções e plano de ação para correção, bem como procedimento para realização das próximas avaliações pelo IBRAM.			30/11/2013	24.000,00	

Documento técnico contendo os resultados da 2ª Reunião De Análise Estratégica com avaliação técnica sobre o desempenho do Mapa Estratégico do IBRAM, principais disfunções e plano de ação para correção, bem como procedimento para realização das próximas avaliações pelo IBRAM.	28/02/2014	21.000,00
Documento técnico contendo análise crítica do impacto da implementação do Decreto n.8.124/2013 que regulamenta o Estatuto de Museus e a criação do IBRAM, nos desdobramentos relacionados à implementação do Mapa Estratégico do IBRAM, incluindo avaliação técnica da implementação dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas, apontando principais disfunções e plano de ação para correção.	31/03/2014	24.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARIANN TÓTH		CPF: 715.733.641-34

Quadro 176. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 172/2013					
Objetivo da Consultoria: Mapeamento de processos da DPGL					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2013	08/08/2014	95.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico contendo proposta de metodologia, planejamento e detalhamento das ações para o projeto de desenvolvimento da DPGL				28/08/2013	8.000,00
Documento técnico contendo diagnóstico organizacional da DPGL, descrevendo suas principais funções e atividades, rotinas administrativas, legislação pertinente, força de trabalho existente, distribuição de tarefas e responsabilidades, com as respectivas contribuições para o melhor dimensionamento e proposições de melhoria para a maior eficiência, eficácia e efetividade da Coordenação e suas Divisões				06/11/2013	18.000,00
Documento técnico contendo o mapeamento “AS IS” das 50 principais rotinas da DPGL e divisões, incluindo formulários e checklists utilizados, dentre outros, com a descrição do fluxograma de cada rotina, utilizando o software Bizagi, com a entrega dos modelos em extensão .bpm ou .vs				05/01/2014	25.000,00
Documento técnico contendo proposta de melhoria das 50 principais rotinas mapeadas “TO BE” mantidas, incluindo formulários e checklists recomendados, dentre outros, com a descrição do fluxograma de cada rotina, utilizando o software Bizagi, com a entrega dos modelos em extensão .bpm ou .vs				06/03/2014	20.000,00
Documento técnico contendo o conjunto de rotinas aprovadas, descrevendo: objetivos, campo de aplicação, legislação pertinente, diretrizes e responsabilidades, relativos/responsabilidades (cabe ao...) e descrição das atividades, consolidadas em “Manual de Organização”				05/05/2014	14.000,00
Documento técnico contendo relatório de implantação das rotinas junto à DPGL e divisões correlatas, com a descrição de medidas para a continuidade da melhoria dos processos de trabalho e da metodologia de revisão periódica do manual de organização.				04/07/2014	10.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUIZ FERNANDO CORDEIRO NOGUEIRA					CPF: 991.475.997-15

Quadro 177. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 159/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor Arquivista Conservador - IBRAM no Rio de Janeiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/11/2012	31/10/2014	196.000,00	100.000,00	116.000,00	116.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Manual do Programa de Gestão de Documentos: “Processos no IBRAM: abertura, trâmite e arquivamento”, produzido e revisado com no mínimo 50 laudas.				20/11/2012	6.000,00
Manual do Programa de Gestão de Documentos: “Tipologias documentais no IBRAM e redação oficial”, produzido e revisado com no mínimo 50 laudas.				20/12/2012	10.000,00
Documento Técnico contendo aplicação de sistema disponibilizado para coleta de dados sobre os tipos documentais das atividades desenvolvidas no Ibram (área central e Unidades Museológicas) e três oficinas de treinamento realizadas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal				03/06/2013	25.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de Plano de Classificação de documentos de arquivo relativo às atividades-fim do Ibram (área central e unidades museológicas) - versão final - treinamento para utilização				02/08/2013	20.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativo às atividades-fim do Ibram (área central e Unidades Museológicas) - versão final - com a classificação de sigilo de acordo com a legislação brasileira e criticidade dos tipos documentais - treinamento para utilização				31/10/2013	30.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de manual de tipologias documentais do Ibram -versão final				30/11/2013	20.000,00
Documento Técnico contendo Proposta de mapa de fluxos dos documentos de acordo com a tipologia apresentada				30/12/2013	5.000,00
PRODUTO 8 - Documento Técnico contendo proposta de continuidade do Programa de Gestão de Documentos do Ibram: Plano do Projeto contendo levantamento das unidades e recursos humanos envolvidos, Matriz de Responsabilidades, fluxo de comunicação, cronograma detalhado do projeto, aprovação do Plano do Projeto e reunião de “kick –off” do projeto.				14/02/2014	10.000,00
PRODUTO 9 - Documento Técnico contendo Análise da legislação, levantamento e análise de legislação organizacional, levantamento e análise das normas referentes à atribuição e realização de oficina para identificação das atribuições funcionais com disponibilização de manuais e lista de presença.				20/03/2014	16.000,00
PRODUTO 10 – Documento técnico contendo proposta de análise funcional, com definição de competências, funções, atividades. Aplicação de metodologia para inserção e validação de dados no sistema. Realização de oficinas para os analistas em inserção dos tipos documentais no sistema e para os gestores em validação da competência, funções e atividades com disponibilização de manuais e lista de presença.				25/04/2014	18.000,00
PRODUTO 11 – Documento técnico com proposta do plano de classificação de documentos para área meio contemplando identificação dos tipos documentais, análise dos tipos documentais inseridos no sistema, aprovação da avaliação dos analistas do projeto, validação dos tipos documentais pelos gestores e realização de oficinas para inserção, análise e validação de tipos documentais no sistema para gestores, operadores e analistas do projeto com disponibilização de manuais e lista de presença.				11/07/2014	14.000,00
PRODUTO 12 – Documento técnico contendo proposta de tabela de temporalidade e destinação de documentos da área meio, manual de tipologia e mapa de fluxo de documentos para o Ibram, contemplando realização de estudos da legislação para avaliação dos tipos documentais, avaliação dos tipos documentais pelos operadores,				05/10/2014	16.000,00

análise das avaliações inseridas no sistema, aprovação da avaliação dos analistas, validação das avaliações pelos gestores incluindo oficinas para analistas, operadores e gestores do sistema em análise da legislação, preenchimento das análises da tipologia, avaliação das tipologias e validação das avaliações com disponibilização de manuais e lista de presença.		
PRODUTO 13 – Documento técnico com proposta de “Manual de Gestão de Documentos” contemplando estudo, análise, planejamento e definição de escopo de políticas, regras e procedimentos institucionais acerca da Gestão de Documentos no âmbito do Ibram e museus vinculados e parecer com validação final do produto; treinamento-piloto dos analistas/arquivistas do projeto para adequação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade para submeter à aprovação do Arquivo Nacional; realização de oficinas para os servidores do Ibram no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília para utilização dos produtos elaborados (Plano de Classificação de documentos para área meio, Tabela de temporalidade e destinação de documentos da área meio, Manual de tipologia, Mapa de fluxo de documentos e Manual de Gestão de Documentos para o Ibram).	31/10/2014	6.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARIA ROSÂNGELA DA CUNHA		CPF: 280.241.331-72

Quadro 178. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS					OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas					09/005
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 40/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultoria em Modelo de Programa de Qualidade de Vida.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/05/2013	28/02/2014	50.000,00	50.000,00	25.000,00	25.000,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo instrumento de pesquisa (questionário) para levantamento de informações sobre as demandas dos servidores relacionadas a diversos aspectos de qualidade de vida no local de trabalho, incluindo saúde, doenças ocupacionais, absenteísmo, acidente de trabalho, disciplina, aposentadoria, lazer, segurança, clima organizacional e educação				04/06/2013	5.000,00
Documento técnico contendo tabulação dos resultados levantados no questionário, produzindo análise em relação às necessidades e demandas e proposição de ações contingenciais em relação aos resultados.				04/07/2013	3.000,00
Documento técnico contendo Modelo de Programa de Qualidade de Vida a ser proposto para o Ibram que abranja as áreas de saúde, doenças ocupacionais, absenteísmo, acidente de trabalho, disciplina, aposentadoria, lazer, segurança, clima organizacional e educação, incluindo previsão de realização da pesquisa de levantamento de demandas após 12 meses de execução.				28/08/2013	17.000,00
Documento técnico contendo Plano de implantação das ações contendo objetivos, metas, ações, custos e cronograma para 12 meses de execução do projeto.				17/10/2013	15.000,00
Acompanhamento da implantação. Documento técnico contendo relatório de implantação de projeto-piloto, definido em conjunto com a CGP, com a avaliação dos resultados alcançados.				16/12/2013	10.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUIZA FERREIRA REZENDE DE MEDEIROS					CPF: 626.329.811-15

Quadro 179. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 076/2013					
Objetivo da Consultoria: Planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas de projetos estratégicos, processos e iniciativas recorrentes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/04/2013	15/04/2014	115.000,00	78.200,00	79.200,00	79.200,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo portfólio de projetos da diretoria adequado às ferramentas de gestão, à metodologia de projetos do Ibram e alinhado às diretrizes estratégicas				25/04/2013	12.000,00
Documento técnico contendo o diagnóstico dos projetos do portfólio da diretoria com avaliação técnica quanto ao ciclo de vida do projeto, situação atual, ferramenta de gestão utilizada e monitoramento de orçamento.				15/05/2013	15.500,00
Documento técnico contendo a criação de ferramentas de controle e monitoramento de projetos, metas e indicadores, produtos e subsídios para gerar melhorias na metodologia atual				29/06/2013	13.200,00
Documento técnico contendo o conteúdo didático e ferramentas de capacitação da metodologia de gestão de projetos do IBRAM, e avaliação de aprendizado das oficinas, bem como relatório técnico contendo sugestões de aplicação das ferramentas.				13/08/2013	23.500,00
Documento técnico de monitoramento do portfólio da diretoria do IBRAM, com resultados alcançados, desvios identificados, planos de melhoria, indicadores e metas e sugestões de atuação estratégica pela direção.				04/11/2013	15.000,00
Documento técnico contendo levantamento das principais demandas de serviços das áreas de apoio pelos projetos do portfólio das diretorias e estudo técnico contendo avaliação dos canais de comunicação com sugestões de melhoria				15/01/2014	21.500,00
Documento técnico contendo o relatório de gestão do portfólio contendo orientações e diretrizes para o processo de prestação de contas, com os principais resultados alcançados ao longo da implementação da metodologia de gestão.				21/03/2014	14.300,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ROGERIO LIMA BARBOSA				CPF: 778.020.801-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Distratado a pedido.					

Quadro 180. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 154/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultor Sênior - desenvolvimento de ferramentas de gestão (contabilidade)					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2012	28/02/2013	28.400,00	-	11.200,00	28.400,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico “A” contendo o Plano de trabalho para execução das atividades, com cronograma de execução				20/10/2012	1.400,00
Documento técnico “B” contendo Diagnóstico Situacional de um dos três projetos estratégicos selecionados para a implantação de modelo-piloto de planejamento.				09/11/2012	7.400,00
Documento técnico “C” contendo Relatório Parcial de implementação de modelo-piloto de planejamento em um dos três projetos estratégicos selecionados.				24/12/2012	8.400,00
Documento técnico “D” contendo o Relatório Final de implementação de modelo-piloto de planejamento em um dos três projetos estratégicos selecionados; a Avaliação técnica das condicionalidades institucionais para implementação do modelo de planejamento de projeto proposto; a Análise perspectiva de cenários favoráveis e possíveis entraves à replicação do modelo proposto aos demais projetos do Instituto.				02/02/2013	11.200,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SÉRGIO CALDEIRA COSTA				CPF: 492.174.297-91	

Quadro 181. CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas				09/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 042/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultor Arquitetura da Informação e Programação Visual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/03/2013	25/03/2014	78.000,00	61.300,00	9.800,00	9.800,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo diagnóstico para proposição de estrutura base de arquitetura de informação para o Portal e do Site do projeto Acervo em Redes.			09/04/2013	9.800,00	
Relatório contendo as propostas em caráter experimental de implantação da estrutura base de arquitetura de informação sistemas do Projeto Acervo em Redes.			13/06/2013	17.500,00	
Relatório parcial contendo a pesquisa sobre a implantação experimental da estrutura base de arquitetura de informação sistemas do Projeto Acervo em Redes.			27/08/2013	15.600,00	
Relatório final contendo os resultados da proposta de implantação da estrutura base de arquitetura de informação sistemas do Projeto Acervo em Redes.			20/11/2013	18.400,00	
Relatório contendo estudo diagnóstico com proposição da estrutura de arquitetura da informação para a distribuição do sistema DONATO no Projeto Acervo em Redes.			18/02/2014	16.700,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: TACIANA PAOLA RESENDE DÓRIA				CPF: 994.754.641-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Distratado a pedido.					

13.2. Análise Crítica

Sobre o PRODOC 08/007 – Pontos de Memória, a contratação de consultores é eficaz no sentido de possibilitar o aporte de conhecimento sobre projetos de base social, com a colaboração de consultores especialistas no assunto. As consultorias atuam junto aos pontos de Memória e na elaboração de uma política de direito a memória social no Brasil.

No caso do PRODOC 09/005 – Gestão do Ibram, as consultorias têm contribuído de sobremaneira para que o Ibram se consolide como uma autarquia estruturada. As consultorias contribuem diretamente para o estabelecimento de ferramentas de gestão, principalmente no que tange o planejamento estratégico, mapeamento de processos, estabelecimento de metodologias de projetos, diagnósticos e proposições de melhorias para o Ibram.

Em ambos, o ambiente de execução é influenciado diretamente pelo severo contingenciamento orçamentário, que dificulta o cumprimento dos planos, pela falta de repasse de recursos.

14. Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas a Termos de Parcerias

14.1. Avaliação do termo de parceria celebrado pela unidade

Quadro 182. IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	29.469.202/0001-69		
	Nome	Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM BR		
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Nacional		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Regulamento de Compras específico da OSCIP Icom Brasil, registrado em 31/08/2012. Esse regulamento consta do Processo 01415.013663/2012-27, que trata do Termo de Parceria em tela.		
Informações do Termo de Parceria	Número	01/2012		
	Data Celebração	Publicado Extrato no DOU em 24 de dezembro de 2012		
	Registrado no SICONV?	Não registrado.		
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	Inexigibilidade – Trata-se de evento exclusivo do ICOM - Conselho Internacional de Museus – que tem como representante nacional o ICOM Brasil, OSCIP encarregada de realizar, junto aos demais parceiros co-realizadores, a 23ª Conferência Internacional do ICOM, na cidade do Rio de Janeiro, de 10 a 17 de agosto de 2013.		
	Objeto	Aporte financeiro para custear ações que viabilizem a realização da 23ª Conferência Internacional dos Museus – ICOM, no período de 10 a 17 de agosto de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Programa de Trabalho anexo.		
	UJ Parceira	Nome	Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	
		UG SIAFI	423001/42207	
	Período Vigência	Início	Da data da publicação (24/12/2012)	
		Fim	Até a consolidação da prestação de contas prevista neste Termo de Parceria, que será apresentada até 180 dias após o término da 23ª Conferência Internacional de Museus.	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 1.000.000,00	
Da Entidade		Não foi previsto no Termo de Parceria valor de contrapartida.		

14.2. Valores repassados em razão de termos de parceria firmados

O presente Termo de Parceria, vigente em 2013, foi celebrado e pago em dezembro de 2012.

Quadro 183. DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício
2012	01	R\$ 1.000.000,00
2011	-	-

Fonte: Processo 01415.013663/2012-27

14.3. Estrutura de acompanhamento dos resultados dos termos de parceria firmados

Quadro 184. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Flávia Mello de Castro	472.998.431-53	IBRAM	Portaria nº 117, de 08 de abril de 2013 (DOU nº 68, Seção 2, 10 de abril de 2013)
Ana Carolina Silva Paulo	114.464.907-26	IBRAM	
Adriana Mortara Almeida	089.385.408-55	ICOM BR	
Maria Célia Moura Santos	094.301.055-15	Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico	

Quadro 185. DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
29.469.202/0001-69	30/07/2013	2012	2014	▪ Em andamento	-
29.469.202/0001-69	07/10/2013	2012	2014	▪ Em andamento	-
29.469.202/0001-69	11/02/2014	2012	2014	▪ Em andamento	-

Observação: Segundo a Comissão de Avaliação dos Resultados do Termo de Parceria nº 01/2012 as prestações de contas foram apresentadas nas datas previstas, mas a avaliação não foi finalizada ainda.

***Situação da Análise** (Concluída; Em andamento; Não iniciada).

****Decisão** (Aprovada; Reprovada; Em exigência).

Fonte: Presidência da Comissão de Avaliação dos Resultados do Termo de Parceria nº 01/2012.

14.4. Avaliação dos resultados obtidos com a parceria

Quadro 186. DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PARCEIRA				
Nome	ICOM BRASIL		CNPJ	29.469.202/0001-69
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 1				
Nome	META 1: Contratação de Serviços Profissionais Especializados			
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta			
Unidade de Medida	Produtos			
Periodicidade de Medição	Bimensal			
Aferição dos Resultados do Indicador 1				
Meta do Exercício	Pactuada	17		
	Realizada	17		
	% Realização	100%		
Análise do Indicador 1	<p>Descrição dos Produtos:</p> <p>1. Coordenação de processos administrativos: I-Planejamento Estratégico, Orçamento e Plano de Trabalho da Conferência, II – Inscrição do projeto em Leis de Incentivo, III- Convênio e Acordos com esferas de governo, IV- Atendimento às demandas ICOM, V- Atendimento a parceiros e patrocinadores, VI- Contratação dos Fornecedores.</p> <p>2. Contratação de Assessoria especializada em mediação e coordenação de projetos: I-Articulação com Comitês Internacionais, II- Definição da Programação, III- Consolidação do conteúdo, IV- Assessoria Comitês para necessidades durante a Conferência.</p> <p>3. Contratação de Assessoria Financeira: I-Atendimento contas a pagar, II- Controle Orçamentário, III- Prestação de contas, IV- Articulação áreas afins,V- Controle de Informações.</p> <p>4. Contratação de Assessoria Jurídica: I-Acompanhamento e assessoria jurídica, II- Elaboração de contratos e documentos.</p> <p>Os saldos da Meta 9, Etapa 9.1, e da Meta 2, Etapa 2.3, foram repassados para a Meta 1, Etapa 1.2, conforme Plano de Trabalho.</p>			
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 2				
Nome	META 2: Desenvolvimento de Sítio de Internet			
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta			
Unidade de Medida	Produtos			
Periodicidade de Medição	Bimensal			
Aferição dos Resultados do Indicador 2				
Meta do Exercício	Pactuada	4		
	Realizada	4		
	% Realização	100%		
Análise do Indicador 2	<p>Descrição dos Produtos:</p> <p>1. Desenvolvimento de infraestrutura de site (informações e processo de inscrição): Lançamento do site e do processo de inscrições.</p> <p>2. Criação e desenvolvimento de Webdesign: Lançamento do site e do processo de inscrições.</p> <p>3. Contratação de certificado de segurança: Contratação do seguro.</p> <p>4. Manutenção e Suporte ao Banco de Dados: Manutenção e Suporte quando necessário.</p> <p>Repassado o saldo da Meta 2, Etapa 2.3, para a Meta 1, Etapa 1.2, conforme Plano de Trabalho.</p>			
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 3				
Nome	META 3: Criação e desenvolvimento dos materiais de Comunicação – desenhos gráficos.			

Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produto	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 3		
Meta do Exercício	Pactuada	1
	Realizada	1
	% Realização	100%
Análise do Indicador 3	<p>Descrição do Produto: 1. Criação, desenvolvimento e finalização da identidade visual e dos materiais gráficos da Conferência: Postal, mala direta eletrônica, cartazete, anúncios, folder institucional, folder de vendas da Feira de Museus, folder de programação e de informações turísticas, sinalizadores e banners, blocos, pastas e crachás.</p>	
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 4		
Nome	META 4: Desenvolvimento de conteúdo e tradução dos materiais de comunicação	
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produtos	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 4		
Meta do Exercício	Pactuada	2
	Realizada	2
	% Realização	100%
Análise do Indicador 4	<p>Descrição dos Produtos: 1. Redação, edição, revisão do conteúdo de todos os materiais gráficos e do site da Conferência: Postal, mala direta eletrônica, cartazete, anúncios, folder institucional, folder de vendas da Feira de Museus, folder de programação e de informações turísticas, sinalizadores e banners, blocos, pastas, crachás e site. 2. Tradução do conteúdo de todos os materiais gráficos e do site da Conferência: Postal, mala direta eletrônica, cartazete, anúncios, folder institucional, folder de vendas da Feira de Museus, folder de programação e de informações turísticas, sinalizadores e banners, blocos, pastas, crachás e site.</p>	
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 5		
Nome	META 5: Reuniões técnicas e de trabalho no Rio de Janeiro e em Brasília para staff do ICOM – BR	
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produtos	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 5		
Meta do Exercício	Pactuada	2
	Realizada	2
	% Realização	100%
Análise do Indicador 5	<p>Descrição dos Produtos: 1. Compra de passagens aéreas SP/RJ/SP e SP/BSB/SP: Relatórios e comprovantes de viagem. 2. Compra de hospedagens no Rio de Janeiro e Brasília: Relatórios e comprovantes de hospedagem. O Saldo da Meta 6, Etapa 6.1 e 6.2, foi repassado para a Meta 5, Etapa 5.1, conforme Plano de Trabalho.</p>	
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 6		
Nome	META 6: Realização de Reuniões técnicas, de trabalho e participação em eventos nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro Oeste	
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produtos	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 6		
Meta do Exercício	Pactuada	2
	Realizada	2
	% Realização	100%
Análise do Indicador 6	<p>Descrição dos Produtos: 1. Compra de passagens aéreas para cidades das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul brasileiros: Participação em reuniões de trabalho e eventos para promoção e divulgação da Conferência em cidades das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul brasileiras. 2. Compra de hospedagens em de cidades das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul brasileiros: Participação em reuniões de trabalho e eventos para promoção e divulgação da Conferência em cidades das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul brasileiras.</p>	

	O saldo da Meta 6, Etapas 6.1 e 6.2, foi repassado para a Meta 5, Etapa 5.1, conforme Plano de Trabalho.	
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 7		
Nome	META 7: Realização de reunião técnica de planejamento do conteúdo e da programação da 23ª Conferência Geral do ICOM – Rio 2013	
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produtos	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 7		
Meta do Exercício	Pactuada	3
	Realizada	3
	% Realização	100%
Análise do Indicador 7	<p>Descrição dos Produtos:</p> <p>1. Compra de passagens internacionais para o Rio de Janeiro para presidentes ou representantes estrangeiros dos Comitês Internacionais, Alianças Regionais e entidades afiliadas ao ICOM para reunião estratégica pré-Conferência: Elaboração de documentação contendo prévia da programação do evento e as atividades previstas (culturais, sociais e de trabalho) na programação de cada Comitê Internacional.</p> <p>2. Compra de passagens nacionais para o Rio de Janeiro para representantes brasileiros dos Comitês Internacionais, Alianças Regionais e entidades afiliadas ao ICOM e Diretoria do ICOM para reunião estratégica pré-Conferência: Elaboração de documentação contendo prévia da programação do evento e as atividades previstas (culturais, sociais e de trabalho) na programação de cada Comitê.</p> <p>3. Compra de hospedagens no Rio de Janeiro para presidentes ou representantes estrangeiros e brasileiros dos Comitês Internacionais, Alianças Regionais e entidades afiliadas ao ICOM para reunião estratégica pré-Conferência: Elaboração de documentação contendo prévia da programação do evento e as atividades previstas (culturais, sociais e de trabalho) na programação de cada Comitê.</p> <p>O saldo da Meta 7, Etapas 7.1 e 7.3, foi repassado para a Meta 8, Etapa 8.1, conforme Plano de Trabalho.</p>	
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 8		
Nome	META 8: Compra antecipada de passagens aéreas internacionais para o Rio de Janeiro no período da Conferência	
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produto	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 8		
Meta do Exercício	Pactuada	1
	Realizada	1
	% Realização	100%
Análise do Indicador 8	<p>Descrição do Produto:</p> <p>1. Compra antecipada de passagens aéreas internacionais para o Rio de Janeiro para a participação da equipe do ICOM durante o período da Conferência: Negociação antecipada das passagens aéreas.</p> <p>Foi recebido saldo da Meta 7, Etapas 7.1 e 7.3, na Meta 8, Etapa 8.1, conforme Plano de Trabalho.</p>	
CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR 9		
Nome	META 9: Pagamento antecipado de hospedagens no Rio de Janeiro	
Fórmula de Cálculo	Soma da quantidade de produtos em cada etapa da meta	
Unidade de Medida	Produto	
Periodicidade de Medição	Bimensal	
Aferição dos Resultados do Indicador 9		
Meta do Exercício	Pactuada	1
	Realizada	1
	% Realização	100%
Análise do Indicador 1	<p>Descrição do Produto:</p> <p>1. Pagamento antecipado das hospedagens no Rio de Janeiro para o período da Conferência: Negociação de hotel oficial e bloqueio das hospedagens.</p> <p>Foi repassado saldo da Meta 9, Etapa 9.1, para a Meta 1, Etapa 1.2, conforme Plano de Trabalho.</p>	
Fonte: Processo 01415.013663/2012-27		

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como decorrência da iniciativa de modernização da Gestão Pública no âmbito do Ministério da Cultura, em 2013, foram definidas diretrizes/prioridades estratégicas que balizarão o planejamento estratégico do Ibram para o período 2013/2020. Na medida do possível, o planejamento estratégico institucional tem buscado técnicas e metodologias que viabilizem uma gestão com qualidade, por meio de um processo gerencial que determine previamente os objetivos de longo prazo e os meios pelos quais possam ser alcançados. O Mapa Estratégico do Ibram foi formalmente apresentado em setembro de 2013. Assim, o seu monitoramento é recente e a expectativa é que os subsídios para análise da sua efetividade e alcance sejam substanciais a partir de 2014, para quando, inclusive, está prevista a conclusão do mapeamento dos principais processos de apoio e finalísticos iniciado neste exercício.

Dentre os fatores que comprometem a eficácia das políticas públicas voltadas para o setor museológico, há de se ressaltar a limitação de pessoal e orçamentária do Ibram.

O Decreto nº 11.906/2009 criou 425 cargos efetivos no Ibram. No entanto, até o momento, só foi realizado um único concurso, cuja autorização previu o provimento de 294 cargos, ou seja, 69,2% dos cargos criados. A carência de servidores é reforçada pela Portaria MPOG nº 39, de 25/3/2011 (na qual o Ministério do Planejamento suspendeu, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para provimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), uma vez que as nomeações dos candidatos aprovados não são simultâneas às vacâncias. Outro agravante é a taxa de desistência do concurso, que chegou a 88% em dezembro de 2013. Por fim, ressalta-se que, no âmbito do Sistema MinC, o Ibram foi o único a não obter autorização para realização de novo concurso nos últimos 18 meses, e o concurso realizado em 2010 está para perder a validade.

A baixa capacidade desta Autarquia em manter os servidores é atribuída, principalmente, a pouca atratividade do Plano de Cargos e Salários da Cultura, bem como pela carência de cargos comissionados, funções e gratificações, que impossibilitam a desconcentração de competências e a correção de lacunas na sua delimitação, bem como a retenção de capital intelectual e a valorização dos servidores. O Decreto nº 6.845/2009, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissões do Ibram, demanda urgente adequação, visto que a estrutura aprovada não condiz com os quadros demonstrativos de cargos em comissão das demais autarquias do Governo Federal. Exemplificando, se ao cargo de Diretor de Autarquia Federal é normalmente atribuído um DAS 101.5, no Ibram, as atribuições do cargo são conferidas a um DAS 101.4. Esta distorção se estende a todos os níveis hierárquicos deste Instituto, inclusive das unidades museológicas vinculadas. Dado o exposto, o Instituto tem grandes empecilhos para constituir de forma autônoma áreas essenciais, tais como estruturação dos museus vinculados, a área de prestação de contas, de convênios, de diárias e passagens, dentre tantas outras, bem como assessorias aos órgãos que compõem a estrutura do Ibram.

Com relação à limitação orçamentária, o contingenciamento dos últimos anos tem forçado a priorização das ações de manutenção administrativa e funcionamento dos museus Ibram, ou seja, cumprimento dos contratos de natureza continuada. Para realizar atividades finalísticas e modernizar unidades museológicas, o Instituto tem recorrido cada vez mais a apoio externo, obtido por meio de concorrência entre órgãos e entidades da Administração Pública pela aprovação de projetos junto ao Fundo Nacional de Cultura e ao PAC das Cidades Históricas. Os museus Ibram, por sua vez, vêm recorrendo ao apoio das Associações de Amigos, parcerias, poder público local, escolas e universidades e a sociedade em geral.

A expectativa para 2014 é que seja autorizada a realização de novo concurso público, que o Projeto de Reestruturação do Ibram seja priorizado e que o limite orçamentário possa ser expandido. Tais medidas garantirão o cumprimento de suas atribuições, possibilitarão melhorar os controles internos, os processos administrativos, a efetividade das políticas públicas, bem como

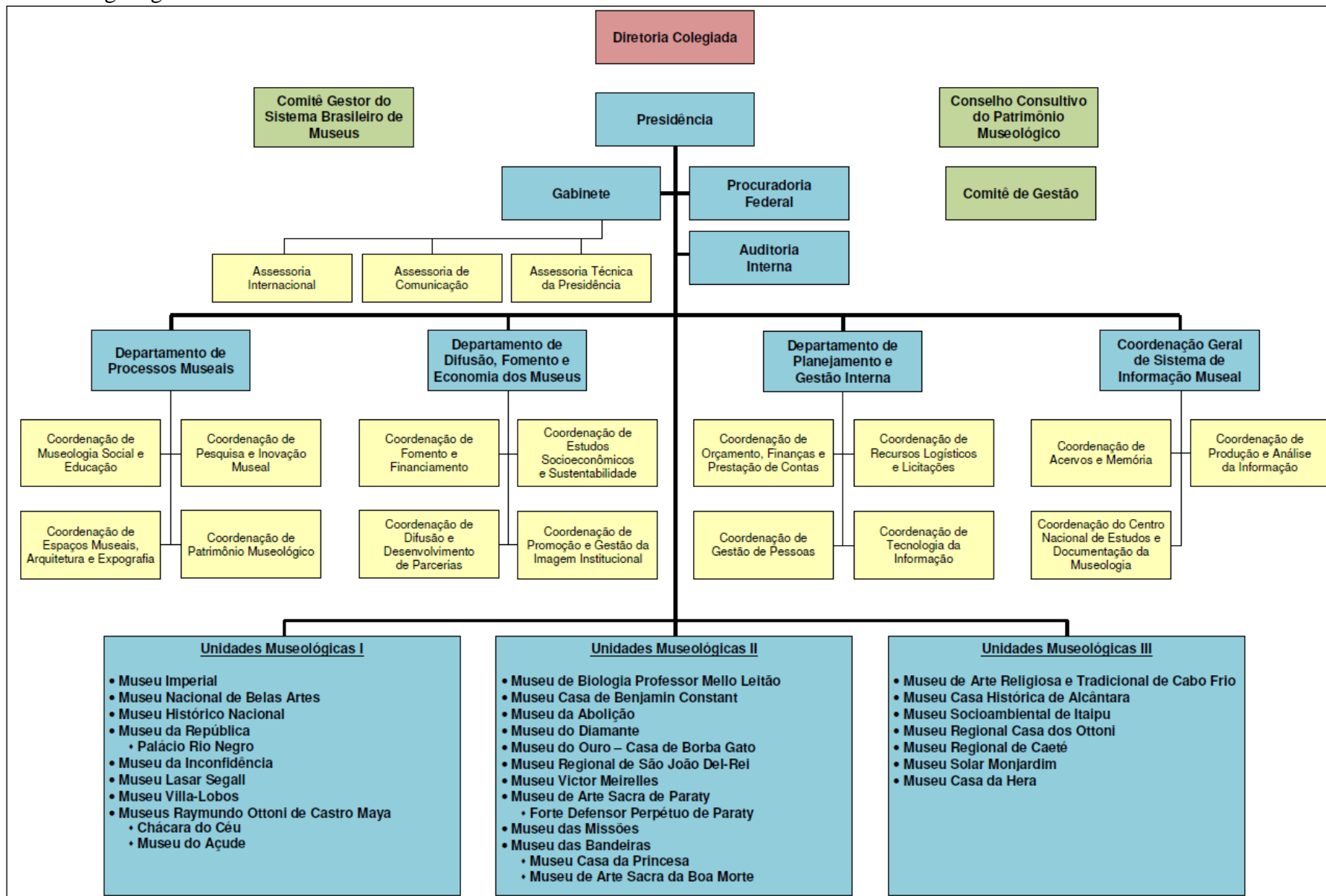
avançar sobre o planejamento estratégico, reforçando uma gestão voltada para resultados com aplicação racional dos recursos públicos.

Nesse sentido, os maiores desafios para 2014 serão:

- ♦ Dar continuidade aos desdobramentos e instrumentos do Decreto nº 8.124/2013 – regulamentação do Estatuto de Museus e Criação do Ibram;
- ♦ Realizar o 6º Fórum Nacional de Museus, durante o qual se pretende revisar o Plano Nacional Setorial de Museus;
- ♦ Lançar nova edição do Cadastro Nacional de Museus;
- ♦ Dar continuação ao Programa de Requalificação dos Museus do Ibram, com a execução de obras já em licitação e lançamento de novos editais;
- ♦ Dentro do Programa de Fomento aos Museus, celebrar convênios, por meio de editais, para criação e modernização de museus e redes museais, bem como distribuir prêmios nas áreas de modernização, trabalhos jornalísticos, dentre outras relacionadas ao campo museal; e
- ♦ Dar prosseguimento ao mapeamento de processos e à implementação do Mapa Estratégico, traduzindo-o em competências, integrando de fato o planejamento estratégico à cultura organizacional do Ibram.

ANEXOS

ANEXO A – Organograma funcional do Instituto Brasileiro de Museus



ANEXO B – Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS/Ibram

6 | Boletim Administrativo Eletrônico do Ibram n.º 233 Edição Extra, de 06/09/2013.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS/IBRAM

1. METAS.

- 1.1. Usar os materiais de consumo de modo sustentável.
- 1.2. Promover a gestão sustentável de impressão de documentos.
- 1.3. Promover o gasto sustentável de energia elétrica e água.
- 1.4. Implantar a coleta seletiva de acordo com a Resolução CONAMA nº 275 de 25/04/2001 e da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.
- 1.5. Promover atividades que possibilitem a melhoria da qualidade de vida no local de trabalho.
- 1.6. Planejar as compras e contratações de modo a promover os gastos públicos de modo eficiente.

2. AÇÕES.

2.1. Ações para a Meta 1.1:

- 2.1.1. Realizar campanhas internas de sensibilização e conscientização de modo a reduzir o consumo de copos descartáveis, guardanapos, papéis toalha, grampos e outros materiais de consumo.
- 2.1.2. Dar preferência, no momento da aquisição, de materiais de consumo produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.
- 2.1.3. Antes da aquisição, verificar a real necessidade de cada departamento, de modo a evitar o excesso ou a falta de materiais de consumo.

2.2. Ações para a Meta 1.2:

- 2.2.1. Realizar campanhas internas de sensibilização e conscientização de modo a reduzir os gastos com impressão.
- 2.2.2. Verificar a qualidade das impressoras, tal como o consumo de energia e o preço da manutenção, de modo a evitar gastos desnecessários ao longo prazo.
- 2.2.3. Verificar a qualidade dos toners de tinta, de modo a evitar danos às impressoras e erros de impressão.

2.2.4. Verificar a rotina de cada departamento, de modo a perceber a real necessidade do serviço.

2.3. Ações para a Meta 1.3:

2.3.1. Realizar diagnóstico da situação das instalações elétricas, de modo a verificar as possibilidades de redução de consumo.

2.3.2. Monitorar o consumo de energia.

2.3.3. Monitorar o consumo de água.

2.3.4. Reduzir a quantidade de lâmpadas, quando possível, estabelecendo um padrão por m².

2.3.5. Utilizar sensores de presença em locais com menor trânsito de pessoas.

2.3.6. Utilizar lâmpadas e equipamentos eletrônicos com consumo de energia mais eficiente.

2.3.7. Nos horários de menor movimento, desligar os elevadores, deixando apenas 01 em funcionamento.

2.3.8. Aproveitar a água da lavagem das caixas d'água para lavagem das garagens.

2.3.9. Realizar campanhas internas de sensibilização e conscientização de modo a promover o uso consciente de energia e água.

2.4. Ações para a Meta 1.4:

2.4.1. Promover termo de acordo com cooperativa de coleta seletiva de modo a promover a coleta seletiva de acordo com a Resolução CONAMA n° 275 de 25/04/2001 e a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

2.5. Ações para a Meta 1.5:

2.5.1. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados.

2.5.2. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho.

2.5.3. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho, tais como ginástica laboral.

2.5.4. Promover estudo ergonômico, de modo a tornar o ambiente físico de trabalho mais seguro e saudável.

2.6. Ações para a Meta 1.6:

2.6.1. Fomentar compras compartilhadas entre IBRAM e PREVIC.

2.6.2. Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

2.6.3. Exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços.

2.6.4. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

2.6.5. Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado.

2.6.6. Criar normas internas de telefonia fixa e móvel.

2.6.7. Revisar os contratos de telefonia fixa e móvel, visando à adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão ou entidade.

3. INDICADORES DE CONTROLE DAS METAS

META 1.1		
Nome do indicador	Descrição	Apuração
Consumo do material de consumo (ex: copo descartável, caixa de grampo, pacote de papel toalha)	Quantidade utilizada mensalmente, dividida por andar, de cada material de consumo	Mensal e anual
Gasto com material de consumo	Valor gasto, dividido por material de consumo	Mensal e anual

META 1.2		
Nome do indicador	Descrição	Apuração
Consumo de impressão	Quantidade de impressão de documentos, dividida por andar, por impressora e por login (usuário)	Mensal e anual
Gasto com impressão	Valor gasto com impressão, ressaltando o gasto com aquisição de	Mensal e anual

9 | Boletim Administrativo Eletrônico do Ibram n.º 233 Edição Extra, de 06/09/2013.

	papel, com aquisição de toner e com manutenção das impressoras	
--	--	--

META 1.3

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Gasto com energia elétrica	Valor da conta de energia elétrica dividida pela quantidade de servidores	Mensal e anual
Consumo de energia elétrica	Consumo de energia elétrica dividida pela quantidade de servidores	Mensal e anual
Gasto com água	Valor dos custos com condomínio referente ao uso de água dividido pela quantidade de servidores	Mensal e anual
Consumo de água	Consumo de água, em m ³ , dividido pela quantidade de servidores	Mensal e anual

META 1.4

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Destinação de material para reciclagem (papel, papelão, plástico, toner de impressora)	Quantidade de material destinado à reciclagem versus o número de material utilizado no órgão	Mensal e anual

META 1.5

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Nível de satisfação dos servidores	O nível de satisfação será obtido por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa das ações adotadas	Mensal e anual

META 1.6		
Nome do indicador	Descrição	Apuração
Verificar se os Termos de Referência, Editais de Licitação e Contratos Administrativos guardam conformidade com as ações do item 2.6	Os Termos de Referência, Editais de Licitação e Contratos Administrativos devem guardar conformidade com as ações do item 2.6, de modo a possibilitar às fiscalizações dos contratos a exigência de ações sustentáveis por parte das contratadas	Verificar tais documentos durante a fase interna da contratação
Gasto de limpeza pela área	Gasto de limpeza dividido pela área limpa	Anual
Gasto com telefonia fixa e móvel	Gasto dividido pelo número de linhas ou ramais	Mensal e Anual

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este Plano de Gestão de Logística Sustentável passa a vigorar a partir da data de sua publicação no Boletim Administrativo e divulgação no sítio www.museus.gov.br.

4.2. As Metas e Ações podem ser readequadas, de modo a melhor vislumbrar a real necessidade do IBRAM, bem como os indicadores, caso estes se mostrem inadequados.

4.3. Caso haja alterações neste Plano de Gestão de Logística Sustentável, estas deverão ser publicadas no Boletim Administrativo e divulgadas no sítio www.museus.gov.br.

4.4. A Comissão Gestora deve elaborar relatórios semestrais e anuais com base nos indicadores, de modo explicitar o andamento das Ações e Metas.

4.5. Os relatórios abordados no subitem anterior devem ser divulgados no sítio www.museus.gov.br.

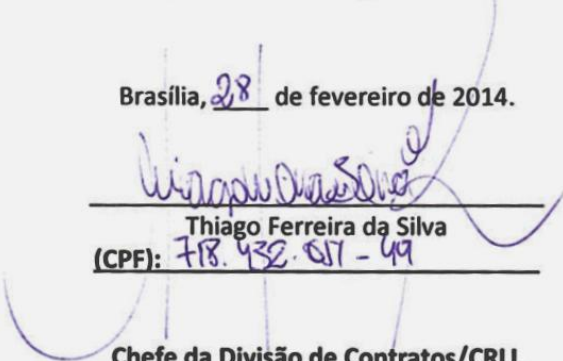
Coordenador da Comissão

ANEXO C – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **THIAGO FERREIRA DA SILVA**, CPF nº 718.432.051-49, **Chefe da Divisão de Contratos**, exercido na **Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos administrativos firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.



Thiago Ferreira da Silva
(CPF): 718.432.051-49

Chefe da Divisão de Contratos/CRL

ANEXO D – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Thiara Batista Bruxel, CPF nº 72642610187, Chefe de Divisão Substituta, exercido na Coordenação de Fomento e Financiamento declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.



Thiara Batista Bruxel

726.426.101-87

Chefe de Divisão Substituta